

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**Fábio José Marques Coelho**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**INTERVENÇÃO POLICIAL EM ZONAS URBANAS SENSÍVEIS**

**VERMELHAS**

- ESTUDO EXPLORATÓRIO EM SANTA FILOMENA, BELA VISTA E  
PASTELEIRA NOVA -

Orientador:

**Comissário Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote**

LISBOA, 26 DE ABRIL DE 2012





**Estabelecimento de ensino**

*Instituto Superior de Ciências Policiais e  
Segurança Interna*

**Curso**

*XXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia*

**Orientador**

*Comissário Hugo Duarte de Sousa  
Batista e Guinote*

**Título**

*Intervenção Policial em zonas urbanas  
sensíveis vermelhas*

*- Estudo exploratório em  
Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova*

**Autor**

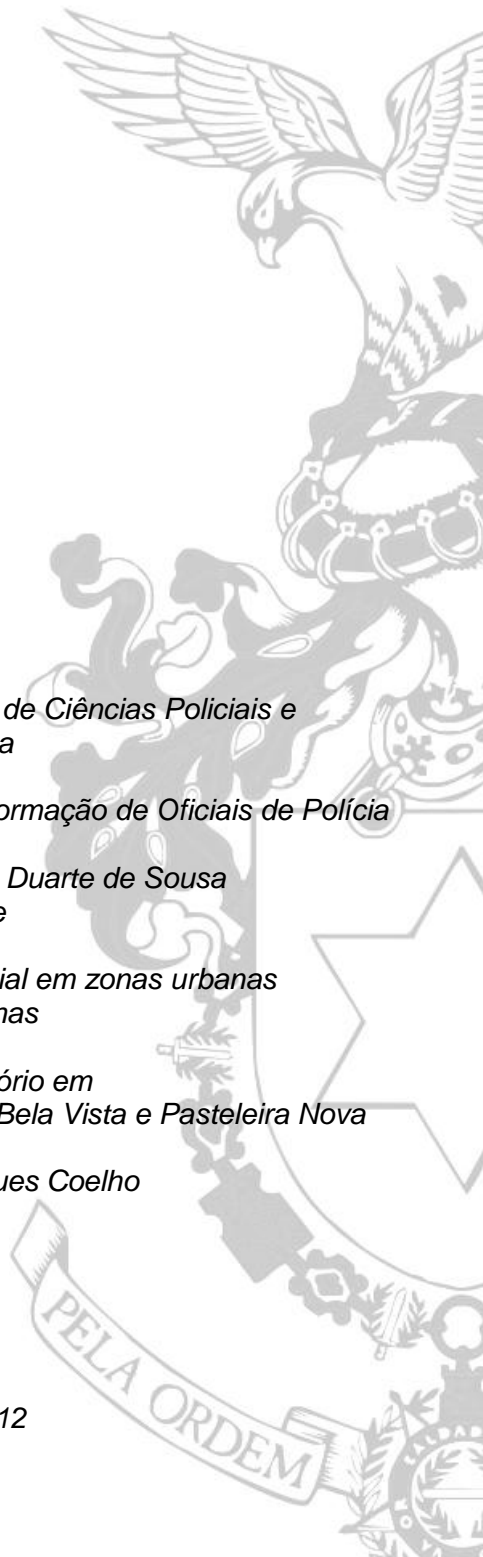
*Fábio José Marques Coelho*

**Local de Edição**

*Lisboa*

**Data de Edição**

*26 de Abril de 2012*



## Epígrafe

*Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.*

(Pessoa, 1934:81)

## Dedicatória

*Ao meu avô Jacinto, meu segundo pai, que tanta falta faz à família.*

*Ao meu eterno amigo Dário, que tão cedo partiu.*

## Agradecimentos

Este trabalho representa o terminar de um longo caminho, percorrido durante a frequência do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Não posso deixar de destacar as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho e que me apoiaram ao longo dos últimos cinco anos:

Ao meu **PAI** por todo o apoio que sempre me deu, em especial no decorrer deste curso. Posso afirmar que se trata do meu melhor amigo. Sem ele a meu lado nada do que consegui seria possível.

À minha avó Palmira, por ter sido a minha mãe durante uma fase importante da minha vida. Ainda hoje, devido a todo o apoio e carinho que me dá, trata-se da minha segunda mãe.

À minha família, em especial à minha mãe, à minha irmã e ao meu cunhado Miguel pela constante presença ao longo do curso sempre que foi necessário. Agradeço também aos meus sobrinhos pelo seu sorriso que ilumina parte do meu ser.

Ao meu Orientador, senhor Comissário Hugo Guinote pela sábia orientação que me deu. Foi um prazer trabalhar consigo.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna por me ter proporcionado condições para perseguir o meu sonho. Porque as pessoas são o mais importante das organizações, destaco todos os Oficiais, Docentes e pessoal do Quadro Orgânico com quem contactei ao longo dos últimos cinco anos.

Ao senhor Comissário Pedro Pinho pela constante disponibilidade em me auxiliar ao longo do presente trabalho. Que profissionalismo!

À senhora Professora Paula Espírito Santo pelos doutos conselhos que me deu relativamente à metodologia e por ter revisto este estudo. Trata-se do verdadeiro exemplo da dedicação e competência.

Ao senhor Superintendente José Leitão pela constante disponibilidade em colaborar neste trabalho, nomeadamente em me receber no Comando Distrital de Setúbal por diversas ocasiões.

A todos os comandantes de Esquadra que me aplicaram questionários ao seu efectivo. Refriro-me aos Subcomissários Arvelos, Anjos e Gíria (Divisão da Amadora), à Subcomissário Sara Ferreira e ao Chefe Coelho (Divisão de Setúbal) e aos Subcomissários Fernandes, Sousa e Anes (2ª Divisão do COMETPOR). Destaco ainda o senhor Subcomissário Almeida do Comando Metropolitano do Porto, por ter sido um interlocutor inexcedível relativamente aos meus pedidos.

Ao senhor Superintendente Paulo Lucas por ter colaborado comigo em todas as minhas solicitações.

À senhora Comissário Élia Chambel por ter ajudado o 24ºCFOP em todas as questões relativas ao estágio prático.

Ao senhor Subintendente Sérgio Felgueiras pelos conselhos dados relativos ao capítulo 2 do presente estudo.

A todos os entrevistados pela disponibilidade que tiveram em colaborar neste estudo.

Ao senhor Comissário Pinto, comandante da Divisão Policial de Portimão, por me ter esclarecido todas as dúvidas que lhe coloquei ao longo dos últimos 3 anos.

Aos camaradas Márcio Romana do XXIV CFOP, Jorge Silva do XXV CFOP, Rogério Silva e Eduardo Veludo do XXVI CFOP, Tiago Jacinto, Ricardo Santos, Ângelo Afonso, Luís Vasques e André Neves do XXVII e David Alves do XXVIII por terem colaborado em tudo o que lhes foi solicitado ao longo deste trabalho.

A todos os meus familiares do ISCPSI, sobretudo ao Subcomissário Miguel Maio, por tudo o que me ajudaram.

Aos meus amigos, em especial os do Grupo Desportivo Cultural e Recreativo Naverredondense e do Sabóia Atlético Clube. Vocês foram a força adicional para enfrentar cada semana que se avizinhava.

Aos elementos do **24º CFOP** pelos momentos de união e camaradagem por que passámos.

À Associação Cristã de Mocidade da Bela Vista, à Cáritas da Bela Vista, à Santa Casa da Misericórdia da Amadora e ao Centro de Respostas Integradas do Porto, por me terem aplicado os questionários à população dos bairros da Bela Vista, Santa Filomena e Pasteleira Nova, respectivamente. Destaco as senhoras Paula Ferrão, Carla Carvalho e Maria da Liberdade e o senhor Manuel Galego pelo extraordinário profissionalismo que demonstraram. O vosso contributo foi essencial.

À Maria Alice por tudo o que faz por mim.

Ao meu “mano” Humberto pela sua boa disposição amizade ímpares.

À “mana” Vera por me ter cedido casa no final do 2ºAno, permitindo-me estagiar em Portimão.

À Carla pela pessoa fantástica que é.

Ao senhor Subcomissário Sérgio Arvelos, comandante da 60ª Esquadra (Mina-Amadora), pelos ensinamentos transmitidos durante os meses que trabalhámos juntos.

Ao senhor Subcomissário André Antunes, comandante da 24ª Esquadra (Campo de Ourique). Foi um privilégio estagiar com uma pessoa que considero um verdadeiro exemplo do que deve ser um Oficial de Polícia.

Ao efectivo da 60ª Esquadra e da 24ª Esquadra do COMETLIS pela forma como me receberam e me ajudaram ao longo do estágio.

À Cláudia pela amizade, carinho e momentos passados ao longo do último ano.

*A todos o meu sincero e sentido OBRIGADO*

## Resumo

As zonas urbanas sensíveis são, correntemente, associadas à criminalidade consumada nos grandes centros urbanos. Referimo-nos a locais que apresentam características peculiares, as quais devem merecer a máxima reflexão por parte dos responsáveis pela paz e tranquilidade públicas.

O nosso objecto de estudo será a intervenção policial em zonas urbanas sensíveis *vermelhas*, questionando se é possível melhorar o policiamento que é efectuado nestes locais.

Almeja-se, com a presente investigação, sugerir *boas práticas* que aumentem a segurança dos elementos policiais, assim como contribuam para um aumento da eficácia da intervenção policial, nomeadamente ao nível da prevenção da criminalidade e da articulação desta com as informações, investigação criminal e ordem pública.

**Palavras-Chave:** zona urbana sensível, modelo integral de policiamento, prevenção da criminalidade.

## Abstract

“Sensitive urban zones” are commonly associated with the crime consummated in large urban centers. With this, we refer to places that have peculiar characteristics, which should be given big consideration by those that are responsible for public peace and tranquility.

Our object of study will be police intervention in *red* “sensitive urban zones”, questioning whether it is possible to improve the policing that is done on these places.

We hope, with this research, to suggest good practices that enhance the safety of police officers, well as contribute to an increased effectiveness of police intervention, particularly in terms of crime prevention and its articulation with Intelligence, criminal investigation and public order.

**Key words:** “sensitive urban zone”, “integrated model of policing”, crime prevention.



## **Lista de Siglas**

**BIC** – Brigada de Investigação Criminal  
**BSP** – Brigada de Serviço Permanente  
**CFOP** – Curso de Formação de Oficiais de Polícia  
**CI** – Corpo de Intervenção  
**COMETLIS** – Comando Metropolitano de Lisboa  
**COMETPOR** – Comando Metropolitano do Porto  
**CP** – Carro-Patrolha  
**CPP** – Código de Processo Penal  
**CRP** – Constituição da República Portuguesa  
**EIC** – Esquadra de Investigação Criminal  
**EIFP** – Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial  
**EIR** – Equipa de Intervenção Rápida  
**EPAV** – Equipa (s) de Proximidade e Apoio à Vítima  
**E/R** – Emissor/Receptor  
**ERT** - Equipa de Reacção Tática  
**GNR** – Guarda Nacional Republicana  
**IGAPHE** - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado  
**IPSS** – Instituição Particular de Solidariedade Social  
**ISCPSI** – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna  
**LOIC** – Lei de Organização da Investigação Criminal  
**OP** – Ordem Pública  
**OPC** - Órgão de Polícia Criminal  
**PALOP** - Países Africanos com Língua Oficial Portuguesa  
**PER** – Programa Especial de Realojamento  
**PIPP** - Programa Integrado de Policiamento de Proximidade  
**PJ** – Polícia Judiciária  
**PSP** – Polícia de Segurança Pública  
**RSI** – Rendimento Social de Inserção  
**SEI** – Sistema Estratégico de Informação  
**SPSS** - Statistical Package for the Social Sciences  
**UEP** – Unidade Especial de Polícia  
**ZUS** – Zona Urbana Sensível

## Índice

EPÍGRAFE.....	I
DEDICATÓRIA .....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO .....	VI
ABSTRACT .....	VI
LISTA DE SIGLAS .....	VII
LISTA DE FIGURAS.....	XII
 INTRODUÇÃO .....	 1
 CAPÍTULO 1 – ZONA URBANA SENSÍVEL.....	 4
1 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS ZONAS URBANAS SENSÍVEIS EM PORTUGAL .....	4
2 - DEFINIÇÃO DE ZUS .....	7
2.1 – CRITÉRIOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DAS ZUS.....	8
3 - ABORDAGEM CRIMINOLÓGICA ÀS ZUS.....	9
4 - ALGUMAS RESPOSTAS GOVERNAMENTAIS .....	13
 CAPÍTULO 2 – DA DESORDEM À ORDEM PÚBLICA NAS ZUS – A EMERGÊNCIA DO <i>UNREST</i> .....	 15
1 – A ORDEM PÚBLICA .....	15
2 – O MODELO DE DESORDEM.....	16
2.1 – CONSIDERAÇÕES RELATIVAMENTE AO MODELO DE DESORDEM.....	17
3 – ESQUEMATIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO NAS ZUS <i>VERMELHAS</i> .....	21
 CAPÍTULO 3 - MODELO INTEGRAL DE POLICIAMENTO .....	 26
1 - A DEMANDA DE UMA POLÍCIA <i>INTEGRAL</i> .....	26
1.1 – A DIRECTIVA ESTRATÉGICA 16/2006.....	29
2 – O MEDO DO CRIME E O SENTIMENTO DE INSEGURANÇA.....	31
3 – A PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE.....	34

3.1 - A DIRECTIVA ESTRATÉGICA 10/2006 .....	37
---	----

## **CAPÍTULO 4 – ESTUDO EXPLORATÓRIO NOS BAIRROS DE SANTA FILOMENA, BELA VISTA E PASTELEIRA NOVA SOBRE A**

<b>INTERVENÇÃO POLICIAL.....</b>	<b>40</b>
----------------------------------	-----------

1 - METODOLOGIA ADOPTADA .....	40
--------------------------------	----

2 – CARACTERIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS POR BAIRRO.....	42
--	----

2.1 – O BAIRRO DE SANTA FILOMENA .....	42
--	----

2.2 – O BAIRRO DA PASTELEIRA NOVA .....	46
---	----

2.3 – O BAIRRO DA BELA VISTA .....	50
------------------------------------	----

3 - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....	55
-------------------------------------	----

3.1 – INQUÉRITO APLICADO AOS ELEMENTOS POLICIAIS.....	55
---	----

3.2 – INQUÉRITO APLICADO À POPULAÇÃO .....	56
--	----

3.3 – PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS ACERCA DAS ZUS VERMELHAS.....	57
--	----

3.4 – ÚLTIMAS NOTAS: A EXPERIÊNCIA TIDA <i>NO TERRENO</i> NOS BAIRROS EM ESTUDO .....	60
---	----

CONCLUSÃO .....	62
-----------------	----

BIBLIOGRAFIA .....	65
--------------------	----

ANEXOS .....	I
--------------	---

ANEXO 1 - DIÁRIO DE CAMPO .....	I
---------------------------------	---

ANEXO 2 - CRITÉRIOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DAS ZONAS URBANAS SENSÍVEIS .....	XIII
--	------

ANEXO 3 - ANÁLISE DA CRIMINALIDADE NA ÁREA DA 60ª ESQUADRA.....	XIV
---	-----

ANEXO 4 - EXEMPLIFICAÇÃO GRÁFICA DE MODELOS DE DESORDEM.....	XVII
--	------

ANEXO 5 - ANÁLISE DO ANEXO A DA DIRECTIVA ESTRATÉGICA 16/2006.....	XIX
--	-----

ANEXO 6 – ANEXO C DA DIRECTIVA ESTRATÉGICA 16/2006.....	XXXIII
---	--------

ANEXO 7 – DIMENSÃO DAS AMOSTRAS PARA A APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS AOS ELEMENTOS POLICIAIS E À POPULAÇÃO .....	XXXIV
--	-------

ANEXO 8 – ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS .....	XXXVI
---	-------

ANEXO 9 – “QUESTIONÁRIO-TESTE”, APLICADO A 10 ELEMENTOS QUE DESEMPENHAM FUNÇÕES NA 60ª ESQUADRA - MINA .....	CXII
ANEXO 10 – QUESTIONÁRIO – FINAL APLICADO AOS ELEMENTOS POLICIAIS	CXVI
ANEXO 11 – QUESTIONÁRIO - FINAL APLICADO À POPULAÇÃO RESIDENTE NOS BAIRROS.....	CXXI
ANEXO 12 – ENTREVISTA AO SENHOR SUPERINTENDENTE JOSÉ OLIVEIRA..	CXXV
ANEXO 13 - ENTREVISTA AO SENHOR SUPERINTENDENTE LEITÃO .....	CXXXII
ANEXO 14 - ENTREVISTA AO SENHOR INTENDENTE ELIAS .....	CXLVII
ANEXO 15 - ENTREVISTA AO SENHOR COMISSÁRIO HUGO GUINOTE .....	CLIX
ANEXO 16 - SÍNTESE DAS ENTREVISTAS EFECTUADAS AOS ESPECIALISTAS EM PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE .....	CLXVII
ANEXO 17 - ENTREVISTA AO SENHOR SUPERINTENDENTE LUCAS .....	CLXX
ANEXO 18 - ENTREVISTA AO SENHOR SUPERINTENDENTE MAGINA DA SILVA .....	CLXXVIII
ANEXO 19 - ENTREVISTA AO SENHOR INTENDENTE GOUVEIA .....	CLXXXIII
ANEXO 20 – SÍNTESE DAS ENTREVISTAS EFECTUADAS AOS ESPECIALISTAS EM ORDEM PÚBLICA.....	CLXXXVII
ANEXO 21 - ENTREVISTA AO SENHOR SUBINTENDENTE PRATES.....	CLXXXIX
ANEXO 22 - ENTREVISTA AO SENHOR COMISSÁRIO PESTANA.....	CXCIV
ANEXO 23 - ENTREVISTA AO SENHOR COMISSÁRIO JOÃO CARVALHO .....	CCII
ANEXO 24 – SÍNTESE DAS ENTREVISTAS EFECTUADAS AOS ESPECIALISTAS EM INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E INFORMAÇÕES .....	CCVIII
ANEXO 25 - ENTREVISTA AO SENHOR SUBCOMISSÁRIO ARVELOS.....	CCX
ANEXO 26 - ENTREVISTA AO SENHOR SUBCOMISSÁRIO FERNANDES .....	CCXV
ANEXO 27 - ENTREVISTA À SENHORA SUBCOMISSÁRIO SARA FERREIRA.....	CCXIX
ANEXO 28 – SÍNTESE DAS ENTREVISTAS EFECTUADAS AOS COMANDANTES DE ESQUADRA .....	CCXXIII
ANEXO 29 - ENTREVISTA AO SENHOR CHEFE MARTINS .....	CCXXIV
ANEXO 30 - ENTREVISTA AO SENHOR AGENTE MENDES.....	CCXXX
ANEXO 31 - ENTREVISTA AO SENHOR AGENTE FERREIRA .....	CCXXXVI
ANEXO 32 – SÍNTESE DAS ENTREVISTAS EFECTUADAS A ELEMENTOS ADSTRITOS AO PIPP .....	CCXL
ANEXO 33 - ENTREVISTA À DOUTORA CARLA TAVARES .....	CCXLI

<b>ANEXO 34 – ENTREVISTA À DOUTORA VANDA NARCISO .....</b>	<b>CCXLVI</b>
<b>ANEXO 35 – SÍNTESE DAS ENTREVISTAS EFECTUADAS AOS REPRESENTANTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS .....</b>	<b>CCXLVIII</b>
<b>ANEXO 36 - RESUMO DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS EFECTUADAS.....</b>	<b>CCXLIX</b>
<b>ANEXO 37 – FOTOGRAFIAS DOS BAIRROS EM ESTUDO.....</b>	<b>CCLII</b>
<b>ANEXO 38 – ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DOS BAIRROS EM ESTUDO .....</b>	<b>CCLXII</b>
<b>ANEXO 39 – EXEMPLO DE PEDIDO DE <i>SALTOS</i> .....</b>	<b>CCLXVIII</b>

## Lista de Figuras

FIGURA 1- PROPOSTA DE MODELO DE DESORDEM .....	21
FIGURA 2 – COMPARAÇÃO DA PROACTIVIDADE DA POLÍCIA VS COMUNIDADE NA <i>TENSÃO</i> , <i>UNREST</i> E <i>ESTADO DE NORMALIDADE</i> NAS ZUS VERMELHAS .....	24
FIGURA 3 – PREPONDERÂNCIA DE CADA MEIO NO POLICIAMENTO DAS ZUS VERMELHAS .....	25
FIGURA 4 – QUADRO-RESUMO DE PROCEDIMENTOS A ADOPTAR NAS ZUS VERMELHAS .....	25
FIGURA 5 – CLASSIFICAÇÃO DO BAIRRO DE SANTA FILOMENA DE ACORDO COM A DIRECTIVA ESTRATÉGICA 16/2006 .....	44
FIGURA 6- “SENTE-SE RESPEITADO PELA POPULAÇÃO DO BAIRRO QUANDO EXERCE A SUA FUNÇÃO?” * “QUAL O BAIRRO EM QUE PRESTA SERVIÇO?” .....	45
FIGURA 7 – “SOLUÇÕES PARA DIMINUIR A DELINQUÊNCIA” .....	45
FIGURA 8 – “JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM CRIME NO BAIRRO?” * “QUAL O BAIRRO EM QUE PRESTA SERVIÇO?” .....	46
FIGURA 9 - CLASSIFICAÇÃO DO BAIRRO DA PASTELEIRA NOVA DE ACORDO COM A DIRECTIVA ESTRATÉGICA 16/2006 .....	48
FIGURA 10 – “QUAL CONSIDERA SER O MAIOR PROBLEMA DESTE BAIRRO?” * “QUAL O BAIRRO EM QUE PRESTA SERVIÇO?” .....	49
FIGURA 11 – “ONDE LHE PARECE QUE DEVE EXISTIR MAIS POLICIAMENTO?” * “QUAL O BAIRRO EM QUE PRESTA SERVIÇO?” .....	49
FIGURA 12 – “COM QUE FREQUÊNCIA COSTUMA TROCAR INFORMAÇÕES COM ELEMENTOS QUE DESEMPENHAM OUTRAS FUNÇÕES NA DIVISÃO? (ESQUADRA GENÉRICA, TRÂNSITO, INVESTIGAÇÃO CRIMINAL OU EIFP)” * “QUAL O BAIRRO EM QUE PRESTA SERVIÇO?” .....	49
FIGURA 13 – “ONDE LHE PARECE QUE EXISTE MAIS CRIME?” * “QUAL O BAIRRO EM QUE PRESTA SERVIÇO?” .....	53
FIGURA 14 – “FACTORES QUE MAIS PROMOVEM A CRIMINALIDADE NO BAIRRO” .....	54
FIGURA 15 – “CONSIDERA QUE EXISTE UMA BOA ARTICULAÇÃO ENTRE A PREVENÇÃO, INFORMAÇÕES, ORDEM PÚBLICA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA SUA DIVISÃO?” * “QUAL O BAIRRO EM QUE PRESTA SERVIÇO?” .....	54

<b>FIGURA 16 – “O PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE DEVE SER APLICADO NO BAIRRO?” .....</b>	<b>56</b>
<b>FIGURA 17 – “CONSIDERA QUE EXISTE UMA BOA ARTICULAÇÃO ENTRE A PREVENÇÃO, INFORMAÇÕES, ORDEM PÚBLICA E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA SUA DIVISÃO?” .....</b>	<b>56</b>
<b>FIGURA 18 – “CASO EXISTAM AGENTES DE PROXIMIDADE, ESTES DEVEM INTEGRAR AS OPERAÇÕES LEVADAS A CABO NO BAIRRO?” .....</b>	<b>56</b>
<b>FIGURA 19- “COM QUE FREQUÊNCIA COSTUMA TROCAR INFORMAÇÕES COM ELEMENTOS QUE DESEMPENHAM OUTRAS FUNÇÕES NA DIVISÃO? (ESQUADRA GENÉRICA, TRÂNSITO, INVESTIGAÇÃO CRIMINAL OU EIFP)” .....</b>	<b>56</b>
<b>FIGURA 20 – “QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DA UNIDADE ESPECIAL DE POLÍCIA NO BAIRRO?” .....</b>	<b>56</b>
<b>FIGURA 21 - “CONHECE A DIRECTIVA ESTRATÉGICA 16/2006?” .....</b>	<b>56</b>

## **Introdução**

As zonas socialmente desfavorecidas, pelos problemas que lhes estão intrínsecos, implicam uma vigilância adicional por parte dos responsáveis pela manutenção da tranquilidade e paz públicas. É consabido que a criminalidade é um fenómeno emaranhado na sociedade hodierna, para o qual não existe uma fórmula universal capaz de o fazer desaparecer. Ainda que conscientes deste facto, urge reflectir sobre os procedimentos policiais que são adoptados nos locais frequentemente conotados com a prática de actos ilícitos.

A presente dissertação insere-se no âmbito das Ciências Policiais e assume um cariz empírico, visando-se a apresentação de recomendações sobre um problema prático da área de conhecimento do Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP). Define-se como objecto de estudo a intervenção policial em zonas urbanas sensíveis (ZUS) com grau de risco elevado ou muito elevado, sendo o trabalho gerado em torno da possibilidade de melhorar o policiamento que é efectuado nestes locais. Na prossecução desse propósito, decidimos explorar no plano académico os bairros de Santa Filomena (Comando Metropolitano de Lisboa), Bela Vista (Comando Distrital de Setúbal) e Pasteleira Nova (Comando Metropolitano do Porto), uma vez que estes locais são considerados zonas *vermelhas*, no que respeita ao seu grau de perigosidade<sup>1</sup>. Ao abordar-se mais aprofundadamente bairros localizados nos três Distritos onde se regista maior criminalidade no país<sup>2</sup> pretende-se, paralelamente, comparar procedimentos policiais adoptados por parte dos Comandos de Polícia territorialmente competentes.

Com este estudo pretende-se contribuir para o direccionar mais eficaz da acção policial, com vista à diminuição do sentimento de insegurança, à satisfação das comunidades com o trabalho policial e à maior segurança do efectivo policial que presta serviço nestas áreas. Pretendemos que o mesmo seja uma mais-valia para os decisores e executores que operam nos locais em análise, uma vez que se trata de um estudo de cariz científico e aprofundado.

Definiram-se dois objectivos ao realizar-se o presente estudo: (1) compreender qual o método adequado de se retomarem as relações normais entre a Polícia e a comunidade nas ZUS *vermelhas*, após a verificação de desordens, aferindo da importância da existência de uma articulação eficaz entre as diferentes valências da Polícia de Segurança Pública (PSP). (2) Destacar a importância da aplicação do

---

<sup>1</sup> No capítulo 1 explicaremos o método de classificação das ZUS (*verdes*, *amarelas* ou *vermelhas*). No

<sup>2</sup> Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2011, cerca de 51% da criminalidade registada ocorreu nestes três Distritos.



Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) nas ZUS *vermelhas* e do policiamento às suas imediações.

Colocaram-se três hipóteses: (1) o método adequado de se retomarem as relações normais entre a Polícia e a população residente nas ZUS *vermelhas*, após a verificação de desordens, não é facilmente compreendido pelo efectivo policial. (2) Na PSP, em particular nas ZUS *vermelhas*, a articulação entre as valências informações, prevenção, investigação criminal e ordem pública não é eficiente. (3) Os elementos do PIPP são preferencialmente utilizados nas ZUS *vermelhas*, devendo as áreas circundantes ser permanentemente policiadas.

A construção das hipóteses prendeu-se com o facto de, durante os anos de frequência do Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP) termos constatado que existe uma imensa preocupação da instituição em conseguir articular as suas diversas valências (informações, prevenção, ordem pública e investigação criminal). Todavia, não obstante uma clara intenção em não abandonar a prevenção criminal, parecem faltar os estudos que fundamentem a importância do desenvolvimento de procedimentos enquadráveis neste pilar conceptual e ajudem a defini-lo e articulá-lo com os restantes. Importa, por isso, reflectir particularmente sobre as áreas que apresentam características que mais dificultam a actividade policial e onde porventura esta necessidade se faz sentir com maior intensidade, por isso a escolha de se abordar especificamente as ZUS com grau de risco elevado ou muito elevado.

Desconhecemos a existência de estudos que abordem em específico as ZUS *vermelhas* e menos ainda com o propósito de contribuir deste modo para a prevenção criminal, recorrendo a uma solução policial absolutamente actual e já implementada - o PIPP. Esta é, simultaneamente, uma problemática actual, conforme se conclui ao se analisar o programa do XIX Governo Constitucional<sup>3</sup>, e as constantes intervenções que são emanadas pela tutela e pela direcção. Porque subsiste um propósito de revestir este estudo de um cunho prático e útil às ciências policiais, sem que se consubstancie num objetivo deste trabalho, almeja-se sugerir *boas práticas* que aumentem a segurança dos elementos policiais, assim como contribuam para um aumento da eficácia da intervenção policial, nomeadamente ao nível da prevenção e da articulação desta com as informações, investigação criminal e ordem pública.

Para a elaboração desta dissertação foram utilizadas as seguintes técnicas de investigação<sup>4</sup>: (1) aplicação de questionários à população adulta residente nas ZUS e ao

---

<sup>3</sup> Vide páginas 72 e 73 do programa do XIX Governo Constitucional. Assunto desenvolvido no capítulo 1.

<sup>4</sup> No capítulo 4 é explanado com maior pormenor o método utilizado.

efectivo policial adstrito aos locais seleccionados<sup>5</sup>; (2) realização de entrevistas a especialistas na temática em estudo<sup>6</sup>; (3) observação directa não participante, através do acompanhamento de acções policiais levadas a cabo pela PSP nos bairros de Santa Filomena, Pasteleira Nova e Bela Vista<sup>7</sup> e (4) análise documental da legislação interna da PSP relativa à temática em estudo.

Não obstante todo o esforço desenvolvido, não foi possível a este estudo contornar duas limitações. No que concerne à população das ZUS seleccionadas, apenas se aplicaram 35 questionários<sup>8</sup> em cada bairro (total de 105). Esta é uma amostra do tipo não probabilístico, uma vez que desconhecíamos o número de residentes no interior de cada bairro, dado que existe uma elevada percentagem da população que não está recenseada. Assumimos um limiar mínimo de 100 casos como sendo o que seria desejável no plano da representatividade caso a amostra fosse do tipo probabilístico<sup>9</sup>. Entendemos como tal que o número de casos observados poderá constituir um limiar mínimo de fiabilidade em termos de projecção da análise, contudo, no plano estatístico e no plano da amostragem, determinados tipos de população, como a presente, poderão revelar-se difíceis em termos de alcance da representatividade medida. Em segundo lugar, apesar de termos efectuado o acompanhamento presencial do policiamento desenvolvido nos três bairros em estudo fizemo-lo com maior incidência no bairro de Santa Filomena (em virtude do estagiário estar colocado na 60ª Esquadra, a qual policia a área do bairro da Santa Filomena).

A dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro faz-se uma contextualização da temática em estudo. No segundo aborda-se o processo que conduz ao restabelecimento das relações entre a Polícia e a comunidade após a verificação de desordens. No terceiro realçamos a importância da articulação entre as diversas valências policiais e destacamos a influência da prevenção da criminalidade em todo este processo. Por fim, no quarto capítulo, apresentam-se as conclusões do estudo exploratório que levámos a cabo.

---

<sup>5</sup> O método quantitativo constitui-se um “processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis” (Freixo, 2011:144), sendo que “a objectividade, a predição, o controlo e a generalização são características inerentes a esta abordagem”. (Freixo, 2011:145).

<sup>6</sup> Com vista a acrescentar conclusões às conseguidas com a aplicação dos questionários. Desta forma dar-se-á “oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos” (Freixo, 2011:194).

<sup>7</sup> Vide o nosso “diário de campo”. Anexo 1.

<sup>8</sup> “A dimensão mínima de uma amostra é 30 unidades estatísticas”. (Freixo, 2011:187).

<sup>9</sup> Se se tratasse de uma amostra probabilística para uma população infinita, prever-se-ia que para um nível de confiança de 95% o erro máximo admissível seria de 9%.

## **Capítulo 1 – Zona urbana sensível**

### **1 - Contextualização histórica das zonas urbanas sensíveis em Portugal**

As ZUS não surgiram em Portugal de modo casuístico. Existiu todo um conjunto de condicionantes que levaram à formação de áreas urbanas, marcadamente conotadas com a criminalidade e desintegração social no território nacional. Para que nos situemos adequadamente no nosso objecto de estudo, cumpre percorrer um pouco da nossa História, nomeadamente as décadas de 60 e 70 do século passado, altura em que se verificou um elevado êxodo rural e, contemporaneamente, milhares de transeuntes provenientes de África rumaram ao nosso país, começando a construir habitações precárias nas periferias das grandes cidades, facto que originou os primeiros “bairros problemáticos”.

Nas décadas de 60 e 70, constataram-se três factos que mudaram o quadro socioeconómico de Portugal: o início da guerra colonial em 1961<sup>10</sup>, que obrigou Portugal a manter em África enormes contingentes militares, a emigração em massa de portugueses para países que ofereciam melhores condições de vida e a crescente importância adquirida pela indústria na Fazenda nacional.

O início da guerra prendeu-se com o facto dos povos nativos se terem revoltado devido a serem dominados pelos portugueses há séculos<sup>11</sup>. Consequentemente foram destacados para África milhares de militares portugueses, com o objectivo de controlar as revoltas locais. A elevada taxa de emigração registada pode explicar-se, essencialmente, por dois factores: por um lado, o país continuava sob o controlo apertado da censura governamental<sup>12</sup>. Por outro, existiam países que ofereciam condições monetárias mais vantajosas do que Portugal, o que fez com que existisse um elevado fluxo de cidadãos a rumarem a países como a Alemanha, a Suíça, a França, os Estados Unidos ou o

---

<sup>10</sup> “Depois da segunda guerra mundial, as grandes potências vencedoras fizeram incluir na Carta das Nações Unidas a declaração formal do direito de todos os povos à autodeterminação” (Saraiva, 1978: 364). Ainda assim, esta decisão não foi acatada pelo nosso país, pois, apesar das suas diminutas dimensões, sempre se considerou um “Estado pluricontinental e plurirracial”, (Saraiva, 1978:364), recusando desta forma alinhar no movimento de descolonização, que grassava em toda a Europa.

<sup>11</sup> Atribui-se ao ano de 1415 o início do império colonial português, após a conquista de Ceuta. Portugal manteve as suas colónias até à revolução de 25 de Abril 1974, a qual pôs termo à Ditadura em Portugal. Na altura o Movimento das Forças Armadas definiu como principais objectivos da sua acção três “D’s”: a descolonização, a democratização e o desenvolvimento.

<sup>12</sup> A Ordem de Serviço nº 1 de 14 de Janeiro de 1960 da Direcção dos Serviços de Censura definia que devia-se submeter à censura: “a) críticas ou comentários à acção do Chefe de Estado, Presidente do Conselho e membros do Governo; b) artigos ou noticiários visando a forma de estrutura política do Estado ou do regime; c) críticas à política económica, financeira e externa do Governo; d) artigos e noticiários criticando a política do Governo; e) movimento, embarques, ataques e críticas à acção das Forças Armadas e de Segurança ou das Polícias, e f) toda e qualquer matéria que expressa e superiormente for recomendada, tal como turismo e outras constantes do relatório diário”.

Canadá. Apesar da debandada de uma parte da população activa do país, a economia crescera a um ritmo muito elevado<sup>13</sup>. A economia portuguesa abriu-se finalmente ao exterior, contrariando a tendência evidente nos anos em que vigorou o Estado Novo. A participação portuguesa no projecto EFTA<sup>14</sup> (1960) e a adesão ao GATT<sup>15</sup> (1962) são exemplos do que acabámos de referir.

Na década de 70, dada a importância que o sector secundário ganhou na economia nacional, acentuou-se o êxodo rural iniciado na década anterior<sup>16</sup>. A importância crescente que o sector secundário foi adquirindo ao longo destes anos fez com que a agricultura fosse perdendo a sua influência no contexto económico nacional, o que conduziu a um abandono crescente da população residente nas zonas rurais rumo às grandes cidades.

Os três factores supra mencionados tiveram as suas repercursões: a população activa diminuiu e os grandes centros urbanos ficaram sobrelotados de população, ao contrário da desertificação constatada nos meios rurais. Entre 1960 e 1973, Portugal fica sem um grande número de potenciais trabalhadores, o que, consequentemente, fez com que o país apresentasse um défice na sua população activa. Simultaneamente, entre 1970 e 1973 a “expansão do sector industrial em todo o seu conjunto foi, no total desses anos, de 36%” (Saraiva, 1978: 355). A escassez de mão-de-obra levou então o Governo a promover a vinda de mão-de-obra das antigas colónias, sobretudo de Cabo Verde, para suprir as necessidades na construção civil e nas obras públicas.

Os cidadãos que se estabeleceram em Portugal antes da independência das colónias (1974-75), não tiveram grandes problemas de integração, embora as condições de alojamento não tenham sido as melhores. Os problemas colocaram-se logo a seguir à descolonização, quando vagas contínuas de imigrantes africanos começaram a chegar. A maioria destes indivíduos estavam ilegais e não tardaram a fixar-se em construções arcaicas nas periferias das grandes cidades, nomeadamente em Lisboa, dada a facilidade como se podia construir uma *barraca* em qualquer lugar. De 1974 para 1975, a população de Portugal passou de 8 879 127 para 9 307 815 habitantes, o que

---

<sup>13</sup> “Em média 5,86% entre 1957 e 1963 e 6,7% entre 1963 e 1968, o mesmo acontecendo com os salários reais (4,7% em média entre 1957 e 1963 e 6,09% entre 1963 e 1968)” (Paço, 2008b:7).

<sup>14</sup> *European Free Trade Association* - Associação Europeia de Livre Comércio. Organização europeia fundada a 4 de Janeiro de 1960, composta pela Suécia, pelo Reino Unido, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça. Visava defender os seus interesses económicos dos signatários, através da criação de uma área de comércio livre. Os estados-membros não estavam sujeitos ao pagamento de impostos aduaneiros.

<sup>15</sup> *General Agreement on Tariffs and Trade* - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. Visou a liberalização comercial, combater práticas protecionistas e regular as relações comerciais internacionais.

<sup>16</sup> “Durante os anos de 1956 a 1971 o produto agrícola subiu de 16 para 18 milhões de contos, ao passo que o produto industrial galgou de 19 para 64 milhões” (Saraiva, 1978:361).

representou um aumento de sensivelmente 430 000 habitantes<sup>17</sup>. Grande parte destes novos residentes fixaram-se em Lisboa e nas suas imediações, o que fez com que se tornasse complicado albergar tamanha vaga de migrantes. “Entre 1960 e 1981, a população na área metropolitana de Lisboa, passou de 1 372 243 habitantes para 2 279 975, a que corresponde um aumento demográfico de 60%, concentrando cerca de um quarto da população total do país” (Ferreira, cit. in Flor, 2000: 6).

Nos anos 80 continuou a verificar-se em Portugal um grande fluxo de imigração ilegal, originária sobretudo dos Países Africanos com Língua Oficial Portuguesa (PALOP). As condições de acolhimento desta nova vaga de imigrantes continuaram a ser degradantes, agudizando-se os problemas sociais, nomeadamente devido às deploráveis condições de trabalho e de habitação em que viviam. Um dos problemas de integração mais graves prendia-se com a questão da cidadania destes imigrantes. Muitos nasceram em Portugal, filhos de pais africanos, não se identificando como tal, nem como portugueses. Estes africanos de segunda geração começaram por ser vítimas de uma acentuada desestruturação familiar, sendo que “a rua começou<sup>18</sup>, invariavelmente, por ser a primeira casa” (Costa e Soares, 2002:90). Como consequência desse facto, nos finais da década, começam a surgir os primeiros gangues de jovens oriundos das minorias étnicas.

Nos anos 90 e 2000, continuou a desenvolver-se um tipo de cultura marcada pela contestação violenta da sociedade, acabando por degenerar no vandalismo e no crime. Começou a ser frequente verem-se grupos de jovens, oriundos das minorias étnicas, envolvidos em situações de criminalidade organizada: vandalismo de edifícios e equipamentos públicos, tráfico de droga, assaltos a pessoas e bens e agressões a polícias, verificando-se inclusivamente a morte de alguns agentes da PSP<sup>19</sup>. Em consequência das suas ligações à criminalidade, as áreas onde residiam estes jovens começaram a ser estigmatizadas pela restante sociedade, por se considerar que são elas o principal foco ignidor do sentimento de insegurança que, cada vez mais, é apanágio da sociedade urbana. Como afirma Lousa, as ZUS “encontram-se espacialmente associadas à metrópole, situando-se no seu interior ou nos seus arredores mais próximos e são associados à criminalidade e ao sentimento de insegurança.” (Lousa, 2006:6).

Após percebermos o processo que levou à existência de ZUS em Portugal, iremos focar na sua definição.

---

<sup>17</sup> [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0006031&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006031&contexto=bd&selTab=tab2), consultado no dia 23/01/2012, às 17h20.

<sup>18</sup> Substituímos a palavra “começa” por “começou”.

<sup>19</sup> Por exemplo as mortes dos Agentes Paulo Alves e António Abrantes, no dia 20 de Março de 2005, nas imediações do bairro de Santa Filomena.

## **2 - Definição de ZUS**

Com vista a sistematizar os procedimentos policiais nas áreas mais conotadas com a prática de ilícitos, a PSP procurou, através do Relatório do Comando-Geral da PSP<sup>20</sup> nº 48697, de 4 de Junho de 1997, apresentar a definição de “bairro problemático”.

Actualmente, com o intuito de não se estigmatizar os locais, deixou-se de parte o termo “bairro problemático”, passando a utilizar-se a expressão “zona urbana sensível”. As características associadas à existência de uma ZUS são as seguintes<sup>21</sup>: (1) a população juvenil revela elevado grau de absentismo e insucesso escolar; (2) são frequentes os casos de alcoolismo (nos indivíduos adultos) e de toxicodependência (nos mais jovens), que contribuem para o despoletar de problemas graves de violência doméstica ou de conflitualidade nas relações de vizinhança; (3) desintegração social e dificuldades de inserção no meio social envolvente (guetização); (4) elevados índices de desemprego ou de trabalho precário; (5) as habitações são normalmente construções de barracas, casas pré-fabricadas ou imóveis abandonados durante a fase de construção, sem obedecerem a normas de ordenamento, segurança ou higiene, sem saneamento básico ou iluminação pública<sup>22</sup>; (6) elevada densidade populacional; (7) sentimento de aversão ao Estado e às suas instituições, em especial às que detêm ou representam autoridade; (8) sentimento de anomia, inimizabilidade e de impunidade, sendo que muitos problemas são “resolvidos” no seio da população residente, sem recurso aos procedimentos legais, transformando-se num refúgio para marginais que tencionam escapar ao controlo das autoridades; (9) relacionamento permanente entre as actividades ilícitas praticadas pelos residentes, tráfico de estupefacientes e receptação, sendo frequente a apreensão de armas que circulam de forma entre os delinquentes que circulam no bairro; (10) existência de mecanismos de controlo organizado ou casuístico da aproximação de forças policiais, existindo união entre os residentes quando confrontados com alguém estranho ao seu meio. Na Directiva Estratégica 16/2006 não vêm referidas quais as particularidades que se têm que verificar cumulativamente para que determinada área se considere uma ZUS. Não nos é indicado se é necessário que se verifiquem todas as características em simultâneo, ou se, ao invés, apenas se verificando

---

<sup>20</sup> Actual Direcção Nacional.

<sup>21</sup> Características referidas na Directiva Estratégica 16/2006, onde consta o Modelo Integrado de Prevenção e Intervenção Policial em Áreas Problemáticas e em Locais de Maior Incidência Criminal ou de Hostilidade para as Forças de segurança. Relativamente à definição de ZUS, esta pouco difere do conceito de “bairro problemático” explanado no Relatório do Comando-Geral da PSP nº 48697, de 4 de Junho de 1997. No capítulo 3 aprofundaremos o nosso estudo sobre a Directiva Estratégica 16/2006.

<sup>22</sup> Recentemente muitos destes bairros têm vindo a ser desactivados, sendo as suas populações realojadas em áreas de habitação social, com melhores condições, ainda que com uma arquitectura que dificulta a actuação policial, constituindo-se as mesmas áreas residenciais como *zonas problema*, pois apesar da melhoria das condições de habitação, mantêm-se os contextos sócio-económicos e culturais da população.

uma delas já estamos perante uma ZUS. Consideramos que esta avaliação terá que ser efectuada caso a caso. Na nossa opinião a característica “elevada densidade populacional” não é suficiente, por si só, para determinado local se considerar uma ZUS. Por outro lado, quando se comprova qualquer uma das restantes características, mesmo que isoladamente, já estamos perante uma ZUS, o que consequentemente deverá conduzir à tomada de cuidados acrescidos por parte dos responsáveis policiais. Ainda assim, importa referir que nem todas apresentam o mesmo grau de perigosidade, motivo pelo qual os procedimentos policiais diferem, consoante a classificação das mesmas.

## **2.1 – Critérios para a classificação das ZUS**

Existe um conjunto de sete critérios<sup>23</sup>, relacionados com as condicionantes arquitectónicas, com as características da população, com o historial do local em desordens e com a criminalidade imanente atinentes a classificar as ZUS. São atribuídos, em cada um dos critérios, valores de 1 a 3. Uma zona é classificada como *verde* (grau de risco baixo ou pouco provável) quando a soma dos valores se cifra entre 7 e 11. É considerada *amarela* (grau de risco médio) quando são obtidos valores do intervalo 12 a 17, ou quando a composição étnico-social é instável e a existência de residentes com antecedentes criminais é significativa. Finalmente, trata-se de uma *zona vermelha*, (grau de risco elevado ou muito elevado), quando são obtidos valores na classificação entre 18 e 21 ou sempre que os locais são considerados preocupantes em termos de residentes com antecedentes criminais.

Relativamente aos critérios para classificar uma ZUS com grau de risco elevado ou muito elevado, concordamos que a classificação deve cifrar-se entre os 18 e os 21 valores. No entanto, para além do requisito “residentes com antecedentes criminais” com classificação preocupante ser suficiente para a ZUS ser considerada uma *zona vermelha*, consideramos, de igual modo, que quando o critério “criminalidade imanente”<sup>24</sup> seja preocupante, a ZUS também deve ser automaticamente classificada como *vermelha*, pois não devemos olvidar o facto de, desta forma, o sentimento de insegurança da população aumentar e os riscos para a actuação policial subirem consideravelmente.

Após percebermos o porquê do surgimento de ZUS em Portugal e a respectiva definição, importa reflectir sobre as causas da existência de índices criminais tão elevados nessas zonas, ou de ilícitos praticados pelos seus residentes no exterior.

---

<sup>23</sup> Vide Anexo 2.

<sup>24</sup> Entendemos o termo “criminalidade imanente” como a criminalidade que está relacionada com os locais em questão, seja praticada no interior dos bairros ou pelos seus residentes nas suas imediações.

### **3 - Abordagem Criminológica às ZUS**

Além de se registarem muitos problemas criminais no interior das ZUS *vermelhas*, as suas imediações<sup>25</sup> também devem ser uma fonte de preocupação para a Polícia. No nosso estágio na 60ª Esquadra (Mina – Amadora. Esquadra responsável pelo policiamento do bairro de Santa Filomena), fizemos um levantamento dos crimes registados por aquela subunidade policial durante 50 dias<sup>26</sup>. Constatou-se que apenas um dos roubos registados<sup>27</sup> ocorreu no interior do referido bairro (3,45% do total). Ao invés, nas ruas adjacentes a este local (Avenida Pedro Álvares Cabral, Avenida de Lourenço Marques e Avenida General Humberto Delgado), registaram-se 6 roubos (20,7% do total). Podemos retirar conclusão semelhante se analisarmos os dados referentes à criminalidade que a Divisão da Amadora contabilizou durante o ano de 2011. Ao todo registaram-se 71 crimes no interior deste bairro. Ao invés, nas suas imediações foram detectados 262 crimes. Analisando em específico os dados referentes aos roubos, constatamos que no interior do bairro foram registadas 8 ocorrências. Nas áreas circundantes, esse número eleva-se para 60 roubos, destacando-se o facto de nas ruas adjacentes ao bairro, (Avenida Pedro Álvares Cabral, Avenida de Lourenço Marques e Avenida General Humberto Delgado), terem sido denunciados 49 roubos<sup>28</sup>. No mesmo sentido, Fernandes defende que “a existência destes bairros, funcionando alguns como verdadeiros guetos (...) contribuiu para o aumento da insegurança e da violência, quer nesses bairros quer ainda – e especialmente – nas zonas circundantes” (Fernandes, 1998:164).

É difícil avançar com uma explicação que decifre, indubitavelmente, a prática de um elevado número de crimes por parte dos residentes nas ZUS *vermelhas*. Embora tendo essa noção, e não sendo nossa intenção apresentar uma justificação inequívoca para todos os casos de desvio constatados, parece-nos interessante considerar duas teorias que julgamos poderem trazer algum valor relativamente à compreensão do fenómeno

---

<sup>25</sup> Tratam-se das ruas que são fronteira entre as ZUS e os aglomerados populacionais que as circundam.

<sup>26</sup> Vide Anexo 3.

<sup>27</sup> Referimos o caso específico do roubo por o considerarmos um crime que gera elevados sentimentos de insegurança no seio da comunidade. É importante referir, também, a possível existência de *cifras negras* (“Diferença (quantitativa) entre o volume da criminalidade num certo nível e o volume a um nível diferente, dum ponto de vista do processo formal de reacção e controlo. Neste sentido, tanto se pode falar de cifras negras a propósito da diferença entre a criminalidade “real” e a criminalidade conhecida pela polícia, como entre esta última e a que vem a ser transmitida à acusação” (Dias e Andrade, 1997:133)). Este desconhecimento do crime que realmente ocorre por parte das autoridades, pode dever-se à “autoavaliação da gravidade do acto, ao sentimento de que nada pode ser feito, à convicção de que a Polícia não teria capacidade de solucionar o caso, à vontade de o manter em esfera privada, como acontece frequentemente com a violência familiar e a violação, ao receio de represálias ou, ainda, ao querer resolver a situação como um assunto pessoal” (Lourenço e Lisboa, 1998: 23).

<sup>28</sup> Dados fornecidos pela Divisão da Amadora. Vide Anexo 38.



desviante nos locais em estudo. Referimo-nos à teoria da *anomia social* e à teoria das *subculturas*.

A *anomia social*<sup>29</sup> pode considerar-se como um estado de completo alheamento e desinteresse perante as regras da convivência social. Durkheim considera que a *anomia* “provém do facto de a actividade dos homens estar desregrada” (Durkheim, 1897: 252). Para Merton a *anomia* significa “uma ruptura dos padrões sociais que comandam a conduta, significando também pouca coesão social” (Merton cit. in Dias e Andrade, 1997:312). Dias e Andrade afirmam que “uma sociedade anómica é uma sociedade carecida de ordem normativa e incapaz, por isso, de controlar a força centrífuga e desintegradora dos instintos, das ambições e dos interesses individuais” (Dias e Andrade, 1997: 316). O cidadão que se encontra nesta condição psicológica pode ter como modo de adaptação ao mesmo o *conformismo*, a *inovação*, a *evasão*, o *ritualismo* e a *rebelião*<sup>30</sup>.

A *evasão* “traduz-se na renúncia simultânea aos objectivos culturais e às normas institucionais” (Dias e Andrade, 1997:327). Por seu turno, a *inovação* “consiste na resposta à frustração de se sentirem “condenados” a procurar enriquecer numa estrutura social que os “condena” de antemão ao fracasso” (Dias e Andrade, 1997: 326). Englobam-se nesta resposta as acções criminosas normalmente praticadas pelos jovens provenientes das classes mais carenciadas. Um dos principais problemas para as autoridades consiste no facto desta *inovação* se traduzir em actos cada vez mais violentos e arriscados. Ou seja, o delinquente procura em cada acção granjear o respeito dos seus pares. Exemplos deste facto são os crimes de roubo a pessoas, a residências ou a estabelecimentos, assim como os actos praticados perto das instalações policiais, formando-se, deste modo, um certo sentimento de impunidade perante as autoridades. Este tipo de comportamentos enquadra-se numa *subcultura*<sup>31</sup>, a qual advém de uma certa reacção conflituosa e de rejeição às normas instauradas na comunidade. Cohen, defende que a *Subcultura* surge como resultado das estruturas das classes sociais e representa a resposta colectiva às experiências de frustração, nas tentativas de aquisição de status. O autor sustenta que a delinquência nestes locais é, fundamentalmente, obra dos jovens masculinos das classes mais baixas. Os actos por si praticados caracterizam-se por serem “não utilitários, maldosos, comportamentos negativos, fundamentalmente

---

<sup>29</sup> Émile Durkheim propõe pela primeira vez esta teoria em 1897, na sua obra “O Suicídio”. Esta abordagem relacionou-se com o facto de o autor sugerir a existência de um *suicídio anómico*. Mais tarde, em 1949, Robert Merton no seu livro “Estrutura Social e Anomia”, desenvolve o tema, avançando como explicação para esse estado a incapacidade de atingir os fins culturais.

<sup>30</sup> Destacamos a *evasão* e a *inovação* por serem os modos de adaptação que menos respeitam as normas institucionais e os meios legítimos de alcançar os objectivos pessoais.

<sup>31</sup> Teoria proposta em 1955 por Albert Cohen, na sua obra “Delinquent boys. The culture of the gang”.

dirigidos à propriedade”. (Cohen, cit. in Maguire, Morgan e Reiner, 1997:806). Este grupo partilha desprezo e nega qualquer ligação com os padrões da classe média, sendo claramente apresentada como causa o facto de os jovens crescerem num espaço físico, cultural e familiar vazio nos seus valores. Na mesma linha de pensamento, Tomsen afirma que “a violência surge então como uma alternativa viável para a construção da identidade masculina, permitindo aos indivíduos nela envolvidos simultaneamente rejeitarem os valores da sociedade convencional (da qual se sentem excluídos) e projectarem uma imagem masculina realçada e um sentido de poder” (Tomsen, 1997:96).

As condicionantes propiciadoras ao desenvolvimento de comportamentos marginais e criminais parecem eclodir e, eventualmente desenvolverem-se, desde a infância. Neste tipo de locais, muitas vezes, os pais não têm o tempo que desejariam para acompanharem os filhos convenientemente. Chegados à escola contactam com crianças que encaram a socialização escolar como um prolongamento e desenvolvimento da educação familiar. Para os jovens mais desfavorecidos a aculturação à escola constitui-se como uma tarefa mais árdua, pois terão mais dificuldades em se sentirem preparados para alcançarem um futuro melhor, à semelhança das crianças com quem convivem e que têm uma infância mais monitorizada pela família. Esse facto pode ser desencadeador de “fortes sentimentos de humilhação, angústia e culpa, devido à interiorização da ética de sucesso” (Dias, Andrade, 1997: 296-297). Estes sentimentos criam a necessidade de ostentarem aquilo que é comum entre a classe média, como são exemplo as roupas de marca ou os telemóveis de última geração. Quando os jovens estão inseridos num grupo que não lhes oferece oportunidades de futuro, a “sua reacção a esta pressão tende a ser o conformismo ou a delinquência juvenil (...)” (Arendt, 1961:192). O principal problema para as autoridades consiste, obviamente, quando o caminho seguido é o da delinquência juvenil. Dias e Andrade corroboram da nossa percepção: “a estrutura das oportunidades legítimas (especialmente no plano educacional) bloqueia sistematicamente o acesso (legítimo) dos jovens mais desprotegidos. Produz-se, assim, um potencial de frustração que, em determinadas condições, se converterá em criminalidade” (Dias e Andrade, 1997: 333).

Apesar da evolução criminal dos delinquentes não obedecer a um padrão exacto, podemos considerar que o seu comportamento desviante pode ser dividido em diversas fases<sup>32</sup>: 1) *fase primária*: o jovem procura aceitação dentro do seu grupo de pertença, actuando por imitação e necessidade face à sua fragilidade. Surgem os primeiros comportamentos desviantes, ainda sem qualquer planeamento; (2) *fase de iniciação*

---

<sup>32</sup> Ideia retirada de um documento classificado como reservado pela Direcção Nacional da PSP, com o número de registo 40810633000. O mesmo aborda a realidade sócio-criminal do bairro de Santa Filomena.

*criminal*: o jovem interioriza que o acto ilícito é fácil. É gerada alguma auto-confiança, começando a surgir o sentimento de impunidade, potenciado pelo sentimento grupal idêntico. Alguns dos jovens procuram uma identidade própria em relação ao grupo, sendo desta forma que começam a surgir os líderes. Esta competição interna funciona como precursora de novos actos transgressivos, aumentando a agressividade grupal e individual por necessidade de auto-afirmação; (3) *fase criminal rotineira*: o jovem vive o momento, não idealiza o futuro e é mais violento, pois já perdeu a maior parte das regras comportamentais/sociais. Pode procurar grupos mais pequenos, com alguma estrutura hierárquica e objectivos criminais bem definidos. Estes grupos actuam com planeamento prévio das suas acções; (4) *fase criminal crítica*: existe uma assimilação criminal baseada na experiência pessoal e do que o rodeia. O modo de vida do jovem já se encontra indissociável da prática constante de ilícitos criminais. O delinquente é desprovido de qualquer regra social, é violento e denota pouco arrependimento pelos actos por si praticados, tornando a sua recuperação social muito difícil<sup>33</sup>.

Compete ao Estado criar condições que minimizem a existência deste tipo de fases criminais. Por um lado através da atribuição de tarefas de prevenção e repressão da criminalidade às autoridades judiciais e policiais. Por outro, por via da promoção da igualdade entre cidadãos<sup>34</sup>, começando, desde logo, com o assegurar de uma educação digna e com igualdade de oportunidades para os jovens das diferentes classes. “Todos os indivíduos devem ser considerados de modo igualitário em termos morais” (Maia, 2008:189). Uma das principais razões para a formação de *subculturas* é o facto de as crianças, por serem provenientes de classes mais baixas, sentirem logo no ensino primário que não irão ter as mesmas oportunidades dos jovens das classes médias. Não podemos olvidar que “a educação é uma das actividades mais elementares e mais necessárias da sociedade humana” (Arendt, 1961:195) e que “a criança tem necessidade de ser especialmente protegida e cuidada para evitar que o mundo a possa destruir” (Arendt, 1961:196). É importante que não se estigmatizem as populações das ZUS. Consideramos que a maioria dos residentes nestas áreas não se revê nos actos criminosos praticados por um segmento dos moradores. Falamos dos muitos que levam vidas dignas, dedicadas à família e ao trabalho. Esses não criam uma identidade comum com aqueles que se dedicam de forma reiterada à prática de ilícitos, pois conformam-se com o facto de ser necessário lutar por vias legítimas para atingirem os seus objectivos.

---

<sup>33</sup> No capítulo 3 abordaremos em específico a questão da prevenção da criminalidade em cada uma destas *fases criminais*.

<sup>34</sup> Vide artigos 9º e 13º da CRP.

O correcto enquadramento das minorias étnicas no seio da sociedade é uma questão que não deve ser desconsiderada entidades governativas. Como explanaremos seguidamente, ao longo dos últimos anos diversas medidas foram adoptadas, com o intuito de reduzir a criminalidade e a estigmatização de algumas áreas periféricas aos centros urbanos, assim como aumentar a inclusão social dessas comunidades.

#### **4 - Algumas respostas governamentais**

Em meados dos anos 90, o fenómeno das minorias atingiu em Portugal tais dimensões que o Estado começou a encarar o problema como uma questão nacional que urgia resolver. Em 1996, através do Decreto-Lei Nº 3-A/96, criou-se o cargo de *Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas*<sup>35</sup>. Este diploma teve como principal desiderato a protecção das minorias étnicas, como forma de combater a intolerância e a discriminação. Em 1999, através da Lei 134/99, é criada a *Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial*, com o objectivo de prevenir e proibir a discriminação racial sob todas as suas formas. Já no século XXI, mais precisamente em 2001 é aprovado, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 4/2001, o Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens, mais conhecido como “Programa Escolhas”. Os principais objectivos consistiam na prevenção da criminalidade<sup>36</sup> e inserção dos jovens dos bairros mais vulneráveis dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal e a sua formação pessoal e social, escolar e profissional. Em 2005, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005, ocorreu o lançamento da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos. Apostou-se em quatro vectores essenciais: (1) qualidade de vida e funcionalidade; (2) competitividade e inovação; (3) reabilitação e valorização dos espaços urbanos consolidados; (4) Qualificação e reinserção urbana de áreas críticas.

No programa do XVII Governo Constitucional assumia-se o objectivo da existência de “uma política que articuladamente combata as causas e as consequências do crime”<sup>37</sup>. Para tal, além das Forças de Segurança, “as autarquias devem ser implicadas neste

---

<sup>35</sup> “O aumento das pressões migratórias verificado nos últimos anos suscitou problemas sociais que se têm vindo a agravar e que o programa do Governo procurou inventariar, tanto ao nível da política de cooperação como ao nível da segurança e da inserção social. (...) A protecção das minorias étnicas assume importância fundamental, como forma de combater a intolerância e a discriminação.”

<sup>36</sup> “A prevenção da criminalidade visa, assim, a intervenção junto das crianças e dos jovens e das suas famílias, os quais, vivendo em contextos sócio-económicos desfavoráveis, associados a características pessoais negativas, resultantes de um processo de crescimento desajustado, são identificados como potenciais marginais”.

<sup>37</sup> Página 147 do programa do XVII Governo Constitucional (2005 a 2009).

esforço, através da celebração de Contratos Locais de Segurança<sup>38</sup>, os quais pretendiam que o relacionamento entre os agentes de autoridade e os cidadãos se pautasse pela cooperação entre as várias entidades, visando a melhoria do sentimento de segurança. No programa do XIX Governo Constitucional o assunto em análise também é abordado, quando é dado ênfase à “avaliação dos programas públicos de acção e integração social nas zonas urbanas sensíveis, sobretudo nas áreas da educação, habitação, emprego e toxicodependência, envolvendo autarquias locais, IPSS, Misericórdias e organizações não-governamentais” e quando é incrementada a “presença e a visibilidade das forças de segurança, tanto numa base permanente como tendo em conta as zonas identificadas como de maior risco e as flutuações sazonais, em ordem a aumentar a percepção de segurança das populações”<sup>39</sup>.

A PSP, para muitos dos jovens, é a única referência repressiva que estes têm estabelecendo os limites do que é legal ou ilegal ou, pior ainda, simplesmente do que podem e do que não podem fazer, à falta de qualquer outra figura de autoridade capaz de se lhes impor. Daqui decorre ser fundamental conseguir-se um equilíbrio, entre uma intervenção de repressão da criminalidade e dos comportamentos desviantes, com uma intervenção de proximidade, que permita uma acção pedagógica, sempre com o objectivo da integração e formação correcta do jovem.

Constatámos que a questão das minorias e das zonas urbanas sensíveis ocupam de sobremaneira a agenda política nacional, sendo a PSP uma das entidades que mais responsabilidade tem na gestão dos problemas associados a esses locais. De seguida abordaremos especificamente aquilo que é a actividade desta Polícia no encalço da paz e tranquilidade públicas nas áreas onde a acção policial é, previsivelmente, mais arriscada, dadas as características supra mencionadas. Começaremos por debruçar-nos sobre a importância de gerir convenientemente as relações entre a Polícia e a comunidade para prevenir a ocorrência de desordens, assim como sobre qual o modo mais adequado de retomar as relações de normalidade após a verificação das mesmas.

---

<sup>38</sup> Página 150 do programa do XVII Governo Constitucional. O bairro da Quinta do Mocho, situado na freguesia da Apelação, concelho de Loures, foi um dos locais em que a adopção deste contrato foi prioritária, devido aos confrontos registados em Junho de 2008 entre as comunidades cigana e negra, ambas residentes no interior do bairro. Assim, em Setembro de 2008, a freguesia da Apelação foi uma das três (juntamente com Camarate e Sacavém) que adoptou esta medida experimentalmente.

<sup>39</sup> Páginas 72 e 73 do programa do XIX Governo Constitucional.

## **Capítulo 2 – Da desordem à ordem pública nas ZUS – a emergência do *unrest***

### **1 – A ordem pública**

A ordem pública é condição essencial para que a população possa usufruir dos seus direitos, liberdades e garantias convenientemente. Todos os factores que possam colocar em causa a tranquilidade pública devem merecer a máxima reflexão por parte dos responsáveis policiais. Nesse sentido, almejamos poder perceber qual a dinâmica que conduz às desordens nas ZUS com grau de risco elevado ou muito elevado, assim como entender qual a forma mais adequada de retornarmos ao *estado de normalidade*, após se verificarem alterações da ordem pública.

Desde logo, importa que percebamos quais as disposições legais que delegam na PSP a responsabilidade de zelar pela manutenção da ordem pública. O artigo 272º, nº1 da Constituição da República Portuguesa (CRP) define que “a Polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna dos cidadãos”. O artigo 1º da Lei 53/2008<sup>40</sup> define Segurança Interna como “a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, (...) e o respeito pela legalidade democrática”. A Lei 53/2007<sup>41</sup>, no seu artigo 3º, estipula que uma das funções da PSP é “garantir a ordem e tranquilidade públicas, a segurança e a protecção das pessoas e dos bens”. Constatamos, conseqüentemente, que a manutenção da ordem pública constitui-se como uma das funções primordiais da PSP. Mas como definir *ordem pública*?

Miranda defende que a ordem pública consiste no “conjunto das condições externas necessárias ao regular funcionamento das instituições e ao pleno exercício dos direitos” (Miranda, 1994:5). Podemos também defini-la como “o conjunto de condições que permitem o desenvolvimento da vida social com tranquilidade e disciplina, de modo que cada indivíduo possa desenvolver a sua actividade sem terror ou receio”<sup>42</sup>. Oliveira, acrescenta que, se a ordem pública for definida por referência aos factos, poderá ser entendida como “a ausência de toda a perturbação material ou ausência de desordem” (Oliveira, 2000:17). Torres entende a ordem pública como “a área de actividade de Segurança Interna que visa criar ou restabelecer as condições essenciais ao normal funcionamento das instituições democráticas e ao exercício pleno dos direitos individuais

---

<sup>40</sup> Lei de Segurança Interna.

<sup>41</sup> Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública.

<sup>42</sup> Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, processo 29379 de 4 de Junho de 1992.

e que respeitam a interesses superiores da colectividade” (Torres, 2005:7). Felgueiras apresenta-nos o conceito operacional ordem pública como a “função espaço-temporal, onde as circunstâncias referenciais da vida em sociedade mantêm-se inalteradas, fundamentalmente, devido à inexistência de níveis de irritabilidade e de violência idóneos a condicionarem a normalidade da vida quotidiana”. (Felgueiras, 2009:146). Pinho concorda com Felgueiras, reiterando que “apenas as situações que colocam em causa o estado de normalidade da vida quotidiana de uma determinada comunidade, serão geradores de passagem do estágio desejável para uma situação mais gravosa” (Pinho: 2009: 305). Tendo como referência os autores supra referidos, entendemos a ordem pública como o conjunto de condições que permitem o pleno exercício de direitos por parte dos cidadãos, sem que se verifiquem níveis de violência passíveis de condicionar a normalidade da sua vida quotidiana.

Delimitado o conceito de ordem pública e constatado o dever legal da PSP em proceder à sua manutenção, passaremos à análise do processo que conduz à existência de desordens em ZUS *vermelhas* e o respectivo retorno à ordem pública.

## **2 – O modelo de desordem**

A *Association of Chief Police Officers* procura, no seu *Manual of Guidance on Keeping the Peace*<sup>43</sup>, compreender as causas das desordens e ajudar, não só os elementos executantes, mas também quem planeia e dirige, a gerir eventos e incidentes onde existe risco para a segurança pública ou um potencial para se verificar uma situação de desordem. O documento, sem ser exaustivo, tem como objectivos o (1) inserir a resposta eficaz ao crime e à desordem no centro da actividade policial; o (2) reforçar a necessidade da criação de parcerias baseadas numa aproximação sincera às comunidades e ao imperativo de reforçar o sentimento de segurança; o (3) enfatizar a necessidade das iniciativas locais e o (4) promover a criação de uma estrutura para planear e gerir, nos diferentes níveis, eventos onde exista risco para a segurança pública ou um potencial de desordem. São definidos os estádios de *tensão*, *desordem*, *desordem grave* e *unrest*<sup>44</sup> como fazendo parte deste circuito de efectivação de desordens e respectivo retorno ao *estado de normalidade*. Resumidamente, o *estado de normalidade* consiste no dia-a-dia em ordem, em que a Polícia actua no seio da comunidade; a *tensão* trata-se de um nível de preocupação ou de sentimentos de alarme crescentes numa comunidade; a *desordem* é um estágio em que o sentimento é suplantado pela acção; a

---

<sup>43</sup> Guia da manutenção da ordem.

<sup>44</sup> Termo que entendemos como “desassossego” ou “intranquilidade”.

*desordem grave* caracteriza-se pela verificação de conflitos extremados e admite-se que possa ter a forma de protesto violento, de tumulto, de danos patrimoniais criminalmente tipificados, de saques ou ainda do uso de armas; finalmente, no *unrest*, tem lugar o restabelecimento das relações entre a Polícia e a comunidade.

Felgueiras entende o *unrest* de forma distinta. Para o autor, este estado deve considerar-se como o *caos*, situação que carece da aplicação figuras jurídicas, como o estado de sítio ou o estado de emergência, em que a ordem não consegue ser reposta através dos mecanismos legais normais. “O prolongamento da espiral de violência no tempo é idóneo para produzir em estado de caos”. (Felgueiras, 2009: 145). Concordamos com o facto de o prolongamento de situações de violência no tempo se consubstanciarem em estados de *caos*. Ainda assim, como explanaremos adiante, consideramos que este *caos* deve ser entendido como componente das *desordens graves*, sendo o *unrest* um estado distinto, em que se caminha para o restabelecimento da ordem pública. No mesmo sentido, Leitão afirma que “o *unrest* é o processo que conduz ao retorno das relações à normalidade entre a comunidade e a Polícia, após a existência de desordens”<sup>45</sup>. Pinho também entende o *unrest* desta forma. Para o autor, nesta fase “a Polícia e os outros parceiros procuram, de forma estruturada, combater a agitação e a intranquilidade que reside no seio da comunidade, de forma a devolverem a ordem, que se deseja percebida pelo público” (Pinho, 2009: 306).

O paradigma da prevenção, apanágio de todo o sistema policial português, também se aplica à ordem pública, pelo que uma parte das desordens pode ser prevenida, através de um trabalho competente e limitador das oportunidades para a verificação de crimes e desordens por parte da Polícia. Tentaremos, por conseguinte, dar o nosso contributo nesta matéria, com vista a contribuir para uma melhoria do policiamento que é efectuado nas ZUS *vermelhas*.

## **2.1 – Considerações relativamente ao modelo de desordem**

Consideramos o modelo proposto pelo *Manual of Guidance on Keeping the Peace*, assim como os respectivos estudos elaborados por Felgueiras<sup>46</sup> e por Pinho<sup>47</sup>, ainda que não concordantes entre si, referências incontornáveis nesta área<sup>48</sup>. Em

---

<sup>45</sup> Vide entrevista ao Superintendente Leitão, Anexo 13.

<sup>46</sup> Vide Felgueiras, Sérgio (2009), “A actividade policial na gestão da violência”, in Manuel Valente (coordenador), *Reuniões e Manifestações - Actuação Policial*, Coimbra, Almedina, pp. 137-162.

<sup>47</sup> Vide Pinho, P. Valente (2009), O Modelo de Desordem, in Manuel Valente (coordenador), *Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSP em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida*, Coimbra, Almedina, pp. 299-327.

<sup>48</sup> Vide Esquematização dos Modelos, Anexo 4.



qualquer destes trabalhos são apresentadas esquematizações com algumas diferenças que nos parecem pouco relevantes, importando antes relevar a forma como são percebidas pelos elementos policiais e, em última análise, como são aplicadas no *terreno*. O objectivo deste estudo não passa por fundamentar um novo modelo de desordem. Almejamos antes e apenas, elucidar convenientemente sobre a importância do estado *unrest* no retomar das relações de normalidade no seio da comunidade. Em simultâneo procuramos reflectir sobre o que nos foi possível apurar das entrevistas realizadas e das observações directas que nos foram proporcionadas ao longo do estágio prático, de forma a explanarmos as diferenças que consideramos existirem entre *tensão*, *unrest* e *caos*. Introduzimos ainda a caracterização dos diferentes estádios, de forma a se perceberem em que diferem e de que forma essas percepções se podem reflectir na prevenção criminal.

O *estado de normalidade* verifica-se sempre que as relações entre a comunidade estão estáveis. A Polícia consegue desenvolver o seu trabalho no seio da comunidade conjuntamente com os parceiros sociais<sup>49</sup>, angariando informações proveitosas para a sua actividade e, simultaneamente, auxiliando os cidadãos a resolverem os seus problemas da vida quotidiana. Este estágio engloba as situações do foro criminal que não provoquem estados de *tensão* ou desordens<sup>50</sup>. Tal como Pinho, consideramos que o estado de normalidade pode ser definido, “de forma simples como ordem pública” (Pinho, 2009: 305).

Entendemos a *tensão* como o estado em que existe um nível crescente de sentimentos de alarme, de preocupação ou de descontentamento<sup>51</sup> na comunidade. Na nossa opinião, a existência de *tensão* é condição *sine qua non* para a existência de desordens. Ainda assim, esclarecemos que esse estado pode ser mais ou menos prolongado. Podem verificar-se diversas situações: (1) a *tensão* apenas dura alguns momentos e passa-se imediatamente para a *desordem ou desordem grave*. Por exemplo, quando num determinado bairro a Polícia realiza uma operação de combate à criminalidade, apesar de poder não existir um estado de *tensão* até àquele momento, por vezes a população une-se contra a actuação policial, propiciando a ocorrência de desordens; (2) existem sentimentos de descontentamento, preocupação ou alarme durante um lapso temporal mais prolongado e as desordens despoletam-se após um estímulo dado por um membro das Forças de Segurança ou de um cidadão comum, ou,

---

<sup>49</sup> De acordo com a filosofia do policiamento de proximidade, nomeadamente o plasmado na Directiva estratégica 10/2006. Assunto desenvolvido no capítulo 3.

<sup>50</sup> Infelizmente o crime é parte inerente à vida em sociedade. Desta forma consideramos ser impossível à Polícia eliminá-lo por completo. Quando os crimes constatados não provocam nem estados de *tensão* nem desordens estamos perante o *estado de normalidade*.

<sup>51</sup> Se existirem confrontos físicos deixamos de estar perante um estado de *tensão* e entramos em *desordem*.

finalmente, (3) poderá existir um estado de *tensão* sem que cheguem a existir confrontos físicos. É frequente verificar-se esta situação nas zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado. Grande parte da população está descontente com a sua situação económica, e apresenta elevados sentimentos de alarme e preocupação. A principal função da Polícia, nomeadamente das Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV)<sup>52</sup>, é reduzir esse estado de *tensão*, pois dessa forma a ocorrência de desordens será melhor prevenida. A *tensão* é um estágio em que a actuação policial é fulcral. Daqui é possível passar-se para a *desordem*, para a *desordem grave* ou para o *unrest*. Defendemos que nunca se passa do estágio de *tensão* para a ordem pública, pois, mesmo não existindo confrontos, é necessário passarmos pelo *unrest* para voltarmos ao *estado de normalidade*.

A *desordem* caracteriza-se pelo início da violência. Os estados de preocupação, alarme ou descontentamento dão lugar a acções que interferem directa e fisicamente com os restantes membros da comunidade. Como explicámos anteriormente, podemos chegar a esta fase após um lapso temporal mais ou menos longo, sendo certo que a *desordem* pode ser despoletada através de uma acção menos adequada da Polícia ou através da acção dos membros da comunidade quando estão no estágio *tensão*. Após se verificar a *desordem*, existem duas possibilidades: (1) os confrontos agravam-se, verificando-se a *desordem grave*; (2) passamos para o estágio de *unrest* caso os confrontos físicos cessem, mesmo que se mantenha um clima de irritabilidade, pois será este o caminho necessário para se restabelecer o *estado de normalidade*.

A *desordem grave* pode-se entender como o “conflito extremo”<sup>53</sup>. Consideramo-la como o agravar do estado de *desordem*, nomeadamente quando se verificam grandes tumultos ou a utilização de armas. Quanto ao conceito de *caos* defendido por Felgueiras, sugerimos que seja englobado neste estágio do modelo de desordem. Quando alcançado este nível de violência, subsistem somente duas vias: (1) volta-se à *desordem*, quando os confrontos se mantêm, ainda que diminuindo de intensidade; ou (2) evolui-se para o *unrest*.

Como já fomos deixando transparecer, estamos em crer que o *unrest* é uma etapa crucial no restabelecimento do *estado de normalidade*. Este é o período onde o restabelecimento das relações tem lugar. “A sensibilidade e a confiança são factores-chave neste processo. A actividade da Polícia deve focar-se num retorno estruturado ao

---

<sup>52</sup> Agentes com funções ligadas exclusivamente ao Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP). Estas equipas são constituídas, no mínimo, por dois *agentes de proximidade*. No capítulo 3 explanaremos a génese da sua criação e respectivas funções.

<sup>53</sup> Manual of Guidance on keeping the peace, página 23.

estado de normalidade”.<sup>54</sup> Pinho considera de igual modo o *unrest* uma fase crucial no restabelecimento da ordem pública. “ (...) As situações de combate, em cumprimento da premissa da mínima intervenção, às desordens ou às desordens graves não devolvem a situação a um clima de ordem, uma vez que acreditamos que esta não consegue ser imposta porque os níveis de preocupação ou de sentimentos de alarme subsistem, alimentando um (constante) estágio de tensão” (Pinho, 2009:324).

Consideramos que após se verificarem os estádios de *tensão*, *desordem* e *desordem grave*, há sempre lugar ao *unrest*, no percurso para as relações intracomunitárias ou entre esta e a Polícia retornarem à ordem. É nossa convicção que é no *unrest* que as relações de confiança entre a Polícia e os seus *clientes*<sup>55</sup> caminham para o seu estado normal. Nesta fase, a Polícia terá, forçosamente, que ter uma atenção redobrada nas acções, pois, uma vez que ainda se está numa fase sensível, aumenta a probabilidade de se voltarem a registar confrontos. Uma decisão menos ponderada por parte do efectivo policial pode significar o regredir de todo o processo de restabelecimento do *estado de normalidade*. Após o estágio *unrest*, passaremos ao *estado de normalidade* quando as relações entre a Polícia e a comunidade forem restabelecidas, ou regredimos à *desordem* ou *desordem grave* caso este processo não seja bem conduzido pelos elementos policiais, ou existam outros factores externos que promovam essa regressão, sem que a culpa possa ser imputada à condução do processo por parte dos elementos policiais, como são exemplo declarações dos responsáveis políticos ou o retomar espontâneo da violência por parte da comunidade.

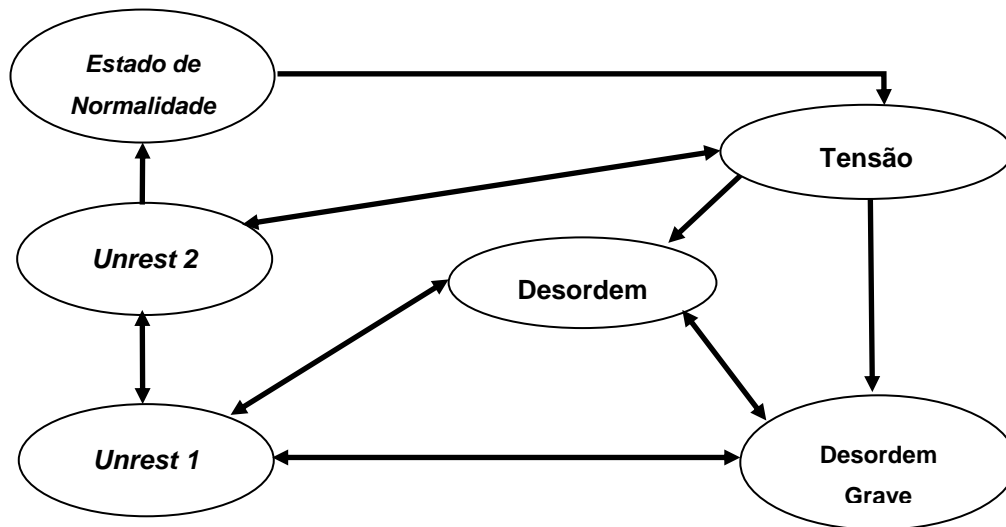
Pinho afirma que “a análise do modelo permite concluir que não é necessário progredir em todos os níveis e que, de qualquer um deles, é possível regressar ao estágio de ordem” (Pinho, 2009:306). Concordamos que este modelo terá, necessariamente, de ser flexível, dada a complexidade das relações estabelecidas dentro da própria comunidade e entre esta e a Polícia. Ainda assim, não consideramos ser possível uma maior flexibilidade do que aquela que referimos supra. Não se nos afigura possível, por exemplo, passarmos de um estágio de *desordem* ou *desordem grave* para o *estado de normalidade* (ou ordem pública, como se queira), sem antes se passar por um período de restabelecimento das relações, o denominado *unrest*. Deste modo, consideramos que o *modelo de desordem* que mais se aproxima da realidade vivida pelos elementos policiais no terreno e que melhores resultados pode trazer para a actuação policial, se resume através do seguinte esquema.

---

<sup>54</sup> Manual of Guidance on keeping the peace, página 23.

<sup>55</sup> Expressão utilizada primeiramente por Robert Peel em 1829, aquando da formação da *Metropolitan Police*.

Figura 1- Proposta de modelo de desordem



Fonte: Elaboração Própria

### 3 – Esquematisação da intervenção nas ZUS vermelhas

O policiamento<sup>56</sup> nas ZUS *vermelhas* apresenta-se como um processo em que se afigura complexo gerir as relações entre a Polícia e a comunidade. As possíveis alterações da ordem pública e o aumentar dos fenómenos periclitantes para a actuação policial, consubstanciam-se em dificuldades acrescidas para os elementos que estão a desempenhar funções operacionais. Concomitantemente afigura-se-nos complicado definir um modelo de actuação que deva ser seguido *stricto sensu*, uma vez que cada ZUS tem as suas características próprias, assim como cada situação poderá apresentar conjunturas diferentes. Ainda que conscientes desta vicissitude, pensamos que esta problemática carece de uma abordagem mais aprofundada, com vista a sistematizarem-se alguns procedimentos profícuos<sup>57</sup>.

É importante que se aborde, em primeira instância, o policiamento que se deve adoptar nas ZUS *vermelhas* quando estamos no *estado de normalidade*, dividindo a nossa análise consoante os meios que consideramos adequados a utilizar. Independente do meio a que nos refiramos, consideramos que a presença policial deve ser tão permanente quanto possível, tendo sempre em atenção a segurança dos elementos policiaes que lá prestam serviço<sup>58</sup>.

<sup>56</sup> Termo convenientemente explicado no capítulo 3.

<sup>57</sup> Vide o nosso "diário de campo", Anexo 1 e a nossa análise ao Anexo A da Directiva Estratégica 16/2006, Anexo 5.

<sup>58</sup> De fora da nossa abordagem ficam as Esquadras de Investigação Criminal, uma vez que julgamos que as mesmas não devem ficar vinculadas a qualquer tipo de policiamento nestes locais. A sua presença no local deve acontecer conforme a necessidade das investigações que levam a cabo. Importa, ainda assim, reiterar

Relativamente aos carros-patrolha (CP's), é importante que, durante o período diurno, passem intermitentemente pelos locais, de modo a que a população se habitue à sua presença. Durante a noite devem-se abster de entrar nas ZUS *vermelhas*, apenas o fazendo quando (1) seja previsível que os seus residentes já não estejam em grande número nas ruas, com vista a questionarem eventuais viaturas furtadas que estejam no local, (2) quando nas imediações se encontre uma Equipa de Intervenção Rápida (EIR) com capacidade de se colocar no local de imediato, caso seja necessário ou (3) sempre que por insuficiência de meios sejam forçados a entrar nestas áreas, ainda que o devam fazer com a tripulação reforçada.

As EIR's assumem um papel fulcral no policiamento destes locais. Consideramos que durante a noite devem ser as responsáveis pelo patrulhamento das ZUS *vermelhas*, assim como devem ser elas a ser accionadas para o local em caso de ocorrências inopinadas, e não os CP's. Durante o dia também devem passar pelos locais, embora não com tanta frequência quanto no período nocturno.

No que concerne à Unidade Especial de Polícia (UEP), esta deve ser obrigatoriamente accionada sempre que existam operações planeadas nestas áreas, caso seja necessário efectuar buscas domiciliárias, no âmbito de operações planeadas pela valência da Investigação Criminal, e exista a probabilidade de os seus residentes estarem no interior da residência. É fundamental que se salguarde a integridade física dos elementos policiais, daí considerarmos adequado que seja o Grupo de Operações Especiais (GOE) a efectuar a entrada nestas circunstâncias, por se tratar da Subunidade da PSP especialmente treinada para o efeito. Prates concorda com o nosso ponto de vista, acrescentando que considera “necessária a utilização da UEP nos cenários de risco que passa, não por realizar a busca em si, diligência processual que está a cargo da valência de investigação criminal, mas para efectuar uma entrada em determinada residência ou local, a intercepção ou controlo de determinados suspeitos”<sup>59</sup>.

As EPAV devem passar todos os dias pelo local, de forma a ganharem, gradualmente, a confiança dos residentes. Não é necessário que estejam permanentemente nestas áreas, devendo sim passar intermitentemente pelos locais. Estes elementos assumem uma função decisiva nesta fase, uma vez que potencialmente criarão, ao longo do tempo, laços de confiança privilegiados com a comunidade, que lhes permitirão ter uma atitude importante no evitar de desordens.

---

que as EIC's devem obedecer aos mesmos cuidados de segurança tidos pelos restantes meios que operam no terreno.

<sup>59</sup> Vide entrevista, Anexo 21.

Quanto ao estado de *tensão*, os procedimentos policiais não diferem muito dos adoptados no *estado de normalidade*. A principal diferença reside em estarmos num estado de “pré-desordem”, sendo a população que tem uma atitude mais proactiva. Deve-se ter um cuidado redobrado nos contactos com os habitantes destes locais, uma vez que uma atitude mais imponderada pode levar ao escalar dos índices de violência. São estes os principais motivos que nos levam a afirmar que nesta fase os elementos policiais devem manter uma atitude mais passiva e observadora, deixando que seja a população a ter a atitude mais proactiva, manifestando desta forma quais as suas inquietações, o que facilitará o trabalho policial na prossecução da manutenção da ordem pública.

Como ficou perceptível na Figura 1, consideramos que o *unrest* se divide em duas fases distintas, sendo que a atitude policial, em ambos os casos, deve ser substancialmente mais proactiva, quando comparada com a postura adoptada na *tensão* ou no *estado de normalidade*. Na primeira dessas fases (*unrest 1*), na nossa opinião, importa que a Polícia marque uma presença de uma forma mais ostensiva, através de abordagens constantes a indivíduos suspeitos e da presença permanente, adoptando um policiamento mais musculado (nomeadamente através da utilização da UEP). É importante que a comunidade perceba que não existem locais imunes à actividade estatal e que quem efectivamente detém o controlo da área é a Polícia e não os populares provocadores das desordens. Esta abordagem mais repressora deve-se manter nos locais até existirem indícios de que as desordens podem voltar a ocorrer, não existindo, portanto, um período – padrão para a duração desta presença mais limitadora dos direitos dos cidadãos<sup>60</sup>. Nesta fase os *agentes de proximidade* não devem ainda intervir, uma vez que devem ser resguardados para a segunda fase do *unrest*. Apenas chegamos ao *unrest 1* após a verificação de desordens ou desordens graves. Conforme afirma Magina, “quando há incidentes graves, deve ocorrer uma reacção forte e imediata, com elevada presença policial”<sup>61</sup>. Note-se que essas acções de abordagem constante devem focalizar-se em suspeitos de actividades criminais e “nunca de forma indiscriminada contra todos os residentes e frequentadores do espaço”<sup>62</sup>.

Numa segunda fase, quando as relações entre a Polícia e a comunidade estiverem mais serenas, sendo menos provável que voltem a existir desordens, como resultado do controle entretanto exercido sobre os promotores da desordem inicial, julgamos que o papel decisivo no retomar do *estado de normalidade* deve ser atribuído

---

<sup>60</sup> Vide exemplo dos procedimentos policiais adoptados pelo Comando Distrital de Setúbal aquando das desordens registadas no bairro da Bela Vista em 2009, Anexo 13 (entrevista ao senhor Superintendente Leitão).

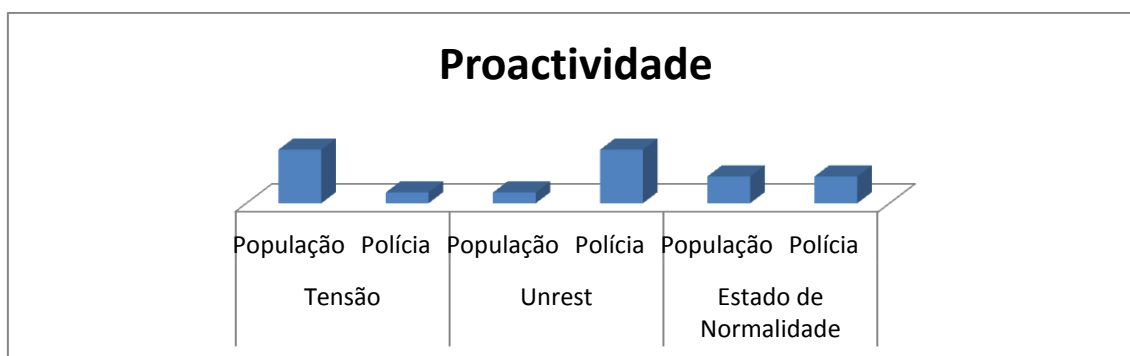
<sup>61</sup> Vide entrevista, Anexo 18.

<sup>62</sup> Vide entrevista ao Superintendente Lucas, Anexo 17.

aos *agentes de proximidade*. Neste *unrest 2* a presença policial marcadamente ostensiva do primeiro período de restabelecimento das relações entre a Polícia e a comunidade, deve-se ir diluindo aos poucos. O objectivo é chegar-se ao *estado de normalidade*, portanto o policiamento adoptado deve ser semelhante ao que se tem em circunstâncias normais. No mesmo sentido, Lucas afirma que alguns dos principais objectivos desta fase do pós-desordem consistem em “retomar ou continuar a merecer a confiança e apoio da generalidade dos residentes, frequentadores e associações da ZUS e minimizar os impactos, particularmente para os residentes e frequentadores da ZUS, decorrentes dos incidentes já ocorridos”<sup>63</sup>. Os *agentes de proximidade* e as tripulações dos CP’s durante o período diurno e as EIR’s, especialmente durante o período noturno, retomam as funções que tinham antes de se verificarem desordens no local, ainda que com uma presença mais permanente do que habitualmente. Se se constatar que continuam a existir desrespeitos à autoridade, deve-se voltar a ter a atitude mais repressora que é apanágio do *unrest 1*, até que essa situação se deixe de verificar.

Conforme referimos, a Polícia não deve ter a mesma *proactividade* em todos os estádios do modelo de desordem. A preponderância de cada meio táctico disponível para o policiamento destes locais também se deve adequar às circunstâncias, sendo possível definir alguns procedimentos a adoptar para cada meio táctico empregue no *terreno*. Nas três figuras seguintes vem exposto, de forma sucinta, aquilo que defendemos relativamente a estas temáticas.

**Figura 2 – Comparação gráfica da proactividade da Polícia vs População nos estados de *tensão*, *unrest* e *normalidade* nas ZUS vermelhas**

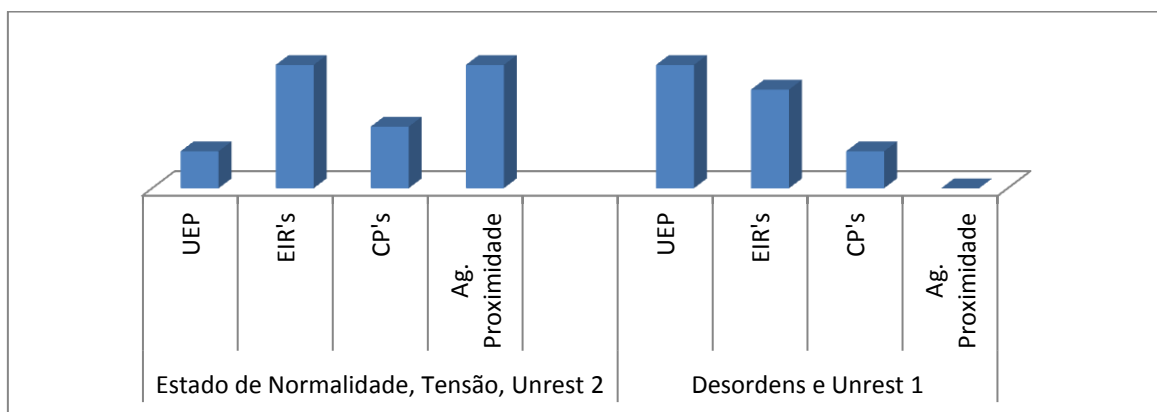


Fonte: Elaboração própria

O conceito proactividade deve aqui ser entendido como a iniciativa para estabelecer uma ligação polícia-cidadão. Na *tensão* a proactividade da Polícia deve ser mais baixa, ao contrário de no *unrest*. No *estado de normalidade* pretende-se que exista uma iniciativa recíproca.

<sup>63</sup> Vide entrevista ao Superintendente Lucas, Anexo 17.

Figura 3 – Preponderância de cada meio no policiamento das ZUS vermelhas



Fonte: Elaboração Própria

Através da figura 3 pretendemos diferenciar as opções tácticas que podem ser utilizadas, enfatizando a importância das EPAV (período diurno) e das EIR's (período nocturno) no policiamento das ZUS vermelhas (principalmente no *estado de normalidade*). Destacamos também o facto de no *unrest 1* e nas desordens, ser praticamente consensual que as EPAV devem ficar de fora desse processo, dando-se primazia a uma abordagem policial mais repressiva através da UEP<sup>64</sup>.

Figura 4 – Quadro-resumo de procedimentos a adoptar nas ZUS vermelhas

Meios a utilizar	Principais procedimentos
CP's	<i>Estado de normalidade</i> : No período diurno passam intermitentemente pelos locais. Durante a noite apenas o fazem em casos excepcionais.
EIR's	<i>Estado de normalidade</i> : Durante a noite devem ser as responsáveis pelo patrulhamento. Importante também no <i>unrest 2</i> .
Proximidade	Não utilizar em OP's reactivas. Importante no <i>estado de normalidade</i> e no <i>unrest 2</i> (apenas em período diurno).
UEP	Obrigatoriamente accionada sempre que existam operações planeadas mais perigosas para os elementos policiais. Principal meio no <i>unrest 1</i> .

Fonte: Elaboração Própria

Cremos que a correcta articulação destes quatro meios é fundamental para se garantir a segurança dos elementos policiais envolvidos no policiamento das ZUS. Paralelamente, a eficácia das intervenções policiais também poderá sair beneficiada.

Após abordarmos o *modelo de desordem* e respectiva actuação policial nas ZUS vermelhas, nas alturas mais críticas do relacionamento entre a Polícia e a comunidade, iremo-nos focar no modo como se pretende que as diversas valências policiais se articulam nestas áreas, dando especial enfoque à vertente preventiva da actuação policial, onde as EPAV se assumem como o expoente máximo da aplicação do policiamento de proximidade.

<sup>64</sup> Vide exemplo dos procedimentos policiais adoptados pelo Comando Distrital de Setúbal aquando das desordens registadas no bairro da Bela Vista em 2009, Anexo 12 (Entrevista ao senhor Superintendente Leitão).



## **Capítulo 3 - Modelo integral de policiamento**

### **1 - A demanda de uma Polícia *Integral***

Um dos objectivos de toda e qualquer Polícia é que as suas vertentes de actuação funcionem de forma articulada. A maioria das polícias europeias, hoje em dia, tem um conjunto de competências consensualmente semelhantes. “Em todos os países da Europa, de acordo com modalidades organizacionais diferentes, emergem quatro grandes missões<sup>65</sup>: *la police de sécurité*<sup>66</sup>, *la police d'ordre*<sup>67</sup>, *la police criminelle*<sup>68</sup> et *la police de renseignement*<sup>69</sup>” (Monet, 1993:96 e 97). No caso da PSP importa referir que as suas competências não se mantiveram niveladamente estáticas com o decorrer dos anos. Até à década de 1990 os pilares de actuação da Polícia quedavam-se, essencialmente, pela busca de informações<sup>70</sup> e pela manutenção de ordem pública<sup>71</sup>.

No início dos anos 90, começam a emergir em Portugal as primeiras estratégias<sup>72</sup> políticas que davam enfoque à prevenção da criminalidade. As polícias portuguesas destacavam a importância desta valência após os países anglo-saxónicos e a França terem adoptado o modelo de policiamento comunitário ou de proximidade<sup>73</sup>. As preocupações quotidianas dos cidadãos e a forma de combater as causas da

---

<sup>65</sup> Optámos por apresentar as ideias na língua original em que foram escritas para não deturpá-las.

<sup>66</sup> A tradução à letra resultaria em “Polícia de Segurança”. Pensamos que podemos entender essa designação como fazendo alusão ao pilar “prevenção”.

<sup>67</sup> Similar ao pilar “ordem pública”.

<sup>68</sup> Similar ao pilar “investigação criminal”.

<sup>69</sup> Similar ao pilar “informações”.

<sup>70</sup> O pilar Informações pode entender-se como o “conjunto de acções a desenvolver com o objectivo de proceder, de forma sistemática, à pesquisa, centralização e processamento de notícias, com vista à produção e difusão de informação que garanta a prossecução dos objectivos do sistema de segurança interna” (Torres, 2005: 10).

<sup>71</sup> Este facto verificava-se porque a PSP não tinha competências reconhecidas na Lei ao nível da investigação criminal e a sua actuação preventiva, recorrendo do regime político vigente até 1974, era confundida com a recolha de informações de cariz estadual, em alinhamento com a concepção de segurança vigente na época em Portugal. (O Estado detinha toda a responsabilidade pela segurança da comunidade).

<sup>72</sup> “Pode-se definir a Estratégia como um conjunto de linhas de orientação, planos, programas e acções que, conjugados com a existência de uma filosofia de alinhamento e envolvimento organizacional, pretendem congrega, de forma o mais eficiente possível, os esforços, competências, capacidades e recursos de determinada organização no caminho para o alcance de uma visão previamente estabelecida” (Barata, 2010:23).

<sup>73</sup> A lei nº 95-73 de 21 de Janeiro de 1995 (França), marcou uma viragem decisiva no contexto da proximidade policial: “É necessário que a Polícia encontre o seu lugar na cidade. Reconciliando-se com a tradição republicana, ela deve voltar a tornar-se uma polícia de proximidade, presente na via pública, mais que uma polícia de ordem. Ela deve fazer-se reconhecer pela sua aptidão para se mobilizar ao serviço de todos e adaptar-se de forma imediata a todas as situações”. De referir que em bom rigor o policiamento comunitário e o policiamento de proximidade são realidades distintas. No policiamento comunitário a população polícia, ao invés do policiamento de proximidade, onde essa prerrogativa lhe é vedada por Lei. Ainda assim, estes conceitos são frequentemente utilizados como se tratando de sinónimos.

criminalidade que interfere com o sentimento de segurança da comunidade passaram a estar no topo das prioridades da acção policial<sup>74</sup>.

A partir de 2000, com a aprovação da Lei de Organização da Investigação Criminal<sup>75</sup> (LOIC), atribuem-se competências à PSP para investigar os denominados *crimes de rua*<sup>76</sup>. Ou seja, os crimes que à partida se revelam de maior complexidade são da competência da Polícia Judiciária (PJ). Os restantes, em que é necessária muita presença nas ruas e uma certa *investigação criminal de proximidade*<sup>77</sup> são, em regra, delegados na PSP ou na Guarda Nacional Republicana (GNR), conforme o local em que o ilícito tenha sido cometido. Exemplos desta terminologia criminal são os casos dos furtos, roubos (sem utilização de arma de fogo) ou o tráfico de estupefacientes de menor gravidade. Entende-se que é necessária uma maior proximidade policial para se chegar aos autores destes ilícitos, sendo que a presença diária no *terreno* e a aposta na *prova a quente*, facilitará o decorrer do processo. Esta *investigação criminal de proximidade* é um exemplo da articulação que se pretende, por exemplo, entre prevenção e investigação criminal. A PSP passou, portanto, desde 2000, a ser uma Polícia com um leque de atribuições bastante alargado. “Pode dizer-se, sem qualquer tipo de parcialidade, que a PSP é a força policial mais completa no espectro da segurança interna” (Torres, 2005:4).

Ainda que as competências da PSP e sua respectiva articulação tenham evoluído ao longo do tempo, continua a constatar-se a existência de uma articulação entre valências algo deficitária, conforme comprovou Durão<sup>78</sup>: “toda a informação obtida através de observação directa nas patrulhas e proximidade apeadas ou automobilizadas tende a ser propriedade de cada indivíduo, a ser tratada como tal e a não ser objecto de reflexão ou partilha colectiva.” (Durão, 2008:186). “Num plano formal, o tempo da rendição deve servir para passar a informação entre grupos, mas tal só muito esporadicamente acontece. A articulação do trabalho policial não é em si um objectivo.” (Durão, 2008:185). “Por exemplo, entre os patrulheiros e os agentes da proximidade quase não existem trocas de informação.” (Durão, 2008:185). Desde 2006 que a Direcção Nacional da PSP tem encetado um esforço acrescido, com o intuito de melhorar

---

<sup>74</sup> Este aspecto será desenvolvido no ponto 3.1 do presente capítulo.

<sup>75</sup> Lei 21/2000, alterada posteriormente pela Lei 49/2008. A Investigação Criminal pode ser definida como o “conjunto de diligências intelectualmente organizadas e metodicamente sequenciadas, realizadas dentro dos limites previstos na legislação em vigor, oportunamente destinadas a apurar a existência dum crime, a descobrir os seus agentes e a esclarecer todas as circunstâncias julgadas relevantes para a graduação da sua culpabilidade e responsabilidade, para aferição da sua personalidade e para a total delimitação das consequências efectiva ou potencialmente resultantes do acto ilícito” (Torres, 2005: 8).

<sup>76</sup> Vide artigo do senhor Director Nacional Adjunto da PSP para a área da Logística e Finanças, Superintendente Torres: *Investigação Criminal de Proximidade*, Polícia Portuguesa, n.º 1, Série III, pp. 27-30.

<sup>77</sup> *Idem*.

<sup>78</sup> Vide Durão, Susana, (2008), *Patrulha e Proximidade – uma etnografia da Polícia em Lisboa*, Centro de Investigação do ISCPSI, Almedina. Neste livro consta a Tese de Doutoramento elaborada pela autora, a qual foi apresentada em 2006.

a articulação existente entre as valências de informações, prevenção, ordem pública e investigação criminal. Trata-se, sobretudo, de se definirem procedimentos operacionais, almejando-se, em última instância, que a nossa Polícia seja verdadeiramente *integral*, ou seja, apta a intervir em todas as áreas da criminalidade, sempre de uma forma articulada e congregadora das suas múltiplas valências policiais.

Cumpra começar por entender o que se entende por policiamento<sup>79</sup>. No sentido profissional do termo, “policiamento consiste em cumprir leis”. Para a Criminologia, o “policiamento é parte do sistema de definição do crime e de criminosos, decidindo, discretamente, quais as leis que são para cumprir e quais são para ignorar”. Para a Sociologia o “policiamento é parte do sistema de controlo social”. A Psicologia, por seu turno, entende o policiamento como “o processo de gestão do comportamento das multidões”. Ou seja, de forma simples, “o policiamento é o que a Polícia faz” (Tupman e Tupman, 1999: 17). Wright concebe o policiamento como uma “esfera de comportamento”, sendo que o comportamento “configura acções levadas a cabo por indivíduos, organismos ou partes da organização policial formal.” (Wright, 2002: 39). O autor entende que na sociedade contemporânea, existem quatro modalidades que configuram o “policiamento prático”: “o policiamento como manutenção da paz, o policiamento como investigação criminal, o policiamento como gestão do risco e o policiamento como promoção da justiça comunitária” (Wright, 2002: 176). Constatámos que a definição de policiamento não é fácil de encontrar, face à diversidade de missões que a Polícia é chamada a desempenhar diariamente. Ainda assim, propomos que o policiamento seja entendido como toda a actividade policial que se materializa na disposição dos recursos policiais no terreno e na adopção de diferentes estratégias de actuação, consoante a orientação política que vigora. Neste momento, a prioridade é ir de encontro às necessidades da comunidade, através do policiamento de proximidade<sup>80</sup>.

Após a explanação sobre o conceito de policiamento, é possível abordar o que se pretende com a adopção do *modelo integral de policiamento*. Na opinião de Carvalho, este “pode ser visto como uma situação de geometria variável das valências”<sup>81</sup>, ou seja, “dependendo da situação, o próprio modelo se adapta, mas utiliza todas as componentes, todas as suas valências no sentido de actuar de maneira integrada”<sup>82</sup>. Guinote entende que o modelo permite “de uma forma bastante simples congregar um conjunto de variáveis que possibilitavam uma fácil compreensão a todo o dispositivo de, em função de

---

<sup>79</sup> Vide Tupman, Bill, Tupman, Alison, (1999) *Policing in Europe – Uniform in Diversity*, Intellect Books.

<sup>80</sup> Vide página 72 do programa do XIX Governo Constitucional.

<sup>81</sup> Vide entrevista, Anexo 23.

<sup>82</sup> *Idem*.

diferentes cenários, empenhar diferentes soluções táticas”<sup>83</sup>. Acrescenta ainda que a esquematização funde “orientações transversais às diferentes valências policiais, transversais aos diferentes níveis hierárquicos mas que podem ser aplicadas em vários cenários operacionais”<sup>84</sup>. Para Pestana significa a “forma como várias valências que à partida pouco ou nada têm a ver umas com as outras, mas que efectivamente se coordenam por forma a combater um fenómeno específico”<sup>85</sup>. Elias acrescenta que este modelo representa “o facto da PSP, ao contrário de outras forças de segurança, e até de outros OPC’s, ter a capacidade de desenvolver todo o espectro das acções policiais”<sup>86</sup>. Na Directiva Operacional 1/2011, declara-se que o principal benefício de existir uma *Polícia integral* consiste em se originarem “actuações operacionais que se pretendem executadas de forma integrada e coordenada, potenciando os efeitos de uma estratégia global de actuação”.<sup>87</sup>

Nós entendemos o *modelo integral de policiamento* como o conjunto articulado de procedimentos operacionais que visam a correcta gestão das valências informações, prevenção, ordem pública e investigação criminal, promovendo-se o incremento da partilha de conhecimentos entre as diversas subunidades, o que se consubstanciará num aumento da eficácia e da eficiência do serviço policial nas suas diversas vertentes.

## **1.1 – A Directiva Estratégica 16/2006**

A premência da aplicação do *modelo integral de policiamento* é sentida sobretudo nas ZUS *vermelhas* e nas suas imediações, devido aos elevados índices de criminalidade registados e às situações periclitantes por que passam os elementos policiais nesses locais quase diariamente. Nessa perspectiva, a PSP procura definir procedimentos específicos para a actuação nessas áreas, atendendo às especificidades das mesmas. Em 1997, através da Directiva Operacional nº 09/97, fez-se uma primeira abordagem à temática. Foram emanadas recomendações operacionais orientadoras para a intervenção nos “bairros problemáticos”, tais como a criação de um processo individual para cada bairro, com a informação relativa à população, estruturas sociais, criminalidade e indivíduos objecto de acção policial. Tratou-se, indubitavelmente, do primeiro passo com vista à partilha de conhecimentos entre as diversas subunidades.

---

<sup>83</sup> Vide entrevista, Anexo 15.

<sup>84</sup> Vide entrevista, Anexo 15.

<sup>85</sup> Vide entrevista, Anexo 22.

<sup>86</sup> Vide entrevista, Anexo 14.

<sup>87</sup> Vide Directiva operacional 1/2011, página 7.

Com o objectivo de se continuar a operacionalizar este *modelo integral de policiamento*, aprimorando os procedimentos policiais estabelecidos para as “áreas problemáticas e outros locais de maior incidência criminal ou de hostilidade para com as forças de segurança”, foi emanada, por parte da Direcção Nacional da PSP, a Directiva Estratégica 16/2006. Definiram-se como objectivos estratégicos, (1) a sistematização da articulação entre as valências prevenção/policiamento de proximidade, ordem pública e investigação criminal, reforçando a natureza de polícia nacional e integral; (2) o melhorar do sentimento de segurança, diminuindo índices de criminalidade, focalizando a intervenção policial para a resolução de problemas; (3) o adequar de projectos de proximidade às realidades locais, incrementando a visibilidade e a interacção com as comunidades; (4) o melhorar de índices de motivação no efectivo; (5) a promoção da confiança nos cidadãos; (6) o conciliar visibilidade, ostensividade e intervenção musculada com descrição e dissimulação de meios e (7) o trazer de volta o conceito de *polícia de rua*<sup>88</sup>. Na opinião de um dos mentores deste documento estratégico, “o objectivo dessa directiva teve que ver, na altura, com o recrudescimento de um conjunto de incidentes graves em algumas ZUS - inclusivamente que levaram à morte de agentes policiais - e a necessidade que foi sentida de pôr os comandos e os seus comandantes a pensar numa perspectiva de diagnóstico dos problemas que têm dentro dos bairros”<sup>89</sup>.

A operacionalização do modelo integrado exige a caracterização dos locais definidos de acordo com o seu grau de risco<sup>90</sup>. A actuação policial passou a basear-se numa análise de risco e é sabido que os níveis deste podem ser alterados por condicionantes como a hora do dia, o tipo de eventos e o pós operações policiais. A avaliação é, obrigatoriamente, flexível e adaptável à dinâmica da criminalidade, devendo ser revista trimestralmente. Não se pretende, portanto, que um bairro seja eternamente considerado como de risco muito elevado. Se os factores que levaram a essa classificação não se mantiverem, deverá proceder-se a uma nova avaliação e classificar o local como zona *amarela*, *verde*, ou, inclusivamente, como não sendo uma ZUS. A avaliação e a classificação dos locais visam sistematizar procedimentos de segurança e eficácia na actuação policial, não havendo, assim, qualquer tipo de estigmatização em relação a estes locais referenciados. A actuação policial privilegia a selectividade dos “alvos” e a interacção entre as diversas valências, com o intuito de melhorar a eficácia e a eficiência da actividade policial. Para tal, através da Directiva Estratégica 16/2006,

---

<sup>88</sup> Polícia mais vocacionado para combater os *crimes de rua*.

<sup>89</sup> *Vide* entrevista ao senhor Intendente Elias, Anexo 14.

<sup>90</sup> Conforme referimos no capítulo 1 (zonas *verdes*, *amarelas* ou *vermelhas*).

estipulou-se a articulação das diversas valências e de cinco níveis de intervenção<sup>91</sup>, definindo-se os objectivos, métodos e modalidades de actuação concretos, protocolos de procedimento e composição do dispositivo. O modelo é caracterizado pela sua flexibilidade e é dessa forma que deve ser visto: os níveis de intervenção não são estanques e a sua existência não pressupõe a sua constante sequência. Esta directiva deve, em nossa opinião, ser o principal documento orientador da actividade policial nas ZUS vermelhas.

Após abordarmos a pertinência da existência de uma articulação adequada entre as valências que são competência da PSP, focamo-nos na prevenção da criminalidade, por considerarmos que a mesma deve ser a vertente de actuação predilecta dos órgãos de polícia criminal, mesmo em áreas mais sensíveis. Começamos por abordar as problemáticas do medo do crime e do sentimento de insegurança, para depois evidenciarmos a importância da prevenção na minimização destes estados psíquicos.

## **2 – O medo do crime e o sentimento de insegurança**

As ZUS vermelhas, por se tratarem de áreas tidas como frequentadas por um elevado número de indivíduos que se dedicam a práticas ilícitas, de forma mais ou menos organizada, fomentam na maioria das pessoas um manifesto receio, o que acarreta a estigmatização desses locais. O cidadão comum “constrói o crime como uma ameaça vinda de baixo” (Reiman, cit. in Machado, 2004:142), ainda que tenha a noção de que não são só os elementos que frequentam estes espaços que praticam crimes. É sobejamente conhecido que crimes denominados de *colarinho branco*<sup>92</sup> são, por norma, cometidos por outra franja da sociedade. Ainda assim, não são estes nos quais se centram os receios populares, talvez devido à violência inerente ao tipo de crimes tidos como praticados pelas classes mais desfavorecidas.

O homem carenciado e de outra etnia é o *criminoso ideal*, “aquele a quem mais facilmente o estatuto de desviante é concedido” (Machado, 2004:143). Consequentemente, “os bairros de habitação social e as zonas de habitação precária (barracos, etc.) ou degradada são os lugares onde o cidadão médio topologiza o seu medo e onde localiza o foco principal de insegurança urbana”, (Fernandes cit. in Machado, 2004:150), uma vez que estas áreas “albergam os criminosos, dos quais duas figuras essenciais se salientam. Os drogados e as minorias étnicas, nomeadamente os

---

<sup>91</sup> Semelhante aos definidos na Directiva de Planeamento 10/2003, a qual estipulou os níveis de intervenção a aplicar no Europeu de Futebol 2004, disputado em Portugal. Vide Anexo 6.

<sup>92</sup> Burlas e crimes praticados através de meios informáticos, por exemplo.

ciganos e os africanos” (Machado: 2004:208). Nesse sentido, consideramos pertinente apresentar dois estados psíquicos que muitas vezes estão relacionados com o nosso objecto de estudo. Referimo-nos ao *medo do crime* e ao *sentimento de insegurança*. O medo é entendido como o “sentimento de inquietação que surge com a ideia de um perigo real ou aparente”<sup>93</sup>. Na opinião de Roché, os medos pessoais são identificáveis por “medo no domicílio, medo nas ruas e medidas de protecção do domicílio (Roché, 1993: 138). Essa postura relativamente a determinado espaço “deve-se à sua não apropriação ou controlo por parte dos indivíduos” (Esteves, 1999:40). O *medo do crime* poder-se-á entender como “uma posição interpretativa face às condições da vida social que toma o risco como principal referente” (Machado, 2004:130). Este sentimento acarreta diversas consequências, como “uma postura de sociabilidade restritiva” (Machado, 2004:198). Na nossa opinião, o medo do crime pode entender-se como um estado psíquico que eleva a criminalidade como principal preocupação quotidiana, o que conduz a uma postura de sociabilidade restritiva, inviabilizando desta forma a normal fruição dos direitos, liberdades e garantias individuais.

Os cidadãos que se deixam dominar por este estado psíquico evitam determinados locais referenciados como tendo índices criminais mais elevados, assim como adoptam uma postura de *sociabilidade restritiva*. Ou seja, não se deixam envolver com tanta frequência nas actividades desenvolvidas pela comunidade, devido ao receio que sentem em serem vítimas de algum crime. As ZUS vermelhas são o caso paradigmático do que acabámos de referir: apesar de existir uma forte união entre os seus residentes, quem vive nas imediações destes locais estigmatiza-os, devido às constantes notícias de crimes praticados pelos seus moradores. Estes cidadãos que vivem nas imediações das ZUS preferem não ter um papel activo na vigilância dos seus concidadãos, uma vez que a variável *medo* faz com que abandonem “o controlo social que antigamente ajudava a manter o civismo no seio da comunidade” (Giddens, 2009:226).

O conceito de *medo do crime* não deve ser confundido com *sentimento de insegurança*<sup>94</sup>, uma vez que se estaria a reduzir a construção do sentimento de insegurança à criminalidade quando, na realidade, a insegurança é um estado interior que engloba um conjunto de variáveis mais vasto. Ainda assim, “a insegurança e a ansiedade são sentimentos directamente ligados ao medo, pois em grande parte são consequência do mesmo” (Esteves, 1999:40). O sentimento de insegurança pode-se

---

<sup>93</sup> <http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/medo> (consultado dia 12 de Março, pelas 20h23m).

<sup>94</sup> Embora alguma literatura (especialmente a anglo-saxónica) os identifique como sinónimos. A expressão “*fear of crime*” tanto significa *medo do crime* como *sentimento de insegurança*.

entender como um conjunto de “manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais, quer colectivas, cristalizadas sobre o crime” (Lourenço e Lisboa, 1998: 21). Para Roché, o sentimento de insegurança representa “as manifestações de medo pessoal ou de preocupação de ordem verbais, comportamentais, individuais ou colectivas” (Roché, 1993: 135). Leal entende o termo sentimento de insegurança como o mais adequado “para se referir ao plano das emoções, medos, receios, ansiedades e angústias, individuais e colectivas, como resultado não apenas da criminalidade, mas também de um vasto leque de incivildades e de fenómenos sociais.” (Leal, 2011:10). Do nosso ponto de vista, o sentimento de insegurança pode considerar-se um estado psíquico que toma a preocupação e inquietação como referências. Nestas inserem-se não só a criminalidade, como também todo um conjunto de variáveis sociais relacionadas com a qualidade de vida global, que conduzem a uma postura de sociabilidade restritiva, inviabilizando a normal fruição dos direitos, liberdades e garantias individuais.

A insegurança apresenta-se como uma variável dicotómica. Por um lado existe a insegurança real, relacionada com a criminalidade efectivamente consumada. Ou seja, trata-se da “situação resultante do estado objectivo da delinquência” (Oliveira, 2006:57). Por outro lado, o sentimento de insegurança pode não reflectir a criminalidade real, mas sim a percepção que cada cidadão tem da mesma. Esta insegurança é aquela que se sente e que “traduz a ideia de um sentimento de insegurança que se manifesta por sensações de angústia e medo” (Oliveira, 2006:57). É relevante referir que os mais inseguros não são, imperiosamente, os mais fustigados pelo crime, mas sim aqueles que são mais influenciáveis pelos fenómenos desviantes verificados na sociedade.

A PSP, como prestadora do serviço *segurança*, é uma das entidades estatais com maiores responsabilidades na redução de sentimentos como o medo do crime ou o sentimento de insegurança. Considera-se anacrónico que na sociedade actual determinados locais sejam evitados por parte dos cidadãos, por temerem consequências para a sua integridade física ou para a sua propriedade. A segurança deve ser vista “como garantia de liberdade física e psicológica para usufruto pleno dos demais direitos fundamentais” (...) “exigindo-se à Polícia que seja “capaz de promover e garantir, em níveis aceitáveis, a segurança dos cidadãos e dos seus bens (...)” (Valente, 2009:95).

No cumprimento desse desiderato, cabe às autoridades policiais trabalharem no sentido de não existirem determinados territórios interditos à Polícia e, bem assim, que todos os locais sejam frequentáveis por todo e qualquer cidadão, com o intuito de toda a sociedade usufruir dos seus direitos consagrados constitucionalmente. As ZUS *vermelhas* pelas especificidades explanadas supra, constituem-se como o principal foco despoletador do sentimento de insegurança, o que faz com que a PSP tenha que centrar atenções redobradas na sua valência da prevenção da criminalidade nestes locais.



“Evitar que os perigos se convertam em danos – eis o campo onde se desenvolve o modo de agir administrativamente que se chama Polícia” (Caetano, 1937: 268).

### **3 – A prevenção da criminalidade**

São vários os conceitos existentes para definir *prevenção da criminalidade*. Oliveira entende-a, essencialmente, por oposição à repressão. “Podemos defini-la como o conjunto de medidas, cuja intenção é minimizar as infracções (a sua frequência, a sua gravidade e as suas consequências), sejam de natureza criminal ou outras e, sobretudo, quando ocorram antes do acto delinquente” (Oliveira, 2006:79). Também a podemos descrever como o conjunto de “todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas directas de dissuasão de actividades criminosas, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime e as suas causas. (...)”<sup>95</sup>. Ainda podemos aditar que se engloba na prevenção o conjunto de “estratégias e medidas que visam reduzir o risco da ocorrência de crimes e seus possíveis efeitos nocivos sobre os indivíduos e a sociedade, incluindo o medo do crime (sentimento de insegurança), por interferir e influenciar as suas múltiplas causas”<sup>96</sup>. Fernandes concorda que os fins gerais da prevenção da criminalidade são “reduzir a criminalidade e aumentar o sentimento de segurança (...)” (Fernandes, 2006:114). Nós entendemos a vertente prática da prevenção da criminalidade como o conjunto de medidas adoptadas, com o intuito de dissuadir a prática de crimes, consubstanciando-se em dois objectivos centrais: (1) a redução efectiva dos actos transgressivos à lei e (2) a redução do sentimento de insegurança.

Steven Lab utilizou o modelo tripartido, (ou modelo de saúde pública), para organizar o seu estudo em torno da prevenção criminal<sup>97</sup>. Enquadram-se na prevenção primária os métodos destinados a remover ou a atenuar os aspectos criminógenos das comunidades e da sociedade em geral. Segundo o autor, a existência de sinais de desordem pode promover uma área como apetecível para actividades criminais. Para evitar o escalar da violência, é importante que se verifique uma boa articulação entre a Polícia com os residentes nas ZUS, uma vez que desta forma complementa-se a

---

<sup>95</sup> Cf. Nº3 do art. 1º da decisão do Concelho 2001/427/JAI, de 28 de Maio de 2001, que cria a rede europeia de prevenção da criminalidade.

<sup>96</sup> Resolução 2002/13 das Nações Unidas.

<sup>97</sup> Vide Lab, Steven, (2007) *Crime Prevention* in International Handbook of Penology and Criminal Justice, pp. 231 -293, disponível em <http://www.crcnetbase.com/action/showCitFormats>.

actividade policial com os “olhos, orelhas, e as ideias dos residentes da comunidade (...) a Polícia para realizar este objectivo deve incentivar a população a participar no controle do crime e chamar a Polícia” (Lab, 2007:243). A principal preocupação para a prevenção secundária é a previsão da actividade criminal focalizando a sua actividade em pessoas, lugares e situações que têm um elevado potencial de desvio. Para o autor, ao invés de intervir em comunidades inteiras ou em bairros, ou criar programas para atingir o público em geral, as técnicas de prevenção secundária dependem de esforços para identificar potenciais infractores, lugares ou situações que têm uma maior probabilidade de ocorrência de actividade criminosa (Lab, 2007). A prevenção terciária refere-se à eliminação da reincidência nos infractores condenados, tendo como abordagens a dissuasão específica, a incapacitação e a reabilitação (Lab, 2007). “Quanto mais se apostar na prevenção primária, menos indivíduos se poderão encontrar em situações de risco, ou seja, a necessitar de intervenção secundária, e no sucesso desta implica menos indivíduos no sistema prisional” (Ferreira, 2011: 19).

A prevenção da criminalidade, para produzir efeitos adequados, deve ter intrínseca uma proximidade constatável em três parâmetros: o *espacial*, o *temporal* e o *relacional*. A proximidade *espacial* consiste numa tentativa de aproximação da Polícia à população. Implica, por exemplo, “uma redistribuição territorial dos efectivos; uma afectação permanente de polícias a uma determinada comunidade; uma reorganização das actividades e dos serviços tradicionais; o regresso a práticas abandonadas por algumas forças policiais, como a patrulha apeada e uma descentralização da decisão no agente de base” (Oliveira, 2006:85). A proximidade *temporal* “encontra-se nos aspectos organizacionais e nos horários<sup>98</sup> de trabalho, à escala quer do conjunto do corpo policial, quer do agente policial de bairro” (Oliveira, 2006:86). Por último, na proximidade *relacional* a acção policial é “mais familiar, mais acessível, mais transparente e mais humana (...) baseada numa lógica que se quer interactiva e alargada a todos os parceiros de segurança” (Oliveira, 2006:86).

A prevenção da criminalidade nas ZUS *vermelhas* acarreta dificuldades acrescidas a todos os elementos policiais que lá exercem funções. É difícil efectuar-se um trabalho preventivo, atento às causas da criminalidade, em locais onde a presença policial não é desejada por habitantes que se dedicam a actos transgressivos à Lei, que não obstante serem uma minoria têm capacidade de limitar a liberdade de relacionamento da maioria. Cabe à PSP, ainda que consciente desta *aversão*, promover a proximidade com a comunidade, de modo a conseguir antecipar possíveis actos delinquentes. “O policiamento comunitário reconhece que os recursos da Polícia serão

---

<sup>98</sup> Por exemplo tendo mais polícias nas ruas durante o dia do que durante a noite.

sempre insuficientes para prevenir o crime e que a Polícia não consegue controlar o crime sem a assistência do público” (Bayley, 1998: 140). Conforme referimos no capítulo 1, existe, a nosso ver, um conjunto de *fases criminais* vivenciadas pelo jovem que se deixa envolver nos meandros do crime. Consideramos que na *fase criminal rotineira* e na *fase criminal crítica* de pouco ou nada servirá o trabalho efectuado pelos elementos policiais com funções exclusivamente ligadas à prevenção da criminalidade. O delinquente já está na sua fase adulta ou perto dela e, muitas vezes, é desprovido das mais elementares regras sociais, interiorizando o crime como uma actividade que faz parte do seu dia-a-dia. Deste modo, tornar-se-á adequado que as valências das informações, ordem pública e investigação criminal se foquem nestes casos mais desviantes, reprimindo eficazmente o crime. Dessa forma também se estará a efectuar prevenção, pois os cidadãos interiorizam que caso pratiquem um acto contrário à ordem jurídica estipulada, serão exemplarmente punidos e julgados, o que prevenirá eventuais actos desviantes no futuro, pelo receio provocado nos delinquentes de serem detectados pela Polícia. “O combate eficaz do crime reveste também uma natureza preventiva”<sup>99</sup>. Ao invés, na *fase primária* e na *fase de iniciação criminal* o jovem, ainda que propenso a optar por vias delinquentes, apresenta maior probabilidade de ser reintegrado socialmente. Referimo-nos a adolescentes que muitas vezes são vítimas de uma desestruturação familiar bastante acentuada, o que os faz procurar aceitação dentro do seu grupo de pertença. Nesta sede é, a nosso ver, fulcral o trabalho desenvolvido pelas EPAV adstritas às ZUS *vermelhas*. Através da sua acção diária previnem que, pelo menos uma parte dos jovens residentes nestas áreas, evolua para as fases rotineira e crítica da criminalidade.

O contacto frequente com os jovens e com os seus familiares<sup>100</sup>, de forma a perceberem-se quais as inquietações por que passa o agregado familiar, poderá trazer enormes benefícios para a actividade policial, principalmente na prossecução dos principais desideratos da PSP: redução do sentimento de insegurança e redução dos índices criminais. Este trabalho deve ser desenvolvido em articulação com outras organizações com responsabilidades de inserção social pois, desta forma, ter-se-á acesso a um rol de informação mais alargado, o que facilitará não só a actividade policial como a função dessas instituições de solidariedade social, sendo a comunidade a principal beneficiária desta partilha de informação<sup>101</sup>. É nesta filosofia que se insere o

---

<sup>99</sup> Vide entrevista do senhor Superintendente Oliveira, Anexo 12.

<sup>100</sup> Tal como refere Bayley, quando se pretende efectuar prevenção, por vezes isso impõe a existência de “conhecimentos profundos e encontros regulares com os grupos existentes” (Bayley, 1994: 105).

<sup>101</sup> Logicamente que a PSP não poderá partilhar informação que esteja sob segredo de justiça. Vide artigo 86º CPP.

policimento de proximidade, actual paradigma do policiamento em Portugal. Procura-se fazer sobretudo uma prevenção primária e secundária, assim como espacial, temporal e relacional, sendo a Directiva Estratégica 10/2006 o seu principal documento orientador.

### **3.1 - A Directiva Estratégica 10/2006**

A primeira referência ao policiamento comunitário em Portugal data de 1996. No séquito do estipulado em França e nos países anglo-saxónicos, pretendeu-se realçar as relações de confiança e cooperação entre a Polícia e a sociedade, com o intuito de se atenuarem os sentimentos de insegurança da população. Desse modo, o Comando-Geral da PSP, através do Ofício nº 3170 de 01-04-1996, definiu um conjunto de procedimentos, adequados a privilegiar a função preventiva. Na altura as ZUS já se tratavam de uma preocupação patente para as chefias policiais, conforme se deduz das seguintes indicações: promove-se “um policiamento visível nas zonas mais críticas” e o estabelecimento de “programas de ligação e contacto com minorias étnicas (...)”. Desde essa altura, foram criados diversos programas que visavam dotar a Polícia de uma maior proximidade relativamente à comunidade. Falamos especialmente das iniciativas “Comércio Seguro”, “Idosos em Segurança”, “Escola Segura”, “Táxi Seguro” e “Violência Doméstica”. Ainda que tenha sido feito um esforço no sentido de promover um estreitar de relações com os cidadãos, atendendo-se aos problemas que realmente afectavam a qualidade de vida dos mesmos, não existia uma estratégia global de actuação.

Esta situação manteve-se até 2006, altura em que foi emanada a Directiva Estratégica 10/2006. Este documento surge como congregador dos diversos programas referidos anteriormente, instituindo o PIPP. Os seus principais objectivos foram (1) reforçar a importância do combate à criminalidade de massa<sup>102</sup>, reduzindo dessa forma os índices de insegurança objectiva<sup>103</sup> e subjectiva<sup>104</sup>, (2) promover o estabelecimento de parcerias com entidades externas à PSP, (3) focalizar a atenção da Polícia nos grupos de risco, (4) reduzir as cifras negras; (6) descentralizar a tomada de decisões e (7) desenvolver a coordenação entre as componentes preventiva, reactiva, de investigação criminal e de informações da PSP<sup>105</sup>. Foi abandonado um policiamento eminentemente aleatório e reactivo, que era apanágio da Polícia de outrora, passando a dar-se proeminência a todo o espectro policial relacionado com a prevenção e com a articulação desta valência policial com as informações policiais, com a manutenção da ordem pública

---

<sup>102</sup> Onde se inserem os já referidos “crimes de rua”.

<sup>103</sup> Aquela que resulta de uma situação de delinquência realmente vivida pelo cidadão.

<sup>104</sup> Aquela que resulta do que se sente e que se manifesta por sensações de angústia e medo.

<sup>105</sup> Desiderato também contido na Directiva Estratégica 16/2006.

e com a investigação criminal. Além disso, verificou-se que era imperioso “reequacionar o papel dos elementos afectos a “programas especiais de prevenção” e do patrulheiro tradicional cuja intervenção se demonstrou ser, ao longo dos anos, essencialmente passiva, aleatória e casuística (...)” (Elias, 2009:757).

O conceito de PIPP “assenta em quatro elementos: “presença (visibilidade do patrulheiro junto da população local); conhecimento do meio social envolvente (e dos seus principais actores); protecção (resposta célere e adaptada à ameaça ou ao incidente); empatia (comunicação assertiva, com escuta activa do interlocutor).” (Clemente, 2008:36). Gomes entende que a *polícia comunitária* assenta em três características primordiais: “1º considera-se importante contar com a ajuda e envolvimento da população na luta contra o crime e na manutenção da ordem; 2º considera-se que a Polícia deve assumir como função principal prevenir a delinquência; 3º fomenta-se um estilo novo de trabalho, mais proactivo, estudioso, informado, verdadeiramente profissional e menos reactivo” (Gomes, 2001: 42). Este novo paradigma policial em Portugal veio de encontro ao estipulado no programa do XVII Governo Constitucional, o qual consagrou um policiamento mais “visível e eficaz de integração e proximidade, orientado para a protecção dos cidadãos em geral”<sup>106</sup> factor considerado decisivo para “inverter a curva ascendente da criminalidade e reforçar o sentimento de segurança”<sup>107</sup>. A aposta policial, de resposta a esta aspiração, visou o desenvolvimento de modelos de policiamento onde a proximidade, a dissuasão e a interacção com as comunidades e com os actores sociais fossem privilegiadas.

Neste género de policiamento são instituídos os *agentes de proximidade*, os quais ficam responsáveis por todos os problemas ligados ao seu bairro ou sector. A Directiva Estratégica 16/2006 admite a utilização dos *agentes de proximidade* em operações reactivas nestas áreas que apresentam um grau de risco elevado. No mesmo sentido, Lousa defende que os “elementos de proximidade deverão estar presentes (pelo menos um deles) assumindo uma posição de mediadores e de prestadores de informações úteis a ambos os lados” (Lousa, 2006:75). Não concordamos com esta ideia. Na nossa opinião, os *agentes de proximidade* têm um papel extremamente relevante no *estado de normalidade*, na *tensão* quando procuram perceber o que inquieta a população e, principalmente, no *unrest*, quando se almeja o restabelecimento das relações entre a comunidade e a Polícia. Assim sendo, não consideramos adequado que participem em operações de cariz mais reactivo, pois a confiança que foram ganhando ao longo do tempo esfumar-se-á caso sejam vistos como “mais um” elemento que intervém de forma

---

<sup>106</sup> Vide programa do XVII Governo Constitucional, página 147.

<sup>107</sup> Vide programa do XVII Governo Constitucional, página 148.

repressora no bairro. Pinho tem uma opinião semelhante à nossa, ao defender que “em situações de reposição de ordem pública ou num cenário de operações planeadas, impera que sejam afastados os elementos de proximidade” (Pinho: 2009:323). No mesmo sentido, Oliveira afirma que esses elementos devem “ficar afastados das intervenções de maior visibilidade para se resguardarem para a sua acção de proximidade”<sup>108</sup>. Elias acrescenta que “os comandantes locais devem procurar, tanto quanto possível, não os empenharem em operações mais repressivas no âmbito da investigação criminal ou em operações no âmbito de ordem pública de maior montra porque acabam por estar a fragilizar o seu papel como interlocutores privilegiados com o bairro”<sup>109</sup>. Ainda assim, no caso de algum elemento das EPAV, na sua missão diária, presenciar algum acto criminoso, deve reprimi-lo e actuar em conformidade com a Lei, pois a sua autoridade não pode ser colocada em causa.

Numa ZUS *vermelha*, o *agente de proximidade* assume uma importância fulcral. Conforme referimos no capítulo 2, estes elementos desempenham um papel de destaque no reatamento das relações com a comunidade aquando da verificação de alterações à ordem pública. No presente capítulo também já explanámos a nossa opinião sobre a sua importância na prevenção e acompanhamento das fases criminais dos jovens residentes nas ZUS *vermelhas*. “A personalização do serviço policial e a permanência territorial é hoje assumida como a melhor forma de legitimar as difíceis decisões da acção policial” (Leitão, 2005:43). Durão acrescenta que “os cidadãos tendem a falar com muito menos reservas com um agente da proximidade” (Durão, 2008: 153). Este género de policiamento de bairro efectuado pelas EPAV pretende fazer com que os cidadãos aí residentes, além de partilharem as suas principais preocupações quotidianas com as autoridades policiais, também se tornem co-responsáveis pela segurança da sua área de residência. Visa-se “incutir um sentimento de identidade com o bairro e, portanto, de comunidade. Isso significa que um indivíduo que resida num bairro pode produzir uma certa responsabilidade colectiva em relação à sua própria protecção e segurança, e compartilhar disso” (Skolnick e Bayley, 1988: 20).

Constatámos a importância da existência de uma articulação eficaz entre todas as valências policiais. A prevenção é a prioridade de actuação nas ZUS, segundo a tutela política e a Direcção Nacional da PSP, sendo que as EPAV desempenham um papel fulcral nesse âmbito. No próximo capítulo explanaremos as principais conclusões do nosso trabalho de campo efectuado nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova.

---

<sup>108</sup> Vide entrevista, Anexo 12.

<sup>109</sup> Vide entrevista, Anexo 14.

## **Capítulo 4 – Estudo exploratório nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova sobre a intervenção policial**

### **1 - Metodologia adoptada**

Neste último capítulo apresentamos o estudo exploratório que levámos a cabo nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova. No plano metodológico<sup>110</sup> foram utilizados os seguintes procedimentos de estudo: análise documental, observação directa não participante, aplicação de questionários e realização de entrevistas.

Na análise documental centramo-nos na documentação interna da PSP relacionada com a actuação policial em ZUS *vermelhas*. A Directiva Estratégica 10/2006 e a Directiva Estratégia 16/2006<sup>111</sup> foram os documentos mais aprofundados, devido à sua eminente relação com o nosso objecto de estudo.

A observação directa não participante teve lugar durante o estágio prático do 5º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP). Durante a permanência na 60ª Esquadra (Mina - Amadora), acompanharam-se diversas acções policiais levadas a cabo no bairro de Santa Filomena. Além disso, deslocámo-nos também aos bairros da Pasteleira Nova e da Bela Vista. Consequentemente foi elaborado um “diário de campo”, onde se relatam as diversas observações proporcionadas pelo acompanhamento do policiamento efectuado nestes locais<sup>112</sup>.

Os questionários foram aplicados, em primeiro lugar, à população adulta das ZUS seleccionadas. As amostras foram definidas por quotas (sexo e idade), tendo em consideração o recenseamento geral da população das respectivas freguesias (Mina, São Sebastião e Lordelo do Ouro)<sup>113</sup>. Visto que é impossível saber ao certo a população residente nestes locais, devido ao não recenseamento de uma parte dos residentes, apenas delimitámos três escalões etários: 18 a 24 anos; 25 a 64 anos e 65 e mais anos<sup>114</sup>. Efectuámos parcerias com associações locais, as quais aplicaram os questionários em questão através de contacto directo com os moradores<sup>115</sup>. Aplicámos 35

---

<sup>110</sup> O método pode entender-se como o “conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do investigador” (Freixo, 2011:80).

<sup>111</sup> Vide análise em Anexo 5.

<sup>112</sup> Vide o nosso “diário de campo”, Anexo 1.

<sup>113</sup> Dados fornecidos pela Direcção-Geral de Administração Interna. Vide Anexo 7.

<sup>114</sup> Os dois últimos escalões foram construídos à semelhança dos utilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

<sup>115</sup> A Associação Cristã de Mocidade da Bela Vista e a Cáritas (Bela Vista), a Santa Casa da Misericórdia da Amadora (Santa Filomena) e o Centro de Respostas Integradas do Porto (Pasteleira Nova).

questionários em cada bairro. No bairro da Pasteleira Nova apenas foi possível aplicar 32 dos 35 questionários previstos, devido à renitência da população em colaborar no presente estudo. Decidimos auscultar a população residente nos bairros selecionados de modo ao leque de opiniões em estudo ser mais alargado, obtendo-se a opinião dos transeuntes relativamente à actuação policial. “ (...) Se se quiser fazer investigação, não se pode desprezar nenhuma fonte.” (Eco, 1977:160).

Ainda dentro da técnica do inquérito concebemos um questionário para ser aplicado aos elementos policiais que prestam serviço nas ZUS selecionadas. Primeiramente foi aplicado um “Questionário-Teste” a 10 elementos policiais que prestam serviço na 60ª Esquadra – Mina, com vista a estes sugerirem eventuais alterações ao mesmo<sup>116</sup>. Após se recolherem estas opiniões construímos o “Questionário – Final”<sup>117</sup>.

O universo de estudo foi o seguinte: esquadras genéricas que policiam as ZUS seleccionadas: todos os elementos adstritos ao “atendimento”<sup>118</sup> e todos os elementos dos grupos operacionais<sup>119</sup>. Esquadras de Investigação Criminal (EIC) das Divisões<sup>120</sup> em que se inserem as ZUS: todos os elementos pertencentes às brigadas de serviço permanente (BSP); brigadas de investigação criminal (BIC) – património e BIC – estupefacientes. Esquadras de Intervenção e Fiscalização Policial (EIFP): todos os elementos pertencentes às EIR's. Fora da amostra seleccionada ficaram os elementos policiais que desempenham funções de secretaria ou apoio administrativo devido a, neste momento, exercerem cargos que não lhes permitem conhecer tão pormenorizadamente as realidades vivenciadas pela PSP nas áreas em estudo. Ao todo estavam selecionados 357 elementos policiais para responder ao questionário. Destes conseguimos que 344 colaborassem neste estudo, o que faz com que a nossa amostra se cifre nos 96,36%, que pode considerar-se uma recolha exaustiva da população ao nível de um recenseamento. Seleccionaram-se elementos das várias valências policiais<sup>121</sup>, com vista a comparar opiniões e formas de actuar conforme a função desempenhada. Ao todo foram aplicados 102 questionários à população e 344 a elementos policiais<sup>122</sup>.

---

<sup>116</sup> Vide Anexo 9.

<sup>117</sup> Vide Anexo 10.

<sup>118</sup> Função denominada “atendimento” desde a entrada em vigor dos novos horários da PSP a 01 de Fevereiro de 2012. Substitui a função “Graduado de Serviço”.

<sup>119</sup> Inclui os agentes adstritos à patrulha apeada e ao patrulhamento auto.

<sup>120</sup> A PSP encontra-se dividida em Comandos de Polícia, coincidentes com os Distritos do país. Cada Comando subdivide-se em várias Divisões, as quais incorporam as diversas Esquadras.

<sup>121</sup> A Esquadra Genérica está mais vocacionada para a prevenção; a EIC para a investigação criminal e as EIR's para a ordem pública. Todas podem ter um papel importante no “ pilar” informações.

<sup>122</sup> Os dados obtidos foram tratados através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). A significância constatada através da aplicação do teste “chi-square” nas figuras apresentadas no presente capítulo, leva-nos a rejeitar a hipótese nula e a não rejeitar a hipótese alternativa ( $\leq 0,005$ ), o que nos leva a concluir que existe uma relação entre as variáveis. Vide em Anexo 8 a análise completa dos questionários aplicados.



Com vista a complementarem-se os dados obtidos através dos questionários aplicados utilizou-se a técnica da realização de entrevistas. Visto que nas entrevistas era dada total liberdade de resposta, tal fez com que os entrevistados desenvolvessem as suas ideias de um modo que não é possível constatar no inquérito. A selecção dos entrevistados obedeceu ao seguinte critério:

1. Comandantes das Esquadras onde se situam os bairros em estudo;
2. Elementos policiais adstritos à aplicação do PIPP nos bairros em questão;
3. Especialistas pertencentes à PSP nas diversas valências policiais (informações, prevenção, investigação criminal e ordem pública);
4. Representantes das Câmaras Municipais da Amadora<sup>123</sup> e Setúbal<sup>124</sup>.

As entrevistas realizadas foram presenciais ou enviadas por correio electrónico conforme a preferência/disponibilidade dos entrevistados. Relativamente às presenciais, após se proceder à sua transcrição, as mesmas foram enviadas para os entrevistados com vista à sua revisão de modo a assegurar a fidelidade e a validade das mesmas. Uma “forma de assegurar a validade aos estudos qualitativos consiste em perguntar ao entrevistado ou entrevistados reacções à interpretação feita pelo investigador acerca dos resultados” (Santo, 2010:36). Finalmente elaboraram-se grelhas de síntese das entrevistas efectuadas, com vista a comparar as respostas dadas<sup>125</sup> e efectuou-se uma análise ao conteúdo das mesmas<sup>126</sup>.

Passaremos a explicar as principais conclusões do trabalho de campo efectuado. Começamos por apresentar as conclusões subtraídas da aplicação dos questionários em cada bairro, fazendo também uma caracterização dos respectivos locais. Por último, faremos a análise global dos questionários, das entrevistas realizadas e experiência por nós vivenciada nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova.

## **2 – Caracterização e apresentação dos resultados por bairro**

### **2.1 – O bairro de Santa Filomena**

As origens do bairro remontam aos anos da descolonização portuguesa. Foi este movimento que na década de 70 deu origem a uma chegada massiva de populações de

---

<sup>123</sup> Abrange a área do bairro de Santa Filomena.

<sup>124</sup> Abrange a área do bairro da Bela Vista. Não foi entrevistado nenhum representante da Câmara Municipal do Porto (abrange a área do bairro da Pasteleira Nova), devido a não nos terem respondido às nossas diversas solicitações.

<sup>125</sup> Vide Anexos 16, 24, 28, 32 e 35.

<sup>126</sup> Vide Anexo 36.

origem africana oriundas das ex-colónias portuguesas, que se fixaram essencialmente na periferia da Cidade de Lisboa. O bairro de Santa Filomena é um dos exemplos das construções clandestinas de barracas que tiveram lugar por essa altura.

O estado geral das habitações é bastante degradado, com tendência para o aumento vertical, recorrendo a diversos materiais, como a madeira, destroços de obras, chapa ou alvenaria. As principais carências ao nível da habitabilidade são a ausência de qualquer tipo de saneamento, espaços de dimensões reduzidas, tornando-se frágeis às condições meteorológicas.

Constata-se que existem poucos dados quantitativos actualizados sobre o bairro, não se verificando um acompanhamento dinâmico da evolução demográfica. Por norma existe uma população clandestina, não contabilizada, em constante mutação na sua constituição e dimensão. Os últimos dados actualizados remontam a 2006<sup>127</sup>. A nacionalidade dos residentes dividia-se da seguinte forma: Portuguesa (63,30%), Cabo Verdiana (28,48%), Angolana (4,47%), São Tomense (2,34%), outra ou indeterminada (1,41%). Independentemente da nacionalidade, importa referir que cerca de 60% da população era de origem africana<sup>128</sup>. Relativamente à ocupação da população, 51,70% estava ligada à construção civil e obras públicas, 28, 43% a serviços pessoais e 8, 57% ao comércio e restauração.

Em 2011 foram contabilizados 71 crimes no interior do bairro. Destaque para as ofensas à integridade física (14 = 19,72%), violência doméstica (11 = 15, 49%), roubos (8 = 11,27%) e tráfico de estupefacientes (6 = 8,45%)<sup>129</sup>. O PIPP é aplicado no interior do bairro, existindo dois *agentes de proximidade* exclusivamente para o efeito. Esses agentes têm também atenção especial às imediações do local. “É nas imediações que ocorrem a maioria dos roubos, conseqüentemente os agentes de proximidade têm uma atenção especial sobre essas áreas.”<sup>130</sup>

Relativamente aos principais problemas do bairro, o comandante da Esquadra territorialmente competente refere que “por um lado temos a questão social. As crianças que ali vivem, em casas sem condições de habitabilidade, com fracos recursos, que necessitam da ajuda dos diversos parceiros sociais. Por outro lado, tenho a preocupação em termos de policiamento. Trata-se de um bairro com construções desordenadas, com barracas, passagens estreitas em que só se consegue circular a pé, becos, terra batida, o

---

<sup>127</sup> Dados retirados de um documento classificado como reservado pela Direcção Nacional da PSP, com o número de registo 40810633000. O mesmo aborda a realidade sócio-criminal do bairro de Santa Filomena.

<sup>128</sup> Ou seja, existem cidadãos com nacionalidade portuguesa que nasceram em África.

<sup>129</sup> Dados fornecidos pela Divisão Policial da Amadora. Vide Anexo 38.

<sup>130</sup> Vide entrevista ao senhor Subcomissário Arvelos, Anexo 25.

que dificulta a actuação da Polícia”<sup>131</sup>. Um dos *agentes de proximidade* adstritos ao bairro de Santa Filomena refere que os principais problemas são “faixa etária juvenil criminal” e a “realidade de famílias desestruturadas”, acrescentando que “o bairro de Santa Filomena é hoje considerado um dos mais violentos e mais controlados pelo tráfico de drogas a nível nacional”<sup>132</sup>.

Um relatório policial interno refere que as principais preocupações relativas ao bairro assentam na “deficiente formação profissional, nos fracos recursos económicos e no labirinto urbanístico do bairro o local ideal para essas mesmas actividades, que ao longo dos anos foi crescendo na sua dimensão, violência e gravidade”<sup>133</sup>.

O bairro de Santa Filomena foi classificado da seguinte forma pela Divisão da Amadora<sup>134</sup>:

**Figura 5 – Classificação do Bairro de Santa Filomena de acordo com a Directiva Estratégica 16/2006**

Critérios/ Sub-critérios		Classificação
Condicionantes Arquitectónicas		3
Características da População	Densidade Populacional	2
	Composição Étnico-Social	3
	Residentes com antecedentes criminais	2
Historial do Bairro em desordem pública (interna)		3
Historial do Bairro em Agressões à PSP		3
Criminalidade Imanente		3
<b>Classificação Total</b>		<b>19</b>

Fonte: Divisão da Amadora

Passaremos a apresentar as principais conclusões dos questionários aplicados neste bairro, tanto aos elementos policiais como à população.

#### **2.1.1 – Inquérito aplicado aos elementos policiais acerca das suas percepções sobre o bairro da Bela Vista e respectivo policiamento a adoptar**

Os inquiridos que prestam serviço no bairro de Santa Filomena não se sentem respeitados pela população (84,5%), nem se sentem seguros (67,6%) quando entram no local. A maioria dos inquiridos afirma que existe mais crime nas imediações do bairro do

<sup>131</sup> Vide entrevista ao senhor Subcomissário Arvelos, Anexo 25.

<sup>132</sup> Vide entrevista ao senhor Agente Mendes, Anexo 30.

<sup>133</sup> Documento classificado como reservado pela Direcção Nacional da PSP, com o número de registo 40810633000. O mesmo aborda a realidade sócio-criminal do bairro de Santa Filomena.

<sup>134</sup> A última actualização foi efectuada em Março de 2012.

que no seu interior (78,2%), consequentemente, considera que deve existir mais policiamento nas imediações do respectivo bairro do que no seu interior (59,9%).

O fraco controlo policial é referido como uma das causas que mais promove a criminalidade (36,6%), sendo o sentimento de impunidade apontado como o principal problema do local (52,1%). A presença permanente da Polícia é a principal medida que é apontada como necessária com vista a diminuir a delinquência (78,9%).

Mais de um terço dos inquiridos que presta serviço no bairro de Santa Filomena (36,6%) já foi vítima de algum crime, o que faz com que esta seja uma percentagem substancialmente superior à verificada nos bairros da Bela Vista e da Pasteleira Nova.

Mais de um quarto dos elementos policiais inquiridos (25,4%) já foi alvo de ofensas à integridade física no local, o que faz com que coloquemos a hipótese de uma parte dos residentes neste bairro apresentar uma aversão às autoridades superior aos outros locais em estudo, potenciada por se sentirem protegidos pela impunidade penal. Uma elevada percentagem dos inquiridos nos bairros de Santa Filomena (83,1%) afirmam que a UEP deve ser mais utilizada no local.

Por fim, há a destacar o facto de 51,2% dos inquiridos que desempenham funções na EIFP da Divisão da Amadora (25 em 49) afirmarem que já sofreu algum tipo de crime no bairro, o que representa 29,76 % (25 em 84) dos elementos policiais inquiridos que já sofreram algum tipo de crime nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova.

**Figura 6- “Sente-se respeitado pela população do bairro quando exerce a sua função?” \* “Qual o bairro em que presta serviço?”**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Sente-se respeitado pela população do bairro quando exerce a sua função?	Sim	22 15,5%	29 29,3%	47 45,6%	98 28,5%
	Não	120 84,5%	70 70,7%	56 54,4%	246 71,5%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

Fonte: Elaboração própria

**Figura 7 – “Soluções para diminuir a delinquência”**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Presença permanente da Polícia	Sim	112 78,9%	55 55,6%	51 49,5%	218 63,4%
	Não	30 21,1%	44 44,4%	52 50,5%	126 36,6%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

Fonte: Elaboração própria

**Figura 8 – “Já foi vítima de algum crime no bairro?” \* “Qual o bairro em que presta serviço?”**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Já foi vítima de algum crime no bairro?	Sim	52 36,6%	22 22,2%	10 9,7%	84 24,4%
	Não	90 63,4%	77 77,8%	93 90,3%	260 75,6%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

Fonte: Elaboração própria

### **2.1.2 - Inquérito aplicado à população acerca da segurança e do policiamento no bairro de Santa Filomena**

Os inquiridos residentes no bairro de Santa Filomena são aqueles que denotam maior insegurança durante o dia, pois 45,7% sentem-se pouco ou nada seguros. Durante a noite, essa percentagem aumenta para 60%.

65,7% dos inquiridos consideram que o policiamento não está a ir de encontro às suas necessidades. Desses, 60,9% consideram que o principal motivo para tal descontentamento é a falta de policiamento no bairro. Perante a falta de segurança, 51,4% dos inquiridos optam por não andar na rua a determinadas horas, sendo o roubo na via pública o crime que maior insegurança provoca (48,6%). Ainda assim, 77,1% dos inquiridos consideram que existe mais crime nas imediações do bairro do que no seu interior.

Os principais factores apontados como sendo os que mais contribuem para a criminalidade no bairro são o facto de existirem muitos jovens fora do sistema de ensino (51,4%), a má inserção das minorias étnicas (48,6%) e o elevado nível de desemprego (45,7%). Com vista a reduzir os fenómenos criminais no bairro, é dado ênfase à necessidade de ter uma presença permanente da Polícia (57,1%) e de se aplicar penas mais duras a quem comete ilícitos (51,4%).

## **2.2 – O bairro da Pasteleira Nova**

O bairro da Pasteleira Nova encontra-se situado na Freguesia de Lordelo do Ouro, sendo que é o mais recente bairro social dos nove bairros municipais situados na Freguesia. Este agrupamento habitacional tem 983 habitantes, estando neste momento a realojar residentes vindos do bairro do Aleixo, que está em processo de demolição. A sua distribuição etária é a seguinte: até 14 anos: 170 habitantes; 15 a 24 anos: 222 habitantes; 25 a 44 anos: 234 habitantes; 45 a 64 anos: 262 habitantes; mais de 64 anos:

95 habitantes<sup>135</sup>. A maioria dos residentes no Agrupamento Habitacional da Pasteleira integra a categoria de não activos e desempregados (cerca de 40%)<sup>136</sup>.

À semelhança dos demais aglomerados habitacionais de carácter eminentemente social, grande parte dos aqui residentes tem uma escolaridade baixa, sendo que se perspectiva que apenas uma pequena parte dos mesmos tenha frequentado o terceiro ciclo. A actividade que mais está presente é o trabalho doméstico, existindo uma grande percentagem de indivíduos que vive do rendimento de inserção social.

Durante o ano de 2011 foram registados 76 crimes no interior do bairro. Os crimes contra as pessoas foram os mais praticados (34 = 44,74%), seguindo-se os tipificados em legislação avulsa (designadamente o tráfico de droga. 23 casos = 30,26%)<sup>137</sup>. Durante esse período, a PSP contabilizou no local 8 detenções de indivíduos pela prática do crime de tráfico de estupefacientes, foram apreendidas 701 doses de cocaína, 2284 doses de heroína e 1874, 15€. Foram realizadas 34 operações de prevenção criminal, sendo 368 indivíduos identificados<sup>138</sup>. De referir que a criminalidade registada no bairro subiu 85% entre 2009 e 2011. Este aumento exponencial pode estar relacionado com o facto de o PIPP ser aplicado no bairro desde 2009, o que pode influenciar o decréscimo de *cifras negras*. Existe um *agente de proximidade* adstrito ao bairro, sendo que esse elemento tem também atenção especial às imediações do local. Esse trabalho de proximidade apenas ocorre durante a parte da manhã, uma vez que durante a tarde optam-se por outras soluções tácticas (por exemplo o policiamento por parte das EIR's<sup>139</sup>), em virtude da criminalidade imanente no local neste período horário ser preocupante (nomeadamente o tráfico de droga).

Os principais problemas criminais do bairro são o tráfico de estupefacientes, o tráfico de armas e a violência domestica. Com a demolição do bairro do Aleixo, assistimos a uma deslocalização do fenómeno de tráfico de estupefacientes, sendo o bairro da Pasteleira Nova sinalizado pelo Comando Metropolitano do Porto como um novo ponto de tráfico. Para o *agente de proximidade* com funções no bairro da Pasteleira Nova, o principal problema do local é “a criminalidade, nomeadamente o tráfico de estupefacientes e todo o crime inerente, como a prostituição, furtos e roubos. Também é preocupante que as entidades que constroem este tipo de infraestruturas não se preocupem com a topografia dos acessos e das construções, de modo a ser mais fácil

---

<sup>135</sup> Dados fornecidos pelo Comando Metropolitano do Porto.

<sup>136</sup> Dados fornecidos pela Câmara Municipal do Porto.

<sup>137</sup> Vide estatística criminal do local, Anexo 38.

<sup>138</sup> Dados fornecidos pelo Comando Metropolitano do Porto

<sup>139</sup> Vide o nosso “diário de campo”, Anexo 1, onde descrevemos o acompanhamento que fizemos de uma EIR da 2ª Divisão do COMETPOR durante uma tarde.

prevenir o crime e combatê-lo”<sup>140</sup>. O comandante da Esquadra territorialmente competente especifica que o mais periclitante é “o tráfico de droga e a violência doméstica. São fenómenos que podem interferir com a ordem, segurança e tranquilidade públicas e por isso merecem a atenção e preocupação policial”<sup>141</sup>.

O bairro da Pasteleira Nova foi classificado da seguinte forma pelo COMETPOR<sup>142</sup>:

**Figura 9 - Classificação do bairro da Pasteleira Nova de acordo com a Directiva Estratégica 16/2006**

Critérios/ Sub-critérios		Classificação
Condicionantes Arquitectónicas		3
Características da População	Densidade Populacional	3
	Composição Étnico-Social	3
	Residentes com antecedentes criminais	3
Historial do bairro em desordem pública (interna)		2
Historial do bairro em Agressões à PSP		2
Criminalidade Imanente		3
<b>Classificação Total</b>		<b>19</b>

Fonte: Comando Metropolitano do Porto

Passaremos a apresentar as principais conclusões dos questionários aplicados neste bairro, tanto à população como aos elementos policiais.

### **2.2.1 – Inquérito aplicado aos elementos policiais acerca das suas percepções sobre o bairro da Pasteleira Nova e respectivo policiamento a adoptar**

A maioria dos elementos policiais que presta serviço no bairro da Pasteleira Nova (59,2%) sente-se segura quando entra no local. Não obstante, a maioria dos inquiridos (62,1%) considera que existe mais crime no interior do bairro do que nas suas imediações. Consequentemente, a maioria dos inquiridos considera que deve existir mais policiamento no interior do bairro (58,3%) do que nas suas imediações.

A prevenção ao consumo de drogas é apontada como uma das soluções para diminuir a delinquência por quase metade dos inquiridos que prestam serviço no bairro da Pasteleira Nova (44,7%), sendo o tráfico de droga apontado como o principal problema do local (66% do total das respostas).

<sup>140</sup> Vide entrevista do senhor Agente Ferreira, Anexo 31.

<sup>141</sup> Vide entrevista do senhor Subcomissário Fernandes, Anexo 26.

<sup>142</sup> A última actualização foi efectuada em Outubro de 2011.

Através da análise dos resultados obtidos podemos colocar a hipótese de existir uma deficiente articulação entre valências na 2ª Divisão Policial do COMETPOR, pois 76,7% dos inquiridos apenas troca informações com elementos de outras valências raramente ou nunca o faz. Apenas 35,9% dos inquiridos conhece a Directiva Estratégica 16/2006, sendo que desses elementos, 70,3% consideraram que a mesma está bem elaborada mas não é aplicada no terreno.

**Figura 10 – “Qual considera ser o maior problema deste bairro?” \* “Qual o bairro em que presta serviço?”**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Qual considera ser o maior problema deste bairro?	Receptação	7 4,9%	1 1,0%	0 0,0%	8 2,3%
	Tráfico de droga	40 28,2%	18 18,2%	68 66,0%	126 36,6%
	Sentimento de impunidade	74 52,1%	68 68,7%	32 31,1%	174 50,6%
	Posse de armas	15 10,6%	7 7,1%	1 1,0%	23 6,7%
	Outro	6 4,2%	5 5,1%	2 1,9%	13 3,8%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

Fonte: Elaboração própria

**Figura 11 – “Onde lhe parece que deve existir mais policiamento?” \* “Qual o bairro em que presta serviço?”**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Onde lhe parece que deve existir mais policiamento?	No interior do bairro	57 40,1%	23 23,2%	60 58,3%	140 40,7%
	Em redor do bairro	85 59,9%	76 76,8%	43 41,7%	204 59,3%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

Fonte: Elaboração própria

**Figura 12 – “Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão? (esquadra genérica, trânsito, investigação criminal ou EIFP)” \* “Qual o bairro em que presta serviço?”**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão? (esquadra genérica, trânsito, investigação criminal ou EIFP)	Todos os dias	23 16,2%	15 15,2%	9 8,7%	47 13,7%
	Semanalmente	29 20,4%	18 18,2%	15 14,6%	62 18,0%
	Raramente	81 57,0%	56 56,6%	62 60,2%	199 57,8%
	Nunca	9 6,3%	10 10,1%	17 16,5%	36 10,5%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

Fonte: Elaboração própria



## **2.2.2 - Inquérito aplicado à população acerca da segurança e do policiamento no bairro da Pasteleira Nova**

31,3% dos inquiridos já foram vítimas de crimes na sua área de residência. Os principais crimes sofridos por parte dos populares foram o furto a residência (40%), agressões (30%) e roubo (20%). Os indivíduos auscultados consideram, na sua maioria, (78,1%), que existe mais crime em redor do bairro do que no seu interior.

Enquanto durante o dia apenas 18,4% dos inquiridos se sentem pouco ou nada seguros, durante a noite essa percentagem sobe para 56,3%, o que releva a importância de se adaptarem procedimentos consoante a hora do dia.

59,4% dos inquiridos afirmam que o policiamento não está a ir de encontro às suas necessidades, principalmente devido à falta de policiamento (42,1%). De forma a melhorar a sua satisfação e segurança obtida através da acção policial, 62,5% dos inquiridos consideram que a Polícia deveria ter mais elementos nas ruas e 46,9% gostariam que os polícias falassem mais com as pessoas que moram no bairro.

No bairro da Pasteleira Nova, os principais factores referidos como sendo causas da criminalidade registada são as dificuldades económicas das famílias (65,6%) e o elevado nível de desemprego (59,4%). Os inquiridos realçam a necessidade de se promover a prevenção ao consumo de drogas (50%) e se melhorar a integração social (50%), de forma a se diminuírem os índices criminais constatados.

Os inquiridos residentes no bairro da Pasteleira Nova são aqueles que mostram maior relutância em apresentar queixa dos crimes de que são vítimas (31,3%). Desses indivíduos que afirmam não apresentar queixa caso sejam vítimas de crimes, constata-se alguma tendência para quererem resolver as questões sozinhos (50%).

## **2.3 – O bairro da Bela Vista**

O bairro da Bela Vista surgiu na década de 60 do século passado, projectado pelo Fundo de Fomento à Habitação, no âmbito do então Plano Integrado de Setúbal, inicialmente devido à necessidade de realojar famílias que se deslocavam para a cidade de Setúbal à procura de emprego na indústria. Mais tarde, na década de 80 teve início o realojamento da população carenciada que vivia em zonas degradadas do concelho, sobretudo da população residente em *barracas*, e refugiados das ex-colónias. “Este bairro não foi construído para pessoas carenciadas, este bairro foi construído para albergar operários da antiga Setenave<sup>143</sup>. Com a perda de importância da Setenave,

---

<sup>143</sup> Actual Lisnave. Constitui uma empresa de construção e reparação naval.

começaram a sobrar casas, e foi nessa altura que a Câmara Municipal começou a albergar neste bairro pessoas carenciadas de habitação, pessoas marginalizadas”<sup>144</sup>.

O bairro da Bela Vista insere-se na freguesia de São Sebastião, em Setúbal, que é a freguesia com maior densidade populacional na cidade. Este local esteve sob a orientação do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), tendo passado em 1994 para administração da Câmara Municipal de Setúbal. A estrutura arquitectónica dos edifícios caracteriza-se por blocos de três andares, com acessos exteriores e longos corredores comuns que delimitam pátios interiores<sup>145</sup>. Os edifícios encontram-se em avançado estado de degradação exterior e interior, sendo ainda de assinalar vários problemas habitacionais. O bairro é conotado por muitos como um bairro marginalizado socialmente, onde coabitam vários grupos sociais e étnicos que integram um espaço territorial comum. Neste espaço existem três bairros integrados num só e que se distinguem entre si pela cor dos edifícios: bairro Amarelo, bairro Cor-de-Rosa (Alameda das Palmeiras) e o bairro Azul (Forte da Bela Vista).

Partindo do relatório Preliminar “Estudo aos modos de vida da população dos bairros da Bela Vista” realizado em Abril de 2007<sup>146</sup> constata-se que a faixa etária com maior incidência nos três bairros situava-se entre os 15 e os 24 anos, o que revelava um território de população jovem<sup>147</sup>. O bairro Azul era mais juvenil, e o Rosa o mais envelhecido. O bairro Amarelo constituía a zona demográfica mais representativa (66,8% da população dos 3 bairros) e a idade média centrava-se nos 34 anos de idade. O bairro era constituído por população maioritariamente branca, seguindo-se a população africana, população cigana e por fim a asiática (timorenses).

Na sua generalidade, a população apresentava um nível baixo de escolaridade, elevadas taxas de insucesso e abandono escolar, sendo que dos 16 aos 18 anos apenas 21,1% da população frequentou o ensino secundário. Observava-se uma grande incidência de desocupação e inactividade, desemprego e precariedade laboral. A taxa de desemprego situava-se nos 28,7%. Consequentemente, a pobreza era uma realidade que afectava 53% da população residente no bairro da Bela Vista, uma vez que a maior parte das famílias declarava viver com dificuldades económicas, devido aos baixos rendimentos, ao custo de vida elevado, aos agregados numerosos e à dificuldade de inserção no mercado de trabalho aliado a uma baixa escolaridade. Não deixava de ser significativo, também, que cerca de 40% da população do bairro não gostasse ou detestasse viver na Bela Vista.

---

<sup>144</sup> Vide entrevista ao senhor Superintendente Leitão, Anexo 13.

<sup>145</sup> Vide fotografias do bairro, Anexo 37.

<sup>146</sup> Últimos dados que nos foram fornecidos.

<sup>147</sup> Vide “Modos de Vida da População Residente nos bairros da Bela Vista – Relatório final”, página 40.

O PIPP é aplicado no interior do bairro, embora não existam *agentes de proximidade* exclusivamente adstritos ao bairro. Segundo a comandante da Esquadra da Bela Vista, as EPAV não têm uma atenção especial às imediações do local. “Não existe nenhuma preocupação adicional. A proximidade, a cooperação, a presença na área, as parcerias são, esses sim, os alicerces de todo o policiamento”<sup>148</sup>.

Durante o ano de 2008<sup>149</sup> registaram-se 121 furtos, 48 roubos, 12 crimes de tráfico de estupefacientes e 13 ocorrências de violência doméstica no interior do bairro. Estes números são substancialmente superiores aos registados no bairro de Santa Filomena, facto a que não será alheia a localização de uma Esquadra no interior do bairro da Bela Vista, o que potencialmente provocará o decréscimo das *cifras negras*. A população reconhecia utilidade ao facto de a Polícia ter uma Esquadra sediada no interior do bairro da Bela Vista, como o demonstrava o facto de 98,9% das famílias estar de acordo com a sua manutenção<sup>150</sup>.

Este bairro apresentava índices criminais superiores quando comparado com os bairros limítrofes (bairro Camarinha, bairro Afonso Costa e bairro Santos Nicolau)<sup>151</sup>. Santos Nicolau foi o único dos bairros limítrofes que apresentou uma estatística criminal semelhante, ao registar 125 furtos e 22 roubos durante 2008. O somatório destes três bairros foi de 267 furtos, 85 roubos, 3 crimes de tráfico de estupefacientes e 16 ocorrências de violência doméstica, o que faz concluir que os crimes de tráfico de estupefacientes registados no interior do bairro da Bela Vista foram superiores ao somatório dos registados nos três bairros limítrofes. O local também apresentava um elevado índice de crimes de violência doméstica, pois o somatório dos três bairros limítrofes é semelhante ao registado no bairro da Bela Vista.

Na opinião da comandante da Esquadra sediada no bairro da Bela Vista, o principal problema do bairro é o facto de “haver um grande número de pessoas desempregadas que leva a que durante o dia cometam uma grande quantidade de ilícitos, nomeadamente roubos e furtos, não só a residências como a viaturas policiais”<sup>152</sup>. Para o senhor Chefe Martins, responsável pelo PIPP no bairro, o maior problema relaciona-se com a existência de “barreiras arquitectónicas criadas pelas pessoas que lá vivem tornou o bairro menos seguro. Menos seguro para a intervenção policial e para as

---

<sup>148</sup> Vide entrevista à senhora Subcomissário Sara Ferreira, Anexo 27.

<sup>149</sup> Últimos dados que nos foram fornecidos.

<sup>150</sup> Vide “Modos de Vida da População Residente nos Bairros da Bela Vista – Relatório final”.

<sup>151</sup> Dados fornecidos pelo Comando Distrital de Setúbal. Vide Anexo 38.

<sup>152</sup> Vide entrevista à senhora Subcomissário Sara Ferreira, Anexo 27.

próprias pessoas porque criou alguns focos de problemas, que depois quando há necessidade de intervirmos não é fácil”<sup>153</sup>.

O bairro da Bela Vista foi classificado como uma *zona vermelha* pelo Comando Distrital de Setúbal, não nos tendo sido fornecidos mais dados relativos ao local devido àquela Unidade policial os considerar matéria confidencial.

Passaremos a apresentar as principais conclusões dos questionários aplicados neste bairro, tanto à população como aos elementos policiais.

### **2.3.1 - Inquérito aplicado aos elementos policiais acerca das suas percepções sobre o bairro da Bela Vista e respectivo policiamento a adoptar**

A esmagadora maioria dos inquiridos afirmam que existe mais crime nas imediações do bairro do que no seu interior (85,9%), facto que não é coincidente com as estatísticas da criminalidade do Comando distrital de Setúbal, relativas a 2008. Em concordância com a questão anterior, a maioria dos elementos policiais que exerce funções e Bela Vista consideram que deve existir mais policiamento nas imediações do local do que no seu interior (76,8%).

Os elementos policiais que prestam serviço no bairro da Bela Vista apontam o sentimento de impunidade como o seu principal problema (68,7%), sendo a ineficácia do sistema judicial referida como o principal factor que promove a criminalidade no local (90,9%). A percentagem de inquiridos que afirmam que o PIPP deve ser aplicado no bairro da Bela Vista (50,5%), não indicia que a opinião sobre a sua aplicação seja unânime. A Divisão de Setúbal é aquela em que os elementos inquiridos menos consideram que exista uma boa articulação entre valências (21,2%). O facto de (67,7%) não conhecerem a Directiva Estratégica 16/2006 poderá estar relacionado com essa opinião.

**Figura 13 – “Onde lhe parece que existe mais crime?” \* “Qual o bairro em que presta serviço?”**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Onde lhe parece que existe mais crime?	No interior do bairro	31 21,8%	14 14,1%	64 62,1%	109 31,7%
	Em redor do bairro	111 78,2%	85 85,9%	39 37,9%	235 68,3%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

Fonte: Elaboração própria

<sup>153</sup> Vide entrevista, Anexo 29.

**Figura 14 – “Factores que mais promovem a criminalidade no bairro”**

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Ineficácia do sistema judicial	94 66,2%	90 90,9%	78 75,7%	262 76,2%
	48 33,8%	9 9,1%	25 24,3%	82 23,8%
Total	142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

Fonte: Elaboração própria

**Figura 15 – “Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão?” \*\* Qual o bairro em que presta serviço?”**

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão?	43 30,3%	21 21,2%	28 27,2%	92 26,7%
	99 69,7%	78 78,8%	75 72,8%	252 73,3%
Total	142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

Fonte: Elaboração própria

### 2.3.2 - Inquérito aplicado à população acerca da segurança e do policiamento no bairro da Bela Vista

Do total de inquiridos, os residentes no bairro da Bela Vista são aqueles que afirmaram ter sofrido menos crimes na sua área de residência (14,3%). Durante o dia 31,4% dos inquiridos sentem-se pouco ou nada seguros, sendo que durante a noite essa percentagem apenas sobe para os 40%. O facto de existir uma esquadra da PSP sediada no interior do bairro pode estar relacionado com esta baixa oscilação consoante a hora do dia. Os inquiridos residentes no bairro da Bela Vista são aqueles que mais acreditam que existe mais crime no interior do bairro (40%) do que nas suas imediações. Ainda assim, 65,7% acreditam que o crime permanece igual ou está a diminuir.

Para 65,7% dos inquiridos o policiamento não está a ir de encontro às suas necessidades, sugerindo-se a colocação de mais polícias nas ruas (51,4%) e a realização de mais operações (51,4%), por via a reduzir esse estado de insatisfação.

Os principais factores referidos como sendo causas da criminalidade são as dificuldades económicas das famílias (51,4%) e o elevado nível de desemprego (54,3%). Realçamos o facto de apenas 2,9% dos inquiridos considerarem a qualidade de vida no bairro boa. Finalmente elege-se a recuperação dos espaços degradados (62,9%) e a presença permanente da Polícia (42,9%) como as medidas mais urgentes a adoptar com vista a reduzir os índices criminais existentes.

### **3 - Apresentação de resultados**

#### **3.1 – Inquérito aplicado aos elementos policiais**

Constata-se que a esmagadora maioria dos elementos policiais inquiridos não se sente respeitada (71,5%) e não se sente segura (56,4%) pela população residente nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova. Perto de um quarto dos inquiridos afirma já ter sido vítima de algum crime nos bairros em estudo (24,4%).

Mais de dois terços dos elementos policiais inquiridos (68,3%) consideram que existe mais crime nas imediações dos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova do que no seu interior. Mantendo a tendência da questão anterior, é recomendado que exista um policiamento mais acentuado nas imediações dos bairros em estudo do que no seu interior (59,3%).

A maioria dos inquiridos aponta a presença permanente da Polícia nos locais em estudo como uma das soluções mais urgentes para diminuir a delinquência verificada (63,4%). Também se denota algum descontentamento com o quadro jurídico actual, pois 40,7% dos inquiridos consideram que deveriam existir Leis diferentes.

O sentimento de impunidade dos seus residentes é indicado como o principal problema destes locais (50,6%). O tráfico de droga também é a realidade que preocupa principalmente os inquiridos com um ano ou menos de serviço (42,5%).

Quase dois terços dos inquiridos afirmam que o PIPP deve ser aplicado nos bairros em Estudo (64,2%). Os Chefes são quem mais defendem essa medida (83,8%). Ainda que o PIPP deva ser aplicado, a maioria dos inquiridos consideram que os *agentes de proximidade* não devem integrar Operações levadas a cabo nesses locais (59,6%).

Perto de três quartos dos inquiridos considera que não existe uma boa articulação entre valências policiais nas Divisões da Amadora, 2ª Divisão do Porto e Divisão de Setúbal (73,3%). Essa opinião é vinculada principalmente pelos inquiridos com mais de um ano e menos de cinco anos de serviço (88,5%) e com mais de cinco anos de serviço (73,4%). Ainda relacionado com esta temática, há a referir que 68,3% dos inquiridos raramente ou nunca troca informações com elementos de outras valências policiais, destacando-se o facto de 81,4% dos inquiridos que consideram não existir uma boa articulação entre valências, raramente ou nunca trocarem informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão.

Apenas um quarto dos inquiridos afirmam que a UEP é utilizada na proporção certa nos bairros em estudo (24,7%). Pelo contrário, a esmagadora maioria afirmam que essa Unidade Especial deveria ser mais utilizada (72,4%). Esta opinião é defendida

sobretudo por aqueles que já foram vítimas de algum crime nos bairros em análise (85,7%).

Apesar da Directiva Estratégica 16/2006 ser o principal documento orientador da actuação policial nos locais em estudo, dois terços dos inquiridos não a conhece (66,6%). Os Chefes são, ainda assim, a categoria que melhor conhece o documento (48,6%).

**Figura 16 – “O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade deve ser aplicado no bairro?”**

	Frequência	%
Sim	221	64,2
Não	123	35,8
Total	344	100,0

Fonte: Elaboração própria

**Figura 18 – “Caso existam agentes de proximidade, estes devem integrar as operações levadas a cabo no bairro?”**

	Frequência	%
Sim	139	40,4
Não	205	59,6
Total	344	100,0

Fonte: Elaboração própria

**Figura 20 – “Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia no bairro?”**

	Frequência	%
Deve ser mais utilizada	249	72,4
Deve ser menos utilizada	10	2,9
É utilizada na proporção certa	85	24,7
Total	344	100,0

Fonte: Elaboração própria

**Figura 17 – “Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão?”**

	Frequência	%
Sim	92	26,7
Não	252	73,3
Total	344	100,0

Fonte: Elaboração própria

**Figura 19- “Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão? (Esquadra Genérica, Trânsito, Investigação Criminal ou EIFP)”**

	Frequência	%
Todos os dias	47	13,7
Semanalmente	62	18,0
Raramente	199	57,8
Nunca	36	10,5
Total	344	100,0

Fonte: Elaboração própria

**Figura 21- “Conhece a Directiva Estratégica 16/2006?”**

	Frequência	%
Sim	115	33,4
Não	229	66,6
Total	344	100,0

Fonte: Elaboração própria

### 3.2 – Inquérito aplicado à população

Perto de um quarto dos inquiridos (22,5%) já sofreu algum tipo de crime na sua área de residência, sendo o roubo na via pública o crime que mais insegurança provoca (37,3%). Ainda relacionado com esta temática, de referir que sensivelmente um quinto dos inquiridos (20,6%), se for vítima de um crime, não o comunica à Polícia.

67,6% dos inquiridos sentem-se seguros, bastante seguros ou completamente seguros durante o dia na sua área de residência. Pelo contrário, durante a noite, 52% dos inquiridos sentem-se pouco ou nada seguros na sua área de residência, o que faz saltar à vista a diferença da percepção de segurança nos populares, consoante a hora do dia. De forma a minimizarem o risco de serem vítimas de algum crime, 52,9% dos inquiridos ou não anda na rua a determinadas horas ou evita contactos com alguns grupos.

Perto de dois terços dos indivíduos colaboradores neste estudo (63,7%) consideram que o policiamento efectuado não está a ir de encontro às suas necessidades. Os inquiridos consideram que a Polícia deveria sobretudo ter mais polícias nas ruas (56,9%), fazer mais operações policiais (51%) e falar mais com as pessoas do bairro (36,3%) para que se sintam mais seguros.

Apenas 16,7% dos inquiridos consideram que o crime está a diminuir na sua área de residência. A maior parte dos indivíduos auscultados considera que existe mais crime nas imediações do que no interior do bairro (71,6%). Recorde-se que esta opinião vai de encontro à dos elementos policiais inquiridos (68,3%).

O elevado nível de desemprego (52,9%), as dificuldades económicas das famílias (46,1%) e o facto de existirem muitos jovens fora do sistema de ensino (42,2%), são os principais factores apontados como despoletadores da criminalidade na área de residência dos inquiridos. Recorde-se que os elementos policiais inquiridos, relativamente a este assunto, por sua vez, apontavam a ineficácia do sistema judicial (76,2%) e a falta de controlo familiar (42,7%).

A presença permanente da Polícia (51%) é a medida mais apontada pelos populares com vista a diminuir a delinquência nos locais em estudo. Recorde-se que esta também foi a medida mais referida pelos elementos policiais (63,4%). A Polícia é vista como a principal responsável para resolver os problemas de criminalidade registados nos locais em estudo (53,9%). Destaque, ainda assim, para 27,5% dos inquiridos considerar a Câmara Municipal como a entidade com maiores responsabilidades nessa matéria, o que realça a importância de uma actuação conjunta da PSP com outras entidades.

### **3.3 – Percepções dos entrevistados acerca das ZUS vermelhas**

Ao longo do nosso trabalho de campo realizámos 18 entrevistas. Após se proceder à análise das mesmas<sup>154</sup>, constatámos que os principais problemas apontados pelos entrevistados às ZUS estão relacionados com a inclusão social, com problemas familiares, com o tráfico de droga e com a aversão ao Estado por parte de alguns

---

<sup>154</sup> Vide Anexo 36.



residentes. Todos os entrevistados consideram que o PIPP deve ser aplicado nas ZUS vermelhas. Os *agentes de proximidade* não devem participar nas operações de cariz mais reactivo levadas a cabo nas ZUS vermelhas, de acordo com 69,23% (9 em 13) daqueles a quem colocamos a questão. 10 dos entrevistados sugeriram boas práticas relacionadas com a prevenção da criminalidade, 6 fizeram-no relativamente à articulação entre as valências da PSP e 2 reforçaram os cuidados que é necessário ter com a segurança dos elementos policiais.

### **3.3.1 - Boas práticas ao nível da articulação entre informações, prevenção, investigação criminal e ordem pública**

Os Oficiais da PSP especialistas em informações, prevenção da criminalidade, manutenção da ordem pública e investigação criminal sugerem, alguns procedimentos operacionais, no sentido de se melhorar a articulação existente entre as diversas valências, tais como o facto de ser “impensável que em determinadas zonas apenas se utilize um carro de patrulha para resolver situações”<sup>155</sup>, “a informação recolhida pelo agente de proximidade deve passar, através da cadeia hierárquica, para a investigação criminal, consistindo uma fonte que, à partida, é credível”<sup>156</sup>, deverá existir “articulação permanente entre as EIC ‘s e as Esquadras Locais, com briefings pontuais às EIR’s”<sup>157</sup>, “relatórios sistemáticos destas para as esquadras acerca de indivíduos referenciados em intervenções de reacção ou reposição da ordem o reforço sistemático e pontual do C.I.”<sup>158</sup> e “a utilização adequada do CI (UEP) como reserva e não como substituto do patrulheiro que está de férias”<sup>159</sup>. A partilha de conhecimentos é um aspecto bastante vincado, considerando-se “fundamental que as diversas entidades comuniquem entre si”<sup>160</sup>, apenas sendo possível alcançar tal desiderato se “cada comandante estabelecesse as rotinas diárias para que isso fosse efectuado”<sup>161</sup>. É sugerido que se avalie “permanentemente o risco da nossa actividade”<sup>162</sup>. Para tal deve proceder-se à “sistematização e uniformização dos relatórios elaborados por parte de quem tem por função a prevenção criminal”<sup>163</sup>. Na mesma linha de pensamento, sugere-se a existência de “um *repositório de boas práticas*. Desse modo, poderíamos identificar um conjunto delas como sendo aquelas mais relevantes e que pudessem ser aplicadas em diversos

---

<sup>155</sup> Vide entrevista ao senhor Intendente Elias, Anexo 14.

<sup>156</sup> *Idem.*

<sup>157</sup> Vide entrevista ao senhor Intendente Gouveia, Anexo 19.

<sup>158</sup> *Idem.*

<sup>159</sup> *Idem.*

<sup>160</sup> Vide entrevista ao senhor Intendente Elias, Anexo 14.

<sup>161</sup> Vide entrevista ao senhor Superintendente Leitão, Anexo 13.

<sup>162</sup> Vide entrevista ao senhor Subintendente Prates, Anexo 21.

<sup>163</sup> Vide entrevista ao senhor Comissário Pestana, Anexo 22.

contextos, ou seja, cujos pressupostos não fossem específicos para um determinado contexto e ir aprimorando essas mesmas situações”<sup>164</sup>. Também se sugere a criação de “um género de uma rede ao nível de comandantes de divisão tendo em vista a partilha de experiências e de boas práticas nas zonas urbanas sensíveis”<sup>165</sup>. A “conjugação da generalidade das directivas e normas produzidas pela Direcção Nacional da PSP”<sup>166</sup> também são consideradas boas práticas para a actuação nas ZUS *vermelhas*. No mesmo sentido, os elementos adstritos ao PIPP nos locais abrangidos pelo nosso estudo sugerem uma “articulação entre valências mais sistematizada”<sup>167</sup>.

### **3.3.2 – Boas práticas ao nível da prevenção da criminalidade**

À semelhança do que aconteceu relativamente à articulação entre as valências de actuação da PSP, os nossos entrevistados também sugeriram a adopção de *boas práticas*, no que concerne à prevenção da criminalidade.

Os Oficiais da PSP especialistas em informações, prevenção da criminalidade, manutenção da ordem pública e investigação criminal defendem “a locação de um polícia em permanência a um mesmo local”<sup>168</sup>. Esse polícia “deve dotar-se de plantas relativas aos espaços públicos de café/restaurantes, comércio, isto é, ter uma carta que tenha toda a informação sobre o que existe naquele bairro que ele patrulha”<sup>169</sup>, podendo “propor e participar em reuniões e acções de sensibilização sobre prevenção”<sup>170</sup>. Também afirmaram que “estas zonas não devem ser consideradas zonas interditas à Polícia. A Polícia tem de conseguir ganhar a população local. Para a Polícia ser aceite não pode aparecer só para reagir ao crime ou às ocorrências”<sup>171</sup>. Numa perspectiva de troca de informações relativamente aos problemas que assolam as ZUS, foi sugerido a troca de experiências com países com historial nesta temática, sendo útil “enviar delegações portuguesas a esses países para ver como resolver as situações”<sup>172</sup> e que “fosse convidado um ou mais especialistas, ingleses por exemplo, para estarem cá algum tempo, três ou quatro dias, onde existissem problemas que se pudessem verificar em Portugal”<sup>173</sup>. Os comandantes das Esquadras afirmaram que “não podemos deixar de

---

<sup>164</sup> Vide entrevista ao senhor Comissário Carvalho, Anexo 23.

<sup>165</sup> Vide entrevista ao senhor Comissário Pestana, Anexo 22.

<sup>166</sup> Vide entrevista ao senhor Superintendente Lucas, Anexo 17.

<sup>167</sup> Vide entrevista ao senhor Chefe Martins, Anexo 29.

<sup>168</sup> Vide entrevista ao senhor Superintendente Oliveira, Anexo 12.

<sup>169</sup> *Idem*.

<sup>170</sup> *Idem*.

<sup>171</sup> Vide entrevista ao senhor Subintendente Prates, Anexo 21.

<sup>172</sup> Vide entrevista ao senhor Comissário Pestana, Anexo 22.

<sup>173</sup> *Idem*.

patrulhar esses locais”<sup>174</sup> e não devemos “permitir que sejam os delinquentes que decidem quando é que a Polícia entra nas ZUS e quando é que sai”<sup>175</sup>. Também é destacada a “intervenção junto da população em parceria com outras entidades que visem resolver os problemas existentes”<sup>176</sup>. Os elementos adstritos ao PIPP nos locais abrangidos pelo nosso estudo pensam que “andarmos no bairro apeados seria importante, como fizemos agora, é importante porque as pessoas vêm ter connosco”<sup>177</sup>. Também relevam a importância do “conhecimento científico e social da cultura africana”<sup>178</sup>. Os representantes das Câmaras Municipais afirmam que “não é correcto de alguma forma “carimbar” sempre estes bairros como se ali só existisse gente má”<sup>179</sup> e “era importante haver uma maior aproximação dos agentes à população”<sup>180</sup>.

### **3.4 – Últimas notas: a experiência tida no terreno nos bairros em estudo**

O acompanhamento que fizemos da actuação policial nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova<sup>181</sup>, também nos permitiu retirar algumas ilações. Ainda que defendamos um policiamento permanente para estes locais, nomeadamente através da locação de *agentes de proximidade* para o local e passagem sistemática dos CP's (período diurno) e patrulha por parte das EIR's (período nocturno)<sup>182</sup>. Na nossa opinião, quando se decida levar a cabo uma operação de cariz mais repressivo numa ZUS vermelha, os suspeitos devem estar previamente identificados, nomeadamente pelas Esquadras de Investigação Criminal. Não nos parece que a ocupação deste tipo de locais por parte da Polícia, sem que exista um “alvo” específico, traga grandes benefícios à actividade policial, pois estar-se-á a tratar todos por igual, tanto os suspeitos de estarem ligados a actividades criminosas, como as pessoas que levam uma vida que tem por referencial o trabalho e a educação da família. Essa situação, a verificar-se, poderá provocar ainda mais reacções adversas à Polícia por parte dos residentes nestes locais<sup>183</sup>. Paralelamente, conforme referimos no capítulo 2, a UEP deve ser obrigatoriamente acionada para estas áreas quando se realizam este tipo de operações

---

<sup>174</sup> Vide entrevista ao senhor Subcomissário Arvelos, Anexo 25.

<sup>175</sup> *Idem*.

<sup>176</sup> Vide entrevista ao senhor Subcomissário Fernandes, Anexo 26.

<sup>177</sup> Vide entrevista ao senhor Chefe Martins, Anexo 29.

<sup>178</sup> Vide entrevista ao senhor Agente Mendes, Anexo 30.

<sup>179</sup> Vide entrevista à senhora Vereadora Carla Tavares, da Câmara Municipal da Amadora, Anexo 33.

<sup>180</sup> Vide entrevista à Doutora Vanda Narciso, representante da Câmara Municipal de Setúbal, Anexo 34.

<sup>181</sup> Vide o nosso “diário de campo”, Anexo 1.

<sup>182</sup> Vide análise ao Anexo A da Directiva Estratégica 16/2006, Anexo 5 e figuras 3 e 4, no capítulo 2.

<sup>183</sup> Já em 1967 era considerada uma má prática o facto de “uma força-tarefa móvel, que se deslocava sem aviso prévio para o interior dos distritos de alta criminalidade, realizando vistorias nas ruas, parando pessoas, de modo geralmente intenso e indiscriminado” (Report of the National Advisory Commission Civil Disorders, New York, Bantam Books, 1967, p.304, cit. in Skolnick e Bayley, 1988: 61).

de maior envergadura, com vista a salvaguardar a integridade física dos demais elementos policiais.

Foi-nos referido que no bairro de Santa Filomena é frequente os *agentes de proximidade* elaborarem informações sobre indivíduos suspeitos, remetendo as mesmas à Esquadra de Investigação Criminal da Amadora. Ainda assim é pena que essas informações sejam transmitidas apenas por papel. Consideramos que se as mesmas fossem informatizadas (através do módulo de Informações Policiais do Sistema Estratégico de Informação (SEI) da PSP), a sua consulta seria facilitada, assim como o seu posterior tratamento. Se fossem informatizadas existiria o inconveniente de as mesmas ficarem disponíveis a ser consultadas por todos os elementos policiais, sendo que alguns elementos poderiam intrometer-se em investigações levadas a cabo pela valência da investigação criminal. Esta situação poderia ser ultrapassada, por exemplo, através da atribuição de perfis de acesso às informações, onde apenas teria possibilidade de aceder às informações quem tivesse efectiva necessidade.

Visto que as imediações dos bairros estudados são muito fustigadas pela criminalidade, em especial por crimes de roubo, parece-nos importante que as mesmas mereçam atenção especial por parte da Polícia, nomeadamente através da utilização de brigadas à civil<sup>184</sup>, com vista a interceptar eventuais suspeitos da prática de crimes em flagrante delito. Estas brigadas além de terem o desiderato de deter os meliantes que operam nas ruas que ficam sob a sua competência, devem procurar contactar com os residentes nestes locais, aumentando o fluxo informacional existente e, simultaneamente, diminuindo os sentimentos de insegurança da população. No caso específico da 60ª Esquadra, julgamos de todo pertinente que esta opção táctica seja adoptada nas Avenidas Lourenço Marques, Pedro Álvares Cabral e General Humberto Delgado<sup>185</sup>.

Finalmente, foi-nos possível observar que o risco para a actividade policial aumenta substancialmente durante a noite. Assim sendo, devem-se ponderar os meios a utilizar nas ZUS *vermelhas* consoante o período horário, daí a nossa convicção que devem ser as EIR's as principais responsáveis pelo patrulhamento destes locais no período nocturno, devido a disporem de mais meios humanos e materiais<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> Quando estas brigadas são compostas por efectivo das Esquadras Genéricas usualmente denominam-se "Saltos". Quando as Esquadras pretendem utilizar esta táctica de policiamento, devem-no solicitar previamente aos respectivos Comandos Distritais/Metropolitanos. Em Lisboa apenas é admissível a sua utilização com vista a detectar os autores dos seguintes crimes: roubos, furtos de estabelecimentos, furtos de residências, furtos de veículos ou furtos no interior de veículos (conforme a Determinação 17-GAC/2004 do COMETLIS (regula a utilização de elementos das Esquadras em serviço policial à civil)). Vide em Anexo 39 a nossa proposta para um eventual modelo de pedido de Saltos (edição própria).

<sup>185</sup> Vide estatísticas criminais, Anexo 38. Também de acordo com aquilo que constatámos no estágio prático.

<sup>186</sup> Cada EIR é composta por 1 Chefe e 7 Agentes. Estas equipas encontram-se substancialmente melhor equipadas que o efectivo das Esquadras Genéricas, uma vez que dispõem de escudos e capacetes individuais, por exemplo.

## **Conclusão**

Findo o nosso estudo, é altura de vincarmos as principais conclusões que foram possíveis alcançar. Constatámos que o início do fenómeno das zonas urbanas sensíveis em Portugal verificou-se no período que sucedeu ao 25 de Abril de 1974, com a construção desordenada nas periferias das grandes cidades, em virtude do aumento exponencial da população residente no território nacional nesse período. A definição de ZUS não varia muito da de “bairro problemático”, avançada pela primeira vez em 1997 pelo na altura Comando Geral da PSP. Actualmente é a Directiva Estratégica 16/2006 que estipula os critérios com que classificam as ZUS.

As teorias da *anomia social* e das *subculturas* explicam, pelo menos em parte, as realidades criminais verificadas nas ZUS e nas respectivas imediações. As teorias têm em comum o facto de proporem a existência de uma acentuada frustração dos jovens residentes nas ZUS, o que os leva a contestar especialmente as instituições que representam a autoridade do Estado. Existem diversas fases criminais que marcam a adolescência dos jovens que enveredam pelo mundo do crime, cada uma com as suas especificidades, as quais devem merecer cuidados diferenciados por parte das autoridades policiais. Na *fase criminal primária* e na *fase de iniciação criminal* consideramos que ainda é possível recuperar socialmente os jovens delinquentes que se envolvem nos meandros do crime. Para tal é fundamental todo o trabalho que é efectuado ao nível da prevenção criminal, destacando-se as funções atribuídas às EPAV. Na *fase criminal rotineira* e na *fase criminal crítica* a reintegração social dos delinquentes afigura-se mais complexa. Assim sendo, as valências das informações, ordem pública e investigação criminal devem-se ocupar desses casos, reprimindo eficazmente as condutas desviantes constatadas, pois desse modo também se estará a efectuar prevenção.

Consideramos que todo o processo de restabelecimento do *estado de normalidade* nas ZUS, após a existência de desordens, deve merecer uma atenção redobrada por parte dos responsáveis policiais, nomeadamente a fase do *unrest*, que carece de uma maior aprofundamento ao nível dos procedimentos policiais a adoptar, assim como da sua maior divulgação pelo efectivo policial. O restabelecimento das relações de normalidade, na nossa opinião, divide-se em duas fases: uma mais repressiva, através da utilização em primeira linha da UEP e outra mais próxima do policiamento que é efectuado normalmente, dando-se prevalência às EPAV e às EIR's. Os procedimentos policiais devem-se adaptar ao período horário e ao estágio da ordem pública em que estamos inseridos, tendo em conta, fundamentalmente, a segurança dos elementos policiais envolvidos no policiamento das ZUS *vermelhas* e a eficácia policial.

A partir de 2000, com a delegação de algumas competências no âmbito da investigação criminal, a PSP passou a ter uma verdadeira natureza integral. Com vista a realçar a importância do *modelo integral de policiamento* e, especificamente da prevenção criminal, a Direcção Nacional da PSP emanou, em 2006, a Directiva Estratégica 10/2006 e a Directiva Estratégica 16/2006, documentos que devem ser os orientadores da correcta articulação entre valências (especialmente nas ZUS) e da aplicação do PIPP no território nacional. Concomitantemente alcançámos o nosso primeiro objectivo, que consistia em “compreender qual o método adequado de se retomarem as relações normais entre a Polícia e a comunidade nas ZUS *vermelhas* após a verificação de desordens, aferindo da importância da existência de uma articulação eficaz entre as diferentes valências da PSP”.

A nossa primeira hipótese confirmou-se: “o método adequado de se retomarem as relações normais entre a Polícia e a população residente nas ZUS *vermelhas*, após a verificação de desordens, não é facilmente compreendido pelo efectivo”. Os seguintes argumentos comprovam-no: através da aplicação de questionários constatamos que 63,1% do efectivo considera que os *agentes de proximidade*, após a ocorrência de desordens, devem voltar a entrar nos bairros em estudo no dia seguinte a estas ocorrências, o que revela algum desconhecimento sobre o que está definido superiormente e alguma leviandade na abordagem à segurança dos elementos policiais. No mesmo sentido, 66,6% não conhecem a Directiva Estratégica 16/2006, que é o principal documento orientador dos procedimentos policiais nessa fase. Na entrevista ao senhor Superintendente Leitão, apercebemo-nos que o policiamento efectuado aquando das desordens registadas no bairro da Bela Vista em 2009 constitui uma *boa prática* nesta temática, embora ainda não tenha sido convenientemente percebida pelo restante efectivo (nomeadamente a importância do *unrest*). Os modelos de desordem existentes não se adequam completamente à realidade nacional e necessitam de ser mais explorados e divulgados. A *tensão* também é um estado que merece preocupação adicional por parte da Polícia, sendo que os documentos policiais internos não focam a importância do policiamento na *tensão* e no *unrest*.

A nossa segunda hipótese confirmou-se: “na PSP, em particular nas ZUS *vermelhas*, a articulação entre as valências informações, prevenção, investigação criminal e ordem pública não é eficiente”. Os seguintes argumentos comprovam-no: através das nossas observações percebemos que não existe uma articulação sistematizada entre as EPAV, EIC e EIFP, nomeadamente devido à inexistência de procedimentos estipulados ao nível da partilha de informações. 73,3% dos elementos policiais inquiridos consideram que não existe uma boa articulação entre valências policiais na sua divisão, sendo que 68,3% raramente ou nunca troca informações com

elementos que desempenham outras funções. Apenas 51,7% afirma que, caso obtenha uma informação que lhe permita efectuar uma detenção, a comunica aos elementos policiais que considera estarem mais aptos a lidarem com a questão. Apesar da Directiva Estratégica 16/2006 ser o principal documento orientador da actuação policial nos locais em estudo, dois terços dos inquiridos não a conhece. 6 dos nossos entrevistados sugerem um conjunto de boas práticas ao nível da articulação entre valências.

A nossa terceira hipótese confirmou-se: “os elementos do PIPP são preferencialmente utilizados nas ZUS vermelhas, devendo as áreas circundantes ser permanentemente policiadas.” Os seguintes argumentos comprovam-no: todos os entrevistados referem que o PIPP deve ser aplicado no interior das ZUS *vermelhas*. Através dos questionários aplicados, constatámos que 68,3% dos elementos policiais consideram que existe mais crime nas imediações dos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova do que no seu interior. 59,3%, consideram que deve existir um policiamento mais acentuado nas imediações dos bairros em estudo do que no seu interior e 64,2% afirmam que o PIPP deve ser aplicado nos bairros em estudo. Os residentes nos locais em estudo consideram que existe mais crime nas imediações do que no interior do bairro (71,6%). Os inquiridos sugerem a existência de mais polícias nas ruas (56,9%) e que estes falem mais com as pessoas do bairro (36,3%) para que se sintam mais seguros. A presença permanente da Polícia (51%) é a medida mais apontada pelos populares com vista a diminuir a delinquência nos locais em estudo. Ao analisarmos os dados relativos à criminalidade registada nos locais em estudo, apercebemo-nos que no bairro da Pasteleira Nova o crime registado aumentou 85% desde 2009, data em que o PIPP começou a ser aplicado no bairro, facto que pode ser interpretado como um possível decréscimo das cifras negras. Existem três ruas nas imediações do Bairro de Santa Filomena que concentram grande parte dos crimes de roubo registados, daí a importância do seu policiamento. Os últimos dados criminais do Bairro da Bela Vista dão conta da existência de elevados índices criminais no interior do bairro, mas também nas suas imediações. Paralelamente, atingimos o nosso segundo objectivo, que consistia em “destacar a importância da aplicação do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) nas ZUS *vermelhas* e do policiamento às suas imediações”.

Em suma, julgamos que o facto de as ZUS *vermelhas* serem consideradas como um dos principais focos ignidores do sentimento de insegurança na sociedade hodierna, apresentando-se, simultaneamente, como locais hostis para a actividade policial, devem levar a que sejam considerados como prioritários na actuação da PSP. Urge, cada vez mais, proceder-se a uma sistematização dos procedimentos a adoptar, com vista à maior segurança do efectivo policial e ao aumento da eficácia e eficiência da PSP.

## **Bibliografia**

- Alves**, Flávio, (1999), *As Forças de Segurança II*, Polícia Portuguesa, n.º 119, Série II, pp. 17-20.
- Arendt**, Hannah, (1961), *Entre o Passado e o Futuro – Oito exercícios sobre o Pensamento Político*, Relógio D'Água Editores, 2006.
- Azevedo**, Cândido de, (1999), *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*, Editorial Caminho.
- Barata**, Ricardo, (2010), *O Posicionamento Estratégico da polícia de Segurança Pública face ao problema da delinquência juvenil*, (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.
- Bayley**, David H. (1994), *Police for the Future*, Oxford University Press, New York.
- Bayley**, David, H. (1998), *What Works in Police*, Oxford University Press, New York.
- Caetano**, Marcello, (1937) *Manual de Direito Administrativo*, Vol. II, 10ª edição, 4ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 1990.
- Clemente**, Pedro, (2008), *Informações e policiamento: conhecer e agir*, Polícia Portuguesa, n.º 7, Série III, pp. 34-38.
- Costa**, Joana Barra da, e **Soares**, Sérgio de Araújo, (2002) *O Gang e a Escola – agressão e contra-agressão nas margens de Lisboa*, Edições Colibri.
- Dias**, Jorge de Figueiredo e **Andrade**, Manuel da Costa (1984), *O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*, 2ª Reimpressão, Coimbra Editora, 1997.
- Durão**, Susana, (2008), *Patrulha e Proximidade – uma etnografia da Polícia em Lisboa*, Centro de Investigação do ISCPSI, Almedina.
- Durkheim**, Émile, (1897), *O suicídio*, 6ª Edição, Editorial Presença, 1996.
- Eco**, Umberto, (1977), *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, 16ª Edição, Editorial presença, 2010.
- Elias**, L., (2009). Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida. In A. Anselmo, M. Valente & G. Marques da Silva, eds. *A (nova) governança da segurança numa contemporaneidade complexa*.
- Esteves**, Alina Isabel Pereira, (1999), *A Criminalidade na Cidade de Lisboa – uma geografia da insegurança*, Edições Colibri.
- Felgueiras**, Sérgio, (2009), *A actividade policial na gestão da violência*, in Manuel Valente (coordenador), *Reuniões e Manifestações - Actuação Policial*, Coimbra, Almedina, pp. 137-162.



- Fenech**, Georges, (2001), *Tolerância Zero – acabar com a criminalidade e a violência urbana*, Editorial Inquérito.
- Fernandes**, José, (1998), *Seminário Internacional: Direitos Humanos e Eficácia Policial – Sistemas de Controlo da Actividade Policial - Intervenções*, Lisboa, IGAI, pp. 163-169.
- Fernandes**, Daniela, (2010), *Urbanismo e Segurança – Contributos da Concepção, Manutenção e Utilização do Espaço para a prevenção criminal – Uma abordagem ao bairro da Bela Vista, em Setúbal* (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.
- Fernandes**, Luís Fiães, (2006). *A prevenção da criminalidade*. In Valente, Manuel Monteiro Guedes (coordenador), *II Colóquio de Segurança Interna*, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina, pp. 69-114.
- Fernandes**, Luís Fiães, (2006b) *A Sociedade de Risco e a Liquidificação da Segurança*, Lisboa, ISCPSI, (Tese final do Curso de Direcção e Estratégia Policial: edição policopiada).
- Ferreira**, Nuno, (2011), *Predictive Policing - Uma técnica complementar ao serviço do PIPP - Estudo Exploratório* (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.
- Flor**, Paulo, (2000), *As manifestações do desvio nas áreas metropolitanas: o bando* (Tese de Licenciatura: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.
- Freixo**, Manuel João Vaz, (2011), *Metodologia Científica – Fundamentos, Métodos e Técnicas*, 3ª Edição, Lisboa, Instituto Piaget.
- Giddens**, Anthony, (2001), *Sociologia*, 7ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenhian, 2009.
- Gomes**, Paulo Valente (2001), *Modelos de Policiamento* in Infância e Juventude – Revista do Instituto de Reinserção Social, nº4/2001, pp. 35-51.
- Gouveia**, P. Neto (2006), *A Criminalidade Urbana e os Bairros: Modelo de Actuação do Comando Metropolitano de Lisboa*, Lisboa, ISCPSI (edição policopiada – acesso restrito).
- Guinote**, Hugo, (1999), *Gestão de conflitos: Aproveitamento da vítima indirecta na gestão de conflitos no interior de bairros degradados*, (Tese de Licenciatura: edição policopiada), Lisboa, ISCPSI.
- Lab**, Steven, (2007) *Crime Prevention* in International Handbook of Penology and Criminal Justice, pp. 231 -293.
- Leal**, Tiago, (2011), *O Contributo das incivildades para o sentimento de insegurança: o fenómeno da toxicodependência*, (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.

- Leitão**, José Carlos Bastos, (2005), *Linhas de Desenvolvimento do Modelo de Policiamento da PSP* (Tese final do Curso de Direcção e Estratégia Policial: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.
- Lourenço**, Nélson, **Lisboa**, Manuel, (1992), *Representações da Violência*, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.
- Lourenço**, Nélson, **Lisboa**, Manuel, (1998), *Dez anos de crime em Portugal – análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.
- Lousa**, Tiago, (2006), *Intervenção Policial em Bairros Problemáticos: Estudo Exploratório no Bairro do Condado*, (Tese de Licenciatura: edição policopiada), Lisboa, ISCPSI.
- Lucas**, Paulo Manuel Pereira, (2005), *As medidas de Polícia e a actuação da Polícia de segurança Pública* (Tese final do Curso de Direcção e Estratégia Policial: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.
- Machado**, Bruno, (2010), *Actuação Policial em Zonas Urbanas Sensíveis: De Desordem ao Unrest – Reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela PSP* (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.
- Machado**, Carla, (2004), *Crime e Insegurança – discursos do medo, imagens do outro*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Maguire**, Mike, **Morgan**, Rod e **Reiner**, Rober, (1997), *The Oxford Handbook of Criminology*, Second Edition, Clarendon Press, Oxford.
- Maia**, Diana, (2008), *Pobreza absoluta*, in Rosas, João Cardoso, *Manual de Filosofia Política*, Coimbra, Almedina pp. 179 a 196.
- Manual of Guidance on Keeping the Peace (MGKP)*, Association of Chief Police Officers of England, Wales & N. Ireland, National Police Training, s.d.
- Marques**, A. H. de Oliveira, (1995), *Breve História de Portugal*, 6ª Edição, Editorial Presença, 2006.
- Miranda**, Jorge, (1994), *A Ordem Pública e os direitos fundamentais. Perspectiva constitucional*, Polícia Portuguesa, nº 88, Série II Julho, pp.2-6.
- Monet**, Jean-Claude, (1993), *Polices et sociétés en Europe*, Institut International d'administration publique.
- Nogueira**, José Miguel, (2007) *Estudo aos modos de vida da população dos bairros da Bela Vista-Relatório Final*.
- Oliveira**, J. Ferreira, (2000), *A Manutenção da Ordem Pública em Portugal*, 1ª ed., Lisboa, ISCPSI.
- Oliveira**, José Ferreira de, (2006), *As políticas de segurança e os modelos de policiamento – a emergência do policiamento de proximidade*, Almedina.

- Paço**, António Simões de, (2008a), *Os anos de Salazar – o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo. 1974 – o povo é quem mais ordena*, Gráficas Estella.
- Paço**, António Simões de, (2008b), *Os anos de Salazar – o que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo. 1968 – Salazar cai da cadeira, Marcelo senta-se*, Gráficas Estella.
- Pessoa**, Fernando, (1934), *A Mensagem*, (conforme a 1ª Edição da obra), Porto Editora, 2009.
- Pinho**, Pedro Valente (2009), *O Modelo de Desordem*, in Manuel Valente (coordenador), *Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida*, Coimbra, Almedina, pp. 299-327.
- Roché**, Sebastian, (1993), *Le sentiment d'insécurité*, Presses Universitaires de France.
- Santo**, Paula Espírito de, (2010), *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*, 1ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa.
- Saraiva**, José Hermano, (1978), *História Concisa de Portugal*, 24ª Edição, Colecção Saber, Publicações Europa – América, 2007.
- Silva**, Manuel Augusto Magina da, (2005), *Prevenção Criminal, Investigação Criminal, reposição da ordem Pública e sua relevância na gestão de Incidentes Tático – Policiais* (Tese final do Curso de Direcção e Estratégia Policial: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.
- Skolnick**, Jerome H., **Bayley**, David H., (1988), *Community Policing: issues and practices around the World*, tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro, 1ª Edição, Universidade de São Paulo, 2006.
- Tomsen**, S. (1997), *A top night. Social protest, masculinity and the culture of drinking violence*, British Journal of Criminology, 37, pp. 90-102.
- Torres**, José Emanuel de Matos, (2005), *A investigação criminal na PSP: o modelo e perspectivas de evolução ao encontro do conceito de Polícia Técnica de Proximidade* (Tese final do Curso de Direcção e Estratégia Policial: edição policopiada), Lisboa ISCPSI.
- Torres**, José Emanuel de Matos, (2006), *Investigação Criminal de Proximidade*, Polícia Portuguesa, n.º 1, Série III, pp. 27-30.
- Tupman**, Bill, **Tupman**, Alison, (1999) *Policing in Europe – Uniform in Diversity*, Intellect Books.
- Wright**, Alan, (2002), *Policing – an introduction to concepts and practice*, Willan Publishing.
- Vale**, José Lemos, (2009), *Guerra Colonial: as razões de Salazar*, Fonte da Palavra.

**Valente**, Manuel Monteiro Guedes, (2009), *Teoria geral do direito policial*, 2ª Edição, Coimbra, Almedina.

#### **Outros documentos:**

Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura, 17º Volume, Editorial Verbo.

Programa do XVII Governo Constitucional.

Programa do XIX Governo Constitucional.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2010.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2011.

#### **Legislação:**

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, processo 29379 de 4 de Junho de 1992.

Código de Processo Penal.

Constituição da República Portuguesa.

Decisão do Conselho, de 28 de Maio de 2001, que cria uma Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade.

Decreto-Lei Nº 3-A/96.

Decreto-Lei 271/2003.

Lei 134/99.

Lei 21/2000.

Lei 53/2007.

Lei 49/2008.

Portaria 683/2008.

Portaria 291/2011.

Resolução do Conselho de Ministros nº 4/2001.

Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005.

#### **Doutrina policial interna:**

Ofício nº 3170 de 01-04-1996, do Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública.

Directiva Operacional 09/97.

Directiva de Planeamento 10/2003 (classificado) – Níveis de Intervenção a Aplicar no UEFA Euro 2004, Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, Área de Operações e Segurança – Departamento de Operações, Lisboa, 2003.

Determinação 17-GAC/2004 do COMETLIS.

Directiva Estratégica 10/2006 (classificado) – *Programa Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP*, Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, Departamento de Operações, Lisboa, 2006.

Directiva Estratégica 16/2006 (classificado) – *Modelo Integrado de Prevenção e Intervenção Policial em Áreas Problemáticas e em Locais de Maior Incidência Criminal ou de Hostilidade para com as Forças de Segurança*, Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, Departamento de Operações, Lisboa, 2006.

Directiva Operacional 1/2011.

Relatório do Comando-Geral da PSP nº 48697, de 4 de Junho de 1997.

#### **Sítios da internet consultados:**

[www.dre.pt](http://www.dre.pt) (consultado por diversas ocasiões, entre Setembro de 2011 e Março de 2012).

<http://hdl.handle.net/10071/274> (consultado no dia 04 de Outubro de 2011, pelas 22h46).

[www.setubalnarede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=11822](http://www.setubalnarede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=11822) (consultado no dia 17 de Novembro de 2011, pelas 01h02).

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0006031&contexto=bd&selTab=tab2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006031&contexto=bd&selTab=tab2), (consultado no dia 23 de Janeiro de 2012, pelas 17h20).

[http://www.infopedia.pt/\\$emigracao-macica-dos-anos-60](http://www.infopedia.pt/$emigracao-macica-dos-anos-60) (consultado no dia 24 de Janeiro de 2012, pelas 18h28).

[http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa\\_gc19.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf) (consultado dia 6 de Fevereiro de 2012, pelas 21h06).

<http://bjc.oxfordjournals.org/content/37/1/90.abstract> (consultado no dia 14 de Fevereiro de 2012, pelas 10h55).

[www.onzus.fr](http://www.onzus.fr) (consultado no dia 14 de Fevereiro de 2012, pelas 18h42).

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223917849W3hFM5ez8Zs91HT1.pdf> (consultado no dia 16 de Fevereiro de 2012, pelas 20h30).

<http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/medo> (consultado no dia 12 de Março de 2012, pelas 20h23m).

[http://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/crimeprevention/10-55975\\_Ebook.pdf](http://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/crimeprevention/10-55975_Ebook.pdf) (consultado no dia 13 de Março de 2012, pelas 20h23).

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1623428/pdf/amjphnation00349-0078b.pdf> (consultado no dia 18 de Abril de 2012, pelas 01h18).

<http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes/ProgramaGovernoXVII.pdf> (consultado no dia 19 de Abril de 2012, pelas 18h55).

<http://www.crcnetbase.com/action/showCitFormats> (consultado no dia 20 de Abril, pelas 01h40).

Trabalho realizado por:

FÁBIO JOSÉ MARQUES COELHO

Aspirante a Oficial de Polícia

Nº 2409/153565

## **Anexos**

### **Anexo 1 - Diário de Campo**

#### **Bairro de Santa Filomena**

##### **Sexta-feira, dia 4 de Novembro:**

Uma das Equipas de Intervenção Rápida (EIR), pertencentes à Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial (EIFP) da Divisão Policial da Amadora, numa das suas incursões pelo bairro de Santa Filomena, fez a detenção de um indivíduo por este ser portador de uma arma branca ilegal (soqueira). Rapidamente se gerou uma enorme união entre os residentes do bairro, dificultando a saída da Polícia do local. Vários residentes mostraram armas de fogo à Polícia como forma de intimidação. Com enorme dificuldade a EIR conseguiu retirar o detido e sair do local sem que existissem problemas de maior para os elementos policiais envolvidos.

Constatei alguma confusão nos procedimentos e nas comunicações nos momentos que se seguiram. Em primeiro lugar, quando passei nas imediações do bairro com o Subcomissário Arvelos, com vista a averiguar o que se estava a passar (uma vez que tinha sido comunicado que vários residentes se concentravam na rua com armas de fogo), observámos um Agente, com a Shotgun na mão, visível para o interior do bairro. Esse Agente era inclusivamente do efectivo de outra Esquadra, no entanto, ao ouvir as comunicações deslocou-se também ao local. Apesar de apreciar a disponibilidade, coragem e espírito de grupo demonstrados pelo Agente em questão, não me parece que tenha sido a atitude mais correcta, uma vez que o facto de ele aparecer, sozinho, com uma arma na mão, podia ter sido o factor despoletador de tumultos entre a população e a Polícia, pois tal atitude podia ser entendida como provocatória.

Também constatei que alguns dos carros - patrulha que passaram pelo local não comunicaram a sua presença à Central. Deve ser interiorizada a obrigação de comunicação à Central aquando do deslocamento a estas áreas mais problemáticas. Essa comunicação salvaguarda a segurança dos elementos, uma vez que em caso de urgência a Central sabe onde eles se encontram, assim como permite uma melhor agilização de meios por parte do Operador da Central em caso de necessidade.

Por fim ouvi o pedido de um carro-patrulha para entrar no bairro quando a população ainda se encontrava na rua após a detenção. A central negou essa pretensão.

Na minha opinião tomou o procedimento correcto, uma vez que é aconselhável que se deixe acalmar os ânimos antes de nova entrada de elementos policiais no local. Este é um exemplo claro do estado de *Tensão* que defendemos no capítulo 2, em que se deve deixar a população ser mais proactiva sem, no entanto, a Polícia intervir, pois se o fizesse tal facto iria despoletar a ocorrência de confrontos.

Após mais este caso de clara aversão à Polícia somando ao facto de se ter a notícia do elevado número de armas existente, foi tomada uma decisão por parte do comandante da Divisão: na terça-feira seguinte realizar-se-ia uma operação de maior ostensividade no bairro de Santa Filomena

### **Terça-feira, dia 8 de Novembro:**

O objectivo desta operação foi marcar posição num território em que a Polícia costuma ser recebida de uma forma bastante hostil. Foram dadas instruções para abordar indivíduos que deambulasse pelas ruas. O clima estava um pouco adverso a esta missão: a chuva que se fazia sentir certamente iria provocar uma menor concentração de pessoas nas ruas.

Pelas 14h30, mais de 50 homens entraram no bairro. 3 EIR's, 20 elementos da Esquadra de Investigação Criminal (EIC) e 8 elementos da Esquadra territorialmente competente (60ª – Mina). O efectivo dispersou-se pelas diversas entradas do bairro, de forma a surpreender os meliantes e desta forma evitar possíveis fugas.

Pessoalmente julgo que esta operação não teve o efeito desejado. Desde logo considero que foi utilizada demasiada ostensividade para com os transeuntes. Não podemos esquecer a premissa de que nem todos os habitantes deste tipo de locais são criminosos. Digo isto porque grande parte do efectivo entrou no bairro com as caras tapadas e alguns empunharam armas na deslocação que fizemos nas ruas de Santa Filomena. O grupo que acompanhei chegou inclusivamente a assustar algumas senhoras de idade que se encontravam na rua ocupadas com a lida das suas propriedades.

Esta situação pode fazer com que o trabalho dos *agentes de proximidade* fique mais complicado no futuro. Isto porque as pessoas abordadas com demasiada ostensividade com certeza não se mostrarão disponíveis para colaborar com a Polícia.

Na minha opinião quando se decida levar a cabo uma operação deste género numa zona urbana sensível *vermelha*, os alvos devem estar previamente identificados, nomeadamente pela EIC. De preferência deve-se tentar obter mandados de busca para as residências dos suspeitos. Nos restantes dias, a Polícia deve passar constantemente pelas ZUS, nomeadamente através da EIR e quando existirem condições propícias pelos *agentes de proximidade*.



O resultado desta operação foram duas detenções, uma por condução sob o efeito de álcool e outra por situação irregular no país. O grupo que acompanhei efectuou a detenção por excesso de álcool. Quando íamos a descer a Rua Z<sup>187</sup>, observámos três indivíduos negros dentro de um veículo, sendo que um deles se encontrava com um capuz. Esta situação fez com que a viatura fosse abordada. O condutor, ao aperceber-se que ia ser abordado, tentou arrancar a alta velocidade, no entanto deixou desligar a viatura. Os 3 indivíduos foram manietados. O condutor, após efectuar o teste quantitativo de ar expirado acusou 1,43 g/l de álcool no sangue.

Quando abordámos os indivíduos que estavam no carro gerou-se de imediato uma aglomeração de pessoas nas imediações, a cerca de 50 metros de nós. Chegou-se a temer que o episódio passado no dia 4 de Novembro, em que a Polícia teve dificuldades em sair do bairro com o detido se repetisse. Felizmente, desta vez, não ocorreram alterações à ordem pública e saímos do local sem problemas.

### **Sexta-feira, dia 11 de Novembro:**

Nesta tarde acompanhei os elementos adstritos ao carro-patrolha da 60ª Esquadra. Logo após entrar no veículo, o condutor perguntou-me: “Quer ir aos bairros?” Respondi-lhe que sim até devido ao tema da minha Tese.

Após autorização da Central, entramos no bairro de Santa Filomena por volta das 14h30. Anteriormente apenas havia entrado no bairro, duas vezes pela manhã e outra no âmbito da operação de 8 de Novembro.

Quando passávamos pelos transeuntes acenávamos-lhes e cumprimentávamos-los, numa perspectiva de proximidade Polícia-Cidadão. Foi notória alguma desconfiança por parte da maioria dos residentes. Apenas uma minoria respondeu ao cumprimento. Quando íamos a descer uma das ruas, o carro - patrulha quase ficava imobilizado na estrada. Com as chuvas, os caminhos térreos deste bairro ficaram quase intransitáveis, pelo menos por este tipo de viaturas. Após alguns minutos de manobras lá conseguimos retirar o veículo.

O último episódio que me chamou a atenção passou-se quando já íamos a sair do bairro: cerca de 10 jovens encontravam-se à porta de um café a conversar e a consumir álcool. Assim que nos avistaram à distância foi perceptível uma agitação entre eles.

---

<sup>187</sup> O nome das ruas do bairro de Santa Filomena obedece à ordem do abecedário. Julgamos que essa nomenclatura deveria ser revista, por exemplo através do nome de pessoas que devem constituir exemplos para os jovens residentes no bairro. O futebolista internacional português Luís Carlos Almeida da Cunha (Nani) é oriundo do bairro, logo, seguindo o raciocínio, poderia ser dado o seu nome à sua anterior rua de residência.

Muitos pegaram no telemóvel e começaram a mandar mensagens de forma apressada. Pareceu-me um sinónimo da união existente e que estariam a transmitir algo do género “Cuidado, eles estão cá”.

### **Terça-feira, dia 15 de Novembro:**

Neste dia tive a oportunidade de acompanhar as buscas domiciliárias no âmbito de um processo de investigação ao tráfico de droga na Cova da Moura. Este bairro apresenta algumas diferenças comparativamente com o bairro de Santa Filomena: não tem habitações tão precárias e as ruas estão em melhores condições (são alcatroadas) e são bem mais largas. No entanto a nível criminal a preocupação é similar, nomeadamente ao nível da criminalidade inerente a este local.

A operação havia sido planeada para a semana anterior, mais precisamente para o dia 9 de Novembro. Nessa data reunimo-nos na Esquadra de Investigação Criminal da Divisão da Amadora pelas 14h00. Foi inclusivamente chamado o Grupo Operacional Cinotécnico para auxiliar nas buscas. O planeamento da operação passava por estar um elemento policial à civil nas imediações do bairro, o qual nos avisaria quando os “alvos” das buscas estivessem todos reunidos num café localizado à entrada do bairro. Aí avançaríamos e interceptávamo-los todos no mesmo local, procedendo às buscas ao referido café e às residências dos suspeitos de seguida. Após 3h30 de espera foi decidido pelo comandante da operação adiar a diligência para a semana seguinte. O motivo era simples: faltava um dos suspeitos no local e não se iriam deitar por terra alguns meses de investigação, pois se avançássemos perderíamos com certeza a prova relacionada com o indivíduo em falta.

Passados 6 dias voltamos a reunir o efectivo. Havia informações que os suspeitos iriam estar naquela tarde no Café. Desta vez, talvez devido a estar de chuva, não foi solicitada a colaboração do Grupo Operacional Cinotécnico. O efectivo era composto por uma EIR, que faria a abordagem inicial aos suspeitos. Depois os procedimentos seriam semelhantes aos planeados na semana transacta.

Pode-se considerar que a operação foi um sucesso. Foram detidos sete indivíduos, apreendidos 14 412. 60€, 112, 84g de heroína e 27,85g de cocaína. A população do bairro juntou-se nas imediações dos locais das buscas, no entanto não teve qualquer reacção mais agressiva.

Julgo que este tipo de operações é de salutar. Após meses de investigação os alvos estavam bem definidos e não foram abordados indivíduos sobre os quais não recaísse qualquer suspeita. Os moradores do bairro que não se identificam com os actos desviantes de uma minoria dos seus vizinhos com certeza que aceitam e aplaudem a

acção da Polícia. O seu sentimento de segurança saiu reforçado, pois foram abordados os verdadeiros delinquentes.

Ainda assim, julgo que este tipo de operações deve ser executado de forma ligeiramente diferente:

1-A abordagem aos indivíduos que moram no café deveria ter sido efectuada por elementos do grupo de operações especiais. São eles que estão especialmente treinados para este tipo de abordagens de risco acima da média. (os suspeitos pertenciam a uma rede de tráfico de droga, não sendo de descartar a hipótese de serem portadores de armas de fogo).

2-As EIR's serviriam para o perímetro próximo dos locais das buscas. Estas têm um conhecimento aprofundado da área, sendo portanto capazes e identificar os pontos mais perigosos do local. Ainda assim, julgo que não seria de descartar a chamada do Corpo de Intervenção, passando as EIR's para um perímetro mais afastado.

3-Penso que, apesar de estar de chuva o GOC deveria ter sido requisitado (ainda que estas condições meteorológicas reduzam as capacidades olfactivas dos canídeos). Dentro das residências poderiam detectar droga em locais mais recônditos, o que nem sempre o homem é capaz de fazer.

### **Sexta-feira, dia 18 de Novembro:**

Neste dia acompanhei o serviço de um *agente de proximidade* adstrito ao bairro de Santa Filomena. O turno decorreu sem sobressaltos de maior. A grande maioria da população do bairro respeita o Agente que acompanhei. Ele tem ascendência cabo-verdiana, o que, quer se queira quer não, facilita a sua aceitação por parte dos residentes na área.

O Agente Ricardo Mendes mantém muitos diálogos em “crioulo” com os transeuntes o que é mais um factor que contribui para que seja respeitado. Este Agente patrulha este bairro no âmbito do PIPP há 3 anos, o que faz com que seja profundo conhecedor da arquitectura do bairro, assim como dos seus habitantes.

Apresentou-me inclusivamente o “mastro” (utilizando palavras do Agente) dos jovens de Santa Filomena. É um indivíduo indiciado por praticar alguns crimes, nomeadamente tráfico de droga. No entanto consegue manter uma relação “próxima” com o Agente.

Também aproveitei para ter contacto com duas Associações situadas no bairro: a Associação Encosta Nascente (que recebe jovens entre os 3 e os 12 anos, ocupando um pouco o lugar dos pais muitas vezes ausentes) e a Santa Casa da Misericórdia da

Amadora (que dá apoio a todos os níveis aos habitantes do bairro, inclusivamente ao nível da procura de emprego.

Quando perguntei ao Agente Ricardo Mendes o que é necessário para que o serviço do *agente de proximidade* seja realmente proveitoso, o mesmo respondeu-me que apenas através de muito bom senso, compreensão e espírito socializador por parte dos agentes que patrulham estes bairros é que se conseguirá obter resultados a curto/médio prazo. Referiu-me que muitas vezes “fecha os olhos” a situações ilícitas que observa, com vista a se conseguir aproximar da população.

Quando lhe perguntei qual o trabalho que realizava ao nível das informações, respondeu-me que costuma fazer informações regulares relativas às condutas ilícitas existentes no bairro, as quais remete à Esquadra de Investigação Criminal da Divisão da Amadora. O circuito contrário já não se verifica, ou seja, a investigação criminal não o informa quais os indivíduos que anda a investigar. Também me referiu que já chegaram a ocorrer operações de carácter mais reactivo no interior do bairro sem que o mesmo fosse avisado.

As conclusões que retirei deste dia de patrulha foram as seguintes:

1-É importante que seja um Agente com conhecimento da cultura dominante no bairro a efectuar a tarefa da proximidade. Será melhor aceite não só por dominar a língua mais falada no bairro como também por conhecer os hábitos daquela comunidade;

2-O *agente de proximidade* terá que ter cuidado para que a relação que mantém com a população não se torne promíscua. Isto é: os residentes têm que perceber que ele continua a ser um polícia apesar de desempenhar funções menos repressivas e mais proactivas, o que fará com que actue de acordo com o estipulado na Lei caso alguém a transgrida. Ainda assim concordo que se deve ter alguma tolerância, terá que ser é forçosamente muito bem ponderada.

3-Gostei de ouvir o Agente Ricardo Mendes referir que costuma fazer relatórios sobre indivíduos suspeitos residentes no bairro. Essa é uma das suas principais funções: recolher informações relevantes relacionadas com actividades ilícitas desenvolvidas no interior do bairro ou pelos seus residentes no exterior do bairro. Ainda assim é pena que as informações sejam transmitidas apenas por papel. Considero que se as mesmas fossem informatizadas (através do módulo de Informações Policiais do SEI), facilitaria a sua consulta e posterior tratamento. Se fossem informatizadas teriam o inconveniente de poderem ser consultadas por elementos policiais que poderiam “estragar” algumas investigações da Investigação Criminal. Esta situação poderia ser ultrapassada, por exemplo, através da atribuição de perfis de acesso às informações, onde apenas teria possibilidade de aceder às informações quem tivesse efectiva necessidade. Também julgo que deve existir confiança entre os elementos da Investigação Criminal e o *agente*

de proximidade que patrulha o bairro. Se informarem o Agente dos indivíduos suspeitos que são seus alvos, este poderá tentar recolher informações proveitosas junto dos outros residentes, visto que já criou uma relação de confiança com grande parte dos residentes.

### **Terça-feira, dia 6 de Dezembro:**

Num dos dias em que acompanhei o serviço de Oficial Dia do Subcomissário Arvelos, elementos da EIC efectuaram uma detenção em flagrante delito, de um indivíduo que roubou um fio em ouro a uma idosa. O autor de delito foi um jovem Africano, com 16 anos. O ilícito ocorreu a poucos metros da Esquadra da Mina e encaixa perfeitamente nos actos praticados pelos indivíduos pertencentes às *subculturas delinquentes*.

No dia seguinte acompanhei os elementos policiais a Tribunal. Inicialmente marcado para as 10h00, a audiência de julgamento passou para a tarde, o que provoca grandes transtornos, tanto à vítima como aos elementos detentores. Às 14h00 foi lida a sentença: o jovem foi condenado a 18 meses de prisão com pena suspensa. Estamos perante um caso típico de *Prevenção Terciária*, em que o objectivo principal é promover a readaptação social do delinquente. Esta decisão, na minha opinião, tem prós e contras, os quais passo a explicar:

Os prós relacionam-se com a necessidade de dar uma segunda oportunidade ao delinquente. Trata-se de um “miúdo” com apenas 16 anos e sem antecedentes criminais, o que realça a necessidade de se tentar evitar a repressão numa primeira instância.

Também encontramos aspectos negativos relacionados com esta decisão: por um lado pode criar alguma frustração nos elementos policias que efectuaram a detenção, uma vez que o delinquente sai ao mesmo tempo que eles do tribunal, podendo continuar a afligir transeuntes. Por outro lado, pode fazer com que as vítimas deste tipo de crimes não os denunciem em situações futuras, por medo de represálias, o que fará aumentar as *cifras negras*. A vítima pode pensar que não serviu de nada ir a Tribunal denunciar o roubo que foi alvo e ficará ainda mais receosa, pois o indivíduo que foi detido poderá procurar cometer novos ilícitos contra ela, como forma de retaliação.

Apesar de compreender os aspectos negativos que enunciei, acabo por concordar com a decisão. Visto a idade diminuta do delinquente e dada a ausência de antecedentes, compreende-se que se opte pela tentativa de readaptação social.

### **Quarta-feira, dia 7 de Dezembro:**

Neste dia decorreu uma operação de grande envergadura na área da 60ª Esquadra. Estiveram envolvidos elementos de todas as valências: Esquadra Genérica,

EIC, EIR's e, inclusivamente, contou-se com o auxílio do Corpo de Intervenção. A operação dividiu-se em duas fases: a primeira no Centro Comercial Babilónia. O objectivo foi abordar todos os *suspeitos* que deambulassem pelo local, com o intuito de verificar a sua situação em território nacional assim como averiguar se tinham algum tipo de diligências pendentes.

Numa segunda fase, o bairro de Santa Filomena foi “ocupado” pela Polícia. As instruções foram no sentido de se abordar toda a gente que estivesse na rua.

Relativamente a esta Operação, aprez-me referir o seguinte:

1-É necessário ter algum cuidado com a interpretação que se faz do artigo 250º do Código de Processo Penal. Esta norma refere que pode ser solicitada a identificação a quem for suspeito da prática de um crime. No limite essa pessoa pode ser conduzida à esquadra, se não for possível identificá-la no local. O que verifiquei no Centro Comercial Babilónia foi que quem não tinha identificação era condizido de imediato à Esquadra, não sendo questionado sequer se seria possível a alguém seu conhecido trazer a identificação ao local.

2-Esses indivíduos que não eram portadores de documento identificativo são suspeitos da prática de que crime? ...Mais uma vez reitero o cuidado que é necessário aquando da interpretação da norma.

3-Também não concordo com a “ocupação” do bairro. Sou favorável a operações planeadas com alvos bem definidos. A operação levada a cabo neste dia apenas tem a vantagem dos residentes perceberem que não existem nenhum território onde a Polícia não entre. Ainda assim, o efeito de estigmatização que é criado porventura trará consigo mais aspectos negativos do que positivos.

4-As EIR's presentes no local estavam mal equipadas. Enquanto os elementos do Corpo de Intervenção, que não tem um conhecimento do local tão aprofundado como as EIR's, estavam equipados com todo o seu material de ordem pública, estas estavam sem capacete, numa área sobejamente conhecida pelos apedrejamentos a elementos policiaes. Foi um menosprezo pela segurança que podia ter corrido mal, pois quase no final da operação ainda se verificaram algumas tentativas de apedrejamento oriundas de parte incerta.

### **Sexta-feira, 16 de Dezembro de 2011:**

No último dia de estágio na Amadora, acompanhei mais uma operação no bairro de Santa Filomena. O conceito da operação foi semelhante à 2ª parte da realizada no dia 7 de Dezembro. A diferença cifrou-se no horário: desta vez teve lugar à noite.

Acompanhei o Subcomissário Anjos, comandante da EIC. Ao entrarmos no bairro vislumbramos um jovem a esconder-se atrás de um veículo. Abordamo-lo, sendo-lhe questionado se tinha algo em sua posse ilegal. Respondeu negativamente. No entanto, após verificarmos as imediações do local encontramos várias embalagens de haxixe de que o mesmo era possuidor.

A restante operação ocorreu sem sobressaltos de maior, à excepção de quando íamos a abandonar o bairro: ao passarmos por um dos becos daquela área, rebentou mesmo à nossa beira um petardo. Um sinal de que não éramos bem-vindos no local. Ainda se efectuaram diligências no sentido de encontrar o infractor, no entanto as mesmas foram infrutíferas.

O balanço que faço da operação é o seguinte:

1-Tal como em operações anteriores que tive a oportunidade de acompanhar, apenas percebo a essência destas incursões pelo bairro devido à necessidade de se mostrar aos moradores que não existem locais onde a Polícia não entre. É uma forma de se mostrar que estamos atentos aos fenómenos ilícitos ocorridos naquele espaço.

2-Ainda assim, como já referi anteriormente, não consigo concordar com este tipo de Operações. Concordo que a presença no bairro deve ser constante, mas não com uma postura tão repressiva. Essas operações de cariz mais repressivo devem ocorrer quando existem alvos bem definidos e não pelo simples facto de se querer “ocupar” o bairro.

## **Bairro da Bela Vista**

### **Segunda-Feira, dia 21 de Novembro de 2011:**

Neste dia, percorri as ruas do bairro da Bela Vista, juntamente com o Chefe João Martins, (Coordenador do PIPP na Esquadra da Bela Vista), com vista a ter um contacto mais próximo com a realidade vivenciada pelos elementos policiais neste local.

Este bairro é composto essencialmente por uma comunidade negra e por uma comunidade cigana, sendo que o primeiro facto que despertou a minha atenção foi a construção, por parte dos moradores, de barreiras entre os apartamentos. A construção dos prédios neste bairro previa a existência de corredores nos diversos andares. No entanto, devido à necessidade dos moradores em sentirem que aquele espaço é seu, colocam vários portões nos corredores, para demarcar bem a propriedade de cada um.

O Chefe Martins confidenciou-me que não é habitual neste momento realizar-se patrulhamento apeado no bairro, daí que não seria de estranhar se notássemos alguma inquietação entre os moradores. De facto, ainda que sem nenhuma reacção agressiva para connosco, notei alguma agitação entre alguns ciganos que ali moram. A nossa presença não era muito bem-vinda. Notei que alguns indivíduos se colocavam às esquinas a observarem-nos e assim que nos aproximávamos afastavam-se para não terem contacto connosco. Ainda assim, o Chefe Martins, profundo conhecedor da área, lá foi falando com alguns indivíduos com os quais mantém uma relação de confiança ao longo dos anos.

Constatei que existe uma enorme degradação no bairro. As pessoas que lá residem pura e simplesmente não estimam o espaço que frequentam. Existem *grafites* em praticamente todas as ruas assim como alguma poluição, o que provoca um cheiro quase insuportável em determinados locais. O facto mais inacreditável que constatei relacionado com a degradação do espaço foi ver uma cigana, ao sair de casa, atirar um pacote de leite vazio que trazia para o solo, em vez de se deslocar ao caixote do lixo mais próximo, que ficava a poucos metros do local.

Finalmente, tive a oportunidade de contactar com o Gabinete de Acção Social da Bela Vista e com a Associação Cristã de Mocidade, entidades que me auxiliarão a aplicar os questionários que tenho previstos à população do bairro da Bela Vista.



**Segunda-Feira, 05 de Março de 2012**

Na manhã desta Segunda-Feira desloquei-me a Setúbal com vista a efectuar diversas diligências relativas ao presente estudo. Uma das tarefas que tinha agendada era entrevistar a Doutora Vanda Narciso, uma das responsáveis pelo Gabinete de Acção Social da Bela Vista, sediado no interior do bairro. Quando cheguei ao local já lá estavam dois agentes da PSP juntamente com a Doutora. Durante o fim-de-semana algumas das instalações da Câmara haviam sido vandalizadas. Este facto deixou-me surpreso, principalmente por se tratar de uma Instituição que trabalha em prol da melhoria da qualidade de vida dos residentes no bairro. Ainda assim, fiquei com a percepção de que esta foi apenas mais um dos actos praticados, presumivelmente, por uma minoria que sustenta uma clara aversão aos símbolos de poder estatal.

O facto é que este tipo de situações desmotivam quem todos os dias dá o melhor de si em prol do bem-estar alheio e, no limite, pode fazer com que se generalize uma opinião negativa relativamente aos residentes no bairro quando, certamente, a maioria dos seus habitantes não se identifica com tais actos de vandalismo.

## **Bairro da Pasteleira Nova**

### **Segunda-Feira, 19 de Dezembro de 2011:**

No meu primeiro dia de estadia no Porto, tive a oportunidade de acompanhar o Agente Ferreira<sup>188</sup> durante a manhã. Em primeiro lugar fomos a diversas instituições com o intuito de conseguirmos apoio para a aplicação dos questionários à população do bairro da Pasteleira Nova. Por fim, percorremos as ruas deste bairro de habitação social.

Fiquei surpreendido pela qualidade das habitações. Pensei que mais parecia uma urbanização de luxo e não um dos locais considerados mais “problemáticos” pelas autoridades policiais da área. A única situação que me chamou à atenção pela negativa foi a concepção do espaço. Existem inúmeros becos e as ruas são quase todas sem saída, o que dificulta a tarefa de quem tem por missão garantir a segurança dos residentes daquele espaço.

Talvez pela hora do dia (12h30), não me foi possível observar qualquer indício de actividades ilícitas, nomeadamente de tráfico de droga, que constitui a principal preocupação da Polícia de Segurança Pública no local.

### **Terça-Feira, 20 de Dezembro de 2011:**

Durante a tarde acompanhei a Equipa de Intervenção Rápida (EIR) de serviço à 2ª Divisão Policial do COMETOR.

Por volta das 18h00 tentámos intervir no bairro Doutor Nuno Pinheiro Torres (faz fronteira com o bairro da Pasteleira Nova). Para tal, a EIR dividiu-se, entrando por dois locais diferentes nesta ZUS. Não foi possível interceptar ninguém na posse de droga, pois, segundo os elementos policiais que acompanhei, existe naquele local, à semelhança de outros bairros da cidade, como o Aleixo ou o bairro da Pasteleira Nova, um esquema montado com vista ao tráfico de droga. Existem diversos “espias” à entrada do bairro, que avisam os restantes frequentadores do bairro da chegada da Polícia. Quando a Polícia consegue chegar sem ser detectada, desfazem-se da droga sem se conseguir identificar quem estava na sua posse

Passámos pelo bairro da Pasteleira Nova sensivelmente às 18h30. O cenário com que me deparei foi substancialmente diferente do encontrado no dia anterior. Estavam muitas pessoas nas ruas do bairro. Não chegámos a intervir pois os resultados esperados eram semelhantes aos verificados no bairro Doutor Nuno Pinheiro Torres.

---

<sup>188</sup> Vide entrevista, Anexo 31.

## **Anexo 2 - Critérios para a classificação das zonas urbanas sensíveis**

<b>Critérios / Sub-Critérios</b>		<b>Classificação</b>
Condicionantes Arquitectónicas		Sem Significado Significativas Preocupantes
Características da população	Densidade Populacional	Baixa Média Alta
	Composição Étnico-Social	Estável Instável Problemática
	Residentes com antecedentes criminais	Sem Significado Significativos Preocupantes
Historial do bairro em desordem pública (interna)		Sem Significado Significativas Preocupantes
Historial do bairro em agressões à PSP		Sem Significado Significativas Preocupantes
Criminalidade Imanente		Sem Significado Significativa Preocupante

Valores atribuídos:

1 – sem significado/baixo/estável

2 – significativa/média/instável

3 - preocupante/alta/problemática

### **Anexo 3 - Análise da criminalidade na área da 60ª Esquadra**

(crimes em que é admissível a utilização de Saltos)

(apenas crimes registados na 60ª Esquadra desde o dia 25 de Outubro até às 14h00 do dia 13 de Dezembro (50 dias))

#### **Total de ocorrências: 154**

Crimes: Roubo na via pública: 29 (1 roubo a cada sensivelmente 41 horas)

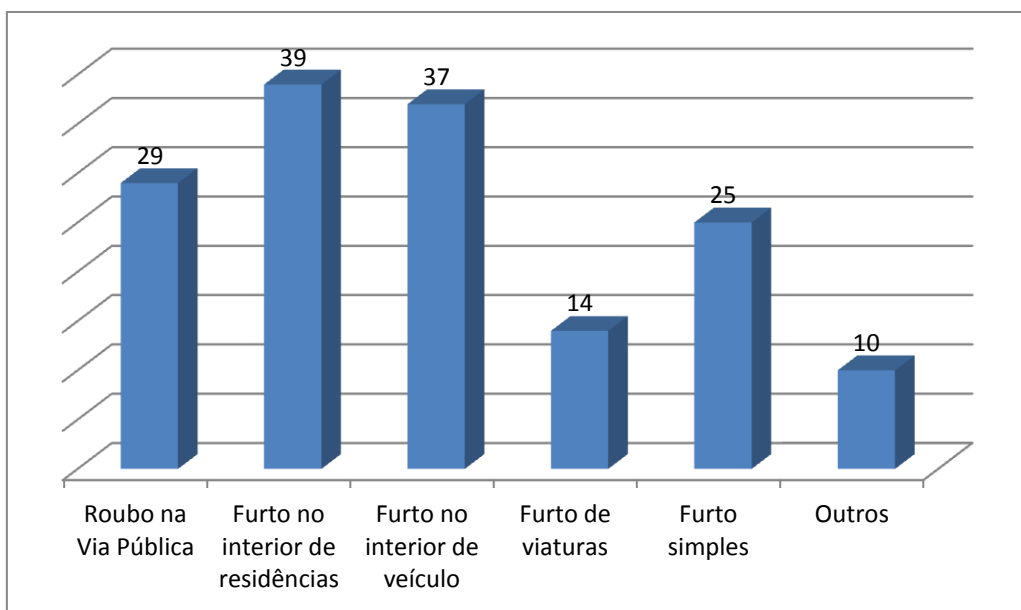
Furto no interior de residências: 39

Furto no interior de veículo: 37

Furto de viaturas: 14

Furto simples: 25

Outros: 10



#### **Locais com mais roubos:**

Avenida de Lourenço Marques – 3

Avenida Cardoso Lopes – 2

Estrada da Falagueira – 2

Avenida Pedro Álvares Cabral – 2

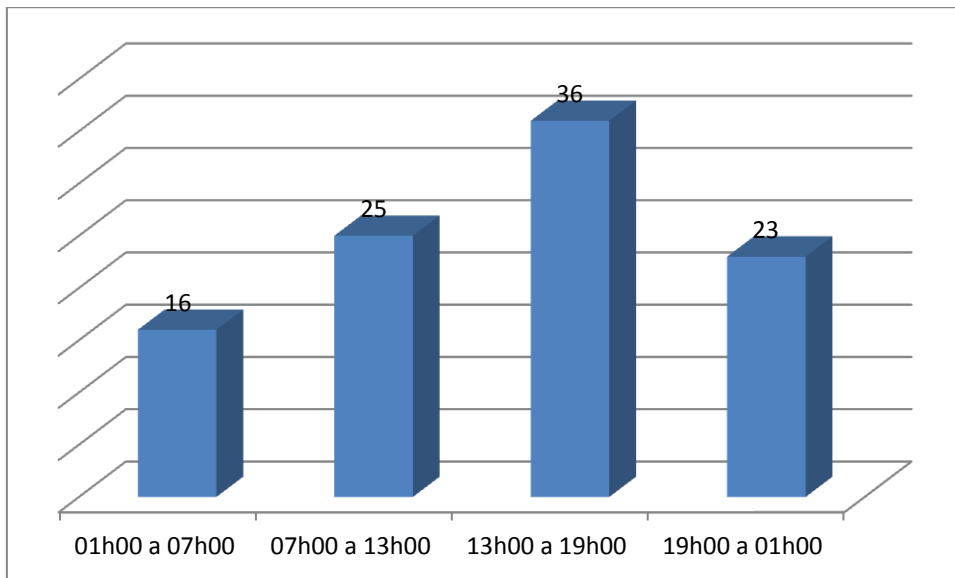
### **Hora das ocorrências:**

01h00 a 07h00 – 16

07h00 a 13h00 – 25

13h00 a 19h00 – 36

19h00 a 01h00 – 23



(nos restantes casos o horário da ocorrência não foi enquadrável nestes turnos).

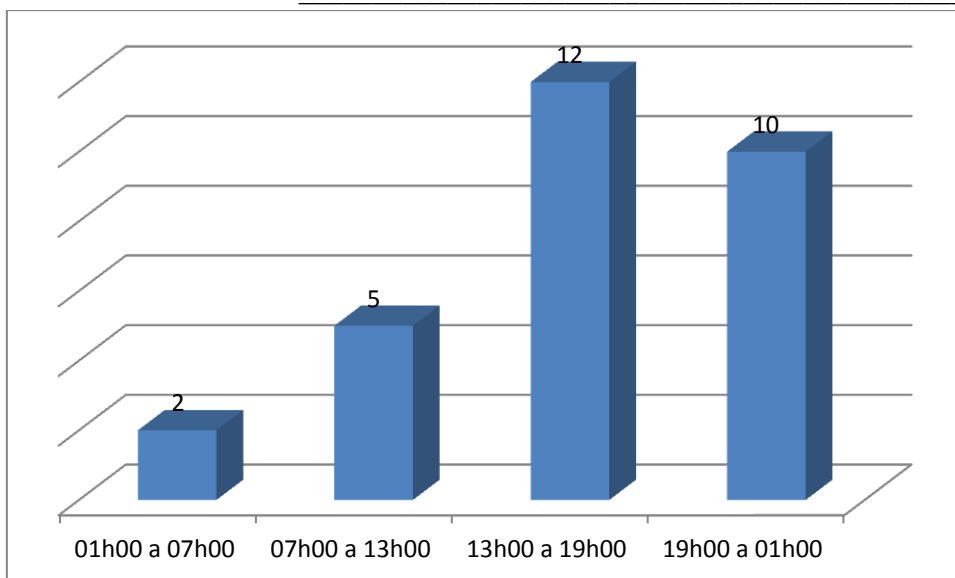
### **Hora dos roubos:**

01h00 a 07h00 – 2 – 6,9%

07h00 a 13h00 – 5 – 17,2%

13h00 a 19h00 – 12 – 41,4%

19h00 a 01h00 – 10 – 34,5%

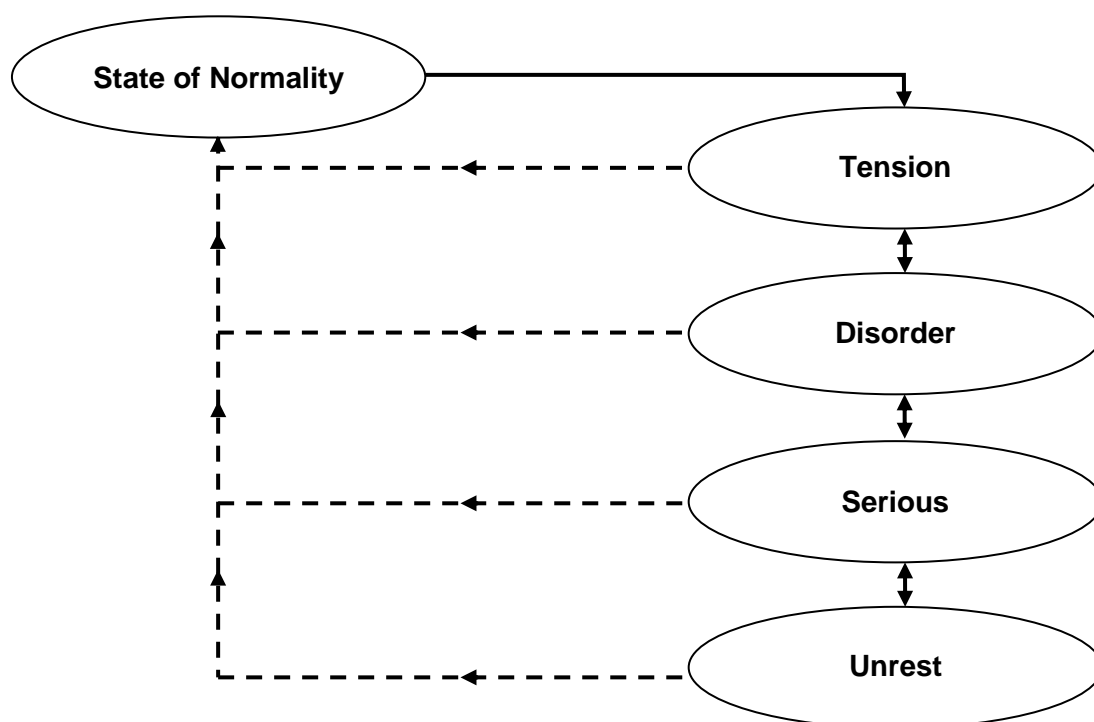


### **Curiosidades:**

- Apenas 1 dos roubos registados ocorreu no bairro de Santa Filomena (3,45% do total).
- Foram registados 6 roubos nas vias adjacentes ao bairro de Santa Filomena (Avenida Pedro Álvares Cabral; Avenida de Lourenço Marques, Avenida General Humberto Delgado) – (20,7% do total).

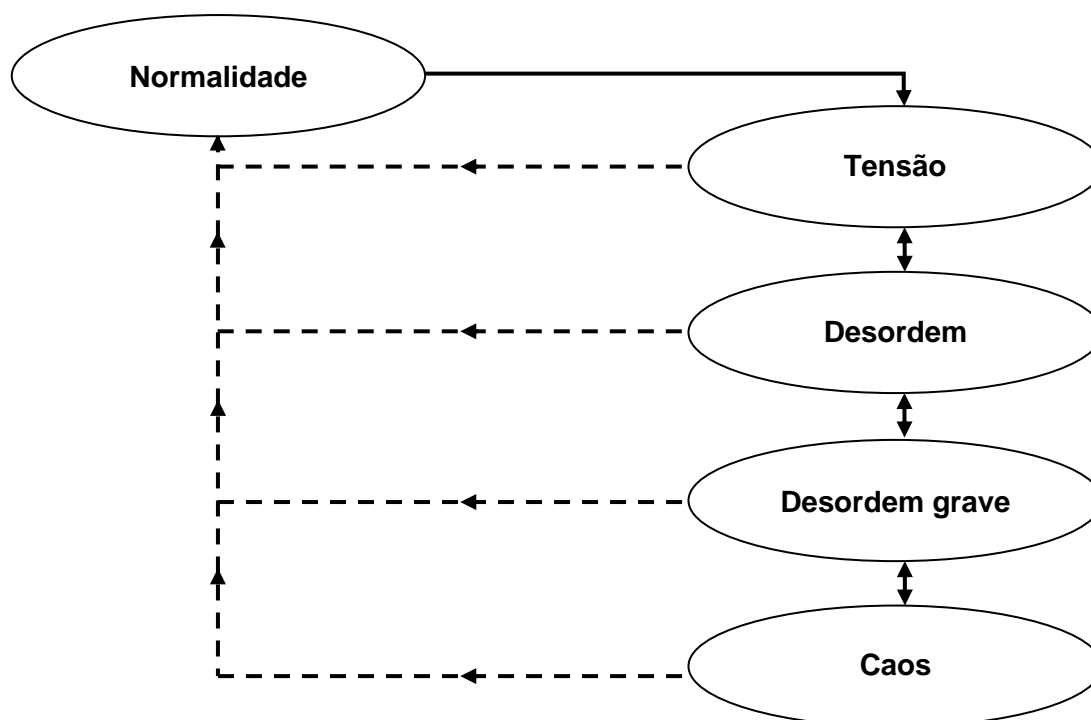
## Anexo 4 - Exemplificação gráfica de modelos de desordem

Ilustração 1 – O modelo de desordem da ACPO



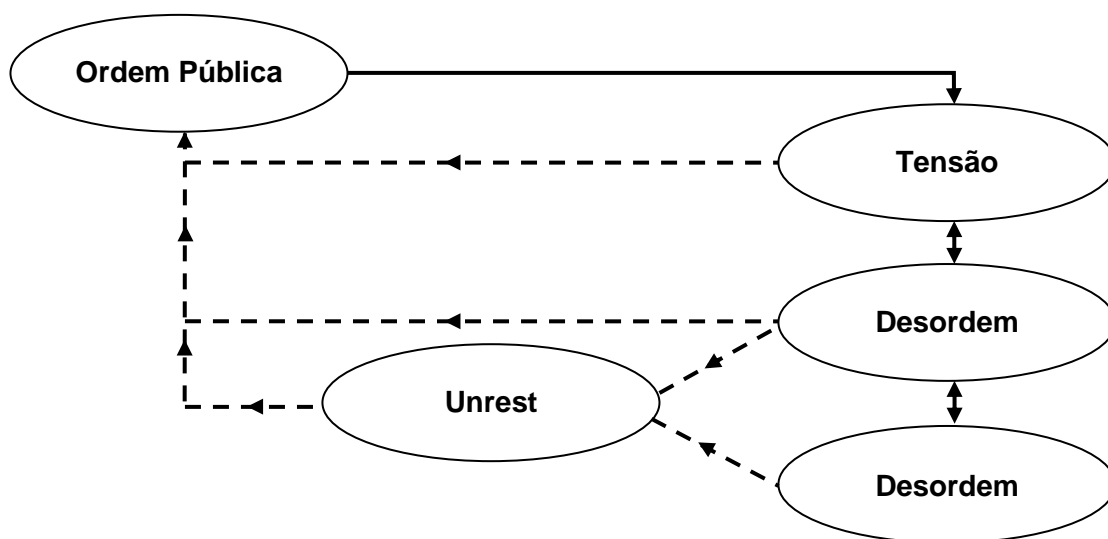
Fonte: Manual of Guidance on keeping the peace, página 24

Ilustração 2 - O modelo de desordem adaptado por Felgueiras



Fonte: (Felgueiras, 2009: 143)

Ilustração 3 - O (novo) modelo de desordem - Pinho



Fonte: (Pinho, 2009: 319)



## **Anexo 5 - Análise do Anexo A da Directiva Estratégica 16/2006**

**(apenas a esquematização da intervenção nos locais com nível de risco elevado ou muito elevado)**

**O que está definido:**

### **Prevenção**

- **Situação normal**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento tático/operacional
<b>CPs</b>	Viaturas adaptadas à geografia do bairro Equipamento Base Shot gun Focos de iluminação Colete Balístico	Definição prévia dos locais/horas de patrulhamento Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Comunicação imediata à Central de qualquer ocorrência ou solicitação efectuada ao CP, com indicação precisa do local e avaliação da situação Caso a Solicitação implique reforço de meios, deverá aguardar a chegada dos mesmos e coordenar a actuação Definição clara, entre os membros da tripulação, das funções de intervenção e de protecção no caso de abordagem ou reacção a suspeitos A entrada no bairro em missão de patrulhamento implica a existência de mais um elemento na tripulação e a existência, na proximidade, de um outro CP ou EIR com capacidade de colocar-se no local, no máximo em 5 minutos.
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shot gun Focos de iluminação Pistola metralhadora Capacete, escudo OP e Colete Balístico A EIR deverá deslocar-se em duas viaturas (TP + CP) e desenvolver acções de patrulhamento em linha de vista ou com raios de dispersão não superiores a 100 metros.	Os aplicáveis aos CPs, com as devidas adaptações Policiamento “intermitente”, mantendo estrutura da EIR Definição clara, entre os membros da tripulação, das funções de intervenção e de protecção no caso de abordagem ou reacção a suspeitos Aplicação dos princípios de actuação, exposição e uso de força dos níveis de intervenção (1 a 3) Quando em deslocação auto, as viaturas deverão manter uma distância entre os 20 e os 100 metros e os tripulantes deverão controlar todas as áreas envolventes Em deslocação a pé, deverão seguir os princípios do movimento tático (formação CI)
<b>Proximidade</b>	Equipamento base E/R Telemóvel Mínimo 2 agentes por área	Definição e aprovação prévia da actividade (hora e local) das equipas de proximidade Apenas em períodos diurnos Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Comunicação imediata à Central de qualquer ocorrência ou solicitação efectuada, com indicação precisa do local e avaliação da situação Deverá abster-se de qualquer intervenção sempre que a solicitação implique o eventual recurso a meios coercivos, optando por accionar meios de intervenção para o local
<b>CI</b>	Actuação de Acordo com o Manual Tático daquela Unidade Especial Mínimo de 1 equipa em 2 viaturas táticas	

• **Iminente ou pós alteração grave da ordem pública**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento tático/operacional
<b>CPs</b>	Viaturas adaptadas à geografia do bairro Equipamento Base Shotgun Focos de iluminação Colete Balístico	Definição prévia dos locais/horas de patrulhamento Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Comunicação imediata à Central de qualquer ocorrência ou solicitação efectuada ao CP, com indicação precisa do local e avaliação da situação Caso a Solicitação implique reforço de meios, deverá aguardar a chegada dos mesmos e coordenar a actuação Definição clara, entre os membros da tripulação, das funções de intervenção e de protecção no caso de abordagem ou reacção a suspeitos A entrada no bairro em missão de patrulhamento implica a existência de mais um elemento na tripulação e a existência, na proximidade, de um outro CP ou EIR com capacidade de colocar-se no local, no máximo em 3 minutos.
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shotgun Focos de iluminação Pistola metralhadora Capacete, escudo OP e Colete Balístico A EIR deverá deslocar-se em duas viaturas (TP + CP e desenvolver acções de patrulhamento em linha de vista ou com raios de dispersão não superiores a 100 metros.	Os aplicáveis aos CPs, com as devidas adaptações Policimento “intermitente”, mantendo estrutura da EIR Definição clara, entre os membros da tripulação, das funções de intervenção e de protecção no caso de abordagem ou reacção a suspeitos Aplicação dos princípios de actuação, exposição e uso de força dos níveis de intervenção (1 a 3) Quando em deslocação auto, as viaturas deverão manter uma distância entre os 20 e os 50 metros e os tripulantes deverão controlar todas as áreas envolventes Em deslocação a pé, deverão seguir os princípios do movimento tático (formação CI)
<b>Proximidade</b>	<b>Suspensão até serem desenvolvidas acções de prevenção pelos outros intervenientes policiais</b>	
<b>CI</b>	Actuação de acordo com o Manual Tático daquela Unidade Especial Mínimo de 2 equipas em 4 viaturas táticas	

## **Reacção**

### • **Situação normal**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento táctico/operacional
<b>CPs</b>	<p>Viaturas adaptadas à geografia do bairro</p> <p>Equipamento Base</p> <p>Shotgun</p> <p>Focos de iluminação</p> <p>Colete Balístico</p>	<p>Avaliação prévia da situação pela Central Rádio, por forma a accionar os meios ajustados à solicitação/incidente</p> <p>Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro</p> <p>Caso a intervenção implique reforço de meios, deverá aguardar a chegada dos mesmos</p> <p>Sempre que seja accionado mais do que um meio, actuação coordenada remotamente pela Central e, no terreno, pelo elemento mais graduado</p> <p>Comunicação imediata à Central de qualquer ocorrência ou solicitação efectuada ao CP, com indicação precisa do local e avaliação da situação</p> <p>Definição clara, entre os membros da tripulação, das funções de intervenção e de protecção no caso de abordagem ou reacção a suspeitos</p> <p>Durante a noite a entrada no bairro implica a existência de mais um elemento na tripulação e a existência, na proximidade, de um outro CP ou EIR com capacidade de colocar-se no local, no máximo em 5 minutos.</p> <p>Em deslocação a pé, deverão ser seguidos os princípios do movimento táctico (formação CI)</p>
<b>EIRs</b>	<p>Equipamento base</p> <p>Shotgun</p> <p>Focos de iluminação</p> <p>Pistola metralhadora</p> <p>Capacete, escudo OP e Colete Balístico</p> <p>A EIR deverá deslocar-se em duas viaturas (TP + CP e desenvolver acções de patrulhamento em linha de vista ou com raios de dispersão não superiores a 50 metros.</p>	<p>Os aplicáveis aos CPs, com as devidas adaptações</p> <p>Deverão abster-se de intervir, mantendo-se a uma distância segura, sempre que o (s) CP (s) tenham capacidade para gerir o incidente</p> <p>Definição clara, entre os membros da tripulação, das funções de intervenção e de protecção no caso de abordagem ou reacção a suspeitos</p> <p>Aplicação dos princípios de actuação, exposição e uso de força dos níveis de intervenção (1 a 3)</p> <p>Quando em deslocação auto, as viaturas deverão manter uma distância entre os 20 e os 50 metros e os tripulantes deverão controlar todas as áreas envolventes</p> <p>Em deslocação a pé, deverão ser seguidos os princípios do movimento táctico (formação CI)</p>
<b>Proximidade</b>	<p>Definição e aprovação prévia da actividade (hora e local) das equipas de proximidade (apenas 2 elementos e sempre que viável com meios auto)</p> <p>Apenas em períodos diurnos</p> <p>Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro</p> <p>Comunicação imediata à Central de qualquer ocorrência ou solicitação efectuada ao CP, com indicação precisa do local e avaliação da situação</p> <p>Deverá abster-se de qualquer intervenção sempre que a solicitação implique o eventual recurso a meios coercivos, optando por accionar meios de intervenção para o local</p>	
<b>CI</b>	<p>Actuação de acordo com o Manual Táctico daquela Unidade Especial</p> <p>Mínimo de 1 equipa em 2 viaturas tácticas</p>	

• **Iminente ou pós alteração grave da OP**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento tático/operacional
<b>CPs</b>	<p>Viaturas adaptadas à geografia do bairro</p> <p>Equipamento Base</p> <p>Sho tgun</p> <p>Focos de iluminação</p> <p>Colete Balístico</p>	<p>Avaliação prévia da situação pela Central Rádio, de forma a accionar os meios ajustados à solicitação/incidente</p> <p>Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro</p> <p>Caso a intervenção implique reforço de meios, deverá aguardar a chegada dos mesmos</p> <p>Sempre que seja accionado mais do que um meio, actuação coordenada remotamente pela Central e, no terreno, pelo elemento mais graduado</p> <p>Comunicação imediata à Central de qualquer ocorrência ou solicitação efectuada ao CP, com indicação precisa do local e avaliação da situação</p> <p>Definição clara, entre os membros da tripulação, das funções de intervenção e de protecção no caso de abordagem ou reacção a suspeitos</p> <p>A entrada no bairro implica a existência de mais um elemento na tripulação e a existência, na proximidade, de um outro CP ou EIR com capacidade de colocar-se no local, no máximo em 3 minutos.</p> <p>Avaliação da situação e definição de estratégia de intervenção, caso estejam reunidos meios adequados</p> <p>Em deslocação apeada, deverão se seguidos os princípios do movimento tático (formação CI)</p> <p>Caso não existam condições para responder à solicitação, assegura apenas a contenção e isolamento da área e solicita reforço</p>
<b>EIRs</b>	<p>Equipamento base</p> <p>Shot gun</p> <p>Focos de iluminação</p> <p>Pistola metralhadora</p> <p>Capacete, escudo OP e Colete Balístico</p> <p>A EIR deverá deslocar-se em duas viaturas (TP + CP e desenvolver acções de patrulhamento em linha de vista ou com raios de dispersão não superiores a 50 metros.</p> <p>Mínimo de 2 EIRs ou a existência nas proximidades (5 min) de uma segunda EIR</p>	<p>Os aplicáveis aos CPs, com as devidas adaptações</p> <p>Deverão abster-se de intervir, mantendo-se a uma distância segura, sempre que o (s) CP (s) tenham capacidade para gerir o incidente</p> <p>Avaliação da situação e definição de estratégia de intervenção, caso estejam reunidos meios adequados</p> <p>Caso não existam condições para responder à solicitação, assegura apenas a contenção e isolamento da área e solicita reforço</p> <p>Definição clara, entre os membros da tripulação, das funções de intervenção e de protecção no caso de abordagem ou reacção a suspeitos</p> <p>Aplicação dos princípios de actuação, exposição e uso de força dos níveis de intervenção (1 a 3)</p> <p>Quando em deslocação auto, as viaturas deverão manter uma distância entre os 20 e os 50 metros e os tripulantes deverão controlar todas as áreas envolventes</p> <p>Em deslocação apeada, deverão se seguidos os princípios do movimento tático (formação CI)</p>
<b>Proximidade</b>	Suspensão (pontualmente, se aprovado, poderá intervir integrado numa EIR visando servir de intermediário entre as partes)	
<b>CI</b>	Actuação de acordo com o Manual Tático daquela Unidade Especial Se accionado, empenha no mínimo um Subgrupo	
<b>GOE</b>	Comunicação de advertência para aquela Unidade Especial Apoia o dispositivo que responde à solicitação	

• **Durante alteração grave da OP**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento tático/operacional
<b>CPs</b>	<p>Viaturas adaptadas à geografia do bairro, Equipamento Base, Shotgun, Focos de iluminação</p> <p>Colete Balístico colocado</p> <p>Desenvolve apenas acções de isolamento do local do incidente, em coordenação com a Central Rádio e as EIRs que se desloquem para o local</p> <p>Apoia na eventual condução de detidos ou suspeitos à Esquadra mais próxima, caso não seja viável accionar viatura de transporte de detidos</p> <p>Não executa acções reactivas a solicitações ocorridas no interior do bairro, enquanto se mantiver a alteração grave da ordem pública</p>	
<b>EIRs</b>	<p>Equipamento base</p> <p>Shot gun</p> <p>Focos de iluminação</p> <p>Pistola metralhadora</p> <p>Capacete, escudo OP e Colete Balístico</p> <p>A EIR deverá deslocar-se em duas viaturas (TP + CP e desenvolver acções de patrulhamento em linha de vista ou com raios de dispersão não superiores a 50 metros.</p> <p>Mínimo de 2 EIRs ou a existência nas proximidades (5 min) de uma segunda EIR</p>	<p>Os aplicáveis aos CPs, com as devidas adaptações</p> <p>Deverão abster-se de intervir, mantendo-se a uma distância segura, sempre que o (s) CP (s) tenham capacidade para gerir o incidente</p> <p>Definição clara, entre os membros da tripulação, das funções de intervenção e de protecção no caso de abordagem ou reacção a suspeitos</p> <p>Aplicação dos princípios de actuação, exposição e uso de força dos níveis de intervenção (1 a 3)</p> <p>Quando em deslocação auto, as viaturas deverão manter uma distância entre os 20 e os 50 metros e os tripulantes deverão controlar todas as áreas envolventes</p> <p>Desenvolve acções de contenção e isolamento da área afectada</p> <p>Salvo indicação expressa, apenas assegura resposta a solicitações em locais dos bairros que não se situem na área da alteração da ordem pública</p> <p>Em deslocação apeada, deverão se seguidos os princípios do movimento tático (formação CI)</p> <p>Avaliação do incidente e definição de estratégia de intervenção, caso estejam reunidos meios adequados</p> <p>Caso não existam condições para responder à solicitação, assegura apenas a contenção e isolamento da área e solicita reforço</p> <p>Caso se verifique intervenção do CI ao nível da OP, deverão ter atribuídas essencialmente missões de isolamento da área afectada e desenvolvimento de acções pontuais em coordenação com aquela Unidade Especial</p>
<b>Proximidade</b>	Suspensão (pontualmente, se aprovado, poderá intervir integrado numa EIR visando servir de intermediário entre as partes	
<b>CI</b>	Actuação de acordo com o Manual Tático daquela Unidade Especial	
<b>GOE</b>	Se accionado, empenha no mínimo 1 Grupo.	
	Apoia o dispositivo que responde à solicitação	

## **Operação Planeada**

- **Situação normal**

(poderá ser solicitada a presença de Equipas de reacção Táctica)

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento táctico/operacional
<b>CPs</b>	Viaturas adaptadas à geografia do bairro Equipamento Base Shotgun Focos de iluminação Colete Balístico  Mínimo de 3 elementos por viatura	Caso seja necessário em termos de planeamento, irá apenas desenvolver acções de isolamento exterior do local da operação, em coordenação com a BIC responsável Não executa acções reactivas a solicitações ocorridas nas imediações ou no local da operação, salvo mediante autorização do responsável pela operação Sempre que viável, deverão permanecer num perímetro afastado do bairro e controlar eventuais tentativas de apoio vindas do exterior do bairro Mínimo de dois CPs por posição de isolamento
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shotgun Focos de iluminação Pistola metralhadora Equipado com Capacete de OP (se ajustado ao cenário) e Colete Balístico	Actua em coordenação com o responsável pelo planeamento da operação Assegura contenção e isolamento próximo dos locais onde terá lugar a operação Mínimo 2 EIRs e definição prévia de missões para cada EIR e para cada elemento da EIR Prever a existência nas imediações, máximo a 5 minutos, de uma outra EIR em reserva equipada para OP
<b>Proximidade</b>	Suspensão	
<b>CI</b>	Actuação de acordo com o Manual Táctico daquela Unidade Especial Sempre que viável, deverá ser accionado com antecedência de 48 horas por forma a permitir o reconhecimento do local da operação Se accionado, empenha no mínimo 1 Subgrupo Assegura a contenção e isolamento próximo dos locais onde terá lugar a operação Em caso de entrada em imóvel, poderá realizar as operações de entrada, busca de segurança e controlo de suspeitos	
<b>GOE</b>	Sempre que viável o seu accionamento, realiza as operações de entrada, busca de segurança e controlo de suspeitos	

- **Iminente ou pós alteração grave da OP**  
(poderá ser solicitada a presença de Equipas de reacção Táctica)

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento táctico/operacional
<b>CPs</b>	Não deverão ser utilizados neste nível e grau	
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shot gun Focos de iluminação Pistola metralhadora Equipado com Capacete de OP (se ajustado ao cenário) e Colete Balístico	Actua em coordenação com o responsável pelo planeamento da operação Assegura contenção e isolamento próximo dos locais onde terá lugar a operação Mínimo 2 EIRs e definição prévia de missões para cada EIR e para cada elemento da EIR Prever a existência nas imediações, máximo a 3 minutos, de duas outras EIR em reserva equipada para OP
<b>Proximidade</b>	Suspensão (pontualmente, se aprovado, poderá intervir integrado numa EIR visando servir de intermediário entre as partes).	
<b>CI</b>	Por regra, deverá empenhar-se o CI neste nível e grau, reduzindo-se o número das EIRs, as quais passam a desempenhar funções de isolamento exterior. Actuação de acordo com o Manual Táctico daquela Unidade Especial Mantém binómios de ordem pública em reserva nas imediações do bairro. Sempre que viável, deverá ser accionado com antecedência de 48 horas por forma a permitir o reconhecimento do local da operação. Empenha sempre que possível 1 grupo Assegura a contenção e isolamento próximo dos locais onde terá lugar a operação Em caso de entrada em imóvel, poderá realizar as operações de entrada, busca de segurança e controlo de suspeitos	
<b>GOE</b>	Sempre que viável o seu accionamento, realiza as operações de entrada, busca de segurança e controlo de suspeitos	

- **Durante alteração grave da OP**  
(poderá ser solicitada a presença de Equipas de reacção Táctica)

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento táctico/operacional
<b>CPs</b>	Não deverão ser utilizados neste nível e grau	
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shot gun Focos de iluminação Pistola metralhadora Equipado com Capacete de OP (se ajustado ao cenário) e Colete Balístico	Actua em coordenação com o responsável pelo planeamento da operação Assegura contenção e isolamento próximo dos locais onde terá lugar a operação Mínimo 2 EIRs e definição prévia de missões para cada EIR e para cada elemento da EIR Prever a existência nas imediações, máximo a 3 minutos, de duas outras EIR em reserva equipada para OP Sempre que viável, deverão permanecer num perímetro afastado do bairro e controlar eventuais tentativas de apoio vindas do exterior do bairro
<b>Proximidade</b>	Suspensão (pontualmente, se aprovado, poderá intervir integrado numa EIR visando servir de intermediário entre as partes).	
<b>CI</b>	Por regra, deverá empenhar-se o CI neste nível e grau, reduzindo-se o número das EIRs, as quais passam a desempenhar funções de isolamento exterior. Actuação de acordo com o Manual Táctico daquela Unidade Especial Accionado com antecedência de 48 horas por forma a permitir o reconhecimento do local da operação. Empenha, no mínimo, 1 grupo e 8 binómios de ordem pública Assegura a contenção e isolamento próximo dos locais onde terá lugar a operação Em caso de entrada em imóvel, poderá realizar as operações de entrada, busca de segurança e controlo de suspeitos Assegura a reposição da OP caso tal seja necessário, articulando com o responsável da operação o papel a desenvolver pelas EIRs	
<b>GOE</b>	Sempre que viável o seu accionamento, realiza as operações de entrada, busca de segurança e controlo de suspeitos	

## **PROPOSTA de ALTERAÇÕES:**

### **Prevenção**

- **Situação normal**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento tático/operacional
<b>CPs</b>	Viaturas adaptadas à geografia do bairro Equipamento Base Sho tgun Focos de iluminação Colete Balístico	Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Caso a Solicitação implique reforço de meios, deverá aguardar a chegada dos mesmos e coordenar a actuação. <i>A entrada no bairro em missão de patrulhamento implica a existência, na proximidade, de uma EIR com capacidade de colocar-se no local, de imediato</i> <i>Durante a noite apenas entra nas ZUS quando seja expectável que os seus residentes não estejam nas ruas, com o intuito de verificar a existência de viaturas furtadas.</i>
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shot gun Focos de iluminação Pistola metralhadora Capacete, escudo OP e Colete Balístico A EIR deverá deslocar-se em duas viaturas (TP + CP) e desenvolver acções de patrulhamento em linha de vista ou com raios de dispersão não superiores a 100 metros.	Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Quando em deslocação auto, as viaturas deverão manter-se em linha de vista e os tripulantes deverão controlar todas as áreas envolventes Em deslocação a pé, deverão seguir os princípios do movimento tático (formação CI) <i>Durante a noite é responsável pelo patrulhamento do bairro</i>
<b>Proximidade</b>	Equipamento base E/R Telemóvel Mínimo 2 agentes por área	Definição e aprovação prévia da actividade (hora e local) das equipas de proximidade Apenas em períodos diurnos Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Deverá abster-se de qualquer intervenção sempre que a solicitação implique o eventual recurso a meios coercivos, optando por accionar meios de intervenção para o local
<b>UEP</b>	<i>Suspenso</i>	



• **Iminente ou pós alteração grave da ordem pública**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento tático/operacional
<b>CPs</b>	Viaturas adaptadas à geografia do bairro Equipamento Base Sho tgun Focos de iluminação Colete Balístico	Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Caso a Solicitação implique reforço de meios, deverá aguardar a chegada dos mesmos e coordenar a actuação. <b>A entrada no bairro em missão de patrulhamento implica a existência, na proximidade, de uma EIR com capacidade de colocar-se no local, no imediato.</b> <b>Durante a noite não entra no bairro.</b>
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shot gun Focos de iluminação Pistola metralhadora Capacete, escudo OP e Colete Balístico A EIR deverá deslocar-se em duas viaturas (TP + CP e desenvolver acções de patrulhamento em linha de vista ou com raios de dispersão não superiores a 100 metros.	Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Comunicação imediata à Central de qualquer ocorrência ou solicitação efectuada ao CP, com indicação precisa do local e avaliação da situação Quando em deslocação auto, as viaturas deverão manter-se em linha de vista e os tripulantes deverão controlar todas as áreas envolventes Em deslocação apeada, deverão se seguidos os princípios do movimento tático (formação CI)
<b>Proximidade</b>	<b>Suspenso até serem desenvolvidas acções de prevenção pelos outros intervenientes policiais</b>	
<b>UEP</b>	<b>Deverá ser accionada para ficar de prevenção. Após desordens, durante a primeira fase de restabelecimento de relações entre a Polícia e a comunidade, é a principal responsável pelo patrulhamento do bairro.</b>	

## **Reacção**

- **Situação normal**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento tático/operacional
<b>CPS</b>	Viaturas adaptadas à geografia do bairro Equipamento Base Shotgun Focos de iluminação Colete Balístico	Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Caso a intervenção implique reforço de meios, deverá aguardar a chegada dos mesmos. <i>A entrada no bairro, em períodos diurnos, implica a existência, na proximidade, de uma EIR com capacidade de colocar-se no local, no imediato</i> <i>Durante a noite apenas responde a ocorrências com a existência de, no mínimo, um tripulante. (caso não esteja nenhuma EIR disponível)</i>
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shotgun Focos de iluminação Pistola Metralhadora Capacete Escudo de OP Colete Balístico	Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Caso a intervenção implique reforço de meios, deverá aguardar a chegada dos mesmos. <i>Quando em deslocação auto, as viaturas deverão manter-se em linha de vista e os tripulantes deverão controlar todas as áreas envolventes</i> Em deslocação a pé, deverão seguir os princípios do movimento tático (formação CI) <i>Durante a noite deve ser o primeiro meio a ser accionado para o local</i>
<b>Proximidade</b>	<i>Suspenso</i>	
<b>UEP</b>	<i>Apenas é accionada se os meios normais não conseguirem resolver a situação</i>	

• **Iminente ou pós alteração grave da OP**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento tático/operacional
<b>CPs</b>	Viaturas adaptadas à geografia do bairro Equipamento Base Shot gun Focos de iluminação Colete Balístico	Avaliação prévia da situação pela Central Rádio, de forma a accionar os meios ajustados à solicitação/incidente Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Caso a intervenção implique reforço de meios, deverá aguardar a chegada dos mesmos. Caso não existam condições para responder à solicitação, assegura apenas a contenção e isolamento da área e solicita reforço <i>A entrada no bairro em missão de patrulhamento implica a existência, na proximidade, de uma EIR com capacidade de colocar-se no local, no imediato</i> <i>Durante a noite apenas responde a ocorrências com a existência de, no mínimo, um tripilante. (caso não esteja nenhuma EIR disponível)</i>
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shot gun Focos de iluminação Pistola Metralhadora Capacete Escudo de OP Colete Balístico <i>Quando apenas intervém uma EIR, deverá estar outra em condições de se deslocar ao local em 5 minutos (da própria divisão ou de uma Divisão limítrofe)</i>	Comunicação à Central Rádio da entrada e saída do bairro Caso a intervenção implique reforço de meios, deverá aguardar a chegada dos mesmos <i>Quando em deslocação auto, as viaturas deverão manter – se em linha de vista e os tripulantes deverão controlar todas as áreas envolventes</i> <i>Durante a noite deve ser o primeiro meio a ser accionado para o local</i> Em deslocação a pé, deverão seguir os princípios do movimento tático (formação CI)
<b>Proximidade</b>	Suspensão	
<b>UEP</b>	Deverá ser accionada para ficar de prevenção. Após desordens, durante a primeira fase de restabelecimento de relações entre a Polícia e a comunidade, é a principal responsável pelo patrulhamento do bairro.	

- **Durante alteração grave da OP**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento tático/operacional
<b>CPs</b>	Viaturas adaptadas à geografia do bairro, Equipamento Base, Shotgun, Focos de iluminação Colete Balístico colocado Desenvolve apenas acções de isolamento do local do incidente, em coordenação com a Central Rádio e as EIRs que se desloquem para o local Apoia na eventual condução de detidos ou suspeitos à Esquadra mais próxima, caso não seja viável accionar viatura de transporte de detidos Não executa acções reactivas a solicitações ocorridas no interior do bairro, enquanto se mantiver a alteração grave da ordem pública	
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shot gun Focos de iluminação Pistola Metralhadora Capacete colocado Escudo de OP Colete Balístico colocado  Mínimo de 2 EIRs	Enquanto a UEP não chega assume a responsabilidade pela resolução da desordem, em coordenação com o comandante de Divisão (se este não estiver disponível coordena com o comandante da Esquadra territorialmente competente ou com o Oficial-Dia, fora das horas de expediente.  Caso não existam condições para responder à solicitação, assegura apenas a contenção e isolamento da área e solicita reforço Avaliação da solicitação e definição de estratégia de intervenção, caso estejam reunidos meios adequados
<b>Proximidade</b>	Suspensão	
<b>UEP</b>	Presença obrigatória do CI se possível do GOC. (Restantes Subunidades accionadas consoante a especificidade das situações)	

## Operação Planeada

- Situação normal

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento táctico/operacional
<b>CPs</b>	Viaturas adaptadas à geografia do bairro Equipamento Base Shotgun Focos de iluminação Colete Balístico <b>colocado</b>  Mínimo de 3 elementos por viatura	Caso seja necessário em termos de planeamento, irá apenas desenvolver acções de isolamento exterior do local da operação, em coordenação com a BIC responsável Não executa acções reactivas a solicitações ocorridas nas imediações ou no local da operação, salvo mediante autorização do responsável pela operação Sempre que viável, deverão permanecer num perímetro afastado do bairro e controlar eventuais tentativas de apoio vindas do exterior do bairro Mínimo de dois CPs por posição de isolamento
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shot gun Focos de iluminação Pistola Metralhadora Equipados com Capacete de OP e <b>Colete Balístico colocado</b>	Actua em coordenação com o responsável pelo planeamento da operação Assegura contenção e isolamento dos locais onde terá lugar a operação Mínimo 2 EIRs e definição prévia de missões para cada EIR e para cada elemento da EIR <b>No caso de apenas estar presente uma EIR, prever a existência nas imediações, máximo a 5 minutos, de uma outra EIR em reserva equipada para OP</b>
<b>Proximidade</b>	Suspenso	
<b>UEP</b>	<b>Accionamento obrigatório</b> Deverá ser accionada com antecedência de 48 horas por forma a permitir o reconhecimento do local da operação Assegura a contenção e isolamento próximo dos locais onde terá lugar a operação Em caso de entrada em imóvel, realiza as operações de entrada, busca de segurança e controlo de suspeitos	

• **Iminente ou pós alteração grave da OP**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento tático/operacional
<b>CPs</b>	Equipamento Base Shotgun Focos de iluminação Colete Balístico colocado	Caso seja necessário em termos de planeamento, irá apenas desenvolver acções de isolamento exterior do local da operação, em coordenação com o responsável pela operação Não executa acções reactivas a solicitações ocorridas nas imediações ou no local da operação Sempre que viável, deverão permanecer num perímetro afastado do bairro e controlar eventuais tentativas de apoio vindas do exterior
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shotgun Focos de iluminação Pistola metralhadora Equipado com Capacete de OP (se ajustado ao cenário) e Colete Balístico	Actua em coordenação com o responsável pelo planeamento da operação Assegura contenção e isolamento dos locais onde terá lugar a operação Mínimo 2 EIRs e definição prévia de missões para cada EIR e para cada elemento da EIR No caso de apenas estar presente uma EIR, prever a existência nas imediações, máximo a 5 minutos, de uma outra EIR em reserva equipada para OP
<b>Proximidade</b>	<b>Suspensão</b>	
<b>UEP</b>	<b>Accionamento obrigatório</b> Deverá ser accionada com antecedência de 48 horas por forma a permitir o reconhecimento do local da operação Assegura a contenção e isolamento próximo dos locais onde terá lugar a operação Em caso de entrada em imóvel, realiza as operações de entrada, busca de segurança e controlo de suspeitos Deve constituir uma reserva nas imediações do bairro.	

• **Durante alteração grave da OP**

Tipologia	Procedimento/equipamento	Procedimento tático/operacional
<b>CPs</b>	Equipamento Base Shotgun Focos de iluminação Colete Balístico colocado	Caso seja necessário em termos de planeamento, irá apenas desenvolver acções de isolamento exterior do local da operação, em coordenação com o responsável pela operação Não executa acções reactivas a solicitações ocorridas nas imediações ou no local da operação Sempre que viável, deverão permanecer num perímetro afastado do bairro e controlar eventuais de apoio vindas do exterior.
<b>EIRs</b>	Equipamento base Shotgun Focos de iluminação Pistola Metralhadora Equipados com Capacete de OP e Colete Balístico colocado Escudos de ordem pública disponíveis na viatura	Actua em coordenação com o responsável pelo planeamento da operação Assegura contenção e isolamento dos locais onde terá lugar a operação e controla eventuais tentativas de apoio vindas do exterior do bairro Mínimo 2 EIRs e definição prévia de missões para cada EIR e para cada elemento da EIR Se possível, existe 1 EIR de reserva, que deverá permanecer num perímetro afastado do bairro
<b>Proximidade</b>	<b>Suspensão</b>	
<b>UEP</b>	<b>Accionamento obrigatório</b> Assegura a reposição da OP caso tal seja necessário, articulando com o responsável da operação o papel a desenvolver pelas EIRs Assegura a contenção e isolamento próximo dos locais onde terá lugar a operação Em caso de entrada em imóvel, realiza as operações de entrada, busca de segurança e controlo de suspeitos Deve constituir uma reserva nas imediações do bairro.	

## **Anexo 6 – Anexo C da Directiva Estratégica 16/2006**

<b>NÍVEL DE INTERVENÇÃO</b>	<b>Dispositivo</b>	
<b>1º Nível</b>	Policiamento normal (patrulhamento auto e a pé e equipas de proximidade)	Situação normal. Ocorrências policiais de rotina
<b>2º Nível</b>	Equipas de intervenção Rápida (actuação primária)	Multidão sem incidentes; pequenos incidentes; baixa agressividade
<b>3º Nível</b>	Equipas de intervenção Rápida (actuação secundária)	Incidentes agressivos com poucos intervenientes
<b>4º Nível</b>	Corpo de Intervenção	Incidentes agressivos com muitos intervenientes
<b>5º Nível</b>	Unidade de Intervenção Tática Grupo de Operações Policiais	Incidente tático-policial

### **Prevenção e Policiamento de Proximidade**

- 1 – Aposta na proactividade, na visibilidade, na interacção com os cidadãos e com as comunidades locais, na ajuda e no apoio cívico, respeitando a especificidade social, cultural e étnica dos seus membros, ajudando assim a sedimentar o conhecimento mútuo, a reforçar o grau de confiança na Polícia e a transparência e legitimidade da actividade policial;
- 2 - Foco mais amplo na prevenção da criminalidade, na solução de problemas da comunidade e colaboração na resolução das causas da criminalidade e incivilidades;
- 3 - Os agentes Policiais não só mantêm, como reforçam o seu papel de representantes da autoridade do Estado, podendo e devendo intervir ou solicitar apoio para proceder criminalmente contra os infractores, não se limitando deste modo a ser meros observadores ou promotores de diálogo e de sinergias com a comunidade local.

### **Ordem Pública e Reacção**

- 1 Ênfase na visibilidade, prontidão, flexibilidade, interoperabilidade de meios, eficácia na actuação proporcional aos meios utilizados pelos adversários, dissuasão pela presença e atitude, oportunidade, evitando tentativas de aproveitamento de condutas provocatórias.
- 2 - A ostensividade e a intervenção musculada deverá ser conciliada com discrição e dissimulação de meios.
- 3 - Criação de Equipas de Reacção Tática (ERT), valência que se consubstancia na actuação conjunta de equipas do Corpo de Intervenção e do Grupo de Operações Especiais, tendo em vista apoiar os Comandos sempre que for considerado adequado.

### **Investigação Criminal e Informações Policiais**

- 1 - Em caso de necessidade, deverá ser direccionada a pesquisa para o fenómeno da violência nos bairros ou zonas sensíveis;
- 2 - Flagelação das organizações criminosas que se instalam nesses bairros através da recolha de prova selectiva tendo em vista a sua desarticulação;
- 3 - Antecipar os acontecimentos procedendo à recolha de notícias com apoio das restantes valências policiais e de outros Órgãos de Polícia Criminal (OPC's);
- 4 - Privilegiar a investigação de crimes de rua.

189

<sup>189</sup> Adaptado pelo autor.

## **Anexo 7 – Dimensão das amostras para a aplicação dos questionários aos elementos policiais e à população**

### **Polícias:**

<b>Amadora</b>	<b>Porto</b>	<b>Setúbal</b>
<b>EIFP</b>	<b>EIFP</b>	<b>EIFP</b>
7 Chefes	6 Chefes	4 Chefes
47 Agentes (faltaram 5 Agentes)	34 Agentes	26 Agentes
Total = 54 elementos	Total = 40 elementos	Total = 30 elementos
<b>Genérica</b>	<b>Genérica</b>	<b>Genérica</b>
4 Chefes	6 Chefes (faltou 1 Chefe)	3 Chefes
59 Agentes (faltou 1 Agente)	36 Agentes (faltaram 2 Agentes)	36 Agentes
Total = 63 elementos	Total = 42 elementos	Total = 39 elementos
<b>EIC</b>	<b>EIC</b>	<b>EIC</b>
2 Chefes	3 Chefes	3 Chefes (faltou 1 Chefe)
30 Agentes (faltou 1 Agente)	21 Agentes	30 Agentes (faltaram 2 Agentes)
Total = 32 elementos	Total = 24 elementos	Total = 33 elementos
Total Chefes: 13	Total Chefes: 15	Total Chefes: 10
Total Agentes: 136	Total Agentes: 91	Total Agentes: 92
<b>Total: 149</b>	<b>Total: 106</b>	<b>Total: 102</b>
<b>Total de Chefes : 38</b>		
<b>Total de Agentes: 319</b>		
<b>Universo: 357 elementos</b>		
<b>Total de questionários aplicados: 344</b>		



## **População:**

### **Bela Vista:**

18 a 24 anos - 3 questionários (1 mulher e 2 homens)

25 a 64 anos - 25 questionários (13 mulheres e 12 homens)

65 e mais anos - 7 questionários (4 mulheres e 3 homens)

### **Santa Filomena:**

18 a 24 anos - 3 questionários (2 mulheres e 1 homem)

25 a 64 anos - 22 questionários (11 mulheres e 11 homens)

65 e mais anos - 10 questionários (6 mulheres e 4 homens)

### **Pasteleira Nova:**

18 a 24 anos - 4 questionários ( 2 mulheres e 2 homens) – Faltou 1 Homem e 1 Mulher

25 a 64 anos - 23 questionários ( 12 mulheres e 11 homens)

65 e mais anos - 8 questionários ( 5 mulheres e 3 homens) – Faltou 1 Mulher

DIREÇÃO GERAL  
DE ADMINISTRAÇÃO  
INTERNA

Portugal Continental e Regiões Autónomas																								
18 a 24 anos			25 a 29 anos			30 a 39 anos			40 a 49 anos			50 a 59 anos			60 a 64 anos			65 e mais anos			TOTAL			
T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
Mina	120 0	576	624	11 28	553	575	275 2	143 9	131 3	248 1	129 0	119 1	258 0	123 2	134 8	137 2	616 756	462 7	188 2	274 5	1614 0	7588	8552	
Lordelo do Ouro	189 6	952	944	14 87	782	705	303 5	153 9	149 6	329 3	159 0	170 3	332 5	155 0	177 5	148 3	648 835	448 6	179 5	269 1	1900 5	8856	10149	
São Sebastião	421 6	2122	2094	36 41	185 0	179 1	935 9	473 3	462 6	733 7	361 1	372 6	717 2	342 8	374 4	333 5	165 2	168 3	844 4	371 7	472 7	4350 6	2111 4	22392

Cidades Nacionais, Inscritos no Recenseamento Eleitoral - 31 de Dezembro de 2010

## **Anexo 8 – Análise dos questionários aplicados**

### **1 – POLÍCIAS**

#### **1 - Análise das frequências simples**

##### **1 - Sente-se respeitado pela população do bairro quando exerce a sua função?**

	Frequência	%
Sim	98	28,5
Não	246	71,5
Total	344	100,0

##### **4 - Sente-se seguro quando entra no bairro?**

	Frequência	%
Sim	150	43,6
Não	194	56,4
Total	344	100,0

Constata-se que a esmagadora maioria dos elementos policiais inquiridos não se sentem respeitados (71,5%) pela população residente nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova, nem se sentem seguros (56,4%) quando entram nestes locais

##### **2- Onde lhe parece que existe mais crime?**

	Frequência	%
No interior do bairro	109	31,7
Em redor do bairro	235	68,3
Total	344	100,0

Mais de dois terços dos elementos policiais inquiridos (68,3%) consideram que existe mais crime nas imediações dos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova do que no seu interior.

##### **3- Onde lhe parece que deve existir mais policiamento?**

	Frequência	%
No interior do bairro	140	40,7
Em redor do bairro	204	59,3
Total	344	100,0

Mantendo a tendência da questão anterior, os elementos policiais inquiridos consideram que deve existir um policiamento mais acentuado nas imediações (59,3%) dos bairros em estudo do que no seu interior.

**5 - Qual considera que deve ser a prioridade de  
actuação da PSP neste bairro?**

	Frequência	%
Prevenção	124	36,0
Reacção a incidentes	41	11,9
Operações planeadas	179	52,0
Total	344	100,0

A amostra recolhida indica-nos que as operações planeadas são consideradas a principal vertente de actuação nestes locais, pois mais de metade dos inquiridos (52%) aponta-as como devendo ser a prioridade da PSP. A prevenção é também eleita por mais de um terço dos inquiridos (36%).

**6 - Indique as soluções mais urgentes para diminuir a  
delinquência no bairro**

	Respostas		% total
	N	%	
Recuperar os espaços degradados	46	4,7%	13,4%
Presença permanente da Polícia	218	22,1%	63,4%
Polícias especializados em relacionamento multi-étnico	66	6,7%	19,2%
Prevenção ao consumo de drogas	97	9,8%	28,2%
Dotar a Polícia de maior autoridade	245	24,8%	71,2%
Dotar a Polícia de maior autoridade	74	7,5%	21,5%
Melhor ocupação dos tempos livres	33	3,3%	9,6%
Maior controlo escolar	46	4,7%	13,4%
Leis diferentes	140	14,2%	40,7%
Outra	22	2,2%	6,4%
Total	987	100,0%	286,9%

A maioria dos inquiridos aponta a presença permanente da Polícia nos locais em estudo como uma das soluções mais urgentes para diminuir a delinquência verificada (63,4%). Também se denota algum descontentamento com o quadro jurídico actual, pois 40,7% dos inquiridos considera que deveriam existir Leis diferentes.

**7 - Qual considera ser o maior problema deste bairro**

	Frequência	%
Receptação	8	2,3
Tráfico de droga	126	36,6
Sentimento de impunidade	174	50,6
Posse de armas	23	6,7
Outro	13	3,8
Total	344	100,0

O sentimento de impunidade dos seus residentes é indicado como o principal problema destes locais (50,6%). O tráfico de droga também é uma realidade que preocupa os inquiridos (36,6%).

**8 – Quais os factores que mais promovem a criminalidade no bairro?**

	Responses		Percent of Cases
	N	Percent	
Ineficácia do sistema judicial	262	26,3%	76,2%
Elevado nível de desemprego	76	7,6%	22,1%
Dificuldades económicas das famílias	73	7,3%	21,2%
Fraco controlo policial	87	8,7%	25,3%
Consumo excessivo de drogas	81	8,1%	23,5%
Consumo excessivo de álcool	20	2,0%	5,8%
Má inserção das minorias étnicas	71	7,1%	20,6%
Muitos jovens fora do sistema de ensino	98	9,8%	28,5%
Falta de controlo familiar	147	14,8%	42,7%
Tipo de construção/arquitectura	75	7,5%	21,8%
Outro	6	,6%	1,7%
Total	996	100,0%	289,5%

Mais de três quartos dos inquiridos consideram que a ineficácia do sistema judicial é o factor que mais promove a criminalidade nos bairros em estudo (76,2%). Paralelamente, a falta de controlo familiar também é uma razão que promove a criminalidade nestes locais, segundo os inquiridos (42,7%).

**9 – O que considera mais importante na actuação da PSP?**

	Frequência	%
Diminuição do sentimento de insegurança	104	30,2
Diminuição da criminalidade	168	48,8
Satisfação com o trabalho policial	72	20,9
Total	344	100,0

Quase metade dos inquiridos considera que a diminuição da criminalidade deve ser a prioridade de actuação da PSP (48,8%).

**10 - O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade deve ser aplicado no bairro?**

	Frequência	%
Sim	221	64,2
Não	123	35,8
Total	344	100,0

Quase dois terços dos inquiridos afirmam que o PIPP deve ser aplicado nos bairros em Estudo (64,2%).

**11 - Caso existam agentes de proximidade, estes devem integrar as operações levadas a cabo no bairro?**

	Frequência	%
Sim	139	40,4
Não	205	59,6
Total	344	100,0

Ainda que o PIPP deva ser aplicado, a maioria dos inquiridos consideram que os *agentes de proximidade* não devem integrar operações levadas a cabo nesses locais (59,6%).

**12 - Após ocorrerem desordens no bairro, qual deve ser o período de tempo em que os agentes de proximidade não devem policiar o local?**

	Frequência	%
1 semana	48	14,0
2 semanas	16	4,7
1 mês	15	4,4
Devem voltar a entrar no bairro no dia seguinte à desordem	217	63,1
Não devem voltar ao local	18	5,2
Outra resposta	30	8,7
Total	344	100,0

Perto de dois terços dos inquiridos consideram que os *agentes de proximidade*, após a ocorrência de desordens, devem voltar a entrar nos bairros em estudo no dia seguinte a estas ocorrências (63,1%).

**13 - Após ocorrerem desordens no bairro, qual deve ser a actuação da Polícia?**

	Frequência	%
Apenas resposta a ocorrências	28	8,1
Policimento permanente	92	26,7
Patrulhamento normal	64	18,6
Patrulhamento normal com reforço do efectivo	142	41,3
Outra resposta	18	5,2
Total	344	100,0

Os inquiridos afirmam que após a ocorrência de desordens a Polícia deve apostar sobretudo no patrulhamento normal com reforço do efectivo (41,3%) e no policiamento permanente (26,7%) com vista a regressar à normalidade nestes locais.

**14 - Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão?**

	Frequência	%
Sim	92	26,7
Não	252	73,3
Total	344	100,0

Perto de três quartos dos inquiridos (73,3%) considera que não existe uma boa articulação entre valências policíacas nas Divisões da Amadora, 2ª Divisão do Porto e Divisão de Setúbal.

**15 - Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão? (esquadra genérica, trânsito, investigação criminal ou EIFP)**

	Frequência	%
todos os dias	47	13,7
semanalmente	62	18,0
raramente	199	57,8
nunca	36	10,5
Total	344	100,0

68,3% dos inquiridos raramente ou nunca troca informações com elementos de outras valências policíacas.

**16 - Se tiver uma informação que no futuro lhe permita efectuar uma detenção, o que irá fazer?**

	Frequência	%
Comunica aos elementos policíacos que julga estarem mais preparados para lidar com o assunto	178	51,7
Tenta efectuar a respectiva detenção	165	48,0
Ignora-a	1	,3
Total	344	100,0

Pouco mais de metade dos inquiridos (51,7%) afirma que, caso obtenha uma informação que lhe permita efectuar uma detenção, a comunica aos elementos policíacos que considera estarem mais aptos a lidarem com a questão.

**17 - Já foi vítima de algum crime no bairro?**

	Frequência	%
Sim	84	24,4
Não	260	75,6
Total	344	100,0

Perto de um quarto dos inquiridos (24,4%) afirmam já terem sido vítimas de algum crime nos bairros em estudo.

**17.1 – Tipo de crime**

	Frequência	%
Ofensas à Integridade Física	51	60,7%
Ameaças	20	23,8%
Injúrias	40	47,6%
Resistência e Coacção	10	11,9%
Outro	2	2,4%

A maioria dos 84 elementos que afirmam ter sido vítimas de crime, sofreram ofensas à sua integridade física (51=60,7%).

**18 - Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia no bairro?**

	Frequência	%
Deve ser mais utilizada	249	72,4
Deve ser menos utilizada	10	2,9
É utilizada na proporção certa	85	24,7
Total	344	100,0

Apenas 24,7% dos inquiridos afirmam que a UEP é utilizada na proporção certa nos bairros em estudo. Pelo contrário, a esmagadora maioria afirmam que essa Unidade Especial deveria ser mais utilizada (72,4%).

**19 - Conhece a Directiva Estratégica 16/2006, que define o modelo integrado de prevenção e intervenção policial em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou hostilidade para com as forças de segurança?**

	Frequência	%
Sim	115	33,4
Não	229	66,6
Total	344	100,0

Apesar da Directiva Estratégica 16/2006 ser o principal documento orientador da actuação policial nos locais em estudo, dois terços dos inquiridos não a conhece.



**20 - O que pensa sobre a Directiva Estratégica 16/2006?**

	Frequência	% (do total)	% (dos que a conhecem)
Está bem elaborada mas não é aplicada no terreno	70	20,3	60,9
Está mal elaborada e não é aplicada no terreno	25	7,3	21,7
Está bem elaborada e é aplicada no terreno	15	4,4	13,0
Está mal elaborada mas é aplicada no terreno	5	1,5	4,3
Total	115	33,4	100,0
Não Conhece	229	66,6	
	344	100,0	

Dos 115 elementos (33,4%) que conhecem a Directiva Estratégica 16/2006, a maioria considera que a mesma está bem elaborada mas não é aplicada no terreno. Pelo contrário, apenas 13% dos que a conhecem considera que o documento está bem elaborado e é aplicado no terreno.

**21 - Qual a sua categoria profissional?**

	Frequência	%
Chefe	37	10,8
Agente	307	89,2
Total	344	100,0

Os Chefes que constam da amostra recolhida são os adstritos ao *Atendimento*<sup>190</sup> dos grupos operacionais das Esquadras Genéricas, os coordenadores das brigadas de investigação dos crimes de tráfico de estupefacientes e crimes relacionados com o património das Esquadras de Investigação Criminal (EIC) e os Chefes das Equipas de Intervenção Rápida das Esquadras de Intervenção e Fiscalização Policial (EIFP).

**22 - Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

	Frequência	%
Esquadra Genérica	140	40,7
Esquadra de Investigação Criminal	86	25,0
Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	118	34,3
Total	344	100,0

<sup>190</sup> Termo que substitui o *Graduado de Serviço*.

As Esquadras Genéricas que policiam os bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova tiveram mais elementos inquiridos devido a estas Esquadras terem mais efectivo que desempenham funções operacionais do que a EIC e a EIFP.

**23 - Quanto tempo tem de serviço?**

	Frequência	%
1 ano ou menos	40	11,6
Mais de 1 ano e menos de 5 anos	52	15,1
Mais de 5 anos	252	73,3
Total	344	100,0

A esmagadora maioria dos inquiridos está na PSP há mais de 5 anos (73,3%), o que faz com que sejam conhecedores das realidades em estudo.

**24 - Qual o seu género?**

	Frequência	%
Masculino	326	94,8
Feminino	18	5,2
Total	344	100,0

Não existiu uma escolha dos inquiridos consoante o seu género. Apenas existem poucos elementos do género feminino inquiridos (5,2%) devido a não existirem mais nas Esquadras em que foram aplicados os questionários.

**25 - Qual o bairro em que presta serviço?**

	Frequência	%
Santa Filomena	142	41,3
Bela Vista	99	28,8
Pasteleira Nova	103	29,9
Total	344	100,0

Existem mais elementos inquiridos que prestam serviço no bairro de Santa Filomena principalmente devido à Esquadra Genérica que policia o bairro (60ª Esquadra – Mina, Amadora) ter mais efectivo do que a Esquadra da Bela Vista (Divisão de Setúbal) e do que a 15ª Esquadra da 2ª Divisão do Porto (policia o bairro da Pasteleira Nova).

## 2 - Análise do cruzamento de variáveis das frequências simples com o bairro em que os inquiridos desempenham funções

### 1 - Sente-se respeitado pela população do bairro quando exerce a sua função? \* Qual o bairro em que presta serviço?

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Sente-se respeitado pela população do bairro quando exerce a sua função?	Sim 22 15,5%	29 29,3%	47 45,6%	98 28,5%
	Não 120 84,5%	70 70,7%	56 54,4%	246 71,5%
Total	142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

#### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	26,660 <sup>a</sup>	2	,000
Likelihood Ratio	26,892	2	,000
Linear-by-Linear Association	26,528	1	,000
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 28,20.

Através da análise da tabela constata-se que os inquiridos que prestam serviço no bairro da Pasteleira Nova sentem-se mais respeitados pela população do que aqueles que prestam serviço em Santa Filomena e na Bela Vista.

### 2 - Onde lhe parece que existe mais crime? \* Qual o bairro em que presta serviço?

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Onde lhe parece que existe mais crime?	No interior do bairro 31 21,8%	14 14,1%	64 62,1%	109 31,7%
	Em redor do bairro 111 78,2%	85 85,9%	39 37,9%	235 68,3%
Total	142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

#### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	64,569 <sup>a</sup>	2	,000
Likelihood Ratio	63,262	2	,000
Linear-by-Linear Association	39,391	1	,000
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 31,37.

Os inquiridos que prestam serviço no bairro da Pasteleira Nova consideram que existe mais crime no interior do bairro do que nas suas imediações, ao contrário dos elementos policiais que prestam serviço no bairro de Santa Filomena e no bairro da Bela Vista, os quais afirmam que existe mais crime nas imediações dos respectivos bairros do que no seu interior.

**3 - Onde lhe parece que deve existir mais policiamento? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Onde lhe parece que deve existir mais policiamento?	No interior do bairro	57 40,1%	23 23,2%	60 58,3%	140 40,7%
	Em redor do bairro	85 59,9%	76 76,8%	43 41,7%	204 59,3%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	25,683 <sup>a</sup>	2	,000
Likelihood Ratio	26,313	2	,000
Linear-by-Linear Association	6,116	1	,013
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 40,29.

Em concordância com a questão anterior, a maioria dos inquiridos que prestam serviço no bairro da Pasteleira Nova consideram que deve existir mais policiamento no bairro da Pasteleira Nova do que nas suas imediações. Pelo contrário, a maioria dos elementos policiais que exerce funções nos bairros de Santa Filomena e Bela Vista consideram que deve existir mais policiamento nas imediações dos respectivos bairros do que no seu interior.

**4 - Sente-se seguro quando entra no bairro? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Sente-se seguro quando entra no bairro?	Sim	46 32,4%	43 43,4%	61 59,2%	150 43,6%
	Não	96 67,6%	56 56,6%	42 40,8%	194 56,4%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	17,476 <sup>a</sup>	2	,000
Likelihood Ratio	17,582	2	,000
Linear-by-Linear Association	17,265	1	,000
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 43,17.

A maioria dos inquiridos que presta serviço no bairro da Pasteleira Nova sente-se segura quando entra no local. Pelo contrário, a maioria dos elementos policiais que prestam serviço nos bairros de Santa Filomena e Bela Vista não se sente segura quando entra nos respectivos bairros. Estas respostas, em conjugação com as obtidas à pergunta número 1, levam-nos a considerar a hipótese de no bairro da Pasteleira Nova não existir um risco tão elevado para os elementos policiais do que nos outros dois bairros.

**5 - Qual considera que deve ser a prioridade de actuação da PSP neste bairro? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Qual considera que deve ser a prioridade de actuação da PSP neste bairro?	Prevenção	37 26,1%	47 47,5%	40 38,8%	124 36,0%
	Reacção a incidentes	24 16,9%	12 12,1%	5 4,9%	41 11,9%
	Operações planeadas	81 57,0%	40 40,4%	58 56,3%	179 52,0%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	18,635 <sup>a</sup>	4	,001
Likelihood Ratio	19,825	4	,001
Linear-by-Linear Association	1,893	1	,169
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 11,80.

Os elementos policiais que prestam serviço no bairro da Bela Vista aponta a prevenção como a prioridade de actuação da PSP no local. Pelo contrário, o efectivo que presta serviço em Santa Filomena e Pasteleira Nova afirma que as Operações Planeadas devem ocupar a primazia na actuação da PSP nos respectivos locais.

**6 - Indique as soluções mais urgentes para diminuir a delinquência no bairro**

	Respostas		% total
	N	%	
Recuperar os espaços degradados	46	4,7%	13,4%
Presença permanente da Polícia	218	22,1%	63,4%
Polícias especializadas em relacionamento multi-étnico	66	6,7%	19,2%
Prevenção ao consumo de drogas	97	9,8%	28,2%
Dotar a Polícia de maior autoridade	245	24,8%	71,2%
Dotar a Polícia de maior autoridade	74	7,5%	21,5%
Melhor ocupação dos tempos livres	33	3,3%	9,6%
Maior controlo escolar	46	4,7%	13,4%
Leis diferentes	140	14,2%	40,7%
Outra	22	2,2%	6,4%
Total	987	100,0%	286,9%

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Recuperar os espaços degradados Sim	13	19	14	46
	9,2%	19,2%	13,6%	13,4%
Não	129	80	89	298
	90,8%	80,8%	86,4%	86,6%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Presença permanente da Polícia Sim	112	55	51	218
	78,9%	55,6%	49,5%	63,4%
Não	30	44	52	126
	21,1%	44,4%	50,5%	36,6%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Esta solução é apontada sobretudo pelos elementos que prestam serviço no bairro de Santa Filomena (78,9%).

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Polícia especializada em relacionamento multi-étnico	31	20	15	66
	21,8%	20,2%	14,6%	19,2%
Não	111	79	88	278
	78,2%	79,8%	85,4%	80,8%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Prevenção ao consumo de drogas	35	16	46	97
	24,6%	16,2%	44,7%	28,2%
Não	107	83	57	247
	75,4%	83,8%	55,3%	71,8%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

A prevenção ao consumo de drogas é apontada como uma das soluções para diminuir a delinquência por quase metade dos inquiridos que prestam serviço no bairro da Pasteleira Nova (44,7%).

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Dotar a Polícia de maior autoridade	105	78	62	245
	73,9%	78,8%	60,2%	71,2%
Não	37	21	41	99
	26,1%	21,2%	39,8%	28,8%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Os inquiridos consideram que a Polícia deveria ter mais autoridade, principalmente os que exercem funções nos bairros de Santa Filomena (73,9%) e Bela Vista (78,8%).

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Melhorar a integração social	23	22	29	74
	16,2%	22,2%	28,2%	21,5%
Não	119	77	74	270
	83,8%	77,8%	71,8%	78,5%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Melhor ocupação dos tempos livres	10	16	7	33
	7,0%	16,2%	6,8%	9,6%
Não	132	83	96	311
	93,0%	83,8%	93,2%	90,4%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Esta solução, ainda que não muito escolhida, é referida principalmente pelo efectivo que exerce funções no bairro da Bela Vista (16,2%).

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Maior controlo escolar	12	13	21	46
	8,5%	13,1%	20,4%	13,4%
Não	130	86	82	298
	91,5%	86,9%	79,6%	86,6%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Esta solução, ainda que não muito escolhida, é referida principalmente pelo efectivo que exerce funções no bairro da Pasteleira Nova (20,4%).

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Leis diferentes	56	43	41	140
	39,4%	43,4%	39,8%	40,7%
Não	86	56	62	204
	60,6%	56,6%	60,2%	59,3%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

**7 - Qual considera ser o maior problema deste bairro? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Qual considera ser o maior problema deste bairro?	Receptação	7	1	0	8
		4,9%	1,0%	,0%	2,3%
	Tráfico de droga	40	18	68	126
		28,2%	18,2%	66,0%	36,6%
	Sentimento de impunidade	74	68	32	174
		52,1%	68,7%	31,1%	50,6%
	Posse de armas	15	7	1	23
		10,6%	7,1%	1,0%	6,7%
	Outro	6	5	2	13
		4,2%	5,1%	1,9%	3,8%
Total		142	99	103	344
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	67,436 <sup>a</sup>	8	,000
Likelihood Ratio	69,806	8	,000
Linear-by-Linear Association	14,859	1	,000
N of Valid Cases	344		

a. 5 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,30.

Os elementos policiais que prestam serviço nos bairros de Santa Filomena (52,1%) e da Bela Vista (68,7%) apontam o sentimento de impunidade como o principal problema dos respectivos locais. Por outro lado, os inquiridos que desempenham funções no bairro da Pasteleira Nova indicam o tráfico de droga (66%) como o principal problema do local.

**8 - Quais os factores que mais promovem a criminalidade no bairro?**

	Responses		Percent of Cases
	N	Percent	
Ineficácia do sistema judicial	262	26,3%	76,2%
Elevado nível de desemprego	76	7,6%	22,1%
Dificuldades económicas das famílias	73	7,3%	21,2%
Fraco controlo policial	87	8,7%	25,3%
Consumo excessivo de drogas	81	8,1%	23,5%
Consumo excessivo de álcool	20	2,0%	5,8%
Má inserção das minorias étnicas	71	7,1%	20,6%
Muitos jovens fora do sistema de ensino	98	9,8%	28,5%
Falta de controlo familiar	147	14,8%	42,7%
Tipo de construção/arquitectura	75	7,5%	21,8%
Outro	6	,6%	1,7%
Total	996	100,0%	289,5%

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Ineficácia do sistema judicial Sim	94 66,2%	90 90,9%	78 75,7%	262 76,2%
Não	48 33,8%	9 9,1%	25 24,3%	82 23,8%
Total	142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

Este factor é bastante referido pelos elementos que prestam serviço nos três locais em estudo, principalmente no bairro da Bela Vista (90,9%).

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Elevado nível de desemprego	27	15	34	76
	19,0%	15,2%	33,0%	22,1%
Não	115	84	69	268
	81,0%	84,8%	67,0%	77,9%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Esta preocupação é sentida pelos inquiridos principalmente no bairro da Pasteleira Nova (33%).

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Dificuldades económicas das famílias	30	22	21	73
	21,1%	22,2%	20,4%	21,2%
Não	112	77	82	271
	78,9%	77,8%	79,6%	78,8%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Fraco controlo policial	Sim	52	15	20	87
		36,6%	15,2%	19,4%	25,3%
Não		90	84	83	257
		63,4%	84,8%	80,6%	74,7%
Total		142	99	103	344
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O fraco controlo policial é considerado como uma causa que promove a criminalidade principalmente pelos elementos policiais que prestam serviço no bairro de Santa Filomena (36,6%).

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Consumo excessivo de drogas	Sim	36	14	31	81
		25,4%	14,1%	30,1%	23,5%
Não		106	85	72	263
		74,6%	85,9%	69,9%	76,5%
Total		142	99	103	344
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Este factor é apontado principalmente pelo efectivo que presta serviço no bairro da Pasteleira Nova (30,1%) e no bairro de Santa Filomena (25,4%).

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Consumo excessivo de álcool	16	3	1	20
	11,3%	3,0%	1,0%	5,8%
Não	126	96	102	324
	88,7%	97,0%	99,0%	94,2%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

De realçar o facto de o consumo excessivo de álcool ser apontado como um factor que promove a criminalidade por parte de 11,3% dos elementos policiais que prestam serviço no bairro de Santa Filomena.

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Má inserção das minorias étnicas	36	26	9	71
	25,4%	26,3%	8,7%	20,6%
Não	106	73	94	273
	74,6%	73,7%	91,3%	79,4%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Este factor é apontado principalmente pelos inquiridos que prestam serviço nos bairros de Santa Filomena (25,4%) e Bela Vista (26,3%).

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Muitos jovens fora do sistema de ensino	39	23	36	98
	27,5%	23,2%	35,0%	28,5%
Não	103	76	67	246
	72,5%	76,8%	65,0%	71,5%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Falta de controlo familiar	59	45	43	147
	41,5%	45,5%	41,7%	42,7%
Não	83	54	60	197
	58,5%	54,5%	58,3%	57,3%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Tipo de construção/arquitectura	Sim	24 16,9%	26 26,3%	25 24,3%
	Não	118 83,1%	73 73,7%	78 75,7%
Total	142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

**9 - O que considera mais importante na actuação da PSP? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
O que considera mais importante na actuação da PSP?	Diminuição do sentimento de insegurança	38 26,8%	35 35,4%	31 30,1%	104 30,2%
	Diminuição da criminalidade	73 51,4%	42 42,4%	53 51,5%	168 48,8%
	Satisfação com o trabalho policial	31 21,8%	22 22,2%	19 18,4%	72 20,9%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,034 <sup>a</sup>	4	,552
Likelihood Ratio	3,056	4	,549
Linear-by-Linear Association	,613	1	,434
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 20,72.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

**10 - O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade deve ser aplicado no bairro? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade deve ser aplicado no bairro? Sim	104 73,2%	50 50,5%	67 65,0%	221 64,2%
Não	38 26,8%	49 49,5%	36 35,0%	123 35,8%
Total	142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	13,166 <sup>a</sup>	2	,001
Likelihood Ratio	13,066	2	,001
Linear-by-Linear Association	2,574	1	,109
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 35,40.

A percentagem de inquiridos, que prestam serviço no bairro da Bela Vista, que afirmam que o PIPP deve ser aplicado no local, não indicia que a opinião sobre a aplicação do programa seja unânime (50,5%). Pelo contrário, a opinião dos elementos policiais que exercem funções em Santa Filomena (73,2%) e Pasteleira Nova (65%) é bem mais esclarecedora, pois a tendência é de forte aceitação da aplicação do PIPP nos locais em estudo, principalmente em Santa Filomena.

**11 - Caso existam agentes de proximidade, estes devem integrar as operações levadas a cabo no bairro? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Caso existam agentes de proximidade, estes devem integrar as operações levadas a cabo no bairro? Sim	54 38,0%	41 41,4%	44 42,7%	139 40,4%
Não	88 62,0%	58 58,6%	59 57,3%	205 59,6%
Total	142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,604 <sup>a</sup>	2	,739
Likelihood Ratio	,605	2	,739
Linear-by-Linear Association	,571	1	,450
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 40,00.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

**12 - Após ocorrerem desordens no bairro, qual deve ser o período de tempo em que os agentes de proximidade não devem policiar o local? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Após ocorrerem desordens no Bairro, qual deve ser o período de tempo em que os agentes de proximidade não devem policiar o local?	1 semana	21	15	12	48
	% do total	14,8%	15,2%	11,7%	14,0%
		6,1%	4,4%	3,5%	14,0%
	2 semanas	6	4	6	16
	% do total	4,2%	4,0%	5,8%	4,7%
		1,7%	1,2%	1,7%	4,7%
	1 mês	4	7	4	15
	% do total	2,8%	7,1%	3,9%	4,4%
		1,2%	2,0%	1,2%	4,4%
	Devem voltar a entrar no bairro no dia seguinte à desordem	88	61	68	217
	% do total	62,0%	61,6%	66,0%	63,1%
	Não devem voltar ao local	5	6	7	18
	% do total	3,5%	6,1%	6,8%	5,2%
	Outra resposta	18	6	6	30
	% do total	12,7%	6,1%	5,8%	8,7%
		5,2%	1,7%	1,7%	8,7%
Total		142	99	103	344
% do total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		41,3%	28,8%	29,9%	100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9,451 <sup>a</sup>	10	,490
Likelihood Ratio	9,268	10	,507
Linear-by-Linear Association	,142	1	,706
N of Valid Cases	344		

a. 4 cells (22,2%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,32.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

**13 - Após ocorrerem desordens no bairro, qual deve ser a actuação da Polícia? \* Qual o Bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Após ocorrerem desordens no bairro, qual deve ser a actuação da Polícia?	Apenas resposta a ocorrências	17 12,0%	6 6,1%	5 4,9%	28 8,1%
	Policimento permanente	43 30,3%	24 24,2%	25 24,3%	92 26,7%
	Patrulhamento normal	15 10,6%	18 18,2%	31 30,1%	64 18,6%
	Patrulhamento normal com reforço efectivo	56 39,4%	48 48,5%	38 36,9%	142 41,3%
	Outra resposta	11 7,7%	3 3,0%	4 3,9%	18 5,2%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	22,675 <sup>a</sup>	8	,004
Likelihood Ratio	22,308	8	,004
Linear-by-Linear Association	,616	1	,432
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,18.

Para os elementos policiais que prestam serviço no bairro da Pasteleira Nova, a actuação da Polícia após a ocorrência de desordens deve ser patrulhamento normal com reforço do efectivo (36,9%)e o patrulhamento normal (30,1%). Para os inquiridos que exercem funções em Santa Filomena e Bela Vista, as duas prioridades mais referidas foram o patrulhamento normal com reforço do efectivo (39,4% e 48,5% respectivamente) e o policiamento permanente (30,3% e 24,2% respectivamente).

**14 - Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão?	Sim	43 30,3%	21 21,2%	28 27,2%	92 26,7%
	Não	99 69,7%	78 78,8%	75 72,8%	252 73,3%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,464 <sup>a</sup>	2	,292
Likelihood Ratio	2,517	2	,284
Linear-by-Linear Association	,442	1	,506
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 26,48.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

**15 - Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão? (esquadra genérica, trânsito, investigação criminal ou EIFP) \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão? (esquadra genérica, trânsito, investigação criminal ou EIFP)	Todos os dias	23 16,2%	15 15,2%	9 8,7%	47 13,7%
	Semanalmente	29 20,4%	18 18,2%	15 14,6%	62 18,0%
	Raramente	81 57,0%	56 56,6%	62 60,2%	199 57,8%
	Nunca	9 6,3%	10 10,1%	17 16,5%	36 10,5%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9,852 <sup>a</sup>	6	,131
Likelihood Ratio	9,950	6	,127
Linear-by-Linear Association	7,736	1	,005
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,36.

Através da análise da tabela podemos colocar a hipótese de a deficiente articulação entre valências ser um problema que se faz sentir sobretudo no bairro da Pasteleira Nova, pois 76,7% dos inquiridos apenas troca informações com elementos de outras valências raramente ou nunca o faz.



**16 - Se tiver uma informação que no futuro lhe permita efectuar uma detenção, o que irá fazer? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Se tiver uma informação que no futuro lhe permita efectuar uma detenção, o que irá fazer?	Comunica aos elementos policiais que julga estarem mais preparados para lidar com o assunto	73 51,4%	54 54,5%	51 49,5%	178 51,7%
	Tenta efectuar a respectiva detenção	69 48,6%	45 45,5%	51 49,5%	165 48,0%
	Ignora-a	0 0,0%	0 0,0%	1 1,0%	1 0,3%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,785 <sup>a</sup>	4	,594
Likelihood Ratio	2,858	4	,582
Linear-by-Linear Association	,140	1	,709
N of Valid Cases	344		

a. 3 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,29.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

**17 - Já foi vítima de algum crime no bairro? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Já foi vítima de algum crime no bairro?	Sim	52 36,6%	22 22,2%	10 9,7%	84 24,4%
	Não	90 63,4%	77 77,8%	93 90,3%	260 75,6%
Total		142 100,0%	99 100,0%	103 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	23,789 <sup>a</sup>	2	,000
Likelihood Ratio	25,349	2	,000
Linear-by-Linear Association	23,686	1	,000
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 24,17.

Mais de um terço dos inquiridos que prestam serviço no bairro de Santa Filomena já foram vítimas de algum crime, o que faz com que seja uma percentagem substancialmente superior à verificada nos bairros da Bela Vista e da Pasteleira Nova.

**Ofensas à Integridade Física \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Ofensas à Integridade Física	Sim	36	11	4	51
		25,4%	11,1%	3,9%	14,8%
	% do Total	10,5%	3,2%	1,2%	14,8%
	Não	106	88	99	293
		74,6%	88,9%	96,1%	85,2%
	% do Total	30,8%	25,6%	28,8%	85,2%
Total		142	99	103	344
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		41,3%	28,8%	29,9%	100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	23,308 <sup>a</sup>	2	,000
Likelihood Ratio	25,043	2	,000
Linear-by-Linear Association	22,561	1	,000
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 14,68.

Mais de um quarto dos elementos policiais inquiridos que prestam serviço no bairro de Santa Filomena (36,6%) já foram alvo de ofensas à integridade física no local, o que faz com que coloquemos a hipótese de uma parte dos residentes neste bairro apresentar uma aversão às autoridades superior aos outros locais em estudo.

**18 -Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia no bairro? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia no bairro?	Deve ser mais utilizada	118	72	59	249
		83,1%	72,7%	57,3%	72,4%
	Deve ser menos utilizada	3	5	2	10
		2,1%	5,1%	1,9%	2,9%
	É utilizada na proporção certa	21	22	42	85
		14,8%	22,2%	40,8%	24,7%
Total		142	99	103	344
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	24,368 <sup>a</sup>	4	,000
Likelihood Ratio	23,494	4	,000
Linear-by-Linear Association	21,016	1	,000
N of Valid Cases	344		

a. 3 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,88.

As respostas a esta questão por parte dos elementos policiais que prestam serviço no bairro da Pasteleira Nova não são coincidentes com as dos inquiridos nos bairros de Santa Filomena e Bela Vista. Pouco mais de metade dos elementos policiais afirma que a UEP deveria ser mais utilizada no bairro (57,3%). Ainda assim, 40,8% afirmam que essa Unidade especial é utilizada na proporção certa.

Pelo contrário, uma elevada percentagem dos inquiridos nos bairros de Santa Filomena (83,1%) e Bela Vista (72,7%) afirmam que a UEP deve ser mais utilizada nos respectivos locais.

**19 - Conhece a Directiva Estratégica 16/2006, que define o modelo integrado de prevenção e intervenção policial em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou hostilidade para com as forças de segurança? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

	Qual o bairro em que presta serviço?			Total
	Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Conhece a Directiva Estratégica 16/2006? Sim	46	32	37	115
	32,4%	32,3%	35,9%	33,4%
Não	96	67	66	229
	67,6%	67,7%	64,1%	66,6%
Total	142	99	103	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,410 <sup>a</sup>	2	,814
Likelihood Ratio	,408	2	,816
Linear-by-Linear Association	,304	1	,582
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 33,10.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nos diferentes locais em estudo.

**20 - O que pensa sobre a Directiva Estratégica 16/2006, que define o modelo integrado de prevenção e intervenção policial em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou hostilidade para com as forças de segurança? \* Qual o bairro em que presta serviço?**

		Qual o bairro em que presta serviço?			Total
		Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
O que pensa sobre a Directiva 16/2006?	Está bem elaborada mas não é aplicada no terreno	25 54,3%	19 59,4%	26 70,3%	70 60,9%
	Está mal elaborada e não é aplicada no terreno	11 23,9%	7 21,9%	7 18,9%	25 21,7%
	Está bem elaborada e é aplicada no terreno	8 17,4%	3 9,4%	4 10,8%	15 13,0%
	Está mal elaborada mas é aplicada no terreno	2 4,3%	3 9,4%	0 0,0%	5 4,3%
Total		46 100,0%	32 100,0%	37 100,0%	115 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	5,713 <sup>a</sup>	6	,456
Likelihood Ratio	6,825	6	,337
Linear-by-Linear Association	2,485	1	,115
N of Valid Cases	115		

a. 5 cells (41,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,39.

Na análise a esta tabela, há a destacar o facto de 70,3% dos inquiridos no bairro da Pasteleira Nova, que conhecem a Directiva Estratégica 16/2006, considerarem que a mesma está bem elaborada mas não é aplicada no terreno, percentagem essa bastante superior à verificada nos bairros de Santa Filomena (54,3%) e Bela Vista (59,4%).

**3 - Análise do cruzamento de variáveis das frequências simples com a Esquadra em que os inquiridos desempenham funções**

**1 - Sente-se respeitado pela população do bairro quando exerce a sua função? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Sente-se respeitado pela população do bairro quando exerce a sua função?	Sim	49 35,0%	28 32,6%	21 17,8%	98 28,5%
	Não	91 65,0%	58 67,4%	97 82,2%	246 71,5%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	10,234 <sup>a</sup>	2	,006
Likelihood Ratio	10,749	2	,005
Linear-by-Linear Association	9,009	1	,003
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 24,50.

Apesar de a percentagem de inquiridos que se sente respeitado pela população não chegar a metade em nenhum dos tipos de Esquadras em estudo, realce para a percentagem de elementos das Esquadras de Intervenção e Fiscalização Policial (EIFP's) que se sentem respeitados (17,8%) ser bastante inferior à das esquadras de Investigação Criminal (EIC's) (32,6%) e das Esquadras Genéricas (35%).

**2 - Onde lhe parece que existe mais crime? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Onde lhe parece que existe mais crime?	No interior do bairro	45 32,1%	18 20,9%	46 39,0%	109 31,7%
	Em redor do bairro	95 67,9%	68 79,1%	72 61,0%	235 68,3%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	7,512 <sup>a</sup>	2	,023
Likelihood Ratio	7,771	2	,021
Linear-by-Linear Association	1,141	1	,286
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 27,25.

O somatório dos elementos inquiridos de todos os tipos de Esquadras considera que existe mais crime em redor dos locais em estudo do que no seu interior. Destaque para as EIC's, em que apenas cerca de um quinto dos inquiridos (20,9%) considera que existe mais criminalidade no interior dos bairros em análise do que nas suas imediações.

**3 - Onde lhe parece que deve existir mais policiamento? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

	Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
	Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Onde lhe parece que deve existir mais policiamento? No interior do bairro	56 40,0%	24 27,9%	60 50,8%	140 40,7%
Em redor do bairro	84 60,0%	62 72,1%	58 49,2%	204 59,3%
Total	140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	10,895 <sup>a</sup>	2	,004
Likelihood Ratio	11,080	2	,004
Linear-by-Linear Association	2,702	1	,100
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 35,00.

Mais de metade dos inquiridos pertencentes às EIFP's considera que deve existir mais policiamento no interior dos bairros em estudo do que em seu redor (50,8%). Em sentido inverso, os elementos das EIC's e das Esquadras Genéricas consideram que deve existir mais policiamento nas imediações dos locais que estamos a analisar. Destaque para os elementos das EIC, em que 72,1% considera que o enfoque do policiamento deve ser as imediações de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova.

**4 - Sente-se seguro quando entra no bairro? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

	Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
	Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Sente-se seguro quando entra no bairro? Sim	65 46,4%	37 43,0%	48 40,7%	150 43,6%
Não	75 53,6%	49 57,0%	70 59,3%	194 56,4%
Total	140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,877 <sup>a</sup>	2	,645
Likelihood Ratio	,877	2	,645
Linear-by-Linear Association	,867	1	,352
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 37,50.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

**5 - Qual considera que deve ser a prioridade de actuação da PSP neste bairro? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Qual considera que deve ser a prioridade de actuação da PSP neste bairro?	Prevenção	59 42,1%	26 30,2%	39 33,1%	124 36,0%
	Reacção a incidentes	15 10,7%	17 19,8%	9 7,6%	41 11,9%
	Operações planeadas	66 47,1%	43 50,0%	70 59,3%	179 52,0%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	10,899 <sup>a</sup>	4	,028
Likelihood Ratio	10,381	4	,034
Linear-by-Linear Association	3,440	1	,064
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,25.

O somatório dos elementos inquiridos de todos os tipos de Esquadras considera que a prioridade de actuação nos locais em estudo devem ser as Operações Planeadas. Ainda assim, convém realçar a importância dada pelos elementos das Esquadras Genéricas à prevenção (42,1%).

**6 - Indique as soluções mais urgentes para diminuir a delinquência no bairro**

	Respostas		% total
	N	%	
Recuperar os espaços degradados	46	4,7%	13,4%
Presença permanente da Polícia	218	22,1%	63,4%
Polícias especializados em relacionamento multi-étnico	66	6,7%	19,2%
Prevenção ao consumo de drogas	97	9,8%	28,2%
Dotar a Polícia de maior autoridade	245	24,8%	71,2%
Dotar a Polícia de maior autoridade	74	7,5%	21,5%
Melhor ocupação dos tempos livres	33	3,3%	9,6%
Maior controlo escolar	46	4,7%	13,4%
Leis diferentes	140	14,2%	40,7%
Outra	22	2,2%	6,4%
Total	987	100,0%	286,9%

	Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
	Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Recuperar os espaços degradados	Sim 19 13,6%	15 17,4%	12 10,2%	46 13,4%
	Não 121 86,4%	71 82,6%	106 89,8%	298 86,6%
Total	140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

	Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
	Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Presença permanente da Polícia	Sim 86 61,4%	53 61,6%	79 66,9%	218 63,4%
	Não 54 38,6%	33 38,4%	39 33,1%	126 36,6%
Total	140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%



Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Polícias especializados em relacionamento multi-étnico	Sim	30 21,4%	15 17,4%	21 17,8%	66 19,2%
	Não	110 78,6%	71 82,6%	97 82,2%	278 80,8%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Prevenção ao consumo de drogas	Sim	46 32,9%	18 20,9%	33 28,0%	97 28,2%
	Não	94 67,1%	68 79,1%	85 72,0%	247 71,8%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

A prevenção ao consumo de drogas é destacada sobretudo pelos elementos que exercem funções nas Esquadras Genéricas que policiam os locais em estudo.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Dotar a Polícia de maior autoridade	Sim	97 69,3%	55 64,0%	93 78,8%	245 71,2%
	Não	43 30,7%	31 36,0%	25 21,2%	99 28,8%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Esta medida é destacada pelos elementos inquiridos de todas as Esquadras. Realce para os elementos das EIFP's, em que 78,8% dos inquiridos consideram que a PSP deveria ter mais autoridade.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Melhorar a integração social	Sim	29 20,7%	27 31,4%	18 15,3%	74 21,5%
	Não	111 79,3%	59 68,6%	100 84,7%	270 78,5%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Perto de um terço dos inquiridos pertencentes às EIC's (31,4%) defendem a melhoria da integração social dos residentes em Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Melhor ocupação dos tempos livres	Sim	15 10,7%	11 12,8%	7 5,9%	33 9,6%
	Não	125 89,3%	75 87,2%	111 94,1%	311 90,4%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Maior controlo escolar	Sim	20 14,3%	11 12,8%	15 12,7%	46 13,4%
	Não	120 85,7%	75 87,2%	103 87,3%	298 86,6%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Leis diferentes	Sim	45 32,1%	39 45,3%	56 47,5%	140 40,7%
	Não	95 67,9%	47 54,7%	62 52,5%	204 59,3%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Esta medida é defendida sobretudo pelos inquiridos pertencentes às EIC's (45,3%) e às EIFP's (47,5%).

**7 - Qual considera ser o maior problema deste bairro? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Qual considera ser o maior problema deste bairro?	Receptação	5 3,6%	0 ,0%	3 2,5%	8 2,3%
	Tráfico de droga	51 36,4%	30 34,9%	45 38,1%	126 36,6%
	Sentimento de impunidade	66 47,1%	49 57,0%	59 50,0%	174 50,6%
	Posse de armas	11 7,9%	5 5,8%	7 5,9%	23 6,7%
	Outro	7 5,0%	2 2,3%	4 3,4%	13 3,8%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	5,701 <sup>a</sup>	8	,681
Likelihood Ratio	7,568	8	,477
Linear-by-Linear Association	,227	1	,633
N of Valid Cases	344		

a. 5 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,00.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

**8 - Quais os factores que mais promovem a criminalidade no bairro?**

	Responses		Percent of Cases
	N	Percent	
Ineficácia do sistema judicial	262	26,3%	76,2%
Elevado nível de desemprego	76	7,6%	22,1%
Dificuldades económicas das famílias	73	7,3%	21,2%
Fraco controlo policial	87	8,7%	25,3%
Consumo excessivo de drogas	81	8,1%	23,5%
Consumo excessivo de álcool	20	2,0%	5,8%
Má inserção das minorias étnicas	71	7,1%	20,6%
Muitos jovens fora do sistema de ensino	98	9,8%	28,5%
Falta de controlo familiar	147	14,8%	42,7%
Tipo de construção/arquitectura	75	7,5%	21,8%
Outro	6	,6%	1,7%
Total	996	100,0%	289,5%

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Ineficácia do sistema judicial	Sim	95 67,9%	64 74,4%	103 87,3%	262 76,2%
	Não	45 32,1%	22 25,6%	15 12,7%	82 23,8%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Apesar de ser uma medida apontada pelos inquiridos das diversas Esquadras, destaque para o facto de a ineficácia do sistema judicial preocupar sobretudo os elementos pertencentes às EIFP's (87,3%).

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Elevado nível de desemprego	Sim	37 26,4%	15 17,4%	24 20,3%	76 22,1%
	Não	103 73,6%	71 82,6%	94 79,7%	268 77,9%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Dificuldades económicas das famílias	Sim	38 27,1%	19 22,1%	16 13,6%	73 21,2%
	Não	102 72,9%	67 77,9%	102 86,4%	271 78,8%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Está não é uma medida apontada por grande parte dos inquiridos. Destacamos, ainda assim, o facto de 27,1% dos inquiridos pertencentes às Esquadras Genéricas distinguirem este problema, enquanto apenas cerca de metade dos inquiridos (13,6%) pertencentes às EIFP's destacarem esta questão.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Fraco controlo policial	Sim	35 25,0%	24 27,9%	28 23,7%	87 25,3%
	Não	105 75,0%	62 72,1%	90 76,3%	257 74,7%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Consumo excessivo de drogas	Sim	45 32,1%	12 14,0%	24 20,3%	81 23,5%
	Não	95 67,9%	74 86,0%	94 79,7%	263 76,5%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

O consumo excessivo de drogas é apontado como um problema por perto de um quarto dos inquiridos (23,5%). Os elementos das EIC's são aqueles que menos destacam esta problemática (14,0%).

	Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
	Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Consumo excessivo de álcool	Sim 12 8,6%	2 2,3%	6 5,1%	20 5,8%
	Não 128 91,4%	84 97,7%	112 94,9%	324 94,2%
Total	140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

	Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
	Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Má inserção das minorias étnicas	Sim 25 17,9%	20 23,3%	26 22,0%	71 20,6%
	Não 115 82,1%	66 76,7%	92 78,0%	273 79,4%
Total	140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

	Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
	Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Muitos jovens fora do sistema de ensino	Sim 36 25,7%	27 31,4%	35 29,7%	98 28,5%
	Não 104 74,3%	59 68,6%	83 70,3%	246 71,5%
Total	140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Falta de controlo familiar	Sim	54 38,6%	47 54,7%	46 39,0%	147 42,7%
	Não	86 61,4%	39 45,3%	72 61,0%	197 57,3%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Este problema é apontado por 42,7% dos inquiridos. Destaque para os elementos pertencentes às EIC's, em que mais de metade, (54,7%), a consideram uma questão em destaque.

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Tipo de construção/arquitectura	Sim	29 20,7%	19 22,1%	27 22,9%	75 21,8%
	Não	111 79,3%	67 77,9%	91 77,1%	269 78,2%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

**9 - O que considera mais importante na actuação da PSP? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
O que considera mais importante na actuação da PSP?	Diminuição do sentimento de insegurança	48 34,3%	24 27,9%	32 27,1%	104 30,2%
	Diminuição da criminalidade	61 43,6%	42 48,8%	65 55,1%	168 48,8%
	Satisfação com o trabalho policial	31 22,1%	20 23,3%	21 17,8%	72 20,9%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,905 <sup>a</sup>	4	,419
Likelihood Ratio	3,904	4	,419
Linear-by-Linear Association	,121	1	,728
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 18,00.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

**10 - O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) deve ser aplicado no bairro? \***  
**Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
O PIPP deve ser aplicado no bairro?	Sim	89 63,6%	63 73,3%	69 58,5%	221 64,2%
	Não	51 36,4%	23 26,7%	49 41,5%	123 35,8%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4,778 <sup>a</sup>	2	,092
Likelihood Ratio	4,883	2	,087
Linear-by-Linear Association	,582	1	,445
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 30,75.

Os elementos de todos os tipos de Esquadras em estudo destacam a importância da aplicação do PIPP nos locais em estudo. Realçamos as EIC's em que a percentagem de elementos que defende a aplicação do PIPP (73,3%) é superior à média (64,2%).



**11 - Caso existam agentes de proximidade, estes devem integrar as operações levadas a cabo no bairro? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Caso existam agentes de proximidade, estes devem integrar as operações levadas a cabo no bairro?	Sim	53 37,9%	39 45,3%	47 39,8%	139 40,4%
	Não	87 62,1%	47 54,7%	71 60,2%	205 59,6%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,267 <sup>a</sup>	2	,531
Likelihood Ratio	1,259	2	,533
Linear-by-Linear Association	,135	1	,714
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 34,75.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo

**12 - Após ocorrerem desordens no bairro, qual deve ser o período de tempo em que os agentes de proximidade não devem policiar o local? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Após ocorrerem desordens no bairro, qual deve ser o período de tempo em que os agentes de proximidade não devem policiar o local?	1 semana	16	8	24	48
		11,4%	9,3%	20,3%	14,0%
	% do Total	4,7%	2,3%	7,0%	14,0%
	2 semanas	5	3	8	16
		3,6%	3,5%	6,8%	4,7%
	% do Total	1,5%	,9%	2,3%	4,7%
	1 mês	7	3	5	15
		5,0%	3,5%	4,2%	4,4%
	% do Total	2,0%	,9%	1,5%	4,4%
	devem voltar a entrar no bairro no dia seguinte à desordem	94	56	67	217
		67,1%	65,1%	56,8%	63,1%
	% do Total	27,3%	16,3%	19,5%	63,1%
	não devem voltar ao local	5	7	6	18
		3,6%	8,1%	5,1%	5,2%
	% do Total	1,5%	2,0%	1,7%	5,2%
	outra resposta	13	9	8	30
		9,3%	10,5%	6,8%	8,7%
	% do Total	3,8%	2,6%	2,3%	8,7%
Total		140	86	118	344
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
% do Total		40,7%	25,0%	34,3%	100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	11,615 <sup>a</sup>	10	,312
Likelihood Ratio	11,254	10	,338
Linear-by-Linear Association	4,273	1	,039
N of Valid Cases	344		

a. 3 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,75.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

**13 - Após ocorrerem desordens no Bairro, qual deve ser a actuação da Polícia? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Após ocorrerem desordens no bairro, qual deve ser a actuação da Polícia?	Apenas resposta a ocorrências	14 10,0%	5 5,8%	9 7,6%	28 8,1%
	Policimento permanente	29 20,7%	27 31,4%	36 30,5%	92 26,7%
	Patrulhamento normal	29 20,7%	10 11,6%	25 21,2%	64 18,6%
	Patrulhamento normal com reforço do efectivo	65 46,4%	38 44,2%	39 33,1%	142 41,3%
	Outra resposta	3 2,1%	6 7,0%	9 7,6%	18 5,2%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	14,795 <sup>a</sup>	8	,063
Likelihood Ratio	15,870	8	,044
Linear-by-Linear Association	,265	1	,606
N of Valid Cases	344		

a. 1 cells (6,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,50.

O patrulhamento normal com reforço de efectivo é destacado sobretudo pelos inquiridos pertencentes às Esquadras Genéricas (46,4%) e das EIC's (44,2%). Por outro lado, o policiamento permanente é distinguido como principal medida de retorno às relações de normalidade nos locais em estudo pelas EIC's (31,4%) e pelas EIFP's (30,5%).

**14 - Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão?	Sim	43 30,7%	30 34,9%	19 16,1%	92 26,7%
	Não	97 69,3%	56 65,1%	99 83,9%	252 73,3%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	10,856 <sup>a</sup>	2	,004
Likelihood Ratio	11,422	2	,003
Linear-by-Linear Association	6,510	1	,011
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 23,00.

Em nenhum dos tipos de Esquadras em estudo a maioria dos inquiridos considera que existe uma boa articulação entre valências, na Divisão em que desempenha funções. Destaque pela negativa para as EIFFP's, em que apenas 16,1% dos inquiridos considera que a articulação existente é boa.

**15 - Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão? (esquadra genérica, trânsito, investigação criminal ou EIFFP) \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão?	Todos os dias	18 12,9%	13 15,1%	16 13,6%	47 13,7%
	Semanalmente	21 15,0%	21 24,4%	20 16,9%	62 18,0%
	Raramente	80 57,1%	49 57,0%	70 59,3%	199 57,8%
	Nunca	21 15,0%	3 3,5%	12 10,2%	36 10,5%
	Total	140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9,766 <sup>a</sup>	6	,135
Likelihood Ratio	10,690	6	,098
Linear-by-Linear Association	,746	1	,388
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9,00.

Através da análise da tabela podemos constatar que a troca de informações entre valências não é satisfatória. Ainda assim, podemos destacar pela positiva os inquiridos pertencentes às EIC's, em que 39,5% dos seus elementos afirma que procede à troca de informações referida todos os dias ou semanalmente, enquanto das Esquadras Genéricas apenas 27,9% e das EIFP's somente 30,5% dos inquiridos procede da mesma forma.

**16 - Se tiver uma informação que no futuro lhe permita efectuar uma detenção, o que irá fazer? \***  
**Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Se tiver uma informação que no futuro lhe permita efectuar uma detenção, o que irá fazer?	Comunica aos elementos policiais que julga estarem mais preparados para lidar com o assunto	53 37,9%	61 70,9%	64 54,2%	178 51,7%
	Tenta efectuar a respectiva detenção	86 61,4%	25 29,1%	54 45,8%	165 48,0%
	Ignora-a	1 ,7%	0 ,0%	0 ,0%	1 ,3%
	Total	140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	24,746 <sup>a</sup>	4	,000
Likelihood Ratio	25,612	4	,000
Linear-by-Linear Association	8,267	1	,004
N of Valid Cases	344		

a. 3 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,25.

Apenas 37,9% dos inquiridos pertencentes às Esquadras Genéricas afirma que em caso de ter uma informação que lhes permita efectuar uma detenção, a comunica à valência que considera mais preparada para lidar com a questão. Em sentido oposto, 70,9% dos inquiridos pertencentes às EIC's afirma que procedem à referida comunicação à respectiva valência supostamente mais preparada para resolver o assunto.

**17 - Já foi vítima de algum crime no bairro? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Já foi vítima de algum crime no bairro?	Sim	29 20,7%	14 16,3%	41 34,7%	84 24,4%
	Não	111 79,3%	72 83,7%	77 65,3%	260 75,6%
Total		140 100,0%	86 100,0%	118 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	10,947 <sup>a</sup>	2	,004
Likelihood Ratio	10,752	2	,005
Linear-by-Linear Association	6,354	1	,012
N of Valid Cases	344		

**17.1 - Tipo de crime**

	Frequência	%
Ofensas à Integridade Física	51	60,7%
Ameaças	20	23,8%
Injúrias	40	47,6%
Resistência e Coacção	10	11,9%
Outro	2	2,4%

**Ofensas à Integridade Física \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Ofensas à Integridade Física	Sim	18	8	25	51
		12,9%	9,3%	21,2%	14,8%
	Não	5,2%	2,3%	7,3%	14,8%
		122	78	93	293
Total	%	87,1%	90,7%	78,8%	85,2%
		35,5%	22,7%	27,0%	85,2%
	Total	140	86	118	344
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	%	40,7%	25,0%	34,3%	100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	6,288 <sup>a</sup>	2	,043
Likelihood Ratio	6,204	2	,045
Linear-by-Linear Association	3,240	1	,072
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 12,75.

Quase metade dos elementos que afirmam ter sofrido algum tipo de crime nos locais em estudo pertence às EIFP's (41 em 84). No mesmo sentido, cerca de metade dos elementos policiais que admitem ter sofrido ofensas à integridade física pertencem ao efectivo das EIFP's (25 em 51).

**18 - Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia no bairro? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia no bairro?	Deve ser mais utilizada	107	51	91	249
		76,4%	59,3%	77,1%	72,4%
	Deve ser menos utilizada	5	3	2	10
		3,6%	3,5%	1,7%	2,9%
	É utilizada na proporção certa	28	32	25	85
		20,0%	37,2%	21,2%	24,7%
Total		140	86	118	344
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	10,911 <sup>a</sup>	4	,028
Likelihood Ratio	10,499	4	,033
Linear-by-Linear Association	,033	1	,856
N of Valid Cases	344		

a. 3 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,50.

Esta medida é destacada pelos elementos pertencentes aos diversos tipos de Esquadras em estudo. Os elementos pertencentes às EIC's são aqueles que menos consideram relevante a maior utilização da UEP nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova (59,3%), contra os 76,4% das Esquadras Genéricas e os 77,1% das EIFP's.

**19 - Conhece a Directiva Estratégica 16/2006, que define o modelo integrado de prevenção e intervenção policial em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou hostilidade para com as forças de segurança? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

	Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
	Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
Conhece a Directiva Estratégica 16/2006?	49	31	35	115
	35,0%	36,0%	29,7%	33,4%
Não	91	55	83	229
	65,0%	64,0%	70,3%	66,6%
Total	140	86	118	344
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,173 <sup>a</sup>	2	,556
Likelihood Ratio	1,184	2	,553
Linear-by-Linear Association	,771	1	,380
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 28,75.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.



**20 - O que pensa sobre a Directiva Estratégica 16/2006, que define o modelo integrado de prevenção e intervenção policial em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou hostilidade para com as forças de segurança? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

		Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Total
		Esquadra Genérica	Esquadra de Investigação Criminal	Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	
O que pensa sobre a Directiva Estratégica 16/2006?	Está bem elaborada mas não é aplicada no terreno	32 65,3%	21 67,7%	17 48,6%	70 60,9%
	Está mal elaborada e não é aplicada no terreno	8 16,3%	7 22,6%	10 28,6%	25 21,7%
	Está bem elaborada e é aplicada no terreno	8 16,3%	2 6,5%	5 14,3%	15 13,0%
	Está mal elaborada mas é aplicada no terreno	1 2,0%	1 3,2%	3 8,6%	5 4,3%
Total		49 100,0%	31 100,0%	35 100,0%	115 100,0%

#### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	6,295 <sup>a</sup>	6	,391
Likelihood Ratio	6,387	6	,381
Linear-by-Linear Association	1,755	1	,185
N of Valid Cases	115		

a. 5 cells (41,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,35.

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nas diferentes Esquadras em estudo.

#### 4 - Análise do cruzamento de variáveis com relação entre si

##### Por categoria profissional

**Qual considera que deve ser a prioridade de actuação da PSP neste bairro? \* Qual a sua categoria profissional?**

		Qual a sua categoria profissional?		Total
		Chefe	Agente	
Qual considera que deve ser a prioridade de actuação da PSP neste bairro?	Prevenção	21 56,8%	103 33,6%	124
	Reacção a incidentes	0 ,0%	41 13,4%	41
	Operações planeadas	16 43,2%	163 53,1%	179
Total		37	307	344

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	10,490 <sup>a</sup>	2	,005
Likelihood Ratio	14,265	2	,001
Linear-by-Linear Association	4,207	1	,040
N of Valid Cases	344		

a. 1 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,41.

A maioria dos Chefes inquiridos considera que a prioridade de actuação da PSP nos locais em estudo deve ser a prevenção (56,8%). Já a maioria dos Agentes respondeu que a prioridade de actuação devem ser Operações Planeadas (53,1%).

**O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) deve ser aplicado no bairro? \* Qual a sua categoria profissional?**

		Qual a sua categoria profissional?		Total
		Chefe	Agente	
O PIPP deve ser aplicado no Bairro?	Sim	31 83,8%	190 61,9%	221 64,2%
	Não	6 16,2%	117 38,1%	123 35,8%
Total		37	307	344

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	6,891 <sup>a</sup>	1	,009		
Continuity Correction <sup>b</sup>	5,971	1	,015		
Likelihood Ratio	7,710	1	,005		
Fisher's Exact Test				,010	,005
Linear-by-Linear Association	6,871	1	,009		
N of Valid Cases	344				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 13,23.

b. Computed only for a 2x2 table

Os elementos inquiridos de ambas as categorias profissionais destacam a importância de aplicação do PIPP nos bairros em análise. Ainda assim, realçamos a percentagem substancialmente superior de Chefes que pensa dessa forma (83,8%), comparativamente com a percentagem de Agentes (61,9%).

**Conhece a Directiva Estratégica 16/2006, que define o modelo integrado de prevenção e intervenção policial em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou hostilidade para com as forças de segurança? \* Qual a sua categoria profissional?**

		Qual a sua categoria profissional?		Total
		Chefe	Agente	
Conhece a Directiva Estratégica 16/2006?	Sim	18 48,6%	97 31,6%	115 33,4%
	Não	19 51,4%	210 68,4%	229 66,6%
Total		37 100,0%	307 100,0%	344 100,0%

#### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	4,315 <sup>a</sup>	1	,038	,043	,031
Continuity Correction <sup>b</sup>	3,582	1	,058		
Likelihood Ratio	4,111	1	,043		
Fisher's Exact Test					
Linear-by-Linear Association	4,302	1	,038		
N of Valid Cases	344				

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 12,37.

b. Computed only for a 2x2 table

Nenhuma das categorias profissionais inquiridas tem um grande conhecimento da Directiva Estratégica 16/2006. Ainda assim realçamos o facto de quase metade dos Chefes inquiridos a conhecerem (48,6%), enquanto a percentagem dos Agentes inquiridos que conhece o documento não chega a um terço (31,6%).

### Por tempo de serviço

**Qual considera ser o maior problema deste bairro? \* Quanto tempo tem de serviço?**

		Quanto tempo tem de serviço?			Total
		1 ano ou menos	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	
Qual considera ser o maior problema deste bairro?	Receptação	3 7,5%	3 5,8%	2 ,8%	8 2,3%
	Tráfico de droga	17 42,5%	10 19,2%	99 39,3%	126 36,6%
	Sentimento de impunidade	13 32,5%	28 53,8%	133 52,8%	174 50,6%
	Posse de armas	5 12,5%	7 13,5%	11 4,4%	23 6,7%
	Outro	2 5,0%	4 7,7%	7 2,8%	13 3,8%
	Total	40 100,0%	52 100,0%	252 100,0%	344 100,0%

#### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	28,451 <sup>a</sup>	8	,000
Likelihood Ratio	26,695	8	,001
Linear-by-Linear Association	,457	1	,499
N of Valid Cases	344		

a. 6 cells (40,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,93.

Os inquiridos com 1 ano ou menos de serviço apontam o tráfico de droga como o principal problema dos locais em estudo (42,5%). Já os elementos policiais que têm mais de 1 ano de serviço e menos de 5 (53,8%) e com mais de 5 anos de serviço (52,8%) afirmam que o sentimento de impunidade dos residentes nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova é o principal problema com que se deparam.

#### O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade deve ser aplicado no bairro? \* Quanto tempo tem de serviço?

		Quanto tempo tem de serviço?			Total
		1 ano ou menos	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	
O PIPP deve ser aplicado no bairro?	Sim	33 82,5%	24 46,2%	164 65,1%	221 64,2%
	Não	7 17,5%	28 53,8%	88 34,9%	123 35,8%
Total		40 100,0%	52 100,0%	252 100,0%	344 100,0%

#### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	13,288 <sup>a</sup>	2	,001
Likelihood Ratio	13,634	2	,001
Linear-by-Linear Association	,727	1	,394
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 14,30.

A esmagadora maioria dos elementos inquiridos com 1 ano ou menos de serviço consideram que o PIPP deve ser aplicado nos locais em estudo (82,5%). Em sentido inverso, apenas 46,2% dos elementos com mais de 1 ano e menos de 5 anos de serviço considera que o Programa deve ser aplicado nos bairros seleccionados. Já a maioria dos elementos com mais de 5 anos de serviço considera que o PIPP deve ser implementado nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova. Ainda assim, a

percentagem de elementos que pensa dessa forma (65,1%) é inferior à dos elementos com 1 ano ou menos de serviço.

**Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão? \* Quanto tempo tem de serviço?**

		Quanto tempo tem de serviço?			Total
		1 ano ou menos	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	
Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão?	Sim	19 47,5%	6 11,5%	67 26,6%	92 26,7%
	Não	21 52,5%	46 88,5%	185 73,4%	252 73,3%
Total		40 100,0%	52 100,0%	252 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	14,936 <sup>a</sup>	2	,001
Likelihood Ratio	15,103	2	,001
Linear-by-Linear Association	2,386	1	,122
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,70.

Quase metade dos inquiridos com 1 ano ou menos de serviço considera que existe uma boa articulação entre valências na Divisão em que presta serviço (47,5%). Essa percentagem é bastante superior à dos elementos com mais de 1 ano e menos de 5 anos de serviço (11,5%) e à dos elementos com mais de 5 anos de serviço (26,6%).

**Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão? (esquadra genérica, trânsito, investigação criminal ou EIFP) \* Quanto tempo tem de serviço?**

		Quanto tempo tem de serviço?			Total
		1 ano ou menos	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	
Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão? (esquadra genérica, trânsito, investigação criminal ou EIFP)	Todos os dias	10 25,0%	6 11,5%	31 12,3%	47 13,7%
	Semanalmente	10 25,0%	4 7,7%	48 19,0%	62 18,0%
	Raramente	15 37,5%	36 69,2%	148 58,7%	199 57,8%
	Nunca	5 12,5%	6 11,5%	25 9,9%	36 10,5%
Total		40 100,0%	52 100,0%	252 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	12,931 <sup>a</sup>	6	,044
Likelihood Ratio	13,269	6	,039
Linear-by-Linear Association	1,695	1	,193
N of Valid Cases	344		

a. 1 cells (8,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,19.

Metade dos inquiridos que têm 1 ano ou menos de serviço trocam informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão em que prestam serviço todos os dias ou semanalmente. Essa percentagem desce para 19,2% nos elementos com mais de 1 ano e menos de 5 anos de serviço e para 31,3% nos elementos com mais de 5 anos de serviço.

**Se tiver uma informação que no futuro lhe permita efectuar uma detenção, o que irá fazer? \* Quanto tempo tem de serviço?**

		Quanto tempo tem de serviço?			Total
		1 ano ou menos	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	
Se tiver uma informação que no futuro lhe permita efectuar uma detenção, o que irá fazer?	Comunica aos elementos policiais que julga estarem mais preparados para lidar com o assunto	11 27,5%	25 48,1%	142 56,3%	178 51,7%
	Tenta efectuar a respectiva detenção	29 72,5%	27 51,9%	109 43,3%	165 48,0%
	Ignora-a	0 ,0%	0 ,0%	1 ,4%	1 ,3%
Total		40 100,0%	52 100,0%	252 100,0%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	12,433 <sup>a</sup>	4	,014
Likelihood Ratio	12,957	4	,011
Linear-by-Linear Association	10,580	1	,001
N of Valid Cases	344		

a. 3 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,12.

56,3% dos elementos com mais de 5 anos de serviço, se tiver uma notícia que lhe possa permitir efectuar uma detenção, comunica-a aos elementos que consideram mais aptos a resolver a questão. Essa percentagem desce para 48,1% nos inquiridos com

mais de 1 ano e menos de 5 anos de serviço e para 27,5% nos elementos com 1 ano ou menos de serviço.

**Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia no bairro? \* Quanto tempo tem de serviço?**

		Quanto tempo tem de serviço?			Total
		1 ano ou menos	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais de 5 anos	
Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia no bairro?	Deve ser mais utilizada	33 82,5%	48 92,3%	168 66,7%	249 72,4%
	Deve ser menos utilizada	2 5,0%	1 1,9%	7 2,8%	10 2,9%
	É utilizada na proporção certa	5 12,5%	3 5,8%	77 30,6%	85 24,7%
Total		40 100,0%	52 100,0%	252 100,0%	344 100,0%

#### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	18,794 <sup>a</sup>	4	,001
Likelihood Ratio	22,200	4	,000
Linear-by-Linear Association	12,044	1	,001
N of Valid Cases	344		

a. 2 cells (22,2%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,16.

Cerca de dois terços dos inquiridos com mais de 5 anos de serviço (66,7%) consideram que a UEP deve ser mais utilizada nos locais em estudo. Ainda assim, essa percentagem é bastante inferior à registada nos elementos com 1 ano ou menos de serviço (82,5%) e nos elementos com mais de 1 ano e menos de 5 anos de serviço (92,3%)

## Outras

**Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão? \* Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão? (esquadra genérica, trânsito, investigação criminal ou EIFP)**

		Com que frequência costuma trocar informações com elementos que desempenham outras funções na Divisão? (esquadra genérica, trânsito, investigação criminal ou EIFP)				Total
		Todos os dias	Semanalmente	Raramente	Nunca	
Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua Divisão?	Sim	30 32,6%	32 34,8%	30 32,6%	0 0,0%	92 100,0%
		17 6,7%	30 11,9%	169 67,1%	36 14,3%	252 100,0%
	Não	47 13,7%	62 18,0%	199 57,8%	36 10,5%	344 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	79,539 <sup>a</sup>	3	,000
Likelihood Ratio	83,364	3	,000
Linear-by-Linear Association	74,814	1	,000
N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9,63.

67,4% dos inquiridos que consideram que a articulação entre valências na Divisão em que prestam serviço é boa trocam informações com elementos que desempenham outras funções todos os dias ou semanalmente. Pelo contrário, apenas 18,6% daqueles que consideram que a referida articulação não é boa é que trocam as referidas informações todos os dias ou semanalmente.

**Já foi vítima de algum crime no bairro? \* Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia no bairro?**

		Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia no bairro?			Total
		deve ser mais utilizada	deve ser menos utilizada	é utilizada na proporção certa	
Já foi vítima de algum crime no bairro?	Sim	72	1	11	84
	% do total	85,7%	1,2%	13,1%	100,0%
	Não	177	9	74	260
	% do total	68,1%	3,5%	28,5%	100,0%
Total		249	10	85	344
		72,4%	2,9%	24,7%	100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9,922 <sup>a</sup>	2	,007
Likelihood Ratio	10,938	2	,004
Linear-by-Linear Association	9,272	1	,002
N of Valid Cases	344		

a. 1 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,44.

85,7% daqueles que admitem ter sofrido algum tipo de crime nos locais em estudo afirmam que a UEP deve ser mais utilizada nesses bairros.



**Já foi vítima de algum crime no bairro? \* Qual o bairro em que presta serviço? \* Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?**

Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?			Qual o bairro em que presta serviço?			Total
			Santa Filomena	Bela Vista	Pasteleira Nova	
Esquadra Genérica	Já foi vítima de algum crime no bairro?	Sim	19	6	4	29
		% Total	30,6%	15,4%	10,3%	20,7%
			13,6%	4,3%	2,9%	20,7%
	Não		43	33	35	111
		% Total	69,4%	84,6%	89,7%	79,3%
			30,7%	23,6%	25,0%	79,3%
Total			62	39	39	140
			100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %
	% Total		44,3%	27,9%	27,9%	100,0 %
Esquadra de Investigação Criminal	Já foi vítima de algum crime no bairro?	Sim	8	5	1	14
		% Total	25,8%	16,1%	4,2%	16,3%
			9,3%	5,8%	1,2%	16,3%
	Não		23	26	23	72
		% Total	74,2%	83,9%	95,8%	83,7%
			26,7%	30,2%	26,7%	83,7%
Total			31	31	24	86
			100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %
	% Total		36,0%	36,0%	27,9%	100,0 %
Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	Já foi vítima de algum crime no bairro?	Sim	25	11	5	41
		% Total	51,0%	37,9%	12,5%	34,7%
			21,2%	9,3%	4,2%	34,7%
	Não		24	18	35	77
		% Total	49,0%	62,1%	87,5%	65,3%
			20,3%	15,3%	29,7%	65,3%
Total			49	29	40	118
			100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %
	% Total		41,5%	24,6%	33,9%	100,0 %
Total	Já foi vítima de algum crime no bairro?	Sim	52	22	10	84
		% Total	36,6%	22,2%	9,7%	24,4%
			15,1%	6,4%	2,9%	24,4%
	Não		90	77	93	260
		% Total	63,4%	77,8%	90,3%	75,6%
			26,2%	22,4%	27,0%	75,6%
Total			142	99	103	344
			100,0%	100,0%	100,0%	100,0 %
	% Total		41,3%	28,8%	29,9%	100,0 %

#### Chi-Square Tests

Qual a Esquadra em que está colocado neste momento?		Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Esquadra Genérica	Pearson Chi-Square	6,995 <sup>a</sup>	2	,030
	Likelihood Ratio	7,148	2	,028
	Linear-by-Linear Association	6,515	1	,011
	N of Valid Cases	140		
Esquadra de Investigação Criminal	Pearson Chi-Square	4,649 <sup>b</sup>	2	,098
	Likelihood Ratio	5,305	2	,070
	Linear-by-Linear Association	4,576	1	,032
	N of Valid Cases	86		
Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial	Pearson Chi-Square	14,584 <sup>c</sup>	2	,001
	Likelihood Ratio	15,877	2	,000
	Linear-by-Linear Association	14,098	1	,000
	N of Valid Cases	118		
Total	Pearson Chi-Square	23,789 <sup>d</sup>	2	,000
	Likelihood Ratio	25,349	2	,000
	Linear-by-Linear Association	23,686	1	,000
	N of Valid Cases	344		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,08.

b. 1 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,91.

c. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 10,08.

d. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 24,17.

51,2% dos inquiridos que desempenham funções na EIFP da Divisão da Amadora (25 em 49) afirmam que já sofreram algum tipo de crime no bairro de Santa Filomena, o que faz com que os elementos que já foram lesados no âmbito criminal pertencentes a esta Esquadra representem 29,76 % (25 em 84) dos elementos policiais inquiridos que já sofreram algum tipo de crime nos bairros de Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova.

## 2 – POPULAÇÃO

### 1 - Análise das Frequências Totais

#### 1 - Já foi vítima de algum crime na sua área de residência?

	Frequência	%
Sim	23	22,5
Não	79	77,5
Total	102	100,0

Perto de um quarto dos inquiridos (22,5%) já sofreu algum tipo de crime na sua área de residência.

**1.1 - Qual o tipo de crime de que foi vítima?**

	Respostas	
	N	%
Roubo	5	21,7%
Furto a Residência	7	30,4%
Outros Furtos	6	26,1%
Agressões	3	13,0%
Não especifica qual o crime	2	8,7%
Total	23	100,0%

O furto a residências foi o crime mais sofrido pelos inquiridos (30,4%).

**2 - Como se sente na sua área de residência durante o dia?**

	Frequência	%	% Cumulativa
Completamente seguro	13	12,7	12,7
Bastante seguro	14	13,7	26,5
Seguro	42	41,2	67,6
Pouco seguro	23	22,5	90,2
Nada seguro	10	9,8	100,0
Total	102	100,0	

67,6% dos inquiridos sentem-se seguros, bastante seguros ou completamente seguros durante o dia na sua área de residência.

**3 - Como se sente na sua área de residência durante a noite?**

	Frequência	%	% Cumulativa
Completamente seguro	12	11,8	11,8
Bastante seguro	9	8,8	20,6
Seguro	28	27,5	48,0
Pouco seguro	29	28,4	76,5
Nada seguro	24	23,5	100,0
Total	102	100,0	

52% dos inquiridos sentem-se pouco ou nada seguros durante a noite na sua área de residência, o que, em conjugação com as respostas à questão anterior, faz saltar à vista a diferença da percepção de segurança nos populares, consoante a hora do dia.

**4 - Qual o seu comportamento perante a falta de segurança no bairro?**

	Frequência	%
Indiferente	13	12,7
Conforma-se	11	10,8
Não anda na rua a determinadas horas	39	38,2
Não frequenta determinadas zonas	19	18,6
Evita contactos com alguns grupos	15	14,7
Outro	5	4,9
Total	102	100,0

52,9% dos inquiridos, com vista a não serem vítimas de crime no bairro, ou não andam na rua a determinadas horas ou evitam contactos com alguns grupos.

**5 - Acredita que o crime na sua área de residência está:**

	Frequência	%
A aumentar	43	42,2
A diminuir	17	16,7
Permaneçe igual	42	41,2
Total	102	100,0

Apenas 16,7% dos inquiridos consideram que o crime está a diminuir na sua área de residência.

**6 - Onde lhe parece que existe mais crime?**

	Frequência	%
No interior do bairro	29	28,4
Em redor do bairro	73	71,6
Total	102	100,0

Grande parte dos inquiridos considera que existe mais crime nas imediações do que no interior do bairro (71,6%). Recorde-se que esta opinião vai de encontro à dos elementos policiais inquiridos (68,3%).

**7 - Qual o crime que faz com que se sinta mais inseguro?**

	Frequência	%
Roubo na via pública	38	37,3
Tráfico de droga	15	14,7
Posse de armas	18	17,6
Furtos a residências	25	24,5
Outro	6	5,9
Total	102	100,0

O roubo na via pública é o crime que mais insegurança provoca nos inquiridos (37.3%).

**8 - O policiamento efectuado está a ir de encontro às suas necessidades?**

	Frequência	%
Sim	37	36,3
Não	65	63,7
Total	102	100,0

Perto de dois terços dos inquiridos (63,7%) considera que o policiamento efectuado não está a ir de encontro às suas necessidades.

**8.1 - Qual as razões para que o policiamento efectuado não vá de encontro às suas necessidades?**

	Respostas	
	Frequência	%
Falta de Policiamento	28	40,6%
Demora na resposta a ocorrências	6	8,7%
Polícia trata todos como criminosos	2	2,9%
Falta de contacto com a população	4	5,8%
Polícia tem receio dos criminosos que vivem no local	2	2,9%
Não especifica qual a razão	27	39,1%
Total	69	100,0%

O principal motivo para esse descontentamento é a falta de policiamento (40,6%).

**9 - O que pensa que a Polícia deveria fazer com maior frequência para o fazer sentir mais seguro?**

	Frequência	%
Ter mais polícias nas ruas	58	56,9%
Fazer mais operações policiais	52	51,0%
Os polícias falarem mais com as pessoas que aqui moram	37	36,3%
A Polícia ter mais parcerias e actividades com a população	20	19,6%
A Polícia não aparecer no bairro	2	2,0%
Outra	6	5,9%

Os inquiridos consideram que a Polícia deveria sobretudo ter mais polícias nas ruas (56,9%), fazer mais operações policiais (51%) e falar mais com as pessoas do bairro (36,3%) para que se sintam mais seguros.

**10 - Como classifica a qualidade de vida no bairro?**

	Frequência	%
Boa	13	12,7
Razoável	57	55,9
Má	32	31,4
Total	102	100,0

Apenas 12,7% dos inquiridos consideram que a qualidade de vida no bairro é boa.

**11 - Quais os factores que mais contribuem para a criminalidade no bairro?**

	Frequência	%
Ineficácia do sistema judicial	18	17,6%
Elevado nível de desemprego	54	52,9%
Dificuldades económicas das famílias	47	46,1%
Fraco controlo policial	26	25,5%
Consumo excessivo de drogas	31	30,4%
Consumo excessivo de álcool	9	8,8%
Má inserção das minorias étnicas	22	21,6%
Muitos jovens fora do sistema de ensino	43	42,2%
Falta de controlo familiar	26	25,5%
Tipo de construção/arquitectura	5	4,9%
Outro	3	2,9%

O elevado nível de desemprego (52,9%), as dificuldades económicas das famílias (46,1%) e o facto de existirem muitos jovens fora do sistema de ensino (42,2%), são os principais factores apontados como despoletadores da criminalidade na área de residência dos inquiridos. Recorde-se que os elementos policiais inquiridos, relativamente a este assunto, por sua vez, apontavam a ineficácia do sistema judicial (76,2%) e a falta de controlo familiar (42,7%).

**12 - Quais as soluções mais urgentes para diminuir a delinquência na sua área de residência?**

	Frequência	%
Recuperar os espaços degradados	37	36,3%
Ter uma presença permanente da Polícia	52	51,0%
Patrulha feita por elementos especializados em relacionamento multi-étnico	23	22,5%
Aplicar penas mais duras a quem comete ilícitos	36	35,3%
Prevenção do consumo de drogas	26	25,5%
Dotar a Polícia de maior autoridade	19	18,6%
Melhor integração social	37	36,3%
Melhor ocupação dos tempos livres	24	23,5%
Menor abandono e maior controlo escolar	24	23,5%
Aplicação de mais medidas restritivas da liberdade	8	7,8%
Outra	1	1,0%

A presença permanente da Polícia (51%) é a medida mais apontada pelos populares com vista a diminuir a delinquência nos locais em estudo. Recorde-se que esta também foi a medida mais referida pelos elementos policiais (63,4%).

**13 - Na sua opinião quem é o principal responsável para resolver os problemas de criminalidade da sua área de residência?**

	Frequência	%
Polícia	55	53,9
Câmara Municipal	28	27,5
Junta de Freguesia	5	4,9
Associações de Moradores	8	7,8
Outro	6	5,9
Total	102	100,0

A Polícia é vista como a principal responsável para resolver os problemas de criminalidade registados nos locais em estudo (53,9%). Destaque, ainda assim, para mais de um quarto dos inquiridos (27,5%), considerar a Câmara Municipal como a entidade com maiores responsabilidades nessa matéria.

**14 - Quando vê um polícia sente-se mais seguro?**

	Frequência	%
Sim	60	58,8
Não	13	12,7
É indiferente	29	28,4
Total	102	100,0

58,8% dos inquiridos sentem-se mais seguros quando veem um polícia. Nota ainda para o facto da presença policial ser indiferente para 28,4% dos colaboradores neste estudo.

**15 - Tem confiança na PSP para resolver os problemas da sua área de residência?**

	Frequência	%
Sim	65	63,7
Não	37	36,3
Total	102	100,0

Perto de dois terços dos inquiridos (63,7%) tem confiança na PSP para resolver os problemas de delinquência do bairro.

**16 - Se for vítima de algum crime participa-o à polícia?**

	Frequência	%
Sim	81	79,4
Não	21	20,6
Total	102	100,0

Mais de um quinto dos inquiridos (20,6%), se for vítima de um crime, não o comunica à Polícia.



**17 - Se não o comunica à Polícia, qual a principal razão?**

	Frequência	%
Resolveu o problema sozinho (a)	6	28,6
A Polícia não podia fazer nada	2	9,5
A Polícia não se iria interessar	6	28,6
Iria perder muito tempo com a queixa	5	23,8
A Polícia não teria capacidade para resolver o problema	1	4,8
Outra razão	1	4,8
Total	21	100,0

As principais razões que levam os inquiridos a não apresentar queixa são resolverem o problema sozinhos (28,6%), considerarem que a Polícia não se iria interessar (28,6%) e julgarem que iriam perder muito tempo com a queixa (23,8%).

**18 – Idade**

	Frequência	%
18 a 24 anos	8	7,8
25 a 64 anos	70	68,6
65 e mais anos	24	23,5
Total	102	100,0

A idade dos inquiridos foi definida de acordo com o recenseamento eleitoral das freguesias em que os locais em estudo se inserem. (*Vide Anexo 7*).

**19 – Género**

	Frequência	%
Masculino	48	47,1
Feminino	54	52,9
Total	102	100,0

O género dos inquiridos foi definido de acordo com o recenseamento eleitoral das freguesias em que os locais em estudo se inserem. (*Vide Anexo 7*).

**20 - Local de Residência**

	Frequência	%
Santa Filomena	35	34,3
Pasteleira Nova	32	31,4
Bela Vista	35	34,3
Total	102	100,0

## 2 - Análise do cruzamento de variáveis das frequências simples com o bairro em que os inquiridos residem

### 1 - Já foi vítima de algum crime na sua área de residência? \* Local de Residência

	Local de Residência			Total
	Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Já foi vítima de algum crime na sua área de residência? <span style="float: right;">sim</span>	8 22,9%	10 31,3%	5 14,3%	23 22,5%
<span style="float: right;">não</span>	27 77,1%	22 68,8%	30 85,7%	79 77,5%
Total	35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

#### Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,758 <sup>a</sup>	2	,252
Likelihood Ratio	2,803	2	,246
Linear-by-Linear Association	,729	1	,393
N of Valid Cases	102		

Os residentes no bairro da Bela Vista são aqueles que menos crimes sofreram na sua área de residência (14,3%).

#### 1.1 - Qual o tipo de crime de que foi vítima?

	Local de Residência			Total
	Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Roubo	2 25,0%	2 20,0%	1 20,0%	5
Furto a Residência	2 25,0%	4 40,0%	1 20,0%	7
Outros Furtos	4 50,0%	1 10,0%	1 20,0%	6
Agressões	0 ,0%	3 30,0%	0 ,0%	3
Não especifica qual o crime	0 ,0%	0 ,0%	2 40,0%	2
Total	8	10	5	23

**2 - Como se sente na sua área de residência durante o dia? \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Como se sente na sua área de residência durante o dia?	Completamente seguro	8 22,9%	1 3,1%	4 11,4%	13 12,7%
	Bastante seguro	3 8,6%	4 12,5%	7 20,0%	14 13,7%
	Seguro	8 22,9%	21 65,6%	13 37,1%	42 41,2%
	Pouco seguro	13 37,1%	3 9,4%	7 20,0%	23 22,5%
	Nada seguro	3 8,6%	3 9,4%	4 11,4%	10 9,8%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	20,556 <sup>a</sup>	8	,008
Likelihood Ratio	21,020	8	,007
Linear-by-Linear Association	,000	1	1,000
N of Valid Cases	102		

Os inquiridos residentes no bairro de Santa Filomena são aqueles denotam maior insegurança durante o dia, pois 45,7% sentem-se pouco ou nada seguros.

**3 - Como se sente na sua área de residência durante a noite? \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Como se sente na sua área de residência durante a noite?	Completamente seguro	5 14,3%	3 9,4%	4 11,4%	12 11,8%
	Bastante seguro	2 5,7%	2 6,3%	5 14,3%	9 8,8%
	Seguro	7 20,0%	9 28,1%	12 34,3%	28 27,5%
	Pouco seguro	11 31,4%	11 34,4%	7 20,0%	29 28,4%
	Nada seguro	10 28,6%	7 21,9%	7 20,0%	24 23,5%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	5,448 <sup>a</sup>	8	,709
Likelihood Ratio	5,431	8	,711
Linear-by-Linear Association	1,071	1	,301
N of Valid Cases	102		

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos inquiridos nos diferentes bairros em estudo.

**4 - Qual o seu comportamento perante a falta de segurança no bairro? \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Qual o seu comportamento perante a falta de segurança no bairro?	Indiferente	6 17,1%	4 12,5%	3 8,6%	13 12,7%
	Conforma-se	1 2,9%	3 9,4%	7 20,0%	11 10,8%
	Não anda na rua a determinadas horas	18 51,4%	7 21,9%	14 40,0%	39 38,2%
	Não frequenta determinadas zonas	7 20,0%	8 25,0%	4 11,4%	19 18,6%
	Evita contactos com alguns grupos	1 2,9%	9 28,1%	5 14,3%	15 14,7%
	Outro	2 5,7%	1 3,1%	2 5,7%	5 4,9%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	18,999 <sup>a</sup>	10	,040
Likelihood Ratio	20,515	10	,025
Linear-by-Linear Association	,201	1	,654
N of Valid Cases	102		

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos inquiridos nos diferentes bairros em estudo.

**5 - Acredita que o crime na sua área de residência está: \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Acredita que o crime na sua área de residência está:	A aumentar	16 45,7%	15 46,9%	12 34,3%	43 42,2%
	A diminuir	6 17,1%	1 3,1%	10 28,6%	17 16,7%
	Permanece igual	13 37,1%	16 50,0%	13 37,1%	42 41,2%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	8,172 <sup>a</sup>	4	,085
Likelihood Ratio	9,437	4	,051
Linear-by-Linear Association	,272	1	,602
N of Valid Cases	102		

Os inquiridos residentes no bairro da Bela Vista são aqueles que mais acreditam que o crime permanece igual ou está a diminuir (65,7%).

**6 - Onde lhe parece que existe mais crime? \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Onde lhe parece que existe mais crime?	No interior do bairro	8 22,9%	7 21,9%	14 40,0%	29 28,4%
	Em redor do bairro	27 77,1%	25 78,1%	21 60,0%	73 71,6%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,513 <sup>a</sup>	2	,173
Likelihood Ratio	3,425	2	,180
Linear-by-Linear Association	2,503	1	,114
N of Valid Cases	102		

Os inquiridos residentes no bairro da Bela Vista são aqueles que mais acreditam que existe mais crime no interior do que em redor do bairro (40%).

**7 - Qual o crime que faz com que se sinta mais inseguro? \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Qual o crime que faz com que se sinta mais inseguro?	Roubo na via pública	17 48,6%	10 31,3%	11 31,4%	38 37,3%
	Tráfico de droga	2 5,7%	9 28,1%	4 11,4%	15 14,7%
	Posse de armas	6 17,1%	6 18,8%	6 17,1%	18 17,6%
	Furtos a residências	9 25,7%	5 15,6%	11 31,4%	25 24,5%
	Outro	1 2,9%	2 6,3%	3 8,6%	6 5,9%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	10,679 <sup>a</sup>	8	,221
Likelihood Ratio	10,556	8	,228
Linear-by-Linear Association	1,971	1	,160
N of Valid Cases	102		

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos inquiridos nos diferentes bairros em estudo.

**8 - O policiamento efectuado está a ir de encontro às suas necessidades? \***

**Local de Residência Crosstabulation**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
O policiamento efectuado está a ir de encontro às suas necessidades?	Sim	12 34,3%	13 40,6%	12 34,3%	37 36,3%
	Não	23 65,7%	19 59,4%	23 65,7%	65 63,7%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	,382 <sup>a</sup>	2	,826
Likelihood Ratio	,379	2	,827
Linear-by-Linear Association	,000	1	1,000
N of Valid Cases	102		

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos inquiridos nos diferentes bairros em estudo.

#### 8.1 - Motivo para o policiamento não ir de encontro às suas necessidades

	Local de Residência			Total
	Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Falta de Policiamento	14 60,9%	8 42,1%	6 26,1%	28
Demora na resposta a ocorrências	2 8,7%	0 ,0%	4 17,4%	6
Polícia trata todos como criminosos	1 4,3%	0 ,0%	1 4,3%	2
Falta de contacto com a população	0 ,0%	1 5,3%	3 13,0%	4
Polícia tem receio dos criminosos que vivem no local	0 ,0%	1 5,3%	1 4,3%	2
Não especifica qual a razão	7 30,4%	9 47,4%	11 47,8%	27
Total	23	19	23	65

Os inquiridos residentes no bairro de Santa Filomena que afirmam que o policiamento não está a ir de encontro às suas necessidades, são aqueles que mais sentem a falta policiamento no local (60,9%).

#### 9 - O que a Polícia deveria fazer com maior frequência para se sentir mais seguro?

	Local de Residência			Total
	Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Ter mais polícias nas ruas	20 57,1%	20 62,5%	18 51,4%	58
Fazer mais operações policiais	21 60,0%	13 40,6%	18 51,4%	52
Os polícias falarem mais com as pessoas que aqui moram	9 25,7%	15 46,9%	13 37,1%	37
A Polícia ter mais parcerias e actividades com a população	8 22,9%	3 9,4%	9 25,7%	20
A Polícia não aparecer no bairro	1 2,9%	1 3,1%	0 ,0%	2
Outra	2 5,7%	2 6,3%	2 5,7%	6
Total	35	32	35	102

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos inquiridos nos diferentes bairros em estudo.

**10 - Como classifica a qualidade de vida no bairro? \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Como classifica a qualidade de vida no bairro?	Boa	6 17,1%	6 18,8%	1 2,9%	13 12,7%
	Razoável	18 51,4%	18 56,3%	21 60,0%	57 55,9%
	Má	11 31,4%	8 25,0%	13 37,1%	32 31,4%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	5,138 <sup>a</sup>	4	,273
Likelihood Ratio	6,227	4	,183
Linear-by-Linear Association	1,705	1	,192
N of Valid Cases	102		

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos inquiridos nos diferentes bairros em estudo.



**11 - Quais os factores que mais contribuem para a criminalidade no bairro?**

	Local de Residência			Total
	Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Ineficácia do sistema judicial	7 20,0%	6 18,8%	5 14,3%	18
Elevado nível de desemprego	16 45,7%	19 59,4%	19 54,3%	54
Dificuldades económicas das famílias	8 22,9%	21 65,6%	18 51,4%	47
Fraco controlo policial	8 22,9%	7 21,9%	11 31,4%	26
Consumo excessivo de drogas	6 17,1%	12 37,5%	13 37,1%	31
Consumo excessivo de álcool	1 2,9%	2 6,3%	6 17,1%	9
Má inserção das minorias étnicas	17 48,6%	4 12,5%	1 2,9%	22
Muitos jovens fora do sistema de ensino	18 51,4%	9 28,1%	16 45,7%	43
Falta de controlo familiar	10 28,6%	6 18,8%	10 28,6%	26
Tipo de construção/arquitectura	4 11,4%	0 ,0%	1 2,9%	5
Outro	1 2,9%	2 6,3%	0 ,0%	3
Total	35	32	35	102

No bairro de Santa Filomena os principais factores apontados como sendo os que mais contribuem para a criminalidade no bairro são o facto de existirem muitos jovens fora do sistema de ensino (51,4%), a má inserção das minorias étnicas (48,6%) e o elevado nível de desemprego (45,7%).

Já no bairro da Pasteleira Nova e no bairro da Bela Vista, os principais factores referidos são as dificuldades económicas das famílias (65,6%) e (51,4%) e o elevado nível de desemprego (59,4%) e (54,3%), respectivamente.

**12 - Quais as soluções mais urgentes para diminuir a delinquência na sua área de residência?**

	Local de Residência			Total
	Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Recuperar os espaços degradados	9 25,7%	6 18,8%	22 62,9%	37
Ter uma presença permanente da Polícia	20 57,1%	17 53,1%	15 42,9%	52
Patrulha feita por elementos especializados em relacionamento multi-étnico	3 8,6%	13 40,6%	7 20,0%	23
Aplicar penas mais duras a quem comete ilícitos	18 51,4%	5 15,6%	13 37,1%	36
Prevenção do consumo de drogas	2 5,7%	16 50,0%	8 22,9%	26
Dotar a Polícia de maior autoridade	12 34,3%	1 3,1%	6 17,1%	19
Melhor integração social	13 37,1%	16 50,0%	8 22,9%	37
Melhor ocupação dos tempos livres	7 20,0%	8 25,0%	9 25,7%	24
Menor abandono e maior controlo escolar	10 28,6%	4 12,5%	10 28,6%	24
Aplicação de mais medidas restritivas da liberdade	3 8,6%	1 3,1%	4 11,4%	8
Outra	0 ,0%	1 3,1%	0 ,0%	1
Total	35	32	35	102

No bairro de Santa Filomena, os cidadãos dão destaque à necessidade de ter uma presença permanente da Polícia (57,1%) e de se aplicar penas mais duras a quem comete ilícitos (51,4%).

No bairro da Pasteleira Nova realça-se a necessidade de se promover a prevenção ao consumo de drogas (50%) e se melhorar a integração social (50%).

Finalmente, no bairro da Bela Vista, elege-se a recuperação dos espaços degradados (62,9%) e a presença permanente da Polícia (42,9%) como as medidas mais urgentes a adoptar.

**13 - Na sua opinião quem é o principal responsável para resolver os problemas de criminalidade da sua área de residência? \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Na sua opinião quem é o principal responsável para resolver os problemas de criminalidade da sua área de residência?	Polícia	19 54,3%	16 50,0%	20 57,1%	55 53,9%
	Câmara Municipal	12 34,3%	6 18,8%	10 28,6%	28 27,5%
	Junta de Freguesia	0 0,0%	3 9,4%	2 5,7%	5 4,9%
	Associações de Moradores	4 11,4%	3 9,4%	1 2,9%	8 7,8%
	Outro	0 0,0%	4 12,5%	2 5,7%	6 5,9%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	10,944 <sup>a</sup>	8	,205
Likelihood Ratio	14,203	8	,077
Linear-by-Linear Association	,010	1	,920
N of Valid Cases	102		

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos inquiridos nos diferentes bairros em estudo.

**14 - Quando vê um polícia sente-se mais seguro? \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Quando vê um polícia sente-se mais seguro?	Sim	21 60,0%	21 65,6%	18 51,4%	60 58,8%
	Não	3 8,6%	4 12,5%	6 17,1%	13 12,7%
	É indiferente	11 31,4%	7 21,9%	11 31,4%	29 28,4%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2,301 <sup>a</sup>	4	,681
Likelihood Ratio	2,352	4	,671
Linear-by-Linear Association	,163	1	,686
N of Valid Cases	102		

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos inquiridos nos diferentes bairros em estudo.

**15 - Tem confiança na PSP para resolver os problemas da sua área de residência? \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Tem confiança na PSP para resolver os problemas da sua área de residência?	Sim	24 68,6%	18 56,3%	23 65,7%	65 63,7%
	Não	11 31,4%	14 43,8%	12 34,3%	37 36,3%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1,189 <sup>a</sup>	2	,552
Likelihood Ratio	1,178	2	,555
Linear-by-Linear Association	,061	1	,805
N of Valid Cases	102		

Não se registam diferenças relevantes entre a opinião dos inquiridos nos diferentes bairros em estudo.

**16 - Se for vítima de algum crime participa-o à polícia? \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Se for vítima de algum crime participa-o à polícia?	Sim	29 82,9%	22 68,8%	30 85,7%	81 79,4%
	Não	6 17,1%	10 31,3%	5 14,3%	21 20,6%
Total		35 100,0%	32 100,0%	35 100,0%	102 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3,329 <sup>a</sup>	2	,189
Likelihood Ratio	3,196	2	,202
Linear-by-Linear Association	,087	1	,769
N of Valid Cases	102		

Os inquiridos residentes no bairro da Pasteleira Nova são aqueles que mostram maior relutância em apresentar queixa dos crimes de que são vítimas (31,3%).

**17 - Se não o comunica à Polícia, qual a principal razão? \* Local de Residência**

		Local de Residência			Total
		Santa Filomena	Pasteleira Nova	Bela Vista	
Se não o comunica à Polícia, qual a principal razão?	Resolveu o problema sozinho (a)	1 16,7%	5 50,0%	0 ,0%	6 28,6%
	A Polícia não podia fazer nada	1 16,7%	0 ,0%	1 20,0%	2 9,5%
	A Polícia não se iria interessar	1 16,7%	3 30,0%	2 40,0%	6 28,6%
	Iria perder muito tempo com a queixa	3 50,0%	1 10,0%	1 20,0%	5 23,8%
	A Polícia não teria capacidade para resolver o problema	0 ,0%	0 ,0%	1 20,0%	1 4,8%
	Outra razão	0 ,0%	1 10,0%	0 ,0%	1 4,8%
Total		6 100,0%	10 100,0%	5 100,0%	21 100,0%

**Chi-Square Tests**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	12,577 <sup>a</sup>	10	,248
Likelihood Ratio	14,404	10	,155
Linear-by-Linear Association	,138	1	,710
N of Valid Cases	21		

Os inquiridos residentes no bairro da Pasteleira Nova, que não apresentam queixa caso sejam vítimas de crimes, denotam alguma tendência para quererem resolver as questões sozinhos (50% - 5 casos). Já no bairro de Santa Filomena, os inquiridos nessas circunstâncias não apresentam queixa por julgarem que iriam perder muito tempo a fazê-lo (50% - 3 casos).

## **Anexo 9 – “Questionário-Teste”, aplicado a 10 elementos que desempenham funções na 60ª Esquadra - Mina**

### **Instruções de resposta ao questionário:**

Este questionário insere-se num estudo académico subordinado ao tema “Intervenção Policial em Zonas Urbanas Sensíveis com Grau de Risco Muito Elevado” e tem por objectivo aferir a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nestas áreas.

Não **há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera. Neste sentido, deverá seleccionar, para cada questão, a resposta que mais se enquadra na sua opinião relativamente às diferentes temáticas abordadas.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O seu tratamento é efectuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu **anonimato** é estritamente respeitado.

#### **1- Sente-se respeitado pela população quando exerce a sua função?**

- 1)Sim; ou
- 2)Não.

#### **2- Onde lhe parece que existe mais crime?**

- 1)No interior do bairro; ou
- 2)Em redor do bairro.

#### **3- Onde lhe parece que deve existir mais policiamento?**

- 1)No interior do bairro; ou
- 2)Em redor do bairro.

#### **4 - Sente-se seguro quando entra no bairro?**

- 1)Sim; ou
- 2)Não.

#### **5 - Qual considera que deve ser a prioridade de actuação da PSP neste bairro?**

- 1)Prevenção;
- 2)Reacção a incidentes; ou

3) Operações planeadas.

**6 - Indique as 3 soluções mais urgentes para diminuir a delinquência no bairro:**

- 1) Recuperar os espaços degradados;
- 2) Ter uma presença permanente da polícia;
- 3) Patrulha feita por elementos especializados em relacionamento multi-étnico;
- 4) Prevenção do consumo de drogas;
- 5) Dotar a polícia de maior autoridade;
- 6) Melhor integração social;
- 7) Melhor ocupação dos tempos livres;
- 8) Maior controlo escolar;
- 9) Leis diferentes;
- 10) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**7- Qual considera ser o maior problema deste bairro?**

- 1) Receptação;
- 2) Tráfico de Drogas;
- 3) Sentimento de impunidade;
- 4) Posse de armas; ou
- 5) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**8- Quais os 3 factores que mais promovem a criminalidade no bairro?**

- 1) Ineficácia do sistema judicial;
- 2) Elevado nível de desemprego;
- 3) Dificuldades económicas das famílias;
- 4) Fraco controlo policial;
- 5) Consumo excessivo de drogas;
- 6) Consumo excessivo de álcool;
- 7) Má inserção das minorias étnicas;
- 8) Muitos jovens fora do sistema de ensino;
- 9) Falta de controlo familiar;
- 10) Tipo de construção/arquitectura;
- 11) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**9- O que considera mais importante na actuação da PSP?**

- 1) Diminuição do sentimento de insegurança;
- 2) Diminuição da criminalidade; ou
- 3) Satisfação com o trabalho policial.

**10- O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade deve ser aplicado neste bairro?**

- 1) Sim; ou
- 2) Não.

**11- Os agentes de proximidade devem integrar as operações levadas a cabo no bairro?**

- 1) Sim; ou
- 2) Não.

**12- Após ocorrerem desordens no bairro qual deve ser a actuação da Polícia?**

- 1) Apenas resposta a ocorrências;
- 2) Policiamento permanente;
- 3) Patrulhamento normal;
- 4) Patrulhamento normal com reforço de efectivo; ou
- 5) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**13- Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na sua divisão?**

- 1) Sim; ou
- 2) Não.

**14- Com que frequência costuma trocar informações com elementos com outras funções na Divisão? (Esquadra Genérica, Trânsito, Investigação Criminal ou EIFP?)**

- 1) Todos os dias;
- 2) Semanalmente;
- 3) Raramente; ou
- 4) Nunca.

**15- Se tiver uma informação que no futuro lhe permita efectuar uma detenção, o que irá fazer?**

- 1) Comunica aos elementos policiais que julga estarem mais preparados para lidar com o assunto;



- 2) Tenta efectuar a respectiva detenção; ou
- 3) Ignora-a.

**16- Já foi vítima de algum crime na zona onde presta serviço actualmente?**

- 1) Sim (Qual ou quais? \_\_\_\_\_); ou
- 2) Não.

**17- Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia no bairro?**

- 1) Deve ser mais utilizada;
- 2) Deve ser menos utilizada; ou
- 3) É utilizada na proporção certa.

**18- Conhece a Directiva Estratégica 16/2006, que define o modelo integrado de prevenção e intervenção policial em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou hostilidade para com as forças de segurança?**

- 1) Sim; ou
- 2) Não.

**(Apenas em caso de resposta afirmativa à pergunta 18 é que responde à questão seguinte).**

**19- O que pensa sobre a Directiva Estratégica 16/2006, que define o modelo integrado de prevenção e intervenção policial em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou hostilidade para com as forças de segurança?**

- 1) Está bem elaborada mas não é aplicada no terreno;
- 2) Está mal elaborada e não é aplicada no terreno;
- 3) Está bem elaborada e é aplicada no terreno; ou
- 4) Está mal elaborada, mas é aplicada no terreno.

Idade:

Categoria:

Anos de serviço:

Género:

Função: \_\_\_\_\_ (EIFP; Esquadra genérica ou Investigação Criminal)

## **Anexo 10 – Questionário – Final aplicado aos elementos policiais**

### **Instruções de resposta ao questionário:**

Este questionário insere-se num estudo académico subordinado ao tema “Intervenção Policial em Zonas Urbanas Sensíveis com Grau de Risco Muito Elevado” e tem por objectivo aferir a opinião dos elementos policiais que prestam serviço nestas áreas.

Não **há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera. Neste sentido, deverá seleccionar, para cada questão, a resposta que mais se enquadra na sua opinião relativamente às diferentes temáticas abordadas.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O seu tratamento é efectuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu **anonimato** é estritamente respeitado.

#### **1- Sente-se respeitado pela população do bairro da Bela Vista<sup>191</sup> quando exerce a sua função?**

- 1)Sim; ou
- 2)Não.

#### **2- Onde lhe parece que existe mais crime? (escolha apenas uma das hipóteses)**

- 1)No interior do bairro da Bela Vista; ou
- 2)Em redor do bairro da Bela Vista.

#### **3- Onde lhe parece que deve existir mais policiamento? (escolha apenas uma das hipóteses)**

- 1)No interior do bairro; ou
- 2)Em redor do bairro.

#### **4 - Sente-se seguro quando entra no bairro da Bela Vista?**

- 1)Sim; ou
- 2)Não.

---

<sup>191</sup> O nome do bairro mudou consoante a Divisão em que se estavam a aplicar os questionários: Divisão de Setúbal: bairro da Bela Vista; Divisão da Amadora: bairro de Santa Filomena; 2ª Divisão do Porto: bairro da Pasteleira Nova.

**5 - Qual considera que deve ser a prioridade de actuação da PSP neste bairro? (escolha apenas uma das hipóteses)**

- 1)Prevenção;
- 2)Reacção a incidentes; ou
- 3)Operações planeadas.

**6 - Indique as soluções mais urgentes para diminuir a delinquência no bairro da Bela Vista (selecione no máximo 3 respostas):**

- 1)Recuperar os espaços degradados;
- 2)Ter uma presença permanente da polícia;
- 3)Patrulha feita por elementos especializados em relacionamento multi-étnico;
- 4)Prevenção do consumo de drogas;
- 5)Dotar a polícia de maior autoridade;
- 6)Melhor integração social;
- 7)Melhor ocupação dos tempos livres;
- 8)Maior controlo escolar;
- 9)Leis diferentes;
- 10)Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**7- Qual considera ser o maior problema deste bairro? (escolha apenas uma das respostas)**

- 1)Receptação;
- 2)Tráfico de Droga;
- 3)Sentimento de impunidade;
- 4)Posse de armas; ou
- 5)Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**8- Quais os factores que mais promovem a criminalidade no bairro da Bela Vista? (selecione no máximo 3 respostas):**

- 1)Ineficácia do sistema judicial;
- 2)Elevado nível de desemprego;
- 3)Dificuldades económicas das famílias;
- 4)Fraco controlo policial;
- 5)Consumo excessivo de drogas;
- 6)Consumo excessivo de álcool;
- 7)Má inserção das minorias étnicas;

8) Muitos jovens fora do sistema de ensino;

9) Falta de controlo familiar;

10) Tipo de construção/arquitectura;

11) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**9- O que considera mais importante na actuação da PSP? (escolha apenas uma das respostas)**

1) Diminuição do sentimento de insegurança;

2) Diminuição da criminalidade; ou

3) Satisfação com o trabalho policial.

**10- O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade deve ser aplicado no bairro da Bela Vista?**

1) Sim; ou

2) Não.

**11- Caso existam agentes de proximidade, estes devem integrar as operações levadas a cabo no bairro da Bela Vista?**

1) Sim; ou

2) Não.

**12- Após ocorrerem desordens no bairro da Bela Vista, qual deve ser o período de tempo em que os Agentes de Proximidade não devem policiar o local? (escolha apenas uma das respostas)**

1) 1 semana

2) 2 semanas

3) 1 mês

4) Devem voltar a entrar no bairro no dia seguinte à desordem

5) Não devem voltar ao local

6) Outra resposta: \_\_\_\_\_

**13- Após ocorrerem desordens no bairro da Bela Vista, qual deve ser a actuação da Polícia? (escolha apenas uma das respostas)**

1) Apenas resposta a ocorrências;

2) Policiamento permanente;

3) Patrulhamento normal;

4) Patrulhamento normal com reforço de efectivo; ou

5) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**14- Considera que existe uma boa articulação entre a prevenção, informações, ordem pública e investigação criminal na Divisão de Setúbal?**

1) Sim; ou

2) Não.

**15- Com que frequência costuma trocar informações com elementos com outras funções na Divisão? (Esquadra genérica, trânsito, investigação criminal ou EIFP) (escolha apenas uma das respostas)**

1) Todos os dias;

2) Semanalmente;

3) Raramente; ou

4) Nunca.

**16- Se tiver uma informação que no futuro lhe permita efectuar uma detenção, o que irá fazer? (escolha apenas uma das respostas)**

1) Comunica aos elementos policiais que julga estarem mais preparados para lidar com o assunto;

2) Tenta efectuar a respectiva detenção; ou

3) Ignora-a.

**17- Já foi vítima de algum crime no bairro da Bela Vista?**

1) Sim (Qual ou quais? \_\_\_\_\_); ou

2) Não.

**18- Qual a sua opinião sobre a utilização da Unidade Especial de Polícia neste bairro? (escolha apenas uma das respostas)**

1) Deve ser mais utilizada;

2) Deve ser menos utilizada; ou

3) É utilizada na proporção certa.

**19- Conhece a Directiva Estratégica 16/2006, que define o modelo integrado de prevenção e intervenção policial em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou hostilidade para com as forças de segurança?**

- 1) Sim; ou
- 2) Não.

**(Apenas em caso de resposta afirmativa à pergunta 19 é que responde à questão nº20).**

**20- O que pensa sobre a Directiva Estratégica 16/2006, que define o modelo integrado de prevenção e intervenção policial em áreas problemáticas e em locais de maior incidência criminal ou hostilidade para com as forças de segurança? (escolha apenas uma das respostas)**

- 1) Está bem elaborada mas não é aplicada no terreno;
- 2) Está mal elaborada e não é aplicada no terreno;
- 3) Está bem elaborada e é aplicada no terreno; ou
- 4) Está mal elaborada, mas é aplicada no terreno.

**21 – Qual a sua categoria profissional?**

- 1) Chefe; ou
- 2) Agente.

**22 – Qual a esquadra em que está colocado neste momento?**

- 1) Esquadra Genérica;
- 2) Esquadra de Investigação Criminal; ou
- 3) Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial

**23 – Quanto tempo tem de serviço?**

- 1) 1 ano ou menos;
- 2) Mais de 1 ano e menos de 5 anos; ou
- 3) 5 anos ou mais.

**24 – Qual o seu género?**

- 1) Masculino; ou
- 2) Feminino.

Grato pela atenção dispensada

FÁBIO JOSÉ MARQUES COELHO

## **Anexo 11 – Questionário - Final aplicado à população**

### **Instruções de resposta ao questionário:**

Este questionário insere-se num estudo académico e tem por objectivo aferir a opinião dos residentes em zonas urbanas sensíveis sobre a actuação da Polícia de Segurança Pública.

Não **há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera. Neste sentido, deverá seleccionar, para cada questão, a resposta que mais se enquadra na sua opinião relativamente às diferentes temáticas abordadas.

Este questionário é de natureza **confidencial**. O seu tratamento é efectuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu **anonimato** é estritamente respeitado.

#### **1-Já foi vítima de algum crime na área da sua residência?**

- 1)Sim (Indique qual o mais frequente:\_\_\_\_\_)
- 2)Não.

#### **2-Como se sente na sua área de residência durante o dia?**

- 1)Completamente seguro;
- 2)Bastante seguro;
- 3)Seguro;
- 4)Pouco seguro; ou
- 5)Nada seguro.

#### **3-Como se sente na sua área de residência durante a noite? (selecione apenas uma das respostas)**

- 1)Completamente seguro;
- 2)Bastante seguro;
- 3)Seguro;
- 4)Pouco seguro; ou
- 5)Nada seguro.

**4- Qual o seu comportamento perante a falta de segurança do bairro? (escolha apenas uma das respostas)**

- 1) Indiferente;
- 2) Conforma-se;
- 3) Não anda na rua a determinadas horas;
- 4) Não frequenta determinadas zonas;
- 5) Evita contactos com alguns grupos; ou
- 6) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**5- Acredita que o crime na sua área de residência está:**

- 1) A aumentar;
- 2) A diminuir; ou
- 3) Permanece igual.

**6- Onde lhe parece que existe mais crime?**

- 1) No interior do bairro; ou
- 2) Em redor do bairro.

**7- Qual o crime que faz com se sinta mais inseguro? (selecione apenas uma das respostas)**

- 1) Roubo na via pública;
- 2) Tráfico de droga;
- 3) Posse de armas;
- 4) Furtos a residências; ou
- 5) Outro. (Qual? \_\_\_\_\_)

**8- O policiamento efectuado no bairro está a ir de encontro às suas necessidades?**

- 1) Sim; ou
  - 2) Não.
- Porquê? \_\_\_\_\_
- 

**9- O que pensa que a Polícia deveria fazer com maior frequência para o fazer sentir mais seguro? (selecione até 2 respostas)**

- 1) Ter mais polícias nas ruas;
- 2) Fazer mais operações policiais;



- 3) Os polícias falarem com as pessoas que aqui moram;
- 4) A polícia ter mais parcerias e actividades com a população;
- 5) A polícia, simplesmente, não aparecer no bairro; ou
- 6) Outra (Qual? \_\_\_\_\_)

**10- Como classifica a qualidade de vida no bairro?**

- 1) Boa;
- 2) Razoável; ou
- 3) Má

**11- Quais os factores que mais contribuem para a criminalidade no bairro? (selecione até 3 respostas):**

- 1) Ineficácia do sistema judicial
- 2) Elevado nível de desemprego
- 3) Dificuldades económicas das famílias
- 4) Fraco controlo policial
- 5) Consumo excessivo de drogas
- 6) Consumo excessivo de álcool
- 7) Má inserção das minorias étnicas
- 8) Muitos jovens fora do sistema de ensino
- 9) Falta de controlo familiar
- 10) Tipo de construção/arquitectura
- 11) Outro. (Qual? \_\_\_\_\_)

**12- Indique as soluções mais urgentes para diminuir a delinquência na sua área de residência (selecione até 3 respostas):**

- 1) Recuperar os espaços degradados;
- 2) Ter uma presença permanente da polícia;
- 3) Patrulha feita por elementos especializados em relacionamento multi-étnico;
- 4) Aplicar penas mais duras a quem comete ilícitos;
- 5) Prevenção do consumo de drogas;
- 6) Dotar a polícia de maior autoridade;
- 7) Melhor integração social;
- 8) Melhor ocupação dos tempos livres;
- 9) Menor abandono e maior controlo escolar;

10)Aplicação de mais medidas restritivas da liberdade; ou

11)Outra. (Qual? \_\_\_\_\_)

**13- Na sua opinião quem é o principal responsável para resolver os problemas de criminalidade da sua área de residência? (selecione apenas uma resposta)**

1)Polícia;

2)Câmara Municipal;

3) Junta de Freguesia;

4) Associações de Moradores; ou

5)Outro. (Qual? \_\_\_\_\_)

**14-Quando vê um polícia sente-se mais seguro?**

1)Sim;

2)Não; ou

3)É indiferente.

**15- Tem confiança na PSP para resolver os problemas da sua área de residência?**

1)Sim; ou

2)Não.

Porquê? \_\_\_\_\_

---

**16- Se for vítima de algum crime participa-o à Polícia?**

1)Sim; ou

2)Não.

**17- Se não o comunica à Polícia, qual a principal razão? (selecione apenas uma resposta)**

1)Resolveu o problema sozinho (a);

2)A polícia não podia fazer nada;

3)A polícia não se iria interessar;

4)Iria perder muito tempo com a queixa;

5)A polícia não teria capacidade para resolver o problema; ou

6)Outra razão. (Qual? \_\_\_\_\_)

**18 - Idade:**

**19 - Género:**

**20 - Local de Residência:**

---

## **Anexo 12 – Entrevista ao senhor Superintendente José Oliveira<sup>192</sup>**

*Data: 12 de Março de 2012*

*Hora da entrevista: 14h55*

*Duração da entrevista: 27m15s*

### **1- Quais são os problemas das zonas sensíveis que mais o preocupam?**

São vários, mas o primeiro problema é a insegurança que decorre da existência de focos criminais de alguma dimensão nesses bairros designados de zonas urbanas sensíveis e que passam, sobretudo, pelo pequeno tráfico de droga. É dali que muitas vezes emergem fenómenos criminais de natureza mais grave, especialmente jovens que estão ligados a roubos. Mas para além do crime, preocupa à Polícia também as designadas incivildades, o facto de se praticarem certos tipos de atos que não são efetivamente crime mas que prejudicam as pessoas que lá vivem, designadamente ruídos contantes, a degradação do espaço público e do erário público, os incêndios em caixotes do lixo e imobiliário urbano, *grafitis*, degradação de parte dos edifícios, o que cria por si só, conjuntamente com o crime, como referi, um sentimento de insegurança nas pessoas que lá habitam. A maioria das pessoas que habitam nestes bairros, são pessoas de bem que são afetadas pelo clima de insegurança aí existente, provocado por uma minoria de pessoas.

Outra preocupação, no meu ponto de vista, que está associada a este fenómeno de crime e das incivildades é o constante questionamento da autoridade do Estado. Digamos que a autoridade é posta constantemente em causa, porque quando a polícia se desloca ao bairro, esse pequeno grupo de indivíduos (minoría) pratica desacatos, crimes e incivildades. Normalmente manifestam uma forte oposição à presença da polícia. A polícia é considerada uma opositora, algo que tem que ser combatido. Os polícias são considerados como invasores do bairro, e por isso, muitas vezes, são alvos de agressões e ameaças. E isto é preocupante porque é a autoridade do Estado que é posta em causa.

São estes os problemas relativamente ao crime. Não me debruço sobre questões de pobreza, ou de outra natureza social, que são preocupantes, mas que não fazem parte da nossa “área de negócio”.

---

<sup>192</sup> Director Nacional Adjunto da Polícia de Segurança Pública para a área dos Recursos Humanos.

**2- Na sua opinião qual é o motivo para que essa minoria coloque tantas vezes a Polícia em causa?**

Há quem diga que se trata de uma estratégia desses grupos de delinquentes, dado que a presença da polícia coloca em causa os seus “negócios” ilícitos.

Mas há também quem defenda uma tese mais de natureza sociológica, que é a seguinte: como a Polícia é a face visível do Estado, estes indivíduos como se sentem marginalizados, encontram na polícia, como que o bode expiatório dos seus males. São grupos de jovens normalmente com insucesso escolar, com poucas expectativas, desempregados, com poucas aspirações, e dessa forma encontram na Polícia alguém que é a face visível do Estado.

Por isso há estas duas componentes. A ideia que a simples presença da polícia nos bairros é contrária aos interesses de certos grupos organizados de indivíduos, porque impede que se realizem actos criminosos, onde se insere o tráfico de droga e de armas e depois a outra ideia, em que, sendo a polícia a cara/imagem do Estado esses indivíduos marginalizados vêem na Polícia o alvo privilegiado do seu ódio/frustração contra a Estado/sociedade em que vivem. Eu sou mais pela primeira.

**3- Considera que a Polícia pode angariar informações proveitosas das denominadas *vítimas indirectas*, das desordens registadas nestes locais? De que forma?**

Isso decorre da própria ação polícia. Eu penso que a Polícia não deve ver as pessoas como instrumentos, como algo a quem pode ir “sacar” informação. Isso decorre da confiança que a Polícia conseguir gerar naqueles grupos que não estão ligados ao crime. Decorre dessa ação, não decorre porque a Polícia vá à procura de informação. A Polícia vai à procura de captar o conhecimento e a confiança das pessoas e a partir do momento que recupera a confiança das pessoas para o seu lado, para o lado do bem, dessa forma consegue captar, também, alguma informação para trabalhar no bairro. Mas não é algo que a Polícia vá fazer ou deva fazer com o objetivo primeiro de captar informação. Para a Polícia, o objetivo primeiro é captar a confiança das pessoas e dos cidadãos que são maioritários, que trabalham e que tem uma atividade normal, que não praticam o crime. A partir daí, a partir do momento em que há essa confiança, as coisas estão bem encaminhadas para que se possa extrair alguma informação que sustente a ação da Polícia. A primeira ação da Polícia nestes bairros deve ser a manutenção da ordem pública e o combate ao crime. Depois a partir dali poderão vir outros tipos de ações de natureza, digamos, mais social.

**4- Considera que existe alguma “forma padrão” de policiar estes bairros?**

Sim, o ideal seria termos uma presença permanente de polícias nos bairros. Se tivéssemos uma presença permanente não haveria crime. Teoricamente a Polícia estava presente e não haveria crime. Como a polícia não pode estar presente em todo o lado e a todo o momento, há crimes que não conseguimos prevenir. Portanto, havendo crime e incivildades o que a Polícia tem que fazer com o apoio público, no meu ponto de vista, é manter a ordem e conquistar o terreno, conquistar o espaço, captar a confiança das pessoas. A primeira prioridade é manter a ordem e combater o crime. A partir daí deve avançar para outro tipo de programas, designados de programas de proximidade. Não invalida que a Polícia mantenha os patrulhamentos, mesmo que haja suspeita de algum consumo ou tráfico de droga, não significa que a Polícia não vá patrulhar o bairro, que não vá assegurar a segurança do bairro, pois deve continuar a fazê-lo. Mas a prioridade perante a desordem e o crime, é combater-lo. Se não for possível evitá-lo, há que combater-lo. A partir daí é que se pode relançar um programa de maior proximidade.

**5- Qual é o balanço que faz da prevenção da criminalidade efetuada pela PSP nestes locais?**

Atualmente, não tenho muita informação relativamente à questão colocada. O que eu posso dizer é o que conheço de algo que já estudei ao nível das ZUS da zona de Setúbal, que são várias. A Polícia tem feito alguma prevenção através do patrulhamento e para isso utiliza o patrulhamento normal, as EIR, a Unidade Especial de Polícia por via da Subunidade Corpo de Intervenção e aí, quando está presente, previne o crime necessariamente. Mas essa prevenção deve passar também por um eficaz combate ao crime. Porque também se faz prevenção com um combate eficaz ao crime. O combate eficaz do crime reveste também uma natureza preventiva. Porque as pessoas que foram e são arguidos e as pessoas que sabem que a Polícia combateu eficazmente o crime ficam com medo e ficando com medo, a tendência é não praticarem crime. Evitam cometer crimes porque sabem que podem ser detidas. E dessa forma o eficaz combate do crime tem também uma função preventiva.

É evidente que a Polícia nunca terá capacidade para, presencialmente, fazer um patrulhamento em todos os locais. Os meios são escassos, os recursos são sempre limitados, e a Polícia deve estabelecer prioridades, e numa zona como Setúbal, da mesma forma que em Lisboa, não há a capacidade para ter em permanência equipas nas ZUS a fazer prevenção.

Por isso eu não digo que neste caso o balanço seja completamente positivo, porque não é. Continua a haver crime e há incivildades nestes bairros, mas o panorama tem melhorado. Os comandantes estão atentos a este fenómeno. Isso é importante, estando atentos, isto é, são capazes de dar respostas equilibradas e eficazes. Não é um problema que se resolva de um momento para o outro, é um problema que se resolve com perseverança e com estratégias de combate e de prevenção. Existem problemas que têm de ser resolvidos e é para isso que cá estamos. A Polícia está atenta a esses problemas, tentando encontrar uma solução para os mesmos, dentro das suas capacidades. No entanto essas soluções têm de ser partilhadas com outras entidades. Não compete só à Polícia resolver os problemas ligados ao crime e à insegurança. Muitos desses problemas estão associados ao desemprego, ao insucesso escolar e a outro tipo de fenómenos de natureza social.

#### **6- O que entende por modelo integral de policiamento?**

O modelo integral de policiamento de proximidade (PIPP), trata-se de uma estratégia que foi desenhada aqui na Direção Nacional, penso que em 2006 e que foi implementada em todo o dispositivo territorial da PSP. Mas atenção, o modelo não foi alargado a todo o efetivo.. Por exemplo, eu estive em Évora e tinha sete elementos a trabalhar neste programa (PIPP), da qual fazem parte a Escola Segura, os Idosos em Segurança e os polícias de bairro, que patrulham em permanência determinado bairro. Não é mais nem menos que o designado modelo de Policiamento de Proximidade. O polícia está afeto em permanência a determinado bairro e aí desenvolve a sua ação de policiamento, de prevenção. Tem por objetivo captar a confiança das pessoas e trabalhar com elas, a fim de conhecer os problemas que as afligem. Tem funcionado bem, resultado muito bem, embora o programa de grande sucesso seja a Escola Segura.

#### **7- Considera que existe uma boa articulação entre as diversas valências da PSP?**

Existe uma articulação razoável, que tem de ser diariamente incentivada. Isto não é uma coisa estática. Ela só existe se for incentivada diariamente. Temos oficiais responsáveis ao nível das operações e temos responsáveis das divisões, onde funcionam as esquadras, quer as territoriais, quer as especializadas. Se isso for feito diariamente funciona bem. Esse bom funcionamento exige uma certa pró-atividade, por parte de quem dirige, ao nível de Comissário/Subintendente, ao nível de comandante de divisão ou comandante de operações.

**8- Qual a sua opinião relativamente à Diretiva Estratégica 16/2006? Está bem concebida?**

Sim, está. A diretiva foi muito bem conseguida, o programa foi implementado ao nível territorial, como referi há pouco. Funciona melhor nuns sítios que noutros, como é normal. O policiamento de proximidade decorre muitas vezes da capacidade, empenho e motivação dos próprios agentes, dos próprios chefes e dos próprios oficiais para funcionar dentro deste modelo. Existe uma filosofia, existe uma teoria que esta por detrás do modelo. Mas este modelo só se aplica através das pessoas. São as pessoas que o aplicam. Por isso é que eu digo que nuns sítios funciona melhor do que noutros, porque nalguns sítios há pessoas mais qualificadas, mais bem preparadas para o fazer aplicar do que noutros sítios. Mas em geral funciona bem. Nas ZUS, nas zonas de maior hostilidade aí o esforço tem de ser maior. A Polícia tem de captar a confiança das pessoas, o que exige um grande trabalho de aproximação, passo a passo, para conseguir que a ordem seja mantida.

**9- Julga que os denominados *agentes de proximidade* devem intervir nas operações levadas a cabo nestes bairros?**

Entendo que não. Entendo que a manutenção da Ordem Pública e o combate ao crime deve ser feito por unidades especializadas. Em situações normais devem ser as unidades especializadas a manter a ordem pública e a combater o crime. Os elementos de proximidade devem apoiar, mas ficar afastados das intervenções de maior visibilidade para se resguardarem para a sua ação de proximidade. No entanto, ser polícia de proximidade não significa pactuar com os delinquentes. O elemento deve estar é salvaguardado deste tipo de ações mais repressivas.

**10- O que entende por *Unrest*? Consiste no período de restabelecimento das relações entre a comunidade e a polícia? Ou como uma situação de *Caos*?**

Eu vejo o *Unrest* mais como agitação social, uma agitação de desordem. Vejo mais nessa perspetiva.

**11- Qual considera que deve ser a função dos agentes de proximidade assim que se registam desordens, com vista a restabelecer relações de normalidade?**

Se, inopinadamente verificar uma desordem ou a prática de um crime o polícia de proximidade deve intervir como polícia. O facto de trabalhar num programa de policiamento de proximidade não significa deixar de ser polícia. Ele está obrigado aos deveres que decorrem da Lei. No entanto, na medida do possível, deve apoiar-se noutros elementos policiais de forma a manter-se numa posição mais consensual face às populações. Se os cidadãos olharem para o polícia como aquele que na véspera teve a manter a ordem pública, e que eventualmente nessa ação teve de puxar do cassetete e usar da força, essa ação é sempre mal vista por certos grupos. Então, o Agente de Proximidade, como referi, sempre que for possível deve resguardar-se.

## **12- Quer sugerir algumas boas práticas que devem ser adotadas pelo dispositivo da PSP nestes locais?**

O que eu possa sugerir está nos manuais. Por exemplo, a locação de um polícia em permanência a um mesmo local. Fica a conhecer o bairro, as pessoas, o seu nível socioeconómico. Deve dotar-se de plantas relativas aos espaços públicos de café/restaurantes, comércio, isto é, ter uma carta que tenha toda a informação sobre o que existe naquele bairro que ele patrulha.

Deve haver uma aproximação deste polícia às pessoas, ele próprio dirigir-se às pessoas, dirigir-se aos comerciantes, dirigir-se às pessoas mais influentes, contactando com os eleitos locais. O próprio polícia deve ser pró-ativo na perspetiva que não deve estar à espera de ordem da sua chefia para relatar as ocorrências que vê na via pública, desde pequenas incivildades, até à questão da iluminação, à existência de animais vadios nas ruas, a questão dos ruídos/barulhos.

O Agente de proximidade deve ter esta pró-atividade, esta antecipação aos problemas, informando superiormente, quer o chefe, quer o comandante da sua esquadra, de forma que, o comandante da sua esquadra e o próprio chefe que trabalham diretamente com ele estejam em permanência informados sobre o bairro, sobre como a sua ação está a decorrer. Ele próprio pode propor e participar em reuniões e ações de sensibilização sobre prevenção.

## **13- Quer acrescentar algo ao que foi dito?**

Nem todos os polícias podem desempenhar funções de proximidade. Haverá um grupo de polícias que terá essa função de proximidade, mas os outros terão que combater o crime, terão que manter a ordem pública, terão que responder às ocorrências. As pessoas estão à espera do “polícia amigo”, da presença policial, mas também estão à



espera do polícia que combata o crime e que restabeleça a ordem pública. É isso que as pessoas também esperam da polícia. Por isso nem toda a polícia e nem todos os polícias podem ser de proximidade. Mas o policiamento de proximidade é um policiamento prometedora. É algo de positivo e importante na ação policial.

---

## **Anexo 13 - Entrevista ao senhor Superintendente Leitão<sup>193</sup>**

*Data: 21 de Novembro de 2011*

*Hora da entrevista: 12h28m*

*Duração da entrevista: 39 minutos e 52 segundos*

### **1- Quais são os problemas das zonas urbanas sensíveis que mais o preocupam?**

São os problemas de integração social dessas mesmas comunidades desses bairros, provocados pela estigmatização das populações que lá vivem, mas também por condutas de parte dessas populações que estão obviamente à margem da lei e que depois levam a que os mesmos problemas sociais acabem por ser maximizados, acabam por ter uma outra dimensão do que aquela que tinham naturalmente. Portanto, os problemas das zonas urbanas sensíveis são mais ao nível das causas que provocam do que propriamente os problemas da criminalidade em si.

### **2- Na sua opinião qual o motivo pelo que os residentes têm uma aversão tão grande pelas autoridades?**

Eu não sei se será verdade. Não são as comunidades, no geral, que têm essa aversão à polícia, mas são faixas dessa mesma comunidade que têm aversão à polícia. Quem são essas faixas? São faixas entre os 13 e os 20 e tal anos, 20 e poucos anos, que são aqueles que têm os maiores contactos a nível de criminalidade connosco, porque a maior parte da população que vive nestes bairros não tem essa aversão à polícia, muito pelo contrário. O que é verdade, ao longo destes 3 anos que tenho estado neste comando, é que se tem verificado que uma boa parte dos tumultos que existiram na nossa área, nos últimos 5 tumultos, nós tivemos da parte da comunidade em geral ajuda na resolução nesses mesmos problemas, ora dando informações, ora ajudando com os órgãos de comunicação social. Aliás, se vir algumas das entrevistas dos órgãos de comunicação social desses tumultos, normalmente a população que não tem problemas com a polícia tem-se posto do lado da actuação policial. Aqueles que não estão ao nosso lado são aqueles que normalmente tentam que estes bairros sejam um refúgio da criminalidade e que, obviamente, não têm nenhum interesse que a polícia seja

---

<sup>193</sup> Comandante Distrital da PSP de Setúbal.

actuante neste tipo de bairros. Portanto, essa afirmação parte de um pressuposto que não é verdade como um todo. Há faixas que estão adversas à polícia, mas a generalidade da população, que são pessoas que trabalham, que querem criar os seus filhos, que querem que os seus filhos tenham uma vida absolutamente normal e que trabalham muito para que isso aconteça, normalmente em empregos precários é certo, são pessoas com um baixo grau de escolaridade, são pessoas com problemas de integração social, pessoa cujo os filhos apresentam uma alta taxa de insucesso escolar, mas essas populações querem que os seus filhos sejam iguais a uma população de classe média, querem o melhor para os seus filhos. Muitos dessas pessoas que não gostam de nós são precisamente a camada da população mais nova que passa grande parte do dia sozinha e que acaba por encetar carreiras criminais precoces, desde muito cedo, com 12, 13, 14 anos já com algumas condutas criminais. Mas isso paciência, nós somos OPC's, temos a responsabilidade de zelar pela ordem e pela segurança pública dessas comunidades.

**3- Falou que a generalidade da população são pessoas de bem e acabam por ser vítimas indirectas dessa minoria. A polícia tem conseguido angariar informações dessa faixa da população?**

Há diferenças nessas comunidades, porque por exemplo no caso da Belavista, aliás já vou começar a responder a uma parte daquilo que é a BelaVista... Nós temos 3 ou 4 grandes comunidades. Temos a comunidade de ascendência africana, porque uma parte dessas comunidades já não são de origem africana, é preciso lembrar que são portugueses, que nasceram em Portugal e que já são da 3 ou 4 geração de imigrantes digamos, mas são portugueses. Temos depois a comunidade cigana. E depois temos a comunidade portuguesa que se calhar depois se subdivide em vários tipos de subunidades. Mas vamos falar de 3 grandes comunidades que são aquelas mais representativas. As diferenças culturais motivam, por vezes, alguma aversão a falar e a comunicar com a polícia. Por exemplo, no caso da comunidade cigana, é de longe a comunidade mais difícil de entrar e de estabelecer essa comunicação, por razões culturais. E aí não estamos só a falar dos jovens que se dedicam à criminalidade. Estamos a falar de toda a comunidade que é muito fechada sobre si própria. Portanto, normalmente, é muito complicado encetar essa mesma comunicação. Ao nível da comunidade negra temos alguns resultados de sucesso, embora não sejam aqueles que nós gostássemos, mas temos tido alguns resultados com sucesso no estabelecimento da comunicação com essas mesmas comunidades. Com a comunidade mais portuguesa depende muito do tipo de agregado que estamos a falar. Há agregados que têm já umas

longas histórias criminais, em que se calhar o avô já foi preso, o pai ou a mãe estão na cadeia, e o filho já foi detido pela PSP não sei quantas vezes. Portanto este tipo de famílias, normalmente, vêm na PSP ou nos OPC's, nas forças policiais, alguém em que não se pode confiar, porque é alguém que ajudam a sua culpabilização em termos criminais. Mas de uma forma geral é uma comunidade mais aberta até porque partilhamos o mesmo tipo de sistemas culturais e portanto não há enquanto comunidade uma aversão à polícia. Portanto, temos diferenças nesse tipo de contactos e nesse tipo de comunicação com esse tipo de comunidades.

#### **4- Qual o balanço que faz da prevenção da criminalidade que é efectuada da parte da PSP nestes locais?**

Não sei avaliar. Francamente, podia estar aqui a dizer que tínhamos resultados excelentes, que somos os maiores, mas não é o caso. Não consigo avaliar, de facto, qual é que é a taxa de penetração, mas que não é muito boa disso não tenho dúvidas nenhuma. Mas não é muito boa muitas vezes por culpa da PSP, porque há factores externos que condicionam muito este tipo de comunicação. Vou-lhe dar um exemplo: muito do que acontece com as famílias ciganas e com algumas famílias portuguesas, e até com as negras, ou seja, com estas comunidades destes bairros, em que durante alguns anos houve alguma incapacidade de comunicar porque a PSP, através do policiamento de proximidade, era vista como uma ameaça ao rendimento mínimo garantido, ao rendimento de reinserção social, ao RSI. Porquê? Porque achava-se que a tentativa de aproximação por parte da PSP tinha uma segunda intenção que era a de sinalizar os casos em que havia fraudes na percepção desses subsídios sociais. Nunca foi nossa intenção tal coisa, mas o certo é que havia isto enraizado dentro das próprias comunidades e é difícil afastar este tipo de lógica das pessoas. Quando elas começam pela via informal, a transmitir as informações de uma para as outras, é muito difícil alguém vir de fora e tentar contrariar isto, porque isto enraíza-se e depois é muito complicado de sair. Portanto, este tipo de factores externos prejudicam muito o nosso trabalho, que não é apenas, meramente, criminal, porque tem outras influências, que às vezes nem conseguimos perceber o que vai nas cabeças das pessoas, mas que motiva que haja uma barreira na comunicação com essas mesmas comunidades. Portanto, não tem nada a ver com a área criminal nem com a nossa atitude. Não tem nada a ver com a nossa missão. Mas são dificuldades que depois aparecem. Este é um exemplo, mas depois há vários outros exemplos neste sentido. Houve outras que a PSP andava a tentar sinalizar as famílias cujos filhos não iam à escola. Porque alguns casos os filhos têm que ficar em casa porque são famílias às vezes numerosas e os filhos mais

velhos às vezes não vão à escola para ficarem a tomar conta dos mais novinhos, porque o pai ou a mãe têm que ir trabalhar e portanto ficam em casa a tomar conta dos mais novos. Isto é um problema social que não tem nada a ver com a PSP mas que depois motiva esta barreira com a própria polícia por factores que nos são estranhos, mas que acabam depois por condicionar essa mesma comunicação. Portanto há aqui diversos factores que são limitativos desta mesma comunicação.

Portanto eu não sei fazer um balanço, eu sei que se esta nossa presença, que não é uma presença de repressão, é de prevenção. Se a nossa presença não tivesse lá, não fosse um facto, a situação nestes bairros seriam mais complicada e os equívocos entre a acção da polícia e as condutas sociais comunitárias que se estabelecem nestas comunidades seriam sem dúvida piores do que aquilo que são neste momento. A polícia podia ser muito melhor, mas aquilo que existe já é um passo à frente em relação àquilo que existia antes e que era claramente uma atitude por parte da polícia que só entrevamos naquele bairro para impor autoridade. Portanto, neste momento há polícias que entram dentro destes bairros em situações que não são apenas para impor autoridade e as populações não conseguem reconhecer, ou seja, a atitude para com os nossos carros patrulha que vão em situações e emergência na Bela Vista, na Baixa da Banheira, enfim em todas as outras zonas urbanas sensíveis *vermelhas* que nós temos, são completamente díspares para com este tipo de agentes, que são reconhecidos como agentes que estão lá para ajudar, em relação aos agentes das EIR's ou dos CP's que quando entram nestas zonas normalmente não são bem recebidos, são recebidos de uma forma hostil por parte dessas mesmas comunidades. Portanto estas diferenças de termos alguém que entre nas comunidades e tente estabelecer uma relação fora de uma situação de stress operacional é já uma porta aberta para que consigamos chegar a um outro patamar ao nível da comunicação e que com estas contas consigamos passar mensagens para dentro da comunidade, que de outra forma não conseguiríamos passar. Eu não consigo é avaliar o grau, ou seja, não há instrumentos nesta altura para avaliar o grau de penetração desta comunicação nestas comunidades. Isso não consigo dizer.

**5- Por aquilo que constatei durante a manhã, no bairro da Bela Vista, não existe nenhum agente adstrito exclusivamente ao bairro da Bela Vista...**

Não, exclusivamente para o bairro não, mas existe policiamento de proximidade na esquadra da bela vista, o que não serve só ao bairro, mas uma parte significativa é passada no bairro. Aliás, quando diz assim: não há neste momento. Não há neste momento, porque neste momento estamos em Outubro e ainda não recebemos os 100 efectivos que devíamos ter recebido que nos vai permitir outra vez respirar e portanto,

obviamente houve aqui uma fase de alguns meses em que o comando teve completamente esvaziado de recursos e portanto muitos destes elementos da proximidade tiveram que ir alimentar os carros patrulha para as respostas de emergência. Portanto, não se fazem milagres nessa matéria. De qualquer forma, é perfeitamente circunstancial, editado pelas necessidades efectivas. Agora, que a política é essa é.

**6- Portanto, considera fundamental que o PIPP seja aplicado nas zonas urbanas sensíveis?**

Não tenho dúvidas nenhuma. E fez parte deste mandato dos últimos 3 anos, que todos os bairros que são zonas *vermelhas* sensíveis, tivessem policiamento de proximidade, tirando o bairro da Jamaica (Vale de Chixaros), onde não há condições para haver policiamento de proximidade, nem qualquer outro tipo de policiamento, porque é demasiado mau em termos urbanísticos e sociais para se poder estabelecer ali um policiamento de proximidade. Não estão criadas sequer as condições mínimas para que haja policiamento de proximidade naquele bairro.

**7- Onde considera que podemos melhorar ao nível de prevenção? Tanto a polícia como outras entidades que colaboram connosco. Que mais se pode fazer?**

Maior integração do trabalho de todas as valências que existem no bairro. Neste momento no bairro penso que são identificadas, salvo erro cerca de 20 e poucas instituições que trabalham em proximidade nos diversos âmbitos dentro do bairro, mas não trabalham em conjunto. Não há nenhum trabalho em conjunto. O que significa que podem estar todos a trabalhar a mesma pessoa sem uns saberem o que o outro está a fazer ao lado. Portanto não há só uma resposta para este tipo de problemas. Ou seja, alguém que diz ao filho mais velho que tem 12 ou 13 anos: tens de ficar em casa hoje porque o pai vai trabalhar para a oficina ou para a construção civil durante uma semana e não vai por os pés em casa e eu tenho que ir limpar escadas num sítio qualquer e vou sair às 6 da manhã e volto às 9 da noite. Não há forma de tratar isto e a PSP depois acaba por saber que o filho durante aquele período foi à mercearia e roubou uma coisa qualquer ou roubou alguém perto da escola e até deixou os irmãos sozinhos.

Não se resolve o problema desta família através da encarceração do jovem de 13 anos ou de o submeter a uma medida qualquer no âmbito da lei tutelar de menores. Há que haver aqui um trabalho em conjunto em que alguém vai ter que arranjar, por exemplo o centro de emprego, que já está lá a trabalhar com diversas famílias. Teríamos que, todos em conjunto, trabalhar este agregado familiar. Ou seja, como é que nós todos

vamos conseguir arranjar uma resposta para que este jovem consiga ir à escola e não entre dentro das carreiras criminais; que alguém desta família tem uma forma de sustento que lhe permita compatibilizar a educação dos filhos. Isto é um trabalho em conjunto, em que mete autoridades de educação, autoridades encarregues do trabalho, eventualmente a câmara municipal com algum tipo de apoio a nível da habitação, a Polícia porque vai ter de acompanhar este jovem de uma forma que não seja meramente repressiva. Portanto, há aqui um trabalho em conjunto que neste momento pode estar a ser feito mas com o fundamento fragmentado. Esta é uma faceta que é óbvia e que não foi possível estabelecer o contrato local de segurança, mas o contrato local de segurança da Bela Vista tinha este efeito. Tínhamos de sentarmo-nos à volta de uma mesa e a trabalhar em concreto, não através de discursos, mas trabalhar em concreto cada caso que fosse sendo identificado para tentar uma regeneração ao nível familiar, ao nível a comunidade, ao nível individual. Mas para tentar um trabalho em concreto para cada caso que fosse detectado, mas isso não foi possível. Portanto o que é que significa neste momento? Que até podemos estar todos a tratar do mesmo mas cada um para seu lado, sem ser um trabalho integrado. E estas comunidades normalmente conseguem perceber isto muito bem e conseguem tirar benefícios (alguns ilegítimos) desta fragmentação e desta falta de coordenação. Vão buscar recursos a um lado, vão buscar recursos a outro e às vezes estão a receber recursos de três sítios diferentes ao mesmo tempo porque ninguém sabe o que é que o vizinho do lado está a fazer por aquela mesma família. É com esta descoordenação que é preciso acabar porque, caso contrário, duvido que haja soluções de curto prazo para estas comunidades. Da parte da PSP, o nosso trabalho (o policiamento de proximidade) tem que haver outra vez aquilo que já existiu há uns anos atrás. A directiva 16/2006 nunca teve um resultado em concreto, penso mesmo que nunca foi avaliada os seus impactos e portanto, vamos ter que trabalhar muito melhor todos os agentes que andam nestas funções, dar-lhes muito mais formação do que eles têm neste momento e dar-lhes mais recursos do que eles têm neste momento. Caso contrário vai ser muito difícil continuarmos a alimentar um discurso de que “estamos a fazer isto, estamos a fazer aquilo”. O que estamos a marcar é apenas uma presença nestes sítios, sem nada de concreto. Por exemplo, a nível do policiamento de proximidade, acho que tem que se abandonar claramente uma linha que é uma linha assistencialista. Aliás a directiva de 2006 fala disso (que o policiamento de proximidade não pode ser assistencialista a estas comunidades, tem de ser um trabalho muito mais policial, muito mais protecional do que é neste momento.) e isso nunca foi conseguido com essa directiva de 2006 porque depois nunca foi avaliado, pura e simplesmente. Portanto, estes agentes andam um pouco, continuam um pouco ao “Deus dará” em missões muito generalistas, sem objectivos em concreto, sem formação na maior parte

dos casos, porque entretanto já muitos saíram (dos que tinham formação, muitos saíram dos policiamentos de proximidade) e outros voltaram. Portanto, a formação aqui é absolutamente fulcral para os agentes. Mas não é só para os agentes. Eu cheguei à conclusão que boa parte dos subcomissários também têm visões distorcidas sobre o que é o policiamento de proximidade. Portanto, neste momento estamos outra vez a voltar aquilo que tentamos acabar há uns anos e estamos outra vez a voltar a esta falta de consistência daquilo que é o policiamento de proximidade e o que é se quer do policiamento de proximidade que não apenas aqueles discursos vazios: “Servem para aproximar a Polícia do cidadão”. Isso é muito curto para andarmos a desprezar recursos neste tipo de situações.

**8- Quais as áreas que considera que devem ser mais ministradas, tanto a agentes como a chefes, a subcomissários...?**

Fundamentalmente: “o que é que se quer com o policiamento de proximidade?”. Ou seja, é muito mais fácil, cada um de nós, desempenhar uma missão que saiba exactamente quais são os objectivos (e tem que haver objectivos concretos, mesuráveis) do que, pura e simplesmente, dar-lhe as missões muito gerais: “Olha, vais falar com este e vais falar com aquele...” Não, tem que haver, de facto, coisas muito mais concretas, objectivos em concreto ao nível da prevenção do furto de residências, ao nível da sinalização de jovens que, por exemplo, estão em insucesso escolar, ao nível de jovens que estão, neste momento, em risco de entrar em carreiras criminais e que os agentes de proximidade começam a ver que novos jovens começam a aparecer em grupos que estão dedicados à criminalidade. Portanto, este tipo de sinalização, através de objectivos muito pragmáticos tem que ser, claramente, a fase profissional deste sistema de policiamento de proximidade, senão, caso contrário, o que a gente perguntou é aquilo que você me pergunta neste momento: “Então e quais foram as suas tarefas do último mês?” “Fui à escola A, escola B, escola C, fui falar com a dona Elvira que a gente conhece, que de vez em quando nos diz umas coisas...” E medir isto tudo (ninguém consegue medir coisa nenhuma), portanto, vai criando os seus próprios objectivos e criando a sua forma de trabalhar, que muitas das vezes, depois não tem qualquer repercussão a nível profissional.

**9- Falando do caso da PSP, em particular. A directiva estratégica 16/2006 pretendeu que a articulação em prevenção, investigação criminal e ordem pública fosse melhorada. Considera que existe essa articulação?**



Não. Não existe porque a directiva diz que “sim”, mas não diz “como”. Ou seja, a directiva estabelece isso como um objectivo (dá até algumas ideias de como é que se deve fazer), mas depois faltam os mecanismos de formação às pessoas. E os mecanismos em concreto (pois cada comandante teria que ter criado no seu Comando) que possibilitem isso. Porque quando nós dizemos esse tipo de articulação, isso luta contra dinâmicas internas (e está descrito em toda a literatura sobre policiamento de proximidade e sobre policiamento comunitário) que tem a ver com coisas já muito antigas e muito maiores do que directivas. Tem a ver com as culturas das próprias valências da PSP. Ou seja, o policiamento de proximidade nasceu neste país e na PSP como nasceu em muitas outras organizações a nível mundial, já com um estigma em cima, “que se tratam dos polícias bonzinhos que andam a aplicar regras boazinhas para com os nossos piores clientes” que são os jovens que cometem crimes. E isto é visto, pelas outras valências da PSP, com muita desconfiança porque “eles andam a falar com aqueles que a investigação criminal, as EIR’s e os carros patrulha normalmente perseguem”. E portanto, dizer assim: “têm que comunicar, têm que trocar informações”, de facto é meritório, mas como é que se eliminam essas barreiras que existem? Por exemplo, a investigação criminal não partilha informações a ninguém. Se o senhor disser à investigação criminal “olhe, o senhor a partir de amanhã vai partilhar informações com os carros patrulha para saberem quem são os principais criminosos que neste momento estão activos”, a investigação criminal não passa esta informação. Tem que ser obrigada a fazê-lo e ao fim de quinze dias você já percebeu que aquilo que você determinou já toda a gente esqueceu porque é preciso, quase todos os dias, ir lá “hoje há destas informações?”. Porque não partilham informação, ou seja, não existe essa cultura de partilha, existe uma cultura de (no interior da PSP) cada valência funciona autonomamente da outra e em que a partilha de informação é vista sempre com muita desconfiança. Porque há sempre a possibilidade de alguém ir fazer um brilharrete que eu iria conseguir fazer se ficasse só com a informação para mim. Isto é bastante visível entre as diversas valências. Passar toda esta informação que as EIFP, as EIR’s, a EIC’s e até os carros patrulhas têm para a valência de proximidade é ainda mais difícil porque o policiamento de proximidade já nasceu com este estigma (que não é só da PSP e que está mais que relatado ao nível da literatura mundial) de que o policiamento de proximidade, só por si, já tem um maior estigma do que os outros porque ninguém lhe quer dar essa informação porque são vistos com alguma desconfiança pelos colegas. Porque eles têm de fazer a parte repressiva e estes serviam para fazer a parte preventiva. É visto assim. Estes elementos ainda hoje não são vistos como verdadeiros polícias. São vistos como elementos que têm uns turnos muito mais favoráveis (nem fazem fins-de-semana, nem nada), portanto, logo aí geram uma série de anticorpos no

resto das outras valências. Portanto, quando a directiva diz que há partilha e até dá alguns exemplos do que pode ser feito em partilha, depois era preciso que cada comandante estabelecesse as rotinas diárias para que isso fosse efectuado. Só que isso é extremamente difícil porque é um trabalho que exige (também por parte das próprias valências e das próprias chefias intermédias) um esforço que também não querem fazer. Porque depois, cada comandante de esquadra também quer brilhar e não quer pôr os outros a brilhar por ele. Portanto, não vai dar a informação quando os elementos dele podem brilhar. Portanto é todo este tipo de dinâmicas internas que tornam extremamente difíceis de garantir para que depois este desígnio da directiva seja efectivo.

**10- Relativamente a essa articulação. Há autores que defendem que os agentes de proximidade devem participar nas operações levadas a cabo nos bairros, operações mais reactivas. Qual a sua opinião? Devem participar ou não?**

De uma forma geral, sim. Mas tem que ser caso a caso. De uma forma geral, como princípio, sim. Não tenho dúvidas disso. A directiva diz isso, o agente de policiamento de proximidade não pode ser visto só como o polícia bonzinho, tem que ser visto como alguém que é profissional de corpo inteiro e que quando tiver que levantar o cassetete também tem que saber levantar o cassetete. Ou seja, se tiver que autuar, tem que autuar. Não pode apenas passar as tarefas ingratas para as outras valências (que é o que se passa muitas vezes) e depois motiva por parte das outras valências a tal rivalidade “Então mas como é que é? Ele anda lá, é polícia como eu e eu é que tenho de ir lá e ele apenas vai lá fazer o trabalho de dar festinhas às pessoas?” Não pode ser e, portanto, eu defendo que sim. No entanto, em certo tipo de cenários não convém. Vou-lhe dar o exemplo da Bela Vista, um caso paradigmático onde as coisas atingiram determinado tipo de repercussão e em que se estabeleceu ali uma grande divisão entre uma grande comunidade e as forças policiais (fruto de quase três semanas de conflitos). Você precisa de alguém, que logo a seguir consiga continuar a entrar dentro da comunidade sem o estigma de que “aquele também andou à cacetada a mim próprio” e, portanto se, você em situações destas (mais agudas), de crise de ordem pública mais aguda, mete lá os agentes de proximidade depois quando tiver que voltar ao bairro para estabelecer a normalidade dentro daquele bairro não vai ter quem, porque estão todos “queimados” porque tiveram nas forças de opressão. Ou seja, há aqui um equilíbrio difícil de atingir que não pode ser feito por directiva, tem que haver aqui, algum bom senso e algum equilíbrio de soluções. E esse equilíbrio não é fácil de atingir, como é óbvio.

**11- Após essas desordens mais agudas que referiu nas ZUS, qual deve ser a prioridade da polícia a nível de policiamento. Continuar a apostar na prevenção, ocupar o espaço...**

Um misto das duas. Estas comunidades não se podem habituar apenas a só comunicar e a só cumprir aquilo que é a Lei perante respostas de prevenção de agentes de proximidade que vão lá dar conselhos, etc. As comunidades têm que se habituar a cumprir as mesmas regras que as outras comunidades também cumprem. E portanto, não podem ser tolerados comportamentos nestas comunidades, a bem de uma ameaça eminente de conflito. Não pode ser dado um tal nível de tolerância que “dentro do bairro tudo é possível” e a seguir ir lá um agente de proximidade dar uns conselhos sobre como as pessoas se devem comportar. As pessoas têm que saber que há regras e essas regras têm de ser cumpridas por todos. Pelo agente de proximidade e pelos outros agentes, sabendo de antemão que há ali uma normalidade que é diferente da normalidade de muitos outros bairros que não são “complicados”. Mas essa normalidade tem que ser respeitada na mesma, e as regras são para cumprir, dentro e fora do bairro. Porque se deixamos os níveis de tolerância demasiado elevados dentro destes bairros o que temos depois é um descontrolo que ninguém consegue travar...

Continuar a fazer cumprir regras ao mesmo tempo que temos medidas de prevenção, de comunicação e de diálogo presentes. Mas nunca esquecendo que não podemos trocar comunicação por falta de respeito pela autoridade, falta de respeito pelas regras, degradação do espaço urbano, falta de tolerância para com todas entidades públicas (empregados da câmara, empregados dos CTT, dos bombeiros que muitas vezes também são apedrejados e são maltratados nestes tipos de circunstâncias). Portanto nós não podemos trocar comunicação dentro destes bairros por falta de respeito. Não pode ser. A falta de respeito e a exigência das regras estará sempre presente. E não pode haver os tais níveis de tolerância que são absolutamente exagerados e depois levam a situações não controladas.

**12- O que entende por *Unrest*? Como foi o policiamento no *Unrest* aquando das desordens no Bairro da Bela Vista em Maio de 2009?**

O *Unrest* é o processo que conduz ao retorno das relações à normalidade entre a comunidade e a Polícia, após a existência de desordens.

No caso das desordens registadas no Bairro da Bela Vista, esse processo decorreu da seguinte forma: O Corpo de Intervenção (CI) foi chamado para patrulhar o Bairro, até que deixassem de existir pedradas a carros e contentores a arder. Este lapso

temporal foi de 4 dias. Esta subunidade especial foi-se retirando gradualmente do Bairro, consoante a avaliação do risco efectuada na altura. O PIPP apenas voltou a funcionar normalmente decorridas duas semanas. Durante estas duas semanas mantivemos uma atitude menos tolerante, uma vez que existia uma forte probabilidade de se voltarem a registar desordens.

Naquela fase tivemos que adoptar uma postura mais repressiva, através de identificações e revistas a suspeitos. No entanto, é importante que os momentos de tensão vividos entre os agentes policiais não conduzam a acções desproporcionadas de sua parte, sob pena de se provocar um aumento da violência da comunidade. O objectivo é diminuir a tensão existente no seio da comunidade, portanto podemos ser nós, Polícia, através de acções individuais, a criar novos focos de tensão. É fundamental, nestas alturas de maior pressão, que se consciencializem os agentes policiais que estão no terreno em todos os turnos que vão entrar de serviço, relativamente àquilo que se pretende de sua parte.

É difícil percebermos quando passamos de uma *Desordem Grave* para o *Unrest* ou de este para o *Estado de Normalidade*. Ainda assim, considero que deixamos de estar em *Desordem Grave* e passamos a estar em *Unrest* quando não se verificam “incidentes agudos”. Torna-se indispensável que os responsáveis policiais estejam atentos aos “sinais sociais” que vão transparecendo. Falo de situações simples, como as crianças começarem a brincar na rua, uma vez que os pais fazem uma avaliação empírica sobre se existem condições para regressar à normalidade e consequentemente dar mais liberdade aos seus filhos.

### **13- Quer sugerir algumas boas práticas que devam ser aplicadas pela polícia neste tipo de zonas?**

Depois pede a directiva<sup>194</sup> aqui do comando sobre a proximidade, tem lá muitas ideias sobre isso.

### **14- Falando da Bela Vista em particular. Quais os factores que tiveram influência na construção deste bairro?**

Este bairro não foi construído para pessoas carenciadas, este bairro foi construído para albergar operários da antiga “Setnave”. Com a perda de importância da “Setnave”,

---

<sup>194</sup> Directiva Operacional nº 7/2010 do Comando Distrital de Setúbal

enquanto os estaleiros navais, começaram a sobrar casas, e foi nessa altura que a Câmara Municipal começou a albergar neste bairro pessoas carenciadas de habitação, pessoas marginalizadas, etc. Portanto, não houve nenhuma decisão de construção para albergar este tipo de populações. Foi aproveitado o espaço para albergar algumas populações carenciadas que existiam na altura.

**15- Considera que existe um sentimento de insegurança generalizado na população residente no Bairro da Bela Vista?**

Não. Normalmente nestas comunidades o sentimento de insegurança até é menor do que no resto das comunidades, porque são pessoas já habituadas a viver num certo caos social, numa certa anomia social, que é o termo técnico da sociologia. E portanto, o facto de haver vitimação dentro do próprio bairro, normalmente não é tão grande como fora do bairro, normalmente os níveis de vitimação dentro do bairro não são tão grandes, pelo menos no que diz respeito a maior parte dos crimes. Normalmente são populações que já estão habituadas a viver neste caos, nesta anomia social, e portanto o sentimento de insegurança até é mais baixo, porque há essa habituação, do que no resto das populações. Portanto, não é sentimento de insegurança que nós vemos os problemas do próprio bairro.

**16- Nas populações que vivem nas áreas envolventes esse sentimento está mais presente...**

Sim, sem duvida nenhuma. Se você for ao bairro da Jamaica, aqui Bela Vista, o Vale da Amoreira, o que você vê/têm é o bairro, e depois nos limites do bairro, se você pudesse isso em cores de criminalidade tinha vermelho à volta do bairro e depois amarelo e depois verde, e portanto decrescendo o nível de... Porque, o que é que eles fazem? Fazem raids a estabelecimentos, a pessoas à volta do bairro e depois voltam imediatamente para dentro do bairro onde tem o seu porto seguro. Isto é verdade aqui na Bela Vista, como é verdade no Bairro da amoreira, como é verdade no Bairro da Jamaica. É assim que as coisas funcionam. As pessoas que estão aqui a volta, normalmente exibem um maior grau de insegurança porque são muito mais vítimas do que são populações num raio superior.

**17- E os elementos policiais que entram no Bairro? Pensa que eles se sentem inseguros?**

Também, também. É difícil controlar um agente que ao longo de um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez anos, foi a não sei quantas ocorrências, e às vezes a ocorrências perfeitamente normais, às vezes já foi ele próprio vítima nessas ocorrências, é difícil você dizer-lhe que da próximas vez que houver uma ocorrência que ele não tem de ir já previamente as vezes sobre-preparado para ocorrências que ele já espera que podem dar asneira, quando noutra situação, noutras zonas da cidade, seria tratadas como ocorrências perfeitamente normais. Portanto, obviamente que muitas das reacções que estes agentes exibem da sobre-reacção, perante situações que seriam a partida normais, já tem a ver com este sentimento de insegurança que ele tem, porque há de facto uma grande vitimação por parte dos agentes nestes bairros não é? Portanto ali na esquadra de Bela Vista, não é a primeira nem a segunda vez que chovem objectos lá de cima cá para baixo a tentar acertar nos agentes ou a tentar acertar nas nossas viaturas que estão no parque de viaturas, ou os carros quando passam em determinados sítios a levarem com todo o tipo de objectos e mais alguns, desde cocktails de molotov até pedradas, coisas que cheiram mal, coisas desse género. Portanto, é claro que estes agentes não podem estar totalmente seguros. Se você lhe perguntar, se calhar se lhes perguntar directamente, eles não o dizem, mas vê-se perfeitamente que determinado tipo de reacções operacionais já são tidas com base numa sobre-reacção perante situações que à partida seriam normais.

#### **18- Quer acrescentar algo ao que foi dito nesta entrevista?**

Acho que o “busílis” desta questão de resolver o problema destes bairros passa por uma coordenação de esforços entre várias entidades. Portanto, só a mera resposta policial não vai resolver. É um apelativo, mas não é a resolução do problema. Não vai matar o cancro, vai tirar as dores. Não mata o cancro, porque o cancro vai lá sempre estar. O cancro são condições demográficas, sociais, urbanísticas que motivam este tipo de situações. E a PSP só por si não consegue resolver este tipo de situações. É impossível. Isso não existe. Podemos atenuar, podemos ajudar, mas nunca conseguimos resolver os problemas que estão na base destes problemas sociais e criminais que estão nestes bairros, isso é totalmente impossível. Jovens que começam a faltar as aulas aos sete, oito anos, logo aí se começa a perceber que vão criar todas as pré-condições para quando chegarem à idade da pré-adolescência dos treze anos, da puberdade, vão começar a apanhar os mais velhos em condutas criminais de incivilidades gravíssimas, a maior parte delas com carácter também criminal, a gente começa logo a perceber que aí não somos nós, não podemos ser nós que temos de resolver o problema. Alguém vai ter de intervir junto daquela família para que haja toda uma solução para a família que leve a

que o jovem não considere que a única saída que tem é seguir os seus irmãos ou amigos mais velhos que já começaram a roubar aos treze anos e que até já tem um plasma lá em casa, fruto desses roubos, já tem um relógio “xpto”, tem um telemóvel de ultima geração. Porque é isso que no fundo os vai motivar. É ter os mesmos bens materiais que os seus amigos mais velhos já exibem, fruto do roubo, não fruto do estudo, não fruto do trabalho, não fruto das condições sociais que tem. Portanto é esse trabalho coordenado tem de ser obrigatoriamente feito, alias é a única boa prática internacional que existe neste tipo de bairros, é um trabalho em coordenação. Se você for à internet e ver o que existe sobre as boas práticas de prevenção criminal, nenhuma delas, ou muito poucas passam por um reforço isolado por parte das polícias. Todas elas passam por esforços coordenados por várias entidades a trabalhar em conjunto. Portanto, só assim é que conseguem resultados a longo prazo. E em alguns casos, como é o caso da Jamaica, tudo isto só é verdade criando uma pré-condição, que é habitação. Se você for à Jamaica, Se calhar até tira lá umas fotografias um bocado ao longe, (se não pensam logo que é a polícia a tirar fotografias), tira umas fotografias daquilo e percebe que é impossível. Não há nenhuma possibilidade de trabalhar ali para o que quer que seja porque aquilo é demasiado mau para que tenha futuro. Portanto aquilo tinha de ser tudo deitado a baixo e construído de novo, não há outra hipótese.

#### **19- Falou no deitar abaixo. É a solução para a Bela Vista?**

A solução para a Bela Vista não é deitar a baixo. A solução é começar a trabalhar de uma forma coordenada as famílias, e não são assim tantas sabe? Às vezes parece um trabalho muito grande, mas se começamos a fazer um trabalho de diagnóstico social, dentro da bela vista, íamos reparar que não são todas as famílias que contribuem com filhos para carreiras criminais. Isto não é verdade. Agora se identificássemos famílias onde o irmão já teve contactos com a PSP, ou com os OPC's em geral, o primo, etc, começávamos a identificar família a família, agregado a agregado e tentar arranjar outros caminhos, não para esses que já andam na criminalidade, porque esses já não tem futuro, esses dificilmente haverá regeneração social ou reintegração social. Mas para aquelas famílias onde temos jovens que já estão identificados como situações de risco logo na primária, e começa logo nessa altura a faltar as aulas e a ter fraco sucesso escolar. A maior parte deles não come. Se simplesmente começássemos a trabalhar este tipo de famílias para tentar que a partir ali dos treze eles não tivessem já condenados a acompanhar outros nos crimes, acho que esta é a única hipótese, mas é dentro do quadro que lá está, porque a Bela Vista não dá para deitar a baixo.

## **20- A nível arquitectónico apresenta grandes dificuldades para a actuação policial...**

Está bem, mas não é pior que muitos outros bairros, onde a PSP tem problemas. Ou seja, toda a gente fala disso, parece que surgiu aqui uma grande novidade que é a Bela Vista tem problemas ao nível arquitectónico. Tem de facto, mas você aqui em Setúbal, como noutras cidades tem coisas iguais ou em alguns casos até piores. Não é pior que Chelas, não é pior que muito bairros da Amadora em que você vai lá e as soluções arquitectónicas são muito parecidas para não dizer igualmente difíceis para a PSP. Mas também há muitos bairros parecidos com este e onde não há um único problema. Alias, há um bairro igualzinho ao da Bela Vista. Foi construído exactamente, que é Os Quatro Caminhos, portanto, você sai da bela vista, depois há uma rotunda muito grande que tem lá um monumento no meio e há um bairro à esquerda ao lado do Hospital de Setúbal que é igualzinho a este. Não tem um único problema. Portanto não pode ser a barreira arquitectónica, não pode ser a única causa do problema. Não vamos agora culpar os outros, que neste caso é a parte arquitectónica, por aquilo que se calhar a parte arquitectónica é a que tem menos responsabilidade. Isto é paradigmático. Os prédios são iguaizinhos, amarelos, com as mesmas varandas, exactamente a mesma coisa. Não temos lá um único problema. Portanto isto não tem a ver só com a parte arquitectónica, está a ver? A parte arquitectónica torna mais difícil intervenções de repressão, buscas, etc, mas não torna difícil o restante trabalho policial, e sobretudo não pode ser a culpada de coisas que não tem culpa nenhuma. Quer dizer, não tem culpa que haja uma composição social que é absolutamente bombástica, são comunidades que tradicionalmente e culturalmente não se dão umas com as outras. E não vejo como é que daqui a algum tempo, talvez daqui a umas décadas comecem a comunicar umas com as outras. Mas as próprias comunidades lá dentro não comunicam com as outras. Ou seja, como é que se pode trabalhar uma comunidade que dentro dela própria não há comunicação? Dentro das diversas facções? É muito complicado não é? Há aqui soluções que foram tomadas a nível social que hoje estamos a pagar, pagar esse resultado.



---

## **Anexo 14 - Entrevista ao senhor Intendente Elias<sup>195</sup>**

*Entrevista efectuada ao senhor Intendente Elias, Chefe da Área Operacional do  
Comando Metropolitano de Lisboa*

*Data: 13 de Fevereiro de 2012*

*Hora da entrevista: 14h20m*

*Duração da entrevista: 47m28s*

### **1- Quais são os problemas das zonas urbanas sensíveis (ZUS) que mais o preocupam?**

As Zonas Urbanas Sensíveis caracterizam-se por diferentes problemas. Há as ZUS que se caracterizam essencialmente pela existência de tráfico de droga, por um conjunto de ilícitos directamente associados com o tráfico de droga e também pela existência de mecanismos de segurança e vigilância que tentam detectar a todo o momento a presença ou a aproximação das forças policiais na entrada das ZUS.

Pontualmente, alguns dos problemas relacionados com apedrejamentos ou tentativa de dificultar a entrada da Polícia nesses bairros devem-se à existência de tráfico de droga, à existência de actividades relacionadas com o tráfico e que pelo facto de existirem mecanismos de vigilância que tentam perturbar a entrada normal da Polícia em alguns destes bairros.

Depois temos outro tipo de bairros que têm, essencialmente (embora também possam ter pequenos focos de tráfico de droga), grande concentração de indivíduos com antecedentes criminais que já cumpriram pena de prisão ou que já estiveram detidos anteriormente por parte da polícia, normalmente relacionados com a criminalidade grupal e criminalidade violenta ou grave. Portanto, temos bairros que não tendo um tráfico de droga endémico, caracterizam-se pela existência de grupos de indivíduos que se dedicam reiteradamente, quase como único modo de vida, a actuar em grupo no sentido de cometerem assaltos, diversos roubos com diferentes *modus operandi* e que se deslocam depois para as suas zonas de residência. Nós chegamos a esta conclusão pelo facto de frequentemente recuperarmos viaturas furtadas ou roubadas nas imediações dessas ZUS. E muitas dessas viaturas estão comprovadamente ligadas como tendo sido

---

<sup>195</sup> Chefe da Área Operacional do Comando Metropolitano de Lisboa.

utilizadas como meio de transporte em roubos a estabelecimentos, a postos de abastecimento de combustível, a ourivesarias ou outros. Portanto, temos este tipo de bairros que se caracterizam, como disse há pouco, pela existência de grupos de indivíduos que se dedicam à criminalidade patrimonial, criminalidade grupal, criminalidade violenta ou grave.

Assim, em termos genéricos, tipificaria de uma forma algo simplista mas numa tentativa aqui de caracterizar as ZUS como locais onde, maioritariamente, a actividade criminosa que se regista é o tráfico de droga, em que há famílias e gerações que se dedicam ao longo dos anos, como único modo de vida, ao tráfico de estupefacientes, utilizando mecanismos diversos de segurança e de vigilância, para permitir que o tráfico de droga se realize e, por outro lado, bairros onde embora possa haver focos pontuais de tráfico de droga, que são essencialmente caracterizadas pela existência de um grande número de indivíduos pertencentes a grupos que se dedicam à criminalidade violenta ou grave.

**2- Na sua opinião, qual o motivo para que uma parcela dos residentes nestas áreas tenha uma aversão tão grande às autoridades que simbolizam o poder do Estado?**

O principal motivo que as leva a ter essa aversão tem que ver com o número de situações em que a Polícia tem necessidade de intervir no bairro normalmente em situações limite. Por um lado, na execução de mandados de busca domiciliária, operações policiais diversas de prevenção ou de repressão e por vezes a interacção que esses cidadãos têm desde pequenos com a polícia é no limiar do conflito. Portanto, acabam por ver a Polícia, essencialmente, na sua missão repressiva e são desenvolvidos depois um conjunto de mecanismos de aversão ou de repulsa face à autoridade pública representada pela Polícia de Segurança Pública (PSP). Por vezes, algumas destas intervenções causam desordens públicas, ou por via da resistência oferecida pelos populares ou por via, pontualmente, desta ou daquela situação em que a Polícia tenha de exercer a força, o que leva depois a desenvolver-se a convicção entre os residentes que a Polícia existe essencialmente para reprimir e, de alguma forma, um certo sentimento de auto-vitimização por parte dos residentes desses bairros, considerando que são alvo de actuações discricionárias e desenvolvendo depois um discurso de auto-defesa e de alguma agressividade para com a autoridade policial. Basicamente é isso.

**3- Visto que nem todas as pessoas residentes nestes locais se dedicam a actividades criminosas, tratando-se de “vítimas indirectas”, como julga que conseguimos retirar informações proveitosas desses indivíduos?**

Eu penso que uma das soluções a implementar em diversas ZUS é o policiamento de proximidade. A existência de um policiamento de proximidade efectivo. Daí que também, nas directivas emanadas da Direcção Nacional e aquilo que nós, aqui ao nível do Comando Metropolitano de Lisboa temos tentado desenvolver é a manutenção, de facto, de projectos de policiamento de proximidade no âmbito do MIPP, de forma a que se desenvolva uma interacção entre a PSP e as associações locais, tanto quanto possível com os líderes entre as comunidades locais, no sentido de garantir sempre um canal aberto de comunicação com essas pessoas e com essas entidades. É um trabalho que não dá frutos, não traz resultados palpáveis no curto prazo, só no médio ou longo prazo é que se começam a sentir-se alguns desses resultados no sentido de conseguir obter alguma informação e também como factor de mediação de conflitos, de forma também, a baixar o nível de tensão em algumas situações de maior complexidade.

#### **4- Qual o balanço que faz da prevenção da criminalidade que é efectuada pela PSP nas ZUS?**

Esta é uma pergunta demasiado abrangente. Dir-lhe-ia que, nos últimos tempos não temos tido situações de desordem generalizada nos bairros. Digamos que existe aceitação do trabalho da Polícia pela maioria dos residentes, sendo que, reiteradamente, sentimos por parte de grupos minoritários dentro de algumas destas ZUS acções de retaliação sempre que a Polícia tenta repor a ordem pública ou deter suspeitos, acções estas traduzidas normalmente em apedrejamentos ou tentativas de apedrejamento. Portanto, digamos que por parte das principais entidades ou associações das ZUS, nós temos uma boa aceitação. Na maioria das zonas conseguimos comunicar com as associações que desenvolvem trabalho social nos bairros, conseguimos comunicar com as escolas que se inserem nesses mesmos bairros, com alguns líderes locais dentro desses mesmos bairros. Ainda assim, pontualmente, temos tido situações de resistência à actuação da Polícia

A prevenção da criminalidade nesses bairros é efectuada por parte da Polícia essencialmente com a presença policial e no fundo, muitas vezes, a repressão quase que se dilui com a prevenção, porque muitas das nossas acções nesses bairros não se podem cingir apenas e só à mera presença, pois temos que exercer a repressão porque há tráfico de droga a ser efectuado nas ruas ou porque temos de intervir com um grupo que vamos em perseguição e que entra no bairro com uma viatura furtada e possivelmente com objectos furtados, etc. Nessas situações-limite acaba por ser «dois em um»: exercemos acções preventivas e repressivas em bairros onde, apesar de tudo, temos que ter cuidados especiais. O facto de entrarmos no bairro quando é necessário -

não só para a prevenção, para passarmos como meras patrulhas de visibilidade - mas também para exercermos a autoridade do Estado, acaba por ser uma mensagem para os restantes indivíduos e grupos que se dedicam à criminalidade: a Polícia não hesita em entrar nos bairros quando é necessário. Esta é uma mensagem importante que deve ser passada e acaba no fundo por se consubstanciar na prevenção de desordens públicas de maiores dimensões, ajudando igualmente a combater o sentimento de impunidade por parte dos autores dos crimes que porventura se possam albergar nas ZUS.

A prevenção nestes bairros tem que ser exercida por outras entidades que não apenas e só a polícia. E daí a importância de haver trabalho comunitário de diversas entidades - quer de autarquias, quer de entidades ligadas à saúde e à educação - que tentam de alguma forma inverter o ciclo vicioso das crianças e jovens abandonarem precocemente a escola e de passarem a dedicar-se a comportamentos desviantes e, muitas vezes, adoptam, no final deste ciclo, comportamentos criminosos. E é essa, na minha opinião, a chave para uma prevenção duradoura nestes bairros.

**5- Considera que os denominados agentes de proximidade devem intervir nas operações levadas a cabo nos bairros?**

Está definido que não devem. Os agentes de proximidade devem desenvolver o seu trabalho quotidiano de interacção com as entidades locais, com os cidadãos ou com as associações. Os comandantes locais devem procurar, tanto quanto possível, não os empenhar em operações mais repressivas no âmbito da Investigação Criminal ou em operações de maior dimensão no âmbito de ordem pública porque acabam por estar a fragilizar o seu papel como interlocutores privilegiados com o bairro. O que também, por outro lado, nós temos que tentar sempre sublinhar é que eles, na qualidade de agente de autoridade, no âmbito da sua actividade, se verificarem um crime a ser cometido em flagrante delito, não só podem, como devem actuar. Ou seja, não devem desenvolver sistematicamente operações (sublinho o sistematicamente porque pontualmente admito a sua utilização) e nomeadamente nas de maior melindre que mexem ao nível da Investigação Criminal, operações de maior monta que procuram desarticular organizações que funcionam dentro do bairro, etc. Mas pelo facto de serem agentes de proximidade e de serem um elemento importante como interlocutores junto dos líderes locais dos bairros, devem actuar perante ilícitos criminais detectados em flagrante delito.

**6- Como define o Modelo Integral de Policiamento?**

Isso está definido, não tenho que ser eu a defini-lo. Mas o Modelo Integral de Policiamento é aquilo que nós temos vindo a defender ao longo destes anos e, em termos de doutrina policial que se encontra já consolidada. É o facto da PSP, ao contrário de outras forças de segurança, e até de outros OPC's, ter a capacidade de desenvolver todo o espectro das acções policiais, desde a prevenção, à ordem pública, à investigação criminal, às informações policiais, actividades instrumentais como sejam o Trânsito, a fiscalização da Segurança Privada e outras actividades sensíveis. O facto de termos todas estas valências dar-nos-á capacidade, se estivermos bem organizados e se as diferentes valências trabalharem coordenadamente, para fazer face a todas as dimensões dos problemas criminais e de poder atacar em diversas vertentes. Por exemplo, o tráfico de droga pode ser prevenido, deve ser reprimido através da investigação criminal e/ou da ordem pública e as informações policiais podem e devem desenvolver também um trabalho importante e instrumental para a detecção das actividades mais sensíveis ao nível do tráfico de droga. Isto só é apenas a título de exemplo.

É meu parecer, que a PSP, pelo facto de ter todas estas valências, tem capacidade, quer nas ZUS quer na nossa área de responsabilidade em geral, de fazer face com a maior eficácia e numa perspectiva mais holista aos diversos problemas criminais, no sentido de os reprimir e de os tentar resolver, até do ponto de vista da génese de muitos destes fenómenos.

**7- Qual a sua opinião relativamente à directiva estratégica 16/2006 que define o Modelo Integrado de Prevenção e Intervenção Policial nas zonas com maior hostilidade para as forças de segurança?**

O objectivo dessa directiva teve que ver, na altura, com o recrudescimento de um conjunto de incidentes graves em algumas ZUS - inclusivamente que levaram à morte de agentes policiais - e a necessidade que foi sentida de pôr os comandos e os seus comandantes a pensar numa perspectiva de diagnóstico dos problemas que têm dentro dos bairros. De procurarem, não só dentro da sua área de responsabilidade, tentar diagnosticar quais são as ZUS que apresentam maior grau de perigosidade ou de risco para a actuação policial fazendo uma análise matricial sobre o número de incidentes, a sua frequência, a tipologia dos incidentes, tentarem até caracterizar a morfologia do próprio bairro e desse ponto de vista tentar caracterizar as ZUS como tipicamente de risco elevado, médio ou baixo.

Sabemos que há ZUS que pela sua simples morfologia tornam-se perigosas para a actuação policial. O facto de haver zonas mal iluminadas, becos, zonas estreitas que

nem sequer permitem a entrada de uma viatura policial, em que praticamente só apeadas é que as patrulhas policiais conseguem fazer o seu policiamento. Muitas vezes em locais ermos, em que indivíduos numa posição mais elevada, num telhado ou num segundo piso podem facilmente provocar uma emboscada a um elemento policial, por si só, isso torna-se de maior risco.

O simples facto de haver um historial de agressões a agentes de autoridade ou de desordem pública nessas ZUS, devem ser um referencial para a caracterização desse bairro como de maior ou menor risco. Se nós temos um bairro onde, reiteradamente, existem desordens públicas ou agressões, ou tentativas de agressões a agentes de autoridade temos de caracterizar esse bairro de outra forma. E por essa via, a caracterização do bairro deverá levar a que os seus comandantes determinem formas de actuação específicas para esses bairros de maior risco no sentido de evitar, por exemplo, que numa zona onde reiteradamente existem desordens públicas ir um carro-patrulha isolado tentar resolver essa mesma ocorrência. Também há que ter a presença de espírito de pensar que, mesmo nos bairros de maior risco, a intervenção policial é tendencialmente de menor risco nuns períodos horários do que noutros. Dir-lhe-ia que, tendencialmente, actuar na Cova da Moura, às oito da manhã de uma Segunda-feira ou de uma Terça-feira implicará um menor risco do que actuar na Cova da Moura às dez ou onze da noite de uma Sexta-feira ou de um Sábado. Os períodos horários são também, até pelas próprias condições de falta de luminosidade e por todos os outros factores que rodeiam a vida nocturna e muitas vezes aquilo que nós sabemos em termos de passado criminal, de organização de actividades criminosas e a maior ou menor intensidade de tráfico de droga. Portanto, os períodos horários também devem ser tidos em consideração. Desse ponto de vista, a directiva veio estipular um conjunto de procedimentos, padronizados para a caracterização das ZUS e para que não se falasse apenas e só das ZUS em termos empíricos e não se procurasse analisar o que é que de facto de passa nas ZUS que existem na nossa área de responsabilidade.

E foi particularmente gratificante verificar que uma directiva que, obviamente, foi discutida com os Comandos, não foi obra apenas e só de um oficial ou de um conjunto de oficiais na Direcção Nacional que pensam as coisas teoricamente e que não tentam baixar à prática, quando mudei de funções e vim aqui para o COMETLIS, na qualidade de Chefe da Área Operacional, que todo o trabalho que foi feito em termos de directiva foi passado à prática num trabalho excepcional do Núcleo de Informações Policiais que efectuaram a caracterização das ZUS do COMETLIS e que chegam ao pormenor de termos imagens-vídeo e de procurar identificar, dentro de cada ZUS, onde é que se localizam as zonas, tendencialmente, de maior risco para a actuação policial; que fez a caracterização de todas as associações e colectividades que existem dentro das ZUS,

etc. Enfim, fazendo o historial de desordens e alterações de ordem pública. Este é um trabalho que existe, que se encontra disponível e que foi difundido para as divisões. Provavelmente, fazendo aqui um pouco, também, a auto-crítica, aquilo que provavelmente se verifica é que nem os responsáveis operacionais, vulgo comandantes de Divisão e comandantes de Esquadra farão uso deste trabalho com mais frequência do que aquilo que deveriam, porque este trabalho pode e deve ser utilizado para o planeamento de operações policiais dentro das ZUS e nem sempre é utilizado sistematicamente como deveria ser.

**8- Considera que a articulação entre valências na PSP está a funcionar correctamente?**

Há sempre margem para melhorar. Está a funcionar corretamente mas tem ainda uma larga margem para melhorias. O Sr. Aspirante deve saber que a PSP tem problemas estruturais, não só em termos de instalações como em termos de equipamento, que nos impedem, por vezes, de levarmos mais longe os esforços que equacionamos teoricamente. Eu acho que a grande mais-valia que nós temos na PSP continuam a ser os excelentes recursos humanos que temos nas diferentes valências, desde a ordem pública à investigação criminal, às informações, ao trânsito ou ao policiamento de proximidade. Temos uma excelente massa humana. Por vezes, o que impede que as diferentes valências se articulem melhor é a falta de recursos materiais e ainda alguma subcultura policial que leva a que nem sempre haja uma cooperação saudável, e por isso é que os responsáveis policiais e os seus comandantes têm que estar atentos e tomar as medidas correctivas em termos de comando para evitar a «criação de quintas» e de obstáculos, de forma a promover a fluidez na comunicação e na troca de informação entre estas diferentes valências. Nós temos tudo para que a nossa acção se desenvolva com eficácia. Se a informação recolhida pelo agente de proximidade for passada, através da cadeia hierárquica, para as informações ou para a investigação criminal, esta tem a possibilidade de ter uma fonte que à partida é credível. Ao verificar a credibilidade dessa fonte, e eventualmente promover o início de uma investigação criminal, poderá em última análise levar à detenção de um grupo criminoso. Esta capacidade que nós temos que ter internamente é crucial, de forma a garantir que haja uma fluidez da informação, que ela seja passada a quem tem a possibilidade de a encaminhar e de a tratar, no sentido a que no final tenhamos um output positivo que é eventualmente a desarticulação de uma organização criminosa. Portanto, desse ponto de vista, e voltando à resposta direta à sua pergunta de início, eu acho que estamos a funcionar bem, mas podemos ainda funcionar muito melhor quando alguns destes obstáculos forem ultrapassados.

**9- No anexo A da diretiva estratégica 16/2006, vem definido o modelo integrado de prevenção e intervenção policial nas zonas com maior hostilidade para as forças de segurança, por exemplo no pós alteração da ordem pública. Que lapso temporal é este?**

A diretiva não teve a veleidade de tipificar o lapso temporal. Tem que ver com a avaliação de risco efectuada. Pode ser na hora seguinte, pode ser na semana seguinte, isso caberá aos responsáveis operacionais tomarem as medidas necessárias e suficientes relacionadas com o período previsível e hostilidade à intervenção da PSP. Ou seja, é normal, quando há uma operação numa zona urbana sensível de que resultou a detenção de um conjunto significativo de indivíduos, alguns dos quais, eventualmente, com uma importância na comunidade, que possa haver a tentativa de retaliação contra a polícia, o que deverá levar os responsáveis policiais a tomar as medidas de maior segurança na atuação policial nesses bairros. Estarmos alerta quanto a eventuais falsas chamadas, por ocorrências criadas artificialmente para levarem a que a polícia vá ao interior do bairro, com o objectivo de cometer uma emboscada contra os nossos meios. Também é normal quando nós temos de intervir recorrendo ao uso da força no interior de uma zona urbana sensível em relação a um grupo ou um conjunto de indivíduos que haja depois membros da comunidade que possam mesmo nas instalações policiais tentar retaliações. Portanto, temos de estar atentos às horas e dias subsequentes, em alguns casos, um mês ou mais se for necessário, relativamente a estas situações. Nós aqui no Comando Metropolitano de Lisboa já tivemos bastantes situações, e há dois anos que estou a desempenhar estas funções, já tivemos situações complicadas, que levaram inclusivamente à transferência de um elemento nosso que estava a ser alvo de ameaças. Portanto, a questão aqui é esta: acabam por ser sempre as informações, a investigação, a proximidade, que têm de continuar a trabalhar no sentido de medir o pulso à comunidade e a cada ZUS em concreto, no sentido de perceber os sinais de hostilidade e de eventual retaliação contra a Polícia. Tivemos dois casos sistemáticos, como eu estava há pouco a referir, nomeadamente a morte do indivíduo que dava pela alcunha de *MC Snake*, em que sentimos necessidade de cuidados acrescidos na entrada em Chelas e a necessidade e adopção de medidas especiais de segurança em algumas instalações policiais, devido a informações que fomos obtendo quanto à possibilidade de haver acções de retaliação direccionadas a elementos policiais e a instalações.

**10- A doutrina policial tem-se debruçado sobre o denominado *modelo de desordem* onde aborda a actuação policial em diferentes Estados, como o *Estado***



**de normalidade, Tensão, Desordem, Desordem Grave e Unrest. O que entende por Unrest?**

Neste momento, a esse nível tenho-me preocupado essencialmente com a grande instabilidade social que existe em Portugal e com o tópico manifestações públicas. Neste momento a principal preocupação no Comando Metropolitano de Lisboa reside na prevenção junto dos sindicatos e outros movimentos sociais. Temos sempre o canal aberto junto dos movimentos e redes sociais no sentido de prevenir desordens públicas aquando de manifestações de protesto público. Não temos sentido a “contaminação”, chamemos-lhe assim, deste tipo de sentimento de maior instabilidade ou de maior contestação à autoridade do Estado nas zonas urbanas sensíveis, se bem que é um tópico que devemos estar sempre atentos para a possibilidade de alguns grupos políticos subversivos anarco-libertários tentarem levar este tipo de descontentamento e de acções de protesto para dentro das zonas urbanas sensíveis ou recorrendo a pessoas das zonas urbanas sensíveis. Este *link* não se conseguiu fazer ainda, essas organizações não o conseguiram fazer, embora nós e os serviços de informações estejamos atentos a isso e vamos continuar a acompanhar a situação. Não temos informações, digamos assim, que nos permitam pensar que no breve prazo, e não falo no médio prazo porque tenho que ter as devidas cautelas, porque há factores imponderáveis que podem levar a que a situação de um momento para o outro se possa deteriorar, e que nós passemos para uma situação de *Unrest*, quer nas manifestações de protesto que têm vindo a ocorrer um pouco por toda a cidade de Lisboa, quer concretamente nas zonas urbanas sensíveis. Normalmente estas situações têm mais possibilidade de acontecer nas zonas urbanas sensíveis quando a Polícia, fruto de uma atuação menos ponderada (ou mesmo justificada, em legítima defesa) provocamos a morte de um residente de uma zona urbana sensível ou quando temos necessidade de actuar e forma musculada. Temos que ter os devidos cuidados para depois ir gerindo a crise, sobretudo através da mediação com as entidades locais. O regresso à situação de normalidade para prevenir situações de grande desordem pública – de *Unrest* -, que levem a que nós tenhamos que definir em que patamar em termos de níveis de intervenção deveremos permanecer e tenhamos que fazer da exceção a regra. Portanto, só pontualmente é que utilizamos os meios excepcionais da PSP (Unidade Especial de Polícia) nas ZUS.

Nós temos recorrido à Unidade Especial de Polícia mas essencialmente numa vertente de contenção não tanto de primeira linha porque também temos a noção que se habituarmos os residentes das zonas urbanas sensíveis em fazer da exceção a regra podemos estar a elevar o patamar da resistência e da desordem por parte dos residentes destes bairros. Do ponto de vista da doutrina policial desenvolvida pela PSP, é

extremamente válida a utilização dos níveis de intervenção adequados ao incidente com que nos deparamos e termos logo a preocupação de, quando subirmos de nível, procurarmos garantir as condições adequadas para, na melhor oportunidade, descermos um nível e voltarmos, tanto quanto possível, à situação de normalidade.

**11- O *Unrest* então para si significa uma situação de Caos ou uma situação de retorno às relações de normalidade?**

O *Unrest* para mim é uma situação de Caos.

**12- Quer deixar algumas boas práticas para serem aplicadas pelo efetivo da PSP nestas áreas?**

O catálogo de boas práticas é muito diversificado e ainda bem que o é no Comando Metropolitano de Lisboa, e tanto quanto eu percebo pelas funções que desempenhei anteriormente na Direção Nacional, em concreto no departamento de operações, é bastante grande o catálogo a nível nacional. É de salientar o trabalho que foi feito pela Divisão Policial da Amadora durante longos anos de interação com as associações de trabalho social que envolvem a sua atividade na Cova da Moura. Portanto, de alguma forma, apesar de continuar a ser uma zona em constante monitorização, temos promovido um diálogo permanente com os líderes comunitários, pelo menos quando tivemos situações de tensão temos interlocutores do outro lado e conseguimos inúmeras vezes baixar as tensões. É extremamente importante a continuidade e a persistência dos programas de policiamento de proximidade nas zonas urbanas sensíveis. Temos também uma boa prática na zona da Divisão Policial de Loures do contrato local de segurança que foi desenvolvido na Quinta da Fonte e apesar de, por questões políticas, não sabermos num futuro próximo o que vai acontecer com os contratos locais de segurança, pelo menos na Quinta da Fonte, o contrato local de segurança lá implementado foi importante para o baixar das tensões e para a criação de canais de comunicação permanentes com os líderes comunitários, nomeadamente com a comunidade cigana e com a comunidade africana, para haver fóruns e locais de discussão e desenvolvimento de actividades e programas comunitários e haver até uma espécie de oficiais de ligação dessas comunidades junto dos respectivos membros das comunidades. Portanto, foi importante para o baixar da tensão, e depois o próprio trabalho que foi efetuado pelo Núcleo de Informações Policiais, de fazer o diagnóstico ao pormenor de todas as zonas urbanas sensíveis da área Metropolitana de Lisboa que se encontra agora em atualização por ordem minha. Nós sentimos necessidade de

actualizar o trabalho efectuado anteriormente, o que é uma ferramenta importante colocada à disposição dos comandantes policiais para poderem fazer uso dela no âmbito da sua atividade normal, do planeamento, da prevenção e até do conhecimento da própria dinâmica das zonas urbanas sensíveis. É importante que um comandante de uma divisão, ou de uma esquadra, tenha acesso àquelas ferramentas, pelo menos para tentar perceber dentro da sua atividade nas tais zonas urbanas sensíveis que muitas vezes são apresentadas como o “papão”, quais são as dinâmicas das ZUS, mas também do ponto de vista prático, porque o o fator de um trabalho diagnóstico de caracterização do grau de risco das zonas urbanas sensíveis não deverá impedir os comandantes de esquadra de saírem do seu gabinete e irem até ao terreno verificarem em loco a situação do que se passa na sua área de responsabilidade em sentido geral, mas em especial nas zonas urbanas sensíveis, para muitas vezes não falarem daquilo que não sabem.

Dir-lhe-ia, em termos de conclusão, que não procurando aqui estar exaustivamente a enunciar todas as boas práticas que existem em todas as divisões do Comando Metropolitano de Lisboa, há bons projectos a decorrer tanto na área de policiamento de proximidade, quer na área de investigação e nomeadamente, no trabalho de diagnóstico de zonas urbanas sensíveis. Sentimo-nos com alguma tranquilidade com o trabalho feito, embora tenhamos de estar permanentemente atentos, pois poderá ocorrer uma situação menos feliz de atuação policial, um incidente, que leve a que seja completamente alterada a situação de paz social ou de tranquilidade numa determinada zona urbana sensível ou no âmbito de uma actividade criminal, uma luta entre grupos que nos tenha escapado no âmbito da nossa atividade de informações de investigação, um grupo querer ocupar o território de outro e daí resultar uma situação de desordem, etc. Estou a lembrar-me, nomeadamente, da violência doméstica em que as tripulações dos carros de patrulha, as equipas de proximidade e de apoio à vítima deslocam-se a ocorrências que, muitas vezes, não são mais do que uma discussão ou agressões entre duas pessoas, mas se não forem bem geridos, podem tornar-se num incidente bem mais complicado de resolver. Neste sentido, na nossa perspectiva, os agentes da PSP têm que estar alerta permanentemente e se não se sentirem capazes de resolver esse incidente, deverão pedir reforços e imediato e, logo à partida, nas zonas de maior risco levarem os meios necessários e suficientes para, pelo menos do ponto de vista da primeira intervenção conterem um incidente. É impensável, em determinadas zonas, direccionarmos apenas e só um carro de patrulha para resolver ocorrências, porque o potencial de conflito desses locais pode levar a que os cidadãos se apercebam desta situação de inferioridade numérica e possam, à partida, beneficiar ou tentar beneficiar dessa superioridade e tentar causar problemas à Polícia. A integridade física e a vida dos nossos homens são colocados em causa em inúmeras ocorrências e, portanto, foi esse o

principal objectivo da directiva que foi emanada pela Direcção Nacional: criar uma ferramenta que não se pretende que seja estanque, que deve ser utilizada para o diagnóstico permanente das ZUS, com vista a prevenir os incidentes e a tentar manter a ordem pública nestas zonas, onde, muitas vezes, o crime é uma tradição em determinadas famílias e em determinados meios, e nós sabemos que naquele meio, a nossa atuação tem de se adequar a essa mesma realidade. Obviamente que não somos a única entidade no local, somos uma de várias entidades que se podem movimentar nestes locais. A receita, para que as coisas funcionem um pouco melhor é as diversas entidades comunicarem entre si: a segurança social, o sector da saúde, as associações de proteção de crianças e jovens, as escolas, os comandantes de esquadra ou os comandantes de divisão interagirem com a autarquia, quer com os presidentes das juntas de freguesia quer com os próprios presidentes da Câmara no sentido de em algumas situações elas serem resolvidas com base no contacto verbal. Por exemplo, se uma rua que tem os candeeiros destruídos, porque há intenção de desligar a luz naquela rua para que e noite esta não esteja iluminada, com vista a desenvolverem a sua atividade, há que investir junto da autarquia, no sentido de resolver aquela situação, porque a iluminação pública é fundamental também para a nossa segurança. Quem diz este aspecto diz muitas outras situações que podem e devem ser resolvidas em parceria com as entidades restantes.

## **12- Quer acrescentar algo ao que foi dito?**

Não.

---

## **Anexo 15 - Entrevista ao senhor Comissário Hugo Guinote<sup>196</sup>**

*Data: 13 de Março 2012*

*Hora da entrevista: 14h10m*

*Duração da entrevista: 37m41s*

### **1 - Quais são os problemas das zonas urbanas sensíveis que mais o preocupam?**

As zonas urbanas sensíveis são, por definição, áreas em que a acção policial é especialmente difícil não só de ser desenvolvida, mas sobretudo de ser aceite pela população. O principal problema do policiamento nas zonas urbanas sensíveis para a Polícia é precisamente este; é um problema de aceitação e de compreensão por parte de uma minoria de residentes, que, não obstante o reduzido número, têm capacidade de impor a sua vontade aos restantes, e isso dificulta a actuação policial e a interacção com os demais agentes sociais. A partir do momento em que as forças policiais consigam facilitar, de alguma forma, a sua própria inserção no tecido social das zonas urbanas sensíveis, as parcerias serão feitas de forma mais aberta e a sua integração nessas áreas mais conseguida, daí advindo melhores resultados no âmbito da prevenção criminal.

### **2- Na sua opinião qual o motivo para essa minoria, que referiu, sentir uma aversão tão grande às autoridades?**

A questão pode ser abordada de diferentes ângulos. Numa abordagem histórico social, nós percebemos que o principal problema assenta numa segunda geração de indivíduos que regressa, na sua maioria, dos países que pertenciam às antigas colónias portuguesas. Enquanto os pais optam por uma vida de maior humildade, satisfeitos com o nível de vida que conseguiram alcançar, não obstante as fracas qualificações profissionais, esta segunda geração é uma geração que convive paredes meias com populações de um nível sócio-económico acima dela. Ao perceber que lhes será difícil equiparar-se socialmente àqueles que consigo convivem, sobretudo no tecido escolar, optam por procurar outros modelos de referência. Historicamente é assim que nós podemos explicar o afastamento entre esta pequena parcela de residentes nas zona

---

<sup>196</sup> Oficial do Departamento de Recursos Humanos da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública e docente da Unidade Curricular “Estratégia e Tática das Forças de Segurança” no ISCP SI.

urbanas sensíveis e o resto da comunidade. Para além disso, existem outros modelos, que não entram em conflito com este modelo de análise mas que o complementam, e que permitem perceber que atendendo à destruturação familiar que muitas vezes ocorre no seio destes agregados familiares, estes jovens aos 6, 7, 8, 10 anos, de facto procuram, quase que uma segunda família para se protegerem e para se sentirem pertences a um grupo, porque se sentem excluídos de todos os outros e encontram um certo conforto grupal nestas actividades delinquentes que existem paralelamente no bairro.

**3 - Pensa que a PSP pode utilizar a população residente nas zonas com vista a angariar informações proveitosas para a actuação policial nesses locais? E se sim, de que forma?**

Houve um estudo efectuado pelo ISCPSI, em 1999, que apontava para a possibilidade da utilização da vítima indirecta com proveitos para a Polícia de Segurança Publica. Esse estudo, pode eventualmente carecer de alguma confirmação local, mas não me parece que o cenário social se tenha alterado a ponto de inviabilizar as conclusões nele obtidas. Daí que, verificamos que ele demonstrava que a utilização da vítima indirecta não só era possível como bastante vantajosa. Aliás orientava até para um conjunto de procedimentos por forma a que a utilização dessa vítima indirecta pudesse ser mais segura para a população e por isso mais proveitosa para a Polícia. A vítima indirecta é de facto o grande manancial de informação de que as forças policiais se podem munir nas zonas urbanas sensíveis, uma vez que a maioria da população opta pelo silêncio, por temer represálias por parte da tal minoria delincente. Ainda assim, boa parte desta população pode, de forma discreta e segura tanto quanto possível, colaborar com as forças de segurança em determinados momentos e são esses momentos que têm que ser explorados pelos elementos policiais. Cumpre-nos saber identificar e trabalhar com esta figura da vítima indirecta ainda pouco explorada no meio policial.

**4 - Qual o balanço que faz da prevenção da criminalidade efectuada pela PSP nestes locais?**

Eu confesso que actualmente desconheço a maioria dos programas que estão a ser desenvolvidos localmente pelas forças policiais. Não tenho dados pormenorizados que me permitam identificar com precisão o que está a ser feito. É óbvio que qualquer acção de prevenção traz sempre frutos, agora o equilíbrio entre os recursos que são

despendidos e os proveitos que daí advêm, neste momento não o consigo fazer. Não sei tão pouco se, a não existir uma eficiência mais elevada, se a causa estará no procedimento operacional, se na falta de formação, se na falta de dinâmica por parte dos elementos policiais no escalão mais baixo ou intermédio, se na falta de formação dada pela Direcção Nacional, se na falta de orientações macro dadas ao dispositivo, ou se pura e simplesmente ainda estamos num processo de adaptação, que de facto demora o seu tempo, e que a Polícia de Segurança Pública, como todas as polícias no mundo, tem que atravessar.

## **5 - O que entende por Modelo Integral de Policiamento?**

O Modelo Integral de Policiamento é uma esquematização. Foi delineado por ocasião do Euro 2004 para permitir que de uma forma bastante simples se congregasse um conjunto de variáveis que possibilitavam uma fácil compreensão a todo o dispositivo de, em função de diferentes cenários, empenhar diferentes soluções tácticas. Esta imagem da figura piramidal que é a representação gráfica escolhida, e a meu ver bem, para o modelo integral de policiamento, permitia ser compreendida por todos os escalões da hierarquia, e portanto, é uma esquematização que de facto traz esse contributo; de fundir orientações transversais às diferentes valências policiais, transversais aos diferentes níveis hierárquicos mas que podem ser aplicadas em vários cenários operacionais e facilmente compreendida por todos. Mas não é um modelo de policiamento. O modelo integral é uma representação que em si, na minha opinião, não consiste num modelo de policiamento, pois não percorre as diferentes fases que uma estratégia deve percorrer, desde as orientações políticas até à proposta de tácticas utilizadas.

## **6 - Considera que existe uma boa articulação entre valências na PSP?**

Parece-me que está muito melhor do que aquilo que estava há 15 anos atrás. Tem existido um esforço considerável em meios humanos e materiais, em formação e em equipamento, para que as diferentes valências possam cada vez mais estar articuladas entre si, para que o trabalho de uns possa, quase que em tempo real, estar disponível para todos, para que as falhas de comunicação sejam minimizadas, e a complementaridade de dados permita ser um trunfo a favor das forças policiais ao invés dese tornar num obstáculo pela forma como por vezes fazem ruído entre si.

Claro que existem sempre aspectos a melhorar e parece-me que, porventura, o pilar que mais carece de investimento nesta altura é notoriamente o pilar preventivo, na

perspectiva de se integrar com os restantes. Não quer dizer que não tenham existido iniciativas obviamente louváveis e que têm consumido parte do efectivo no âmbito da prevenção criminal, mas, parece-me a mim, não têm sido devidamente articuladas com as restantes componentes de um corpo de Polícia moderno como é o nosso. Ou seja, as acções de cariz preventivo não disponibilizam ainda a informação que deveriam disponibilizar e não permitem que essa informação seja trabalhada como aquelas de cariz reactivo ou de investigação criminal, ou mesmo da actividade de informações propriamente dita. Há portanto um desequilíbrio em 1 dos 4 pilares que carece de algum investimento.

**7 - Qual a sua opinião relativamente à Directiva Estratégica 16/2006 que define Modelo Integrado de Prevenção e Intervenção Policial nas zonas urbanas com maior hostilidade para as forças de segurança?**

A Directiva Estratégica 16/2006 é um documento fulcral para a actuação policial desde que foi redigida. Ela incorpora na sua redacção um cunho analítico quase positivista que vigorava na altura no Departamento de Operações, em que se procurava transformar um conjunto de ideias dispersas em orientações muito claras e encadeadas de forma metodológica, que permitissem a todo o dispositivo compreender, facilmente, como ler os cenários que tínhamos diante de nós, perceber as diferentes opções que poderiam existir, e em função dos cenários e das opções, ser escolhida a solução que mais se adequava ao momento. Ela reveste-se, portanto, de um mérito absolutamente inquestionável e a verdade é que ainda hoje, 6 anos passados, consubstancia-se essa directiva num documento cuja matriz não está desvirtuada, bem pelo contrário, ela é ainda a grande orientação na área da manutenção e reposição da ordem pública.

**8 - Na sua opinião o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade deve ser aplicado nas ruas com grau de risco muito elevado?**

As ZUS com grau de risco muito elevado são por definição cenários sócio criminais adversos à ação policial. Por isso mesmo, a obtenção de informações que permitam à Polícia desenvolver as suas intenções no sentido da melhoria da qualidade de vida das populações locais, torna-se vital. Contudo, atendendo às condicionantes na liberdade de ação dos elementos policiais, somente quando assentes em ligações duradouras com a população local é que se torna possível o acesso a informações relevantes, capazes de promover desequilíbrios a favor da Polícia e da população e em desfavor dos delinquentes. Ora, estas ações policiais, de cariz prolongado e constante,



somente podem ser desenvolvidas pelas Equipas afetas ao Programa Integrado de Policiamento de Proximidade. Importa contudo e dado que são aqui focadas áreas com especificidades muito próprias, que jamais seja comprometida a primeira regra que temos que observar na actuação policial: a da segurança. A segurança das outras pessoas e a segurança dos nossos próprios elementos, e numa zona urbana sensível em que o grau de conflitualidade é elevado para com as forças de segurança, isso significa certamente que existe uma instabilidade que torna imprevisível a reacção, o comportamento que alguns elementos da população local possam ter para com as forças policiais. Assim, não estando reunidas as condições de segurança mínimas para uma actuação que, quer se queira quer não, pela sua natureza de maior disponibilidade e isolamento está mais vulnerável do que outras, urge ponderar a sua atuação. Alternativas viáveis a médio e longo prazo, contudo, não existem.

Ainda assim, importa assegurar de que o contacto com as instituições locais é sempre mantido. A capacidade que as forças policiais têm que ter de, em permanência, monitorizar todas as áreas do território nacional, desde as mais amplas às menores, é obviamente uma preocupação que deve imperar no planeamento e na execução de qualquer dispositivo. Daí que, deve caber às subunidades a responsabilidade de manter sempre uma porta entreaberta para com as comunidades, mesmo aquelas que têm elevada animosidade para com as forças policiais.

## **9 – Considera que os Agentes de Proximidade devem ser envolvidos em operações de cariz mais reactivo levadas a cabo nestes locais?**

Julgo que os Agentes afectos às EPAV não devem intervir em operações de cariz reactivo uma vez que isso pode comprometer a confiança que a população neles deposita. Eventualmente poderão, numa posição de rectaguarda, funcionar, durante a operação, como elementos de consulta a quem está na vanguarda da força, e, complementarmente, se necessário for, interagir à distância com a população local (por exemplo por telefone).

## **10 - O que entende por *Unrest*?**

O *Unrest* é, no meu entendimento, uma fase que antecede a ordem pública e que precede qualquer outro estágio que não seja o da ordem pública, obrigando a que as forças policiais, através dos seus elementos, possam desenvolver um conjunto de actividades que visem precisamente a implementação, no tempo adequado, do *Estado de Normalidade*.

Na fase do *Unrest* depois de se abordar o primeiro *timing*, cumpre distinguir eventualmente um segundo *timing*, que teoricamente ainda não foi diferenciado, mas que carece de uma análise e eventualmente de procedimentos diferenciados dos do primeiro. Se numa fase inicial a abordagem deve ser promotora da reposição da ordem pública como primeira das prioridades, é verdade também que numa fase posterior, passando o momento em que já foi possível identificar claramente quem foram os promotores da desordem e todos os outros que não partilham dessa postura social, podemos então, repete-se, a partir daqui, considerar que entramos numa segunda fase do *unrest* que visa em definitivo repor a Ordem Pública. Em que difere da primeira? A prioridade já não é a actuação policial mais forte e orientada pela mera distinção entre o delinquente do não delinquente, ou seja, aquela que visa distinguir qual o papel que cada um assumiu no crime que foi praticado mas, repete-se numa segunda fase, voltar a trabalhar o sentimento de segurança, reactivando as ligações com a comunidade, com os diferentes grupos, reconhecendo os diferentes papéis e os méritos que daí advém, e é neste momento que a actividade do elemento de policiamento de proximidade é fundamental, pois ele melhor que ninguém deverá munir-se da sua rede de contactos, formal e informal, as organizações, os indivíduos e as reuniões agendadas. Os encontros que possam ocorrer devem ser geridos com o mesmo cuidado, mas visando objectivos de promoção de uma nova proximidade e de devolução do sentimento de paz àquela comunidade, assegurando àqueles que contribuíram para a reposição da ordem de que esse foi o caminho certo.

**11 - Após desordens ocorridas neste tipo de locais qual considera que deve ser a prioridade da Polícia a nível do policiamento? Continuar a apostar em acções de prevenção? O “Policiamento de saturação”? Outro tipo de opção?**

É pouco inteligente emitir opiniões generalistas em situações desta natureza. Isto porque, quer queiramos quer não, os cenários diferem entre si, as populações, os elementos policiais, as facilidades que temos ou não de lidar com os líderes locais, se é que eles existem e a sua capacidade real de liderança, a capacidade que nós temos ou não de persuadir as populações, a liberdade de acção que a população local que não é delinquente e a população circundante nos concede, e até mesmo a opinião pública e não raras vezes o próprio poder político, ou seja, existe aqui uma multiplicidade de factores que impossibilita que uma regra seja definida. Contudo, o bom senso, devendo imperar, parece sugerir que acções de fiscalização apertada sejam uma medida que se possa tomar a seguir a situações de alteração de ordem pública, mantendo sempre, a preocupação de evitar o reacender desse conflito. Os elementos policiais nessas acções

deverão estar particularmente sensibilizados para que através das suas condutas, através da abordagem, através de eventuais comentários que possam fazer, serem especialmente cuidadosos em não ferir a população, sem que contudo isso impeça a sua intervenção.

Saber distinguir os elementos das comunidades nessa hora parece-me muito importante, mais porventura do que em qualquer outra. Isto porque a população estará com uma atenção redobrada àquilo que a Polícia vai fazer nesse momento, e a maioria da população invariavelmente ambiciona que a justiça seja feita.

Qual o papel que cabe à Polícia desempenhar neste espectro da aplicação da justiça? Apurar a verdade decorrente da sua acção policial, ou seja, fazer as diligências necessárias para que essa verdade seja disponibilizada a quem por direito e dever deverá julgar. O que a população não quer é que todos sejam tratados por igual, sejam delinquentes ou não delinquentes. Claro que isto choca com o princípio da presunção da inocência, mas este é mais um desafio que está inerente à actividade policial e que nos distancia de um modelo legalista puro. É que de facto, ser polícia, hoje, é muito mais do que se limitar a aplicar a lei, e se nós nos limitarmos a aplicar a lei, sobretudo nestes momentos, corremos o risco de não sermos bons polícias.

Parece-me que, nestes momentos, usufruir do poder de discricionariedade de forma equilibrada é essencial. Porque a gestão desse poder de discricionariedade, nos primeiros instantes, vai ser chave para se poder ou não ter acesso à tal informação que a vítima indirecta poderá disponibilizar sequencialmente. Se nós tratarmos todas as pessoas por igual a seguir a um momento de alteração de ordem pública, provavelmente a torneira da informação fechar-se-á. Se, pelo contrário, distinguirmos aquelas pessoas que sabemos que não adoptam, não apoiam e com dificuldade toleram comportamentos marginais e pelo contrário até se disponibilizam para colaborar com as polícias, se distinguirmos essas de outros que são neutros e de outros que optam pela franja da delinquência, então nós estaremos, com o tempo, a privilegiar a obtenção da verdade que esse, em ultimo caso, é o propósito de um órgão policial.

## **12- Quer sugerir algumas boas práticas que devem ser adoptadas pela PSP, nestes locais?**

No âmbito do policiamento de proximidade a Polícia de Segurança Pública está a desenvolver ainda os primeiros passos. A Directiva Estratégica 10/2006 vai fazer 6 anos agora, o que é pouco tempo. É pouco tempo porque os primeiros 2, 3 anos foram passados em formação e em pré-diagnóstico e portanto é complicado nesta altura termos os valores seguros. Para além disso, atendendo à actual conjuntura económica e aos

modelos que têm sido seguidos, a implementação do programa integrado de policiamento de proximidade ainda não tem a dinâmica necessária que lhe permita disponibilizar dados suficientemente válidos para se poder perceber qual a real mais valia da componente preventiva num modelo de policiamento desenvolvido pela Polícia de Segurança Pública neste momento.

Contudo, parece-me que inquestionavelmente a missão de um polícia deixou de ser, desde há algum tempo a esta parte, combater o crime. O elemento policial deve ter como principal prioridade prevenir o crime. O bom polícia não é aquele que apanha o criminoso é aquele que evita que o crime aconteça. Porque mesmo que ele apanhe o criminoso e mesmo que todos os danos patrimoniais sejam restituídos, o dano psicológico, por muito compensado que seja, nunca deixará de existir, e o polícia existe como órgão de paz. Não é por acaso que, historicamente, a função policial está associada à figura do pároco, o responsável pelo bem-estar moral da população. Eram as paróquias, os regedores e os Cabos de Polícia as figuras que antes, no nosso território, e, com as devidas transposições territoriais e temporais nos restantes territórios do mundo, iam desenvolvendo a actividade de manutenção da ordem e da paz. O crime era residual e uma actividade quase que subsidiária, porque o objectivo era que entre a comunidade não se chegasse ao crime.

Os modelos actuais, obcecados pela contabilidade, sugerem ao elemento policial que ele vem para a polícia apanhar criminosos e isso, parece-me que desvirtua o papel da Polícia numa sociedade moderna. Talvez por isso, os países da Europa do Norte e a escola anglo-saxónica no geral, optem hoje por definir como prioridade de actuação dos polícias, os problemas dos cidadãos e os crimes designados como as *bagatelas sociais*. O que realmente preocupa o cidadão é que é a prioridade para a Polícia e não aquela criminalidade que nós podemos assumir como a mais importante, que eventualmente pode ser para o decisor político, mas que está longe de ser a que mais preocupa a população. Urge, eventualmente, aproximar essas duas franjas a mais baixa e a mais elevada da sociedade. Porventura essa poderá ser a missão futura da Polícia.

### **13 – Quer acrescentar algo ao que foi dito?**

Não.

## Anexo 16 - Síntese das entrevistas efectuadas aos especialistas em prevenção da criminalidade

	<b>Superintendente Leitão</b>	<b>Superintendente Oliveira</b>	<b>Intendente Elias</b>	<b>Comissário Guinote</b>
<b>Maiores problemas das ZUS</b>	A Integração social. Os maiores problemas são mais ao nível das causas que provocam do que propriamente os problemas da criminalidade em si	O pequeno tráfico de droga, pois está relacionado com criminalidade mais grave (roubos); As incivildades, (ruídos contantes, a degradação do espaço público e do erário público, os incêndios em caixotes do lixo e imobiliário urbano, <i>grafitis</i> ) por provocarem sentimentos de insegurança nas pessoas que lá habitam; A Polícia é considerada uma opositora, algo que tem que ser combatido.	O tráfico de droga e actividades relacionadas; Apedrejamentos; Indivíduos com antecedentes criminais; Um grande número de indivíduos pertencentes a grupos de delinquentes que se dedicam à criminalidade violenta ou grave	É problema de aceitação e de compreensão por parte de uma minoria de residentes, que, não obstante o reduzido número, têm capacidade de impor a sua vontade aos restantes, e isso dificulta a actuação policial e a interacção com os demais agentes sociais
<b>Balanço da prevenção da criminalidade</b>	A taxa de penetração nas comunidades não é muito boa. Ainda assim, se não marcássemos presença, a situação nestes bairros seriam mais complicada	Há crime e há incivildades nestes bairros, mas tem melhorado e os comandantes estão atentos a este fenómeno A Polícia tem feito prevenção através do patrulhamento normal, das EIR, do CI; As soluções têm de ser partilhadas com outras entidades; A prevenção deve passar também por um eficaz combate ao crime	Nos últimos tempos não temos tido situações de desordem generalizada nos bairros; Existe aceitação do trabalho da Polícia pela maioria dos residentes; A Polícia não hesita em entrar nos bairros quando é necessário; A prevenção nestes bairros tem que ser exercida por outras entidades que não apenas e só a Polícia.	Não tem dados pormenorizados que o permitam avaliar com precisão o que está a ser feito.
<b>Informações das vítimas indirectas</b>	Depende da comunidade. A comunidade cigana, é de longe a mais difícil de entrar . Com a comunidade portuguesa tem-se	Para a Polícia, o objetivo primeiro é captar a confiança das pessoas e dos cidadãos que trabalham, que não praticam o crime. A	Através do policiamento de proximidade; Deve-se garantir sempre um canal aberto de comunicação com as	A utilização da vítima indirecta não só é possível como bastante vantajosa. Deve ser utilizada forma discreta e

*Intervenção Policial em Zonas Urbanas Sensíveis Vermelhas  
Estudo Exploratório em Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova*

	tido alguns casos de sucesso. Com a comunidade negra tem-se tido alguns casos de sucesso.	partir do momento em que há essa confiança, as coisas estão bem encaminhadas para que se possa extrair alguma informação e sustente a ação da Polícia	diversas associações e com a população em geral, especialmente com os líderes das comunidades locais	segura tanto quanto possível colaborar com as forças de segurança, em determinados momentos, e são esses momentos que têm que ser explorados pelos elementos policiais.
<b>PIPP em ZUS vermelhas</b>	Sim, sem dúvida	Sim.	Sim, uma das soluções a aplicar nas ZUS é o policiamento de proximidade.	Sim, salvaguardando ainda assim a segurança dos elementos policiais.
<b>Opinião sobre a Directiva Estratégica a 16/2006/ Articulação entre valências na PSP</b>	A directiva diz que “sim”, mas não diz “como”. Faltam os mecanismos de formação às pessoas a investigação criminal não partilha informações a ninguém. cada valência funciona autonomamente da outra e em que a partilha de informação é vista sempre com muita desconfiança. Porque há sempre a possibilidade de alguém ir fazer um brilharete que eu iria conseguir fazer se ficasse só com a informação para mim cada comandante de esquadra também quer brilhar e não quer pôr os outros a brilhar por ele	A articulação funciona bem se for incentivada diariamente. Esse bom funcionamento exige pró-atividade, por parte de quem dirige; A Directiva Estratégica 16/2006 foi muito bem conseguida.	A caracterização do bairro deverá levar a que os seus comandantes determinem formas de actuação específicas para esses bairros de maior risco; deve-se evitar que apenas vá um carro-patrolha isolado a determinadas situações; a directiva veio estipular um conjunto de procedimentos, para a caracterização das ZUS; articulação está a funcionar, mas tem ainda uma larga margem para melhorias; Por vezes, aquilo que impede que as diferentes valências se articulem melhor é a falta de recursos materiais	O pilar preventivo carece de um maior investimento, na perspectiva de se integrar com os restantes. A Directiva Estratégica 16/2006 reveste-se de um mérito absolutamente inquestionável. Ainda hoje é um documento cuja matriz não está desvirtuada, bem pelo contrário, ela é ainda a grande orientação na área da manutenção e reposição da ordem pública.
<b>Os agentes de proximidade devem intervir em Operações reactivas?</b>	De uma forma geral, sim. Não pode apenas passar as tarefas ingratas para as outras valências Em conflitos de maiores dimensões não devem intervir	Não. O elemento deve estar é salvaguardado deste tipo de ações mais repressivas. Devem ficar afastados das intervenções de maior visibilidade para se resguardarem para a sua ação de proximidade. No entanto, ser polícia	Não. Devem sim desenvolver o seu trabalho quotidiano de interacção com as entidades locais, com os cidadãos ou com as associações; A sua utilização pode fragilizar o seu papel como interlocutores privilegiados com o bairro; Ainda assim, devem	Não. Eventualmente poderão, numa posição de rectarguarda, funcionar, durante a operação, como elementos de consulta (por exemplo através de telefone).

*Intervenção Policial em Zonas Urbanas Sensíveis Vermelhas  
Estudo Exploratório em Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova*

		de proximidade não significa pactuar com os delinquentes	actuar perante ilícitos criminais detectados em flagrante delito	
<b>Boas práticas</b>	Deve existir partilha, depois era preciso que cada comandante estabelecesse as rotinas diárias para que isso fosse efectuado	A locação de um polícia em permanência a um mesmo local; A aproximação deste polícia às pessoas; O Agente de Proximidade deve dotar-se de plantas relativas aos espaços públicos de café/restaurantes, comércio, isto é, ter uma carta que tenha toda a informação sobre o que existe naquele bairro que ele patrulha, deve participar em reuniões e acções de prevenção ao nível da prevenção. Nem todos os polícias podem desempenhar funções de proximidade.	O trabalho realizado na Cova da Moura: interação com as associações de trabalho social; O contrato local de segurança implementado na Divisão de Loures, que foi importante para o baixar das tensões e para a criação de canais de comunicação permanentes com os líderes comunitários, nomeadamente com a comunidade cigana e com a comunidade africana; O Diagnóstico das áreas; Impensável que em determinadas zonas apenas se utilize um carro de patrulha para resolver situações; Fundamental que as diversas entidades comuniquem entre si; O trabalho diagnóstico de caracterização do grau de risco das zonas urbanas sensíveis não deverá impedir os comandantes de esquadra de saírem do seu gabinete e irem até ao terreno verificarem em loco a situação A informação recolhida pelo agente de proximidade deve passar, através da cadeia hierárquica, para a investigação criminal, consistindo uma fonte que, à partida, é credível	O bom polícia não é aquele que apanha o criminoso é aquele que evita que o crime aconteça. O que realmente preocupa o cidadão é que deve ser a prioridade para a Polícia e não aquela criminalidade que nós podemos assumir como a mais importante.

## **Anexo 17 - Entrevista ao senhor Superintendente Lucas<sup>197</sup>**

*Data do envio da entrevista: 15 de Dezembro de 2011, 00h48m*

*Data da resposta à entrevista: 16 de Dezembro de 2011, 16h22m*

### **1-Quais são os problemas associados às zonas urbanas sensíveis que mais o preocupam?**

O conceito de “zona urbana sensível” (ZUS), ou “*hotspot* urbano”, pretende identificar e caracterizar uma realidade social e criminal, associada normalmente à prática reiterada de algumas tipologias criminais, desordens públicas e incivildades.

São inúmeras as preocupações que normalmente estão associados às ZUS, tanto no que respeita aos problemas aí verificados, como ao nível dos autores de crimes que aí habitam ou utilizam o espaço como área de “refúgio” ou apoio.

Os espaços habitualmente classificados pelas Forças e Serviços de Segurança (FSS) como ZUS são muito variados e com características muito díspares, motivo pelo qual os problemas e preocupações podem variar significativamente entre ZUS.

Muitas da ZUS têm associada uma criminalidade imanente, na medida em que do seu interior são originários diversos jovens delinquentes que praticam, muitas vezes de forma organizada ou grupal, inúmeros crimes violentos e graves, tanto nas suas imediações como noutros espaços mais distantes.

Em muitas destas ZUS verificam-se, ou estão-lhe associados, índices muito elevados de tráfico de estupefacientes e de armas e recetação de artigos diversos.

Merece particular preocupação os níveis muito elevados de criminalidade violenta e grave e criminalidade grupal (conceitos densificados no Relatório Anual de Segurança Interna 2010) associada a algumas ZUS, cujos autores surgem igualmente relacionados com outros fenómenos de violência urbana, praticados em muitos casos nas áreas envolventes (transportes públicos, centros comerciais, espaços de diversão noturna, etc.) Os sentimentos de “territorialidade” e de oposição à intervenção dos organismos Estatais nas ZUS (particularmente das entidades que representam a autoridade), continuam a ser uma preocupação para as FSS e demais entidades ligadas à Justiça e Segurança.

A gratuidade e o carácter coletivo de muita da violência praticada nas ZUS e demais “espaços de influência”, particularmente contra símbolos da autoridade,

---

<sup>197</sup> Director Nacional Adjunto da Polícia de Segurança Pública para a área das Operações e Segurança. A entrevista foi enviada por correio electrónico por preferência do entrevistado. À data da mesma, o senhor Superintendente era o Secretário-Geral-Adjunto do Sistema de Segurança Interna.



organismos e entidades oficiais, ou simplesmente contra condutores de transportes públicos ou vítimas ocasionais, associada em muitos casos a outros fenómenos de meras incivildades e vandalismo, devem merecer igual preocupação.

A cada vez mais reduzida idade de muitos dos delinquentes que integram grupos organizados que têm a sua origem ou consolidação nas ZUS constituem igualmente uma preocupação.

Por último, mas não menos importante, os restantes moradores e frequentadores das ZUS que, nada tendo a ver com muitos dos problemas de segurança, crime e ordem pública atrás referidos e que são, em última instância, as principais vítimas do sistema e que sofrem as influência tanto dos criminosos como, por vezes, das intervenções menos ajustadas das FSS.

**2-Pensa que a PSP pode utilizar a população residente nas zonas urbanas sensíveis (nomeadamente as “vítimas indirectas” das desordens registadas nestes locais) com vista a angariar informações proveitosas? De que forma?**

É essencial, para qualquer estratégia de segurança, de prevenção ou investigação criminal ou de reposição da ordem pública, suportar toda a fase de planeamento e execução em informação correta e suficiente.

Sem prejuízo do recurso a inúmeros outros instrumentos de pesquisa e recolha de notícias, afigura-se essencial, particularmente nas etapas subsequentes do ciclo de produção de informação, obter dados nos próprios espaços que irão ser “intervencionados” ou junto de pessoas que os frequentam ou utilizam sob um ponto de vista não policial. Os residentes nas ZUS afiguram-se, assim, uma excelente e imprescindível “fonte” para as FSS.

No caso concreto da PSP, e sem prejuízo de outras modalidades mais elaboradas e dedicadas especificamente para um problema, junto que, cada vez mais, o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) deverá estar focalizado não apenas na criação de “laços de confiança e empatia” com as populações abrangidas no programa, mas igualmente na obtenção e subsequente difusão de notícias e dados que possam ter relevância para as estratégias e planos a elaborar nas áreas já referidas (segurança, crime e ordem pública).

**3-Qual considera ser a forma adequada de policiar este tipo de bairros:**

**Através da presença constante com policiamento apeado aleatório?**

**Através da presença constante com policiamento apeado planeado?**

**Apenas respondendo a ocorrências através do policiamento automóvel?**

### **Ou de outra forma?**

A Diretiva estratégica 16/2006 – que aprova o Modelo Integrado de Prevenção e Intervenção Policial em Áreas Problemáticas de em Locais de Maior Incidência Criminal ou Hostilidade para com as Forças de Segurança, particularmente quando conjugada com a Diretiva estratégica 10/2006 – que aprova o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade, definem princípios e procedimentos muito concretos com aplicação direta ao nível do policiamento de espaços como as ZUS (além da ordem pública e da investigação criminal).

Como é evidente, os procedimentos ao nível do policiamento de cada bairro deverão ser ajustados a diversos fatores, tendo endógenos como exógenos ao espaço, (indo aliás ao encontro das duas diretivas acima referidas e outros documentos estratégicos já aprovados pela PSP), não sendo intelectualmente acertado, sob o meu ponto de vista, tentar “conceber” um modelo e aplica-lo a todos os bairros ou ZUS.

No entanto, como é evidente, a aleatoriedade é uma fragilidade quando falamos em técnicas e modelos de policiamento, revelando essencialmente uma ausência de informação, estratégia e planeamento.

### **4-Que balanço faz da prevenção da criminalidade que é efectuada pela PSP nas ZUS?**

Objetivamente, tenho de reconhecer que não disponho presentemente de dados que me permitam efetuar uma avaliação correta e fundamentada sobre a eficácia e eficiência das medidas que vêm sendo implementadas pela PSP nas ZUS e o seu impacto direto na prevenção criminal.

Os dados que disponho são muito globais, apenas até ao nível da freguesia, não permitindo sequer realizar as análises elementares ao nível do que foi praticado na ZUS, mas suas imediações ou por indivíduos que ali residem ou costumam permanecer. No entanto, a perceção que tenho, particularmente enquanto observador externo, é globalmente positiva.

### **5-Qual considera dever ser a prioridade da PSP ao nível da prevenção nestes locais:**

**A prevenção primária?**

**A prevenção secundária?**

**A prevenção terciária?**

A PSP e demais FSS, deverá integrar todas as modalidades e estratégias de prevenção, tanto de natureza social como situacional como, em conformidade com a sistematização que apresenta, do nível primário ao terciário.

Porém, quando necessitamos estabelecer prioridades (principalmente porque os recursos são cada vez mais escassos), deveremos ter sempre presente dois aspetos:

- a) Qual a eficácia e impactos, a curto, médio e longo prazo das medidas a implementar? e
- b) Quais são as tarefas, medidas e responsabilidades que legalmente nos estão atribuídas em exclusividade e quais são as que estão igualmente atribuídas a diversas outras entidades públicas e privadas? O que é que só poderá/deverá ser efetuado pela PSP e quais as outras atividades que poderão/deverão ser realizadas prioritariamente por outras entidades.

Assim, mesmo que parecendo “politicamente” incorreto, terei de defender que as FSS têm áreas de atuação, no domínio da prevenção criminal, que não podem ou devem ser exercidas por outras entidades, particularmente ao nível da prevenção secundária e atuação direta sobre potenciais criminosos.

As FSS deverão, sempre que possível, colaborar e integrar as restantes modalidades e estratégias preventivas, até porque, as estratégias a implementar neste âmbito deverão ser integradas e interrelacionas nos diferentes níveis (primário, secundário e terciário), sob pena de partirem de pressupostos diferentes e procurarem objetivos não conciliáveis.

As diferentes estratégias deverão assentar em diagnósticos comuns e visar atingir objetivos globalmente idênticos e complementares.

## **6-Na sua opinião o PIPP deve ser aplicado em zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado?**

Os Graus de risco, nos moldes que decorrem da Diretiva estratégica 16/2006, e a consequente cotação (entre 7 e 21 valores) e caracterização por código de cores (verde, amarelo e vermelho), deverão ser interpretados e aplicados nos moldes previstos na Directiva, nomeadamente, horários do dia, dias da semana, eventos pontuais, pós intervenção policial, etc.

Não existem em Portugal ZUS que, sendo devidamente efetuada a avaliação da ameaça e do risco, esteja permanentemente com uma classificação de risco muito elevado. Existirão, seguramente, períodos e, em última instância, áreas dentro da ZUS em que o risco é menor.

Entendo que, mesmo nas situações de ZUS com risco elevado, as estratégias de prevenção e o PIPP deverão ser assegurados procedendo-se, como é evidente, às necessárias adaptações e salvaguardas da integridade dos agentes que executam as missões de policiamento. Aliás, esta é exatamente a opção adotada pela PSP e facilmente comprovada por uma análise cuidada do Anexo A da Diretiva 16/2006 (Esquematização da intervenção – prevenção).

**7-Considera que existe uma boa articulação entre prevenção, investigação criminal e ordem pública na PSP? De que forma pode ser melhorada?**

O facto de me encontrar, há cerca de três anos, “fora” da PSP, não me permite, de forma objetiva e fundamentada, efetuar uma avaliação relativa à eficácia e eficiência dos mecanismos de articulação atualmente existentes entre as estruturas direcionadas para a pe policiamento, a investigação e reação criminal e a manutenção e reposição da ordem pública.

Para além da necessidade de uma permanente comunicação e articulação de âmbito local, ao nível operativo e tácito, julgo que a articulação poderá ser ainda melhorada através da Plataforma Informática SEI, assegurando-se que toda a informação existente está disponível e acessível a quem tem necessidade de a conhecer.

Por outro lado, uma das tarefas essenciais da ação de comando consiste efetivamente em fomentar a cooperação entre estas valências, evitar conflitos e intervenções desintegradas do contexto global e assegurar que, tanto ao nível da informação, como da intervenção operacional, existe uma efetiva coordenação de todos os intervenientes.

**8-Considera que a Unidade Especial de Polícia deveria ser mais utilizada nestas áreas mais problemáticas? De que forma?**

Pelas razões que evoquei na resposta à pergunta anterior, não disponho de informação que me permita avaliar o nível e tipo de utilização que vem sendo dado à Unidade Especial de Polícia (UEP) e, particularmente, a cada uma das suas valências.

Entendo que, sem prejuízo das necessidades específicas da UEP e salvaguardando a autonomia técnica e tática específicas de cada uma das valências, deverá existir uma clara orientação de meios da UEP para ZUS, porém, sempre com o cuidado de não condicionar as capacidades e autonomias das equipas de patrulhamento, investigação criminal e ordem pública afetas ao dispositivo territorial. A utilização de

meios da UEP não deverá conduzir ou potenciar situações futuras em que apenas a UEP tenha capacidades para intervir numa ZUS.

A UEP deverá ser essencialmente um meio de reforço e não um substituto dos dispositivos dos Comandos territoriais.

**9-Julga que a directiva estratégica 16/2006 (modelo integrado de prevenção e intervenção policial nas zonas com maior hostilidade para as forças de segurança) está bem conseguida? De que forma poderia ser diferente?**

Pelas razões já apresentadas nas respostas às perguntas anteriores, não disponho de informação que me permita avaliar o grau de implementação da diretiva 16/2006.

A minha percepção vai no sentido de considerar que o nível de execução está muito além do estipulado e que os Comandos continuam escassamente cientes do seu conteúdo e pouco empenhadas em executar os procedimentos definidos.

A Directiva surge na sequência de ocorrências fatídicas em Fevereiro e Março de 2005 que vitimaram 3 agentes da PSP – Divisão da Amadora. Julgo que a Diretiva terá certamente alguns aspetos a rever e melhorar, porém, uma vez que não estou ciente do seu nível de execução, não me considero capaz de formular apreciações críticas.

Teoricamente, até porque integrei o grupo de trabalho que promoveu a sua elaboração, parece-me um documento estratégico bem conseguido. Julgo que o mesmo, analogamente a outros programas e procedimentos aprovados pela PSP, só deverá ser avaliado e melhorado após ter sido devidamente implementado e avaliado, nos seus aspetos positivos e negativos, potencialidades e impossibilidades.

**10-Julga que os agentes de proximidade devem intervir nas operações levadas a cabo nas zonas urbanas sensíveis?**

Dependerá certamente do tipo de operação realizada na ZUS.

Por exemplo, caso seja uma operação de fiscalização rodoviária de baixo impacto ou uma operação de prevenção geral, não vejo, à partida, inconvenientes na participação dos agentes de proximidade.

No caso de operações de natureza mais musculada, de reposição da ordem pública, destinadas a executar mandados, etc., entendo que os mesmos deverão ficar mais resguardados, não intervindo diretamente na operação (o que não significa que não possam continuar à mesma na ZUS e intervir, caso sejam chamados para o efeito, como

elementos mediadores entre os residentes/frequentadores da ZUS e os elementos da FS que executam a operação).

**11-Após desordens ocorridas no bairro qual deve ser a prioridade da polícia ao nível do policiamento?**

Dependerá seguramente do tipo de ZUS e da gravidade e tipo de desordem.

Julgo que é intelectualmente incorreto tentar impor um procedimento tipo pós-desordem, uma vez que as realidades podem variar de forma muito considerável.

No essencial, julgo que existem, entre outros, quatro fatores a considerar na estratégia de policiamento pós-incidente:

- a) Retomar ou continuar a merecer a confiança e apoio da generalidade dos residentes, frequentadores e associações da ZUS;
- b) Minimizar os impactos, particularmente para os residentes e frequentadores da ZUS, decorrentes dos incidentes já ocorridos;
- c) Assegurar a autoridade do Estado, garantir o acesso e permanência das FSS na ZUS em condições de segurança e reduzir a probabilidade de ocorrerem novas desordens; e
- d) Focalizar eventuais intervenções mais “musculadas” ou coercivas nos potenciais ou alegados causadores da desordem ou incidente e nunca de forma indiscriminada contra todos os residentes e frequentadores do espaço.

**12-Quais as “boas práticas” que devem ser adoptadas pelo efectivo da PSP com vista a dar resposta aos problemas registados nas zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado?**

Tenho muitas dificuldades em sistematizar “boas práticas” neste domínio, principalmente pelo facto de ter a plena convicção que cada ZUS é uma realidade muito específica e que as respostas policiais e das demais entidades deverão ser igualmente muito concreta e direccionadas.

Julgo que a conjugação da generalidade das diretivas e normas produzidas pela Direção Nacional da PSP sobre policiamento e técnicas de intervenção policial, associada à formação ministrada no ISCPSI, permitirá a todos os seus Oficiais ter presente um conjunto de princípios e técnicas suficientes para a definição e implementação de estratégias de intervenção numa ZUS de risco elevado.

Acho que a pergunta poderá ser um excelente tema para um seminário dirigido às FSS e outras entidades com responsabilidade na inserção social e prevenção social e

organizações representativas das ZUS. Julgo que as propostas de “boas práticas” iriam variar muito em função do sector e, mesmo dentro de cada sector, as posições não seriam unânimes.

**13-Quer acrescentar algo ao que foi dito nesta entrevista?**

Boa sorte para o trabalho.

---

## **Anexo 18 - Entrevista ao senhor Superintendente Magina da Silva<sup>198</sup>**

*Data: 12 de Dezembro de 2011*

*Hora da entrevista: 15h10m*

*Duração da entrevista: 16 minutos e 29 segundos*

### **1 - Quais são os problemas associados às zonas urbanas sensíveis que mais o preocupam?**

Para além dos problemas de índole social, que não cabe à polícia resolver, existe efectivamente uma reacção à partida adversa relativamente à presença e actuação das forças de segurança. Há efectivamente um historial que reflecte um padrão de hostilidade contra as forças de segurança, em situações inesperadas e em que aparentemente não há justificação para tal. Por outro lado também há claramente uma estigmatização dessas zonas. Sabemos que apenas uma parte reduzida da população se dedica de forma sistemática à prática do crime, no entanto todos os outros habitantes, de uma forma directa ou indirecta, acabam por sofrer indirectamente com esse estigma, que acaba por rotular todos os habitantes como criminosos.

### **2 - Falou nas chamadas “vítimas indirectas”, porque apenas um grupo é que se dedica verdadeiramente ao crime. Relativamente a essas vítimas, pensa que a Polícia pode angariar informações positivas da parte delas ou é impossível chegar àquele grupo?**

Não é um grupo, são a maioria das pessoas que vivem normalmente. Se nos colocarmos na área envolvente das ZUS, a partir das 06:00 assistimos a uma quantidade enorme de gente que sai para trabalhar, cidadãos de bem...Muitas vezes um dos problemas que se levanta é que durante as operações policiais para repor a ordem pública, torna-se de alguma forma difícil haver uma actuação perfeitamente discriminada que apenas atinja os autores da prática de crimes. É natural interditar-se grandes espaços, durante algum tempo. As limitações de circulação impostas acabam por afectar indiscriminadamente toda a população da ZUS. Em termos da intervenção policial diria que devemos tentar ser mais selectivos e adoptar as tácticas mistas de policiamento (proximidade ou reactivo), conforme o mesmo ocorra em período nocturno ou diurno e

---

<sup>198</sup> , Inspector Nacional da Polícia de Segurança Pública À data da entrevista o senhor Superintendente era o comandante da Unidade Especial de Polícia.



conforme o histórico recente de comportamentos agressivos contra os polícias que trabalham diariamente nessas áreas.

**3 - Qual considera ser a forma adequada das esquadras genéricas policiarem estes bairros? Através da permanência constante, só respondendo a ocorrências, utilizando o denominado “agente de proximidade”?... Qual a sua opinião?**

Tem que ficar claro que a Polícia de Segurança Pública entra em qualquer local do território nacional, a qualquer hora do dia, seja no âmbito do cumprimento de diligências judiciais seja em acções de prevenção, policiamento e patrulhamento. A questão é quais são os meios adequados que garantem o cumprimento da missão e a integridade física dos agentes policiais. Não podemos dizer genericamente que o policiamento deve ser de proximidade, apeado ou auto, depende, provavelmente, da hora do dia, depende da conjuntura, se ocorreu há pouco tempo algum tipo de alteração grave da ordem pública... Eu diria que os meios a empenhar deverão ser os necessários para garantir o trabalho policial e a integridade física dos agentes. A mim parece-me que querer fazer policiamento de proximidade, seja nos bairros problemáticos ou em qualquer zona de Lisboa, a partir do momento em que os estabelecimentos comerciais estão fechados, a partir do momento em que nem há muita gente na rua a passear não me parece que haja qualquer interesse no policiamento de proximidade. Nesses momentos um policiamento auto seria mais adequado. Havendo um historial recente ou contínuo de hostilidade contra os elementos policiais provavelmente os meios auto a empenhar não devem ser só um carro patrulha com dois elementos, mas também equipas de intervenção rápida.

**4 - Ao nível da prevenção da criminalidade, qual é o balanço que faz da prestação da PSP nestes locais?**

A criminalidade dentro das ZUS não é mais alta do que fora delas. Obviamente a PSP não pode desistir do policiamento de proximidade e de uma actuação preventiva nestas áreas, nem o tem feito. As pessoas de bem devem ser protegidas pelas forças de segurança.

**5 - Considera que existe uma boa articulação entre prevenção, ordem pública e investigação criminal na PSP?**

Sim, cada vez melhor. Há uma integração maior entre todas as valências operacionais da PSP. Isto também resulta da necessidade e frequência com que está a acontecer essa integração, criando-se uma cultura de trabalho em equipa cada vez mais forte.

**6 - Relativamente à Unidade Especial de Polícia, julga que deveria ser mais utilizada neste tipo de locais ou é utilizada na medida certa?**

A Unidade Especial de Polícia é já utilizada diariamente em reforço dos comandos territoriais da PSP, especialmente através das subunidades operacionais Corpo de Intervenção e Grupo Operacional Cinotécnico. Elas já são empregues de uma forma rotineira, num tipo de patrulhamento mais musculado e especializado em zonas que o recomendam. Por exemplo, o Bairro Alto durante o dia não é uma ZUS. É uma zona residencial e calma. Pela noite, especialmente ao fim de semana, quando os bares abrem, torna-se numa área muito problemática, recorrendo-se sistematicamente ao reforço com meios da UEP.

**7 - Eu perguntei-lhe isto também, porque neste momento estou a estagiar na Amadora. Durante buscas domiciliárias que acompanhei reparei que a Investigação Criminal não teve o auxílio da Unidade Especial de Polícia...talvez por não o solicitar. Quando é no interior deste tipo de locais, não considera que seria mais seguro para os elementos policiais envolvidos contar com o auxílio da UEP?**

A Unidade Especial de Polícia reforça o dispositivo territorial da PSP sempre que para tal é solicitado e autorizado pela Direcção Nacional da PSP. Este reforço ocorre, nomeadamente, no âmbito de processos de crime e de execução de ordens judiciais, mandados de busca, detenção de indivíduos perigosos armados, etc. Este tipo de reforços são aliás prioritários portanto, nós prestamos. Se a esquadra de investigação criminal da Divisão da Amadora não tem esse reforço é porque provavelmente não o solicitou ou não foi sancionado pelo comando do COMETLIS. Dependendo do trabalho policial em concreto poderão ser empenhadas uma ou mais subunidades operacionais da UEP, de forma integrada e coordenada, o que acontece frequentemente! Muitas vezes para a execução de determinadas buscas domiciliárias, é usado pessoal do Grupo de Operações Especiais para entrar em segurança nas residências e pessoal do Corpo de Intervenção para garantir a segurança da zona envolvente à operação.

**8 - Julga que a Directiva Estratégica 16/2006, que define o Modelo Integrado de Prevenção e Intervenção nas zonas de maior hostilidade para as forças de segurança, está bem conseguida ou poderia ser melhorada em algum aspecto?**

Acho que poderia ser melhorada. Em minha opinião os documentos da PSP são normalmente demasiado extensos. Uma directiva operacional tem de ser muito concisa e muito clara, não tem por exemplo que fazer enquadramento legal na Constituição nem tem que fazer doutrina. Deve ser um documento inteligível e compreendido por todo o dispositivo e não destinar-se a fazer doutrina. Poderá ser redigidos outros documentos para formar doutrina e para sustentar teoricamente determinadas opções tácticas e operacionais. Portanto, é um excelente documento, mas demasiado extenso, com demasiadas considerações e questões filosófico-teóricas, quando devia ser um documento que define procedimentos operacionais básicos a cumprir.

**9 - Considera que os agentes de proximidade devem intervir nas intervenções mais musculadas de forma a servirem de interlocutores?**

Não. Os meios afectos à prevenção e concretamente ao policiamento de proximidade não devem ser “queimados” em intervenções policiais. Em intervenções mais musculadas devem ser empregues meios que normalmente não contactam com as populações da área de intervenção. Logo que haja condições para reatar o policiamento de proximidade ele deve surgir naturalmente, de forma a que os elementos afectos a este tipo de policiamento sejam encarados como amigos que estão lá para ajudar e não para reprimir.

**10 - Após desordens ocorridas no bairro, qual considera que deve ser a prioridade da polícia?**

Essa é uma questão que tenho muito clara. Por vezes temos tendência a formar ideias e raciocínios demasiado elaborados...as questões da segurança são, feliz ou infelizmente, mais directas e mais simples. Em minha opinião quando há uma reacção hostil contra a PSP, seja onde for, seja numa zona urbana sensível ou noutra local qualquer, se ultrapassar determinada linha de admissibilidade, tem de haver uma reacção imediata. A reacção imediata deve passar pela ocupação imediata da área pela PSP durante um período a definir, consentâneo com a gravidade da desordem ou agressão. Ocupar significa adoptar um policiamento de saturação, aumentando os mecanismos de controlo sobre as entradas e saídas da zona. Desta forma os prevaricadores ficam com a

certeza de que os seus actos de agressão a elementos policiais não passam impunes. Quando há uma acção que ultrapassa as marcas, tem que haver uma reacção forte e imediata e depois logo se vê...Volto a dizer, quando há incidentes graves, deve ocorrer uma reacção forte e imediata, com elevada presença policial.

**11 - Quer sugerir algumas boas práticas para serem utilizadas por parte do nosso efectivo neste tipo de locais?**

Eu acho que claramente que devíamos assumir que há determinadas áreas de responsabilidade da PSP em que são necessárias precauções acrescidas. Em determinadas áreas, a determinadas horas, apenas determinados meios deveriam ser accionados, independentemente da ocorrência a resolver. Nessas áreas temos que fazer um esforço de maneira a garantir que os elementos policiais têm garantias acrescidas para a sua integridade física, em cumprimento das suas missões.

**12 - Quer acrescentar algo ao que foi dito?**

Não.

---

## **Anexo 19 - Entrevista ao senhor Intendente Gouveia<sup>199</sup>**

*Data do envio da entrevista: 15 de Dezembro de 2011, 00h50m*

*Data da resposta à entrevista: 16 de Dezembro, 07h55m*

### **1-Quais são os problemas associados às zonas urbanas sensíveis que mais o preocupam?**

Falta de emprego e abandono escolar, que estimula o ócio, e paralelamente a actividade delinquente ou delituosa. Estes dois factores “matam” qualquer perspectiva de futuro, qualquer anseio ou ambição, fazendo com que as pessoas não se auto estimulem a alcançar os seus “sonhos”. São estes dois factores conjugados, e a ausência objectiva de figuras parentais, ausentes em trabalho durante a maioria do dia, que fazem com que se verifique uma situação de “sobrevivência” diária, do “passar o tempo” e a condução de iniciativas, por falta de orientação ou supervisão moral, delituosas ou delinquentes.

### **2-Pensa que a PSP pode utilizar a população residente nas zonas urbanas sensíveis (nomeadamente as “vítimas indirectas” das desordens registadas nestes locais) com vista a angariar informações proveitosas? De que forma?**

Não podemos falar de “aproveitamento” duma situação de fragilidade para obtenção de informação, seja ela proveitosa ou não. O que podemos falar é em trabalho permanente e de apoio às necessidades mais básicas das populações, nomeadamente em matéria de segurança, sem fazer qualquer distinção entre vítimas indirectas, directas ou autores e delinquentes. O trabalho policial tem de ser com todos e isso reflecte-se, depois, em conhecer as realidades mais profundas das próprias zonas e poder, com essa informação trabalhar de modo a suprir falhas.

### **3-Qual considera ser a forma adequada de policiar este tipo de bairros:**

**Através da presença constante com policiamento apeado aleatório?**

**Através da presença constante com policiamento apeado planeado?**

**Apenas respondendo a ocorrências através do policiamento automóvel?**

**Ou de outra forma?**

---

<sup>199</sup> Director do Departamento de Operações da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública. A entrevista foi enviada por correio electrónico devido ao senhor Intendente estar em comissão de serviço no exterior do território nacional.

A forma mais correcta e adequada de policiar os bairros é com policiamento constante, apeado e planeado, bem como com policiamento aleatório automóvel. A presença da “autoridade do estado” só pode ser ininterrupta, para que os residentes não “percebam” o abandono a que estão votados como noutras áreas de apoio social, sanitário, económico, cultural, etc.

É fundamental que o Policiamento Comunitário, de Proximidade, cujo modelo implementado pela PSP tem tido tanto sucesso, se mantenha, ou se incremente, de forma a dar resposta aos anseios das populações. Por vezes a única resposta estatal é conseguida através da mediação da intervenção policial. Em suma, a PSP não pode, nem deve, abandonar o policiamento apeado, contínuo, planeado e de proximidade nas zonas urbanas sensíveis, sob pena de perder a confiança e a boa vontade das populações, bem como, e conforme referi na questão anterior, ficar “cega” à realidade social e criminal do bairro.

#### **4-Que balanço faz da prevenção da criminalidade que é efectuada pela PSP nas ZUS?**

Penso que a resposta já foi dada pela questão anterior – boa, com necessidade de incremento e dedicação. Por vezes o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, apesar de ter sido testado e avaliado, com resultados extremamente animadores, só é “aplicado” por vontade férrea de alguns comandantes, quando deveria ser algo natural e primordial para qualquer esquadra e Divisão Policial. Só com um contacto próximo, com a visualização de uma “cara” associada à intervenção policial em ZUS, é que se minimizam a grande maioria dos problemas associados ao desencanto sócio-económico-cultural desses mesmos bairros.

#### **5-Qual considera dever ser a prioridade da PSP ao nível da prevenção nestes locais:**

**A prevenção primária?**

**A prevenção secundária?**

**A prevenção terciária?**

Todas! Sem excluir, e esse aspecto é fundamental, a reacção preventiva, ou seja mostrar que a Polícia não apenas um “parceiro” no desenvolvimento do sentimento de segurança das populações, mas também o seu garante!

**6-Na sua opinião o PIPP deve ser aplicado em zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado?**

Em primeiro lugar o PIPP já não é PIPP, mas MIPP, uma vez que o Programa já foi avaliado e testado, tendo sido “transformado” num Modelo Policial – Se é um Modelo então a resposta está subentendida: Sim, em todo o lado! Com as necessárias adaptações de cada realidade.

**7-Considera que existe uma boa articulação entre prevenção, investigação criminal e ordem pública na PSP? De que forma pode ser melhorada?**

Obviamente que todos os modelos de actuação integrada são falíveis, uma vez que a realidade em que a PSP actua é extremamente fluida e fugaz, no entanto, e da experiência que tem sido colhida, eu penso que há uma razoável coordenação. Se podia ser melhorada? Claro que sim.

Como? Através da partilha sistemática e permanente de informação, com reuniões planeadas de articulação permanente entre as E IC 's e as Esquadras Locais, com briefings pontuais às EIR's, com relatórios sistemáticos destas para as esquadras acerca de indivíduos referenciados em intervenções de reacção ou reposição da ordem. Com o reforço sistemático e pontual do C.I., preparando-os antecipadamente com pequenos briefings de situação antes de fazerem o patrulhamento de reforço. Utilização adequada do CI (UEP) como reserva e não como substituto do patrulheiro que está de férias. Estaria aqui dois dias a escrever como é que se pode fazer melhor, mas sumariando: pode-se fazer sempre mais e melhor desde que haja um sentimento de bem servir o interesse público!

**8-Considera que a Unidade Especial de Polícia deveria ser mais utilizada nestas áreas mais problemáticas? De que forma?**

A resposta anterior já conclui, de certa forma; aquilo que poderia opinar acerca desta matéria. A minha resposta é sim! Sempre!

Deveria constituir uma força de reserva, demonstrativa da capacidade global da PSP para responder aos incidentes mais críticos, desenhar na mentalidade das populações locais que se pode ser cooperante, colaborante, parceiro, mas que também podemos ser educadores, exigentes e intransigentes. É neste equilíbrio que mantém uma posição de Polícia Integral em qualquer área de responsabilidade territorial da PSP.

**9-Julga que a directiva estratégica 16/2006 (modelo integrado de prevenção e intervenção policial nas zonas com maior hostilidade para as forças de segurança) está bem conseguida? De que forma poderia ser diferente?**

Muito bem conseguida! Pode ser melhorada, sempre e de forma permanente, com a informação, experiência e aplicação no terreno, como toda a actividade policial. Só não evolui quem não experimenta.

**10-Julga que os agentes de proximidade devem intervir nas operações levadas a cabo no bairro?**

Sempre!

**11-Após desordens ocorridas no bairro qual deve ser a prioridade da polícia ao nível do policiamento?**

O SUCESSO (repare que escrevi em letras grandes porque o orgulho assim o determina) do EURO 2004 já nos deu a receita: Níveis de Intervenção e sua aplicação!

Agora é só usar e abusar da receita!!!

**12-Quais as “boas práticas” que devem ser adoptadas pelo efectivo da PSP com vista a dar resposta aos problemas registados nas zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado?**

As respostas às questões anteriores são suficientemente esclarecedoras que a PSP tem e continua, a desenvolver um trabalho de excelência, pragmático e eficaz, junto da generalidade das populações que serve. As “boas práticas” que são, ininterruptamente, adoptáveis é o espírito de bem servir, bom senso, ponderação, dedicação e empenho dos profissionais de polícia. Os recursos humanos aliados a sua formação moral, e de carácter, ao serviço das populações são, indubitavelmente, as melhores das “boas práticas”.

**13-Quer acrescentar algo ao que foi dito nesta entrevista?**

Boa sorte e que o cidadão seja sempre o objecto primordial do nosso esforço individual e colectivo, bem como do nosso empenhamento técnico-científico, engrandecendo a imagem, já muito moderna e positiva da PSP.



## **Anexo 20 — Síntese das entrevistas efectuadas aos especialistas em ordem pública**

	<b>Superintendente Lucas</b>	<b>Superintendente Magina</b>	<b>Intendente Gouveia</b>
<b>Maiores problemas das ZUS</b>	Criminalidade violenta e grave e criminalidade grupal Os sentimentos de “territorialidade” e de oposição à intervenção Estatal A gratuitidade e o carácter colectivo da violência. A delinquência juvenil	Reacção à partida adversa relativamente à presença e actuação das forças de segurança; Estigmatização dessas zonas.	Falta de emprego, abandono escolar e ausência objectiva de figuras parentais
<b>PIPP em ZUS vermelhas</b>	As estratégias de prevenção e o PIPP deverão ser asseguradas	Obviamente a PSP não pode desistir do policiamento de proximidade e de uma actuação preventiva nestas áreas	Sim. Com as necessárias adaptações de cada realidade.
<b>Utilização da UEP nas ZUS vermelhas</b>	Deverá existir uma clara orientação de meios da UEP para ZUS, porém, sempre com o cuidado de não condicionar as capacidades e autonomias das equipas de patrulhamento, investigação criminal e ordem pública afectas ao dispositivo territorial.	Patrulhamento mais musculado e especializado em zonas que o recomendam; Execução de ordens judiciais, mandados de busca, detenção de indivíduos perigosos armados, etc. Este tipo de reforços é aliás prioritário	Deve ser utilizada. Também devemos ser exigentes e intransigentes.
<b>Articulação entre valências na PSP</b>	Articulação poderá ser ainda melhorada através da Plataforma Informática SEI, assegurando-se que toda a informação existente está disponível e acessível a quem tem necessidade de a conhecer	Sim, cada vez melhor	Razoável coordenação
<b>Opinião sobre a Directiva Estratégica 16/2006</b>	Documento bem conseguido os Comandos continuam escassamente cientes do seu conteúdo	Excelente documento, mas demasiado extenso, com demasiadas considerações filosófico-teóricas, quando devia ser um documento que define procedimentos operacionais básicos a cumprir	Muito bem conseguida
<b>Os agentes de proximidade devem intervir em Operações reactivas?</b>	Operações de baixo impacto ou uma operação de prevenção geral – sim; No caso de operações de natureza mais musculada – mais resguardados	Não. Em intervenções mais musculadas devem ser empregues meios que normalmente não contactam com as populações da área de intervenção	Sempre

*Intervenção Policial em Zonas Urbanas Sensíveis Vermelhas*  
*Estudo Exploratório em Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova*

<b>Boas práticas</b>	Conjugação da generalidade das directivas e normas produzidas pela Direcção Nacional da PSP sobre policiamento e técnicas de intervenção policial, associada à formação ministrada no ISCP SI	Nessas áreas temos que fazer um esforço de maneira a garantir que os elementos policiais têm garantias acrescidas para a sua integridade física, em cumprimento das suas missões	Articulação permanente entre as EIC 's e as Esquadras Locais, com briefings pontuais às EIR's, Relatórios sistemáticos destas para as esquadras acerca de indivíduos referenciados em intervenções de reacção ou reposição da ordem. Reforço sistemático e pontual do C.I., Utilização adequada do CI (UEP) como reserva e não como substituto do patrulheiro que está de férias.
----------------------	---	--	---

## **Anexo 21 - Entrevista ao senhor Subintendente Prates<sup>200</sup>**

*Data: 12 de Dezembro de 2011*

*Hora da entrevista: 09h58m*

*Duração da entrevista: 12 minutos e 35 segundos*

### **1 – Quais são os problemas associadas às “zonas urbanas sensíveis” que mais o preocupam?**

Nas “Zonas Urbanas Sensíveis” existe uma série de problemas, um grande leque de problemas, que nos devem preocupar. Podemos destacar alguns como sejam de a exclusão social e o desemprego. Penso que estes são os grandes factores que estão a montante dos problemas mais preocupantes. Existe ainda um outro que me parece ter muita relevância que tem a haver com a falta de referências dos jovens que vivem nessas zonas e que vivem num ambiente onde se promove uma cultura muito associada às incivildades e à pequena criminalidade.

### **2 – Na sua opinião qual o motivo para que os habitantes destes locais tenham uma aversão tão grande à polícia?**

Penso que existem dois motivos principais para a hostilidade demonstrada em relação à polícia. Uma relacionada com a própria cultura que é desenvolvida no próprio bairro, entre grupos ou entre gangues. Por outro lado, a polícia é vista frequentemente como a face visível do Estado que só intervém na área da repressão, isto é, é vista só a actuar naquela área urbana sensível, sempre na perspectiva da repressão. E isto pode, em conjugação, fomentar a hostilidade por parte de alguns residentes dessas “Zonas Urbanas Sensíveis” perante a polícia.

### **3 – Pensa que a PSP pode utilizar a população residente nestas áreas, nomeadamente as vítimas indirectas nas desordens registadas com vista a angariar informações proveitosas? De que forma?**

---

<sup>200</sup> Chefe da Divisão da Coordenação de Investigação Criminal no Departamento de Investigação Criminal e docente da Unidade Curricular “Investigação Criminal” no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Qualquer pessoa deve ser considerada como potencial informador da polícia, no sentido de possibilitar notícias, que depois de tratadas possam trazer luz à actividade policial e orientar esta no melhor sentido. A polícia deve encontrar formas de motivar essa pessoa a colaborar na sua actividade. Essas pessoas terão de se rever na actividade policial, entender que a mesma é orientada para a sua segurança, e que os meios e métodos utilizados pela polícia promovam a credibilidade do profissionalismo policial e a noção de justiça nas suas acções. Se houver confiança na polícia e esta conseguir motivar o cidadão para colaborar na acção de prevenção, podemos encontrar condições para a troca de informações vantajosas para trazer àquela “zona urbana sensível”, maior estabilidade, maior tranquilidade e um maior grau de segurança.

**4 – Qual considera ser a forma mais adequada de policiar este tipo de bairros? Através de constante policiamento a pé, o denominado “Agente de Proximidade”, através de policiamento automóvel, respondendo apenas a ocorrências ou através de outros meios?**

Depende em que fase está naquele momento em concreto a “zona urbana sensível”. Se estivermos num período de elevada hostilidade policial, penso que o policiamento a pé ficará um pouco comprometido. Assim que for atingida uma fase mais calma poder-se-á promover o policiamento a pé para facilitar a reaproximação da polícia à comunidade. Penso que a polícia não pode aparecer só para reagir ao crime ou a qualquer outra situação delicada de ordem pública. Deve estar também presente e integrada com a população, no dia-a-dia, numa relação de normalidade e de comunicação, para que a sua acção seja aceite, ou consentida, pela população local.

**5 – Ao nível da prevenção da criminalidade, qual o balanço que faz da actuação da Polícia nestas áreas?**

Eu penso que há um enorme esforço por parte da polícia para conseguir controlar a criminalidade nessas “zonas urbanas sensíveis”. Mas penso que ainda não chegamos a uma solução ideal para conseguir conter esses fenómenos de criminalidade. Acontece, com muita frequência, que estas zonas acabam por ser zonas de criminalidade emanada, em que os grupos ou gangs ali constituídos, se deslocam para outros locais para a prática de crimes ou incividades.

Se a polícia aparecer somente para reagir às ocorrências dificilmente haverão resultados positivos na área da prevenção criminal. Mas, através de uma forma de abordagem honesta, justa e amigável, a polícia poderá ganhar o cidadão. Essa

abordagem deve passar por uma aproximação ou abordagem amigável, por tratar as pessoas com respeito, tomar decisões justas e investir tempo na explicação dessa decisão, ou seja, fazer com que as pessoas compreendam e aceitem a decisão, mesmo que lhes seja desfavorável.

**6 – Qual considera que deve ser a prioridade da PSP ao nível da prevenção? A detecção das causas do crime, a designada prevenção primária, a prevenção secundária através da identificação precoce de grupos ou prevenção terciária através da readaptação social dos delinquentes?**

A PSP pode ter um papel a desempenhar em qualquer uma dessas estratégias de prevenção criminal, no entanto no meu entender na parte secundária é onde poderá ter se calhar um papel mais relevante no controlo da criminalidade. Por outro lado, uma polícia aceite em determinada zona ou população, pode, pela interacção com o cidadão, recolher informação para melhor orientação da sua actividade e, dessa conjugação e junção de esforços, promover um sentimento ou motivação na população de não alinhamento com a actividade criminal.

**7 – Na sua opinião as trocas de informação existente entre as esquadras genéricas e as esquadras de investigação criminal são suficientes?**

Como qualquer sistema todos os procedimentos, as relações institucionais ou as relações entre subunidades dependem muito das pessoas. Se as pessoas tiverem uma postura mais aberta, mais voltada ao diálogo, conseguem estabelecer relações comunicacionais bastante mais profundas. Isso depende muito das pessoas! A cooperação e colaboração deve ser entendida como uma necessidade ou obrigatoriedade. Deve ser um procedimento sistemático necessário para a qualidade do serviço policial, seja na valência da investigação criminal, seja na prevenção criminal.

**8- Considera que existe uma boa articulação entre investigação, prevenção criminal e ordem pública no seio da nossa Instituição?**

Eu penso que existe efectivamente essa articulação. No entanto, a investigação é a mais recente de entre essas valências que indicou. Desde 1995, com a definição de competências de investigação criminal em matéria de tráfico de droga e, posteriormente, em 2000 com a primeira LOIC, a PSP encarou de forma mais profunda a ferramenta da investigação criminal no desempenho da sua actividade. O caminho a percorrer, em que

a PSP se assume como polícia integral, com as várias valências, pode traduzir-se numa vantagem para a abordagem às situações com que tem de lidar, pois elas próprias são de natureza complexa. Um crime, é um problema de investigação criminal, mas também pode ser um problema de ordem pública ou um problema de segurança, pelo que uma polícia que possua todas essas valências integradas estará mais apta a responder à situação e às necessidades do cidadão com mais qualidade.

#### **9 – Considera que a UEP deveria ser mais utilizada neste tipo de locais?**

Eu considero que a UEP tem uma função de intervenção essencialmente reactiva para situações de reposição de ordem pública ou para situações de elevada violência, complexidade e risco. Não considero que a UEP deva estar especialmente orientada acções de prevenção criminal.

**10 – No que concerne às operações planeadas, que envolvam buscas domiciliárias, por exemplo: Considera que a UEP possa ser mais utilizada do que costuma ser? Pergunto isto porque pode existir a vontade dos agentes da investigação criminal, que desenvolveram determinada investigação, chegado o momento de efectuar buscas, serem eles a efectuá-las, quando existe uma unidade especialmente vocacionada para esse tipo de operações...**

Eu compreendo a expectativa do investigador em concretizar a detenção do suspeito que está na sua investigação. Mas há aqui uma questão que deve preocupar, em especial os Oficiais de Polícia com responsabilidade de comando operacional das subunidades de investigação criminal, que se prende com a necessidade de avaliar permanentemente o risco da nossa actividade e das decisões que toma. Enquanto responsáveis por uma operação têm que assegurar todas as medidas para diminuir esse risco. No limite, para salvar vidas e proteger a integridade física de todos os intervenientes na acção. Considero necessária a utilização da UEP nos cenários de risco que passa, não por realizar a busca em si, diligência processual que está a cargo da valência de investigação criminal, mas para efectuar uma entrada em determinada residência ou local, a intercepção ou controlo de determinados suspeitos, etc.

Dou especial relevo à ideia de que ao Oficial de Polícia caberá sempre salvaguardar e proteger as vidas e integridade física dos seus homens, de terceiros e dos suspeitos e, dentro desse contexto, deve solicitar o apoio e intervenção da UEP em cenários de risco.

**11 – Após desordens ocorridas neste tipo de bairros qual deve ser a prioridade ao nível da actuação da polícia? Deve tentar ocupar os espaços, deve apenas reagir a incidentes, deve continuar com operações planeadas?**

Eu penso que deve haver uma primeira preocupação em fazer regressar a situação à normalidade. Através de policiamento ostensivo, seja através de policiamento de visibilidade ou musculado. Essa seria a primeira fase até encontrarmos uma situação de normalidade. A partir do momento que nos encontramos numa fase mais calma, a polícia pode adoptar os procedimentos operacionais que evidenciem claramente a descida na escala de violência sem, no entanto, descurar uma avaliação permanente da situação. Atingindo-se a normalidade poder-se-á optar por um policiamento mais próximo e de restabelecimento dos laços com a comunidade local e ser aceite como presença amigável.

**12- Quer sugerir algumas boas práticas que devam ser adoptadas pelo nosso efectivo policial no policiamento destas áreas?**

Há muitas e tenho visto muitas por parte da PSP neste tipo de intervenção nas “zonas urbanas sensíveis”. Entendo que estas zonas não devem ser consideradas zonas interditas à polícia. A Polícia tem de conseguir ganhar a população local. Para a Polícia ser aceite não pode aparecer só para reagir ao crime ou às ocorrências. Uma Polícia que faça uma abordagem selectiva e amigável, trate os cidadãos com respeito, tome decisões justas e invista tempo a explicá-las ao cidadão, pode ver a sua acção facilitada.

**13 – Quer acrescentar algo ao que foi dito ao longo da presente entrevista?**

Não.

---

## **Anexo 22 - Entrevista efectuada ao senhor Comissário Pestana<sup>201</sup>**

*Data: 31 de Janeiro de 2012*

*Hora da entrevista: 10h45m*

*Duração da entrevista: 31m23s*

### **1-Quais os problemas das zonas urbanas sensíveis que mais o preocupam?**

A delinquência juvenil. Há muito mais coisas naturalmente, e os problemas estão associados uns aos outros, mas aquilo que eu acho que caracteriza uma zona urbana sensível em termos de problemas criminais e ilícitos é efectivamente a propensão para que essas acções sejam feitas por jovens. Penso que este será, se tiver que escolher só um problema, o problema maior, que está relacionado, depois, com muitos outros. O problema é, muitas vezes, a falta de infra-estruturas no interior dos bairros de apoio às comunidades, embora isso esteja a mudar, e já há hoje em dia boas práticas aqui nos bairros em Lisboa, como a implementação de organizações dentro dos bairros com vista a promover a ocupação de tempos livres de jovens, acompanhamento de jovens e crianças com vista a retirá-los daquilo que são os meios mais degradados.

### **2-Na sua opinião qual o motivo para que uma parcela dos residentes destas áreas tenha uma aversão tão grande à Polícia?**

Vários. Desde logo porque a cultura vigente, por defeito, é anti-autoritária. É uma cultura que quando a Polícia intervém, intervém de forma violenta e às vezes pouco precisa nos alvos e quando actua de forma precisa nos alvos, estamos a falar de pessoas do próprio bairro, pessoas que têm a família no próprio bairro e portanto é natural que as famílias não vejam com bons olhos a intervenção da Polícia porque nunca é no sentido de as beneficiar. O que é uma parte ainda significativa, porque nestes bairros o problema é esse, é que a quantidade de indivíduos que merecem a atenção da Polícia é muito expressiva relativamente ao resto da comunidade, e isso não acontece noutros locais, em que são uma minoria muito reduzida e portanto a população apoia a actuação da Polícia. Nestes casos não. É sobretudo um estigma, é uma coisa que se consegue desmanchar e julgo que a Polícia tem feito um esforço muito grande nesse sentido, com os programas de proximidade e de escola segura mais específico para jovens, que é

---

<sup>201</sup> Chefe do Núcleo de Informações Policiais do Comando Metropolitano de Lisboa



desmontar um pouco esta ideia que é: “da Polícia não pode vir nada de bom”. Mas isto é sempre muito complicado porque, por mais esforços que se façam, na melhor das hipóteses consegue-se criar alguma confusão. Porque efectivamente a marca cultural e de vida das pessoas destes bairros, estamos a falar dos bairros mais problemáticos, onde há elevada taxa de criminalidade e tráfico, a marca é que o bairro passava muito melhor sem a Polícia. Repare que isto depois também depende da franja populacional a que é dirigida a pergunta porque há pessoas mais velhas nestes bairros que até concordam com a actuação da Polícia, no entanto, estes não são nem a maioria e sobretudo não são a voz que mais se faz ouvir. Prova disso é que as pessoas têm que efectivamente ficar caladas sob pena de sofrerem represálias dentro do próprio bairro.

**3-O Senhor Comissário referiu que existem pessoas que até concordam com a acção da Polícia. Pensa que a Polícia pode conseguir angariar informações proveitosas dessa população? E de que forma?**

Pode e consegue. Isso já é feito, sobretudo através dos programas de proximidade. É preciso ganhar primeiro a confiança das pessoas, para depois então as pessoas sentirem algum à vontade para falar dos problemas do bairro. E os problemas do bairro não têm necessariamente que ser a denúncia de um ou outro criminoso, podem ser problemas relacionados com a salubridade do bairro, com a iluminação do bairro, com alguém que costumava aparecer em determinado sítio e deixou de aparecer. Ainda recentemente tivemos um caso de duas senhoras idosas que morreram sem que ninguém se tivesse apercebido e acabou por ser um contacto da polícia de proximidade que veio dar à PSP o conhecimento de que provavelmente passar-se-ia alguma coisa com as pessoas já que não eram vistas nos locais habituais há algum tempo. Portanto, isto consegue-se fazer ganhando a confiança das pessoas e funciona bem. Agora, são coisas que têm que ser feitas com algum cuidado sob pena de as pessoas acabarem por sofrer represálias e acabarem por se isolar e fecharem, no fundo, um canal de informação que exista para com os elementos policiais.

**4-Qual é o balanço que faz da prevenção da criminalidade que é efectuada pela PSP nas zonas urbanas sensíveis?**

Francamente acho que se faz aquilo que se pode. Considerando os meios que temos há um investimento grande, e falo do Comando Metropolitano de Lisboa, realidade que conheço melhor, embora nas divisões possas, de certeza absoluta, ter uma visão muito mais aproximada e realista das coisas. A sensibilidade que eu tenho é de que os

meios deslocados para as zonas urbanas sensíveis, em proporcionalidade, acabam por ser mais fortes do que os meios que são empenhados em patrulhamento normal, em zonas que não sejam sensíveis. Um bom caso disso é, por exemplo, a Divisão da Amadora quando há uma quantidade muito grande de efectivo que é alocada especificamente para aqueles bairros e estamos a falar da prevenção, mas se falarmos da repressão, e a repressão também tem que ser com um carácter preventivo, também há um investimento muito grande. Isto é daquelas coisas, se houvesse o dobro do efectivo não era mal empregue nestes bairros. Mas penso que com o efectivo que existe na Polícia, faz-se um esforço muito forte no sentido de se resolverem, ou se controlarem ou minimizarem os problemas destes bairros. Se fizeres um levantamento em termos de giros e em termos de efectivo de proximidade na esquadra o que é que é afecto ao bairro problemático da área dessa esquadra e o que é afecto a zonas não problemáticas, eu acho que irias chegar à conclusão que há uma preocupação muito grande e uma predominância de empenho de meios em zonas urbanas sensíveis, sobretudo se atendermos à quantidade de população a que se destina esse esforço e ao tamanho da área a que se destina esse esforço, mas isso é uma questão de veres eventualmente numa esquadra, fazeres um levantamento num ano inteiro, o que é que foram os giros que foram afectos, que elementos policiais é que tiveram a missão, e durante quanto tempo, aos bairros ou zonas urbanas sensíveis e os que estiveram em patrulhamento normal. Eu sei, por exemplo, que na Amadora há várias equipas que apenas fazem as zonas urbanas sensíveis, não fazem mais nada, e para o resto fica o carro patrulha. De certa forma isto demonstra de facto um investimento muito grande, mais que isto penso que é difícil, se é suficiente? Se resulta? Resulta na medida do possível.

### **5-Como define o *Modelo Integral de Policiamento*?**

O modelo integral de policiamento é um conceito que no fundo espelha a relação de várias valências completamente distintas dentro da Polícia e formas completamente distintas de actuação que se podem complementar no sentido de melhorar um objectivo específico que é comum a todas, isto é, é a forma como várias valências que à partida pouco ou nada têm a ver umas com as outras mas que efectivamente se coordenam por forma a combater um fenómeno específico. Isto sempre se fez, não é novo, agora tem este nome e bem, é um desenvolvimento conceptual de práticas que já existiam de trás, mas que efectivamente resulta. A coordenação destas valências é que, não só é muito exigente como pode ainda ser aperfeiçoada, designadamente no que toca à questão das informações e ao tratamento que é dado às informações, e depois à resposta que outras

valências dão em função das informações que são recebidas, mas enfim, isto penso que define, de forma ainda que grosseira, o conceito de Polícia Integral.

#### **6-Considera que existe uma boa articulação entre valências no seio da PSP?**

Considero que existe uma boa articulação, também considero que podia ser melhor, mas sim, considero que existe uma boa articulação. Pela experiência que tenho, nomeadamente cinco anos responsável pela área de informações do Comando, vejo com muita frequência o canal de informações a funcionar, e as informações a serem recolhidas por elementos afectos às mais diversas áreas de intervenção e às mais diversas valências, a serem canalizadas para um ponto central, seja a nível de Divisão seja a nível de Comando. Tenho visto essa informação a ser trabalhada da forma que é possível, considerando que a área de informações na PSP tem tido uma carência de formação muito grande, portanto, as pessoas tentam dar o seu melhor mas nem sempre é a forma tecnicamente correcta de fazer, ainda assim a informação passa, circula, que é o mais importante, é analisada num ponto central, seja a nível de Divisão seja a nível de Comando, ou até de Direcção Nacional, e é utilizada para apoiar a tomada de decisão, que depois terá como consequências, seja de investigação criminal seja de ordem pública. Isto pode efectivamente melhorar a articulação, pode-se definir melhor onde é que começa e termina a parte de informações preventiva e a parte que é investigação criminal, uma coisa que não é nada fácil de fazer. Mas, efectivamente sim, existe uma boa articulação, eu acho que sim, que existe. Há condições para que seja muito melhor mas não considero que o nível de articulação que existe seja comprometedor da actuação policial. Penso até que às vezes falha mais a nível da metodologia, das técnicas, onde poderíamos ser mais rigorosos em termos de análise da informação e da circulação da informação, da segurança da informação, mas tirando esta questão, que é importante naturalmente, mas que não deixa de ser uma questão de método, efectivamente a informação é recolhida onde é necessário e acaba por chegar de forma oportuna a quem dela vai necessitar, ou para planear ou para executar de imediato.

#### **7-Ainda falando dessa articulação, qual é a sua opinião sobre a Directiva Estratégica 16/2006?**

É sempre difícil sistematizar e aplicar um modelo à realidade. A criação de um modelo que permita simular a realidade ou aferir uma determinada realidade é muito difícil de fazer. A realidade é infinitamente mais rica em termos de detalhe e de factores que podem influenciar o resultado final, é infinitamente mais rica que qualquer modelo

que possas querer montar, ainda assim é necessário procurar criar modelos e aperfeiçoá-los.

Esta directiva cria pela primeira vez um modelo em que se procura distinguir as zonas urbanas sensíveis das restantes zonas, e entre elas face ao seu grau de perigosidade, tanto a componente criminal que tenham como na componente de hostilização das forças de segurança. Isto é um bom princípio, é uma boa iniciativa que efectivamente faz com que a actuação num bairro em que não haja problemas e num bairro em que haja seja completamente diferente. Importa definir, face a estas classificações a consequente forma de intervenção, o que também de certa forma consta na Directiva. Na prática este tipo de documento, é um documento ambicioso, tem que ser alvo de um acompanhamento muito próximo, de uma avaliação inicial, ao fim de algum tempo, para se aferir se é necessário afinar ou não alguns dados. Eu, por exemplo, por vezes leio ou já me aconteceu, ver o resultado final da conjugação de factores que o próprio modelo prevê, e o resultado final parece não coincidir com o que está a ser avaliado. Isto é um problema de todos os modelos. Basta que haja um factor que não tenha sido avaliado da mesma forma, até porque a avaliação de cada um dos factores é um pouco subjectiva e se for avaliada a mesma realidade por elementos distintos esta pode ter diferentes interpretações, a mesma realidade tem diferentes classificações, tem todo este carácter subjectivo. Eu penso que o modelo é bom, a iniciativa é boa porque de certa forma regula e legitima, do ponto de vista hierárquico, a actuação de determinada forma em determinados bairros, mas penso que é passível de alguns melhoramentos, eu até diria que poderia haver um factor que tivesse como base a experiência do comandante do local sobre o bairro, ou seja, independentemente de todos os factores que foram contabilizados, haver o género de um campo de observações que integrasse a subjectividade do comandante local na fórmula. Porque quando queremos representar a realidade, que tem infinitas variáveis, num modelo com dez variáveis, podemos, ainda que sejam as variáveis principais, obter um resultado final que obedeceu a todas aquelas variáveis mas que depois olhamos e não é aquilo que eu acho que representa. Porque havia muitas outras coisas que poderiam alterar isso e que não foram tidas em conta. Portanto eu considero que um factor mais subjectivo que seja integrado em conjunto com os outros possa aproximar avaliações que resultam de uma “cor” que não é a que se aplica ao bairro, aproximá-la um pouco daquilo que é a “cor” que efectivamente melhor caracterizaria melhor o bairro.

**8-Quer sugerir algumas boas práticas para a actuação da PSP nestas áreas, nomeadamente ao nível das informações?**

Existem já algumas boas práticas que passam pela elaboração de relatórios por parte de quem tem por função a prevenção criminal e a recolha de informações. Eu penso que uma sistematização, uma uniformização desses relatórios poderia trazer benefícios. A formação dos elementos que estão no terreno, uma formação de sensibilização para a área das informações, ao nível básico, a necessidade de recolher informações e a importância que as informações avulsas possam ter num quadro geral de um determinado bairro. A sensação que eu tenho, aliás, é uma certeza, uma evidência é que ainda há muita informação que está à frente dos olhos dos elementos policiais e que, ou eles não recolhem porque entendem que não é útil e entendem mal porque não lhes cabe a eles “entender” isso, avaliar isso, ou recolhem e depois não a difundem nem a reportaram pela mesma situação, por entenderem que não é útil, ou que embora seja útil, não há ninguém, nem uma estrutura capaz de acolher e de tratar essa informação. Isto leva-nos para outros domínios como a questão do canal de informações, da estrutura de informações da PSP, que é uma estrutura que funciona muito bem, que funciona entre a Direcção Nacional e até ao nível do Comando e depois do nível do Comando ao nível de subunidade operacional, territorial apresenta algumas falhas. Da subunidade para a esquadra apresenta inúmeras falhas. Mas isto é fruto de uma certa falta de investimento que se tem feito na área de informações de prevenção, ditas informações policiais, na PSP. E existem efectivamente algumas falhas a este nível.

### **9-Quer acrescentar algo ao que foi dito?**

Acho que uma coisa interessante em termos de boas práticas seria haver ao nível de Comando, por exemplo nos Comandos de Lisboa, Setúbal, Porto, poder criar-se um género de uma rede ao nível de comandantes de divisão tendo em vista a partilha de experiências e de boas práticas nas zonas urbanas sensíveis. Estas não têm todas as mesmas características mas têm características semelhantes, mesmo entre cidades distintas como Lisboa, Porto e Setúbal e penso que era de alguma utilidade haver um grupo de trabalho, ou algum tipo de plataforma que pusesse em contacto estas pessoas que têm necessidade de definir estratégias de actuação nos bairros, que são os comandantes de divisão, e com uma periodicidade mensal, ou de dois em dois meses trocar experiências, até sob a égide de Direcção Nacional, de um departamento de operações que pudesse preparar as reuniões, recolher as melhores práticas, avaliá-las, pôr um secretariado de acompanhamento e de apoio a este grupo de comandantes. Da mesma forma que se faz uma reunião de dois em dois anos, julgo, que junta os comandantes das polícias das capitais europeias e é uma reunião que trás sempre enormes benefícios para forças de segurança como nós que não estamos muitas vezes

na vanguarda daquilo que são as formas de actuação e até pelos problemas que há, visto estarmos numa zona periférica na Europa, as coisas chegam-nos com algum atraso, e também as questões tecnológicas e de boas práticas pela forma como certas polícias que até têm muito mais meios do que nós até em termo financeiros fazem as coisas, e que não podemos obviamente importar tudo até pela falta desses meios financeiros mas por vezes tiram-se excelentes ideias. E penso que se isto se faz a nível europeu, por maioria de razão dever-se-ia fazer ao nível nacional. Isto faz-se informalmente, por exemplo entre os comandantes dos Comandos Metropolitanos, porque são só dois e quando há boas relações isto faz-se informalmente, mas por exemplo a nível de comandantes de divisão isto nem sempre se faz. Penso que há muitas coisas para se fazer, nomeadamente haver especialistas, os bairros problemáticos não são algo exclusivo da nossa realidade nacional, e existiram, por exemplo, recentemente problemas em Inglaterra, graves, relacionados com zonas urbanas sensíveis e que tiveram o foco nestas zonas, inclusivamente problemas que derivam da conjuntura social e financeira do país, que é algo que “está à nossa porta”. Existiram também problemas com minorias étnicas em França, há três ou quatro anos, que embora nós não tenhamos propriamente o mesmo tipo de conjuntura em termos demográficos, ao nível das minorias étnicas problemáticas, não deixa de ser uma experiência, e julgo que seria útil, embora possa ser dispendioso, enviar delegações portuguesas a esses países para ver como resolver as situações, porque muitas vezes na altura em que as coisas estão a acontecer, estes próprios países também não querem ter lá polícias estrangeiras a avaliá-los, mas agora que já há relatórios produzidos, ao contrário de nós e temos que reconhecer isso, nos outros países quando as coisas não correm bem há um enorme escrutínio sobre a actividade da Polícia, sobre porque correu bem ou porque correu mal, quais são as boas práticas, o que tem que ser melhorado ou alterado.

Há países, nomeadamente os ingleses, com uma franca tradição e experiência nesta questão das avaliações do que se passou e como se deve melhorar para o futuro. Nós infelizmente não temos essa carga genética. Em todo o caso julgo que seria útil e não seria dispendioso, por exemplo, através da embaixada, que fosse convidado um ou mais especialistas, ingleses por exemplo, para estarem cá algum tempo, três ou quatro dias, ou mesmo de outra nacionalidade onde existissem problemas que se pudessem verificar em Portugal, pois a nossa situação já foi classificada por alguns políticos como sendo explosiva e efectivamente podemos vir a ter incidentes como nunca tivemos antes, portanto, nós próprios não temos histórico do qual nos possamos socorrer para estudar o que aconteceu, se correu bem, se correu mal, como nos devemos preparar, como não devemos. É completamente diferente de um Euro 2004 ou de uma Cimeira da NATO, são coisas diferentes em termos de planeamento e de execução, e julgo que seria útil termos

aqui ao dispor, de um conjunto de pessoas que seriam nomeadas, especialistas na área, fosse na Unidade Especial de Polícia que também tem intervenção nos bairros, fosse nas operações, fosse nas informações ou na logística, pessoas que pudessem recolher, absorver destes especialistas que pudessem vir aquilo que foram os problemas que eles tiveram, como os procuraram resolver, o que é aprenderam, o que correu mal, o que já não fariam da mesma maneira. Penso que era uma boa prática, traria de certeza absoluta benefícios e era uma coisa que provavelmente as próprias autoridades britânicas enviariam sem o mínimo de despesa para a fazenda da PSP.

---

## **Anexo 23 - Entrevista ao senhor Comissário João Carvalho<sup>202</sup>**

*Data: 14 de Fevereiro de 2012*

*Hora da entrevista: 15h38m*

*Duração da entrevista: 24m36s*

### **1 - Quais são os problemas das zonas urbanas sensíveis que mais o preocupam?**

No quadro actual, poderei começar por mencionar o risco, apesar de baixo, relacionado com o potencial de instrumentalização das populações destas zonas urbanas sensíveis (ZUS), por parte de movimentos extremistas, capitalizando de alguma forma o contexto actual de crise. Esta situação tem sido reportada nalguns relatórios anuais da Segurança Interna, nomeadamente na análise feita pelo Serviço de Informações e Segurança.

Por outro lado, a instrumentalização das ZUS e suas populações por parte de organizações criminosas, que é desde sempre um factor de preocupação. Quer na perspectiva da possibilidade destas organizações encontrarem “mão-de-obra” para determinadas tipologias criminais que estão, interligadas com o crime organizado, como também no aproveitamento do próprio espaço como base logística, com por exemplo o de funcionar para o armazenamento de determinado tipo de materiais ou substâncias ilícitas (drogas, armas, etc). Isto até porque nestes espaços a presença policial é sempre alvo de uma maior atenção do que noutras zonas urbanas.

Por outro lado, também temos assistido nalguns países a ocorrências inopinadas com elevado potencial de convulsão social, apesar de considerar que as causas subjacentes são específicas de cada contexto, pelo que não devem ser directamente comparadas.

Neste sentido, obviamente que as ZUS, daí o termo sensível, constituem uma preocupação no contexto policial, tendo em conta não só o que disse anteriormente, mas também a questão da própria instabilidade que está inerente a essas zonas urbanas que as torna sensíveis, à volatilidade dos contextos sociais, que por seu turno contribuem para uma maior imprevisibilidade de algumas actuações policiais, por exemplo ocorrências que, se calhar, noutros locais não iriam ter tanto impacto e depois acabam por ter repercussões que não eram aquelas que estavam previstas inicialmente. Tudo isto torna esta situação bastante complexa, na qual a Polícia, certamente, tem um papel a

---

<sup>202</sup> Oficial do Departamento de Informações da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública.



desempenhar. Na maioria dos casos a polícia é o último dos responsáveis mas acaba por ser o primeiro a sofrer as consequências dessas situações. Estes são, no meu entender, os problemas que mais afectam este tipo de zonas.

**2- Na sua opinião, qual é o principal motivo para que uma parte dos residentes nestas áreas tenha uma aversão tão grande à polícia?**

Podíamos referir, desde logo, a maior propensão para uma mentalidade de *nós contra eles*, que tende a existir nas ZUS, em que existe uma subversão do próprio sentimento relativo à autoridade. Ou seja, a autoridade é vista muitas vezes como aquela que despoleta situações de alteração da Ordem Pública. Isto também advém um pouco das próprias subculturas que por vezes se criam nesse tipo de zonas, nomeadamente as subculturas de alguns, não lhes chamaria gangs, mas grupos ou bandos que se dedicam à prática de ilícitos.

Também, possivelmente, uma maior exposição à criminalidade, no sentido de ter um contacto mais próximo com pessoas que de alguma forma estão ligadas com a actividade criminal, possa contribuir para esse sentimento de aversão à polícia. Mas também o próprio sentimento de revolta e estigmatização que advém da própria segregação social a que muitas destas zonas urbanas estão sujeitas poderá contribuir para aquele sentimento, sendo a polícia uma das faces mais visíveis da autoridade do Estado, acaba por também ser uma daquelas que acaba por ter um papel activo junto destas populações, o que leva a existir uma maior sensibilidade relativamente a determinadas actuações policiais. Refira-se ainda, principalmente entre as camadas mais jovens, a propensão para um certo enaltecimento da atitude de desafio às autoridades, o também poderá contribuir para essa aversão.

**3- Visto a maioria dos habitantes destas áreas não são criminosos, qual considera ser a forma adequada da polícia conseguir angariar informações proveitosas?**

Relativamente à questão de angariar informações, pelo menos na minha sensibilidade, acho que não podemos partir desse ponto. Ou seja, acho que em primeiro lugar tem que existir uma aproximação às populações, obter o apoio dessas relativamente à actividade policial, fazê-las sentir que, efectivamente, a Polícia se encontra ali para providenciar segurança e fazê-las ver que elas também têm um papel essencial não só na sua própria segurança, como também na própria segurança da comunidade a que pertencem e do espaço em que residem. E se calhar aí, como

acontece noutros lados, conseguir dessa forma que as pessoas estejam mais dispostas a contribuir com informações relevantes, partindo do pressuposto que essa informação que estão a prestar à polícia, é também uma situação que contribui para a sua própria segurança.

Por outro lado, não devemos esquecer também os parceiros sociais e outras instituições de cariz social (ex: associações de moradores) com as quais a Polícia deve manter contacto, os quais podem contribuir com informação relevante, dentro do seu âmbito de actividade .

#### **4- Que balanço faz da prevenção da criminalidade que é efectuada pela PSP nestes locais?**

Penso que cada vez mais nos vamos afastando daquela intervenção reactiva e meramente de efeitos ansiolíticos para responder a uma solicitação e fazer com que aquilo depois retorne à normalidade. Penso que nos afastamos muito dessa situação. Aliás, 2006, no meu entender, pode ser considerado como um ponto de viragem em termos de sistematização da actividade policial, nomeadamente, com a estruturação do programa integrado de policiamento de proximidade, que considero que é um dos principais componentes ao nível da prevenção da criminalidade, nomeadamente nestas zonas, e penso que cada vez mais a polícia tem caminhado no sentido de efectuar uma intervenção nestes bairros tendo em vista a produção de efeitos duradouros e sustentáveis, na tentativa de diminuir os níveis de tensão que por vezes possam existir.

Obviamente, também acho que o contacto com os parceiros sociais tem sido importante e, fruto desse contacto, têm surgido cada vez mais intervenções estruturadas e multidisciplinares com vista à resolução de problemas nas ZUS. Até inclusivamente assistimos aos contratos locais de segurança, que eu sinceramente ainda não tive conhecimento de nenhuma avaliação formal efectuada aos mesmos em termos dos efeitos que produziram.

Para finalizar, cumpre salientar que muita da prevenção faz-se com a obtenção de conhecimento. Eu acho que nesse sentido temos tido um aumento considerável na questão do conhecimento destas zonas, das suas comunidades, dos seus problemas, mas também de soluções para os mesmos.

#### **5- Como define o modelo integral de policiamento?**

Para mim, o modelo integral de policiamento tem a ver, acima de tudo, com integração, articulação e complementaridade das diversas valências policiais que a PSP tem. Pode ser visto como uma situação de geometria variável das valências, ou seja, se é uma ZUS que tem um determinado historial mas que a situação está calma, há uma preponderância de uma determinada valência nesse tipo de cenários. No entanto, se esse cenário evoluir para uma situação de alteração da ordem pública grave, há-de existir a preponderância de uma outra valência, nomeadamente a valência de Ordem Pública – Corpo de Intervenção. Por exemplo, na questão de um incidente tático-policial, a vertente operações especiais com o Grupo de Operações Especiais terá uma maior preponderância, no entanto, todas contribuem em conjunto para a actividade policial, e penso que é aqui que se integra bem o conceito de geometria variável, ou seja, dependendo da situação, o próprio modelo se adapta, mas utiliza todas as componentes, todas as suas valências no sentido de actuar de maneira integrada.

**6 - Considera que tem existido uma boa articulação entre as diferentes valências no seio da PSP?**

Na óptica da minha actividade, penso que cada vez mais. Até porque também tem existido um esforço de profissionalização de determinadas áreas. A especialização que a PSP tem sofrido ao longo dos anos, como por exemplo a investigação criminal a ter um departamento próprio que não existia na anterior orgânica é um exemplo do que referi.

Também penso que tem contribuído para uma melhor articulação entre prevenção, informações, investigação criminal e ordem pública, a formação que tem sido ministrada a vários níveis no seio da PSP. Veja-se, por exemplo, o curso de gestão de ocorrências, que é um curso de formação contínua, com um carácter quase de reciclagem, em que os elementos policiais têm um conjunto de noções que abarcam desde a prevenção, a uma parte de informações (em que abordam nomeadamente, qual o papel que o elemento policial poderá desempenhar enquanto elemento de informações), também têm uma componente básica relativa à investigação criminal, e também relativamente a ordem pública, e penso que isso também tem contribuído cada vez mais para que exista uma boa articulação.

Obviamente, a PSP ao ter apostado na preconização do modelo integral de policiamento, já não vê cada valência como isolada das outras. Penso que o assumir desse modelo integral de policiamento irá cada vez mais contribuir para uma boa articulação entre valências. Logicamente, que a articulação pode ser sempre melhor, mas esta só se vai afinando quando existem erros e quando esses erros são possíveis de detectar e ter uma perspectiva crítica sobre os mesmos e tentar: “Ok, há um erro aqui,

esta situação não foi bem articulada, como é que a gente pode melhorar?”. Portanto, também tem que existir um esforço constante de melhoria.

### **7 - Julga que a directiva estratégica 16/2006 está bem conseguida?**

Quando estive na parte operacional esta directiva era muito recente e nunca tive a oportunidade de a ver aplicada em termos operacionais, no entanto tenho conhecimento do seu conteúdo. Penso que é um bom esforço de sistematização das diversas componentes que devem ser tidas em conta no âmbito de um policiamento, quer de tentar atribuir critérios, de criar uma valoração, de identificar um conjunto de cenários, um conjunto de modelos de intervenção. No entanto, na minha opinião, penso que a sistematização de intervenção constante no anexo A é capaz de não ser muito intuitiva nas primeiras leituras. Penso que poderia ser simplificada, ou seja, mais simples de nos conseguirmos enquadrar num determinado cenário. O facto de estar muito compartimentada, com muitas variantes, acaba por não ser de fácil assimilação. No entanto, penso que é um esforço considerável no sentido de sistematizar a actuação policial e penso que esse aspecto é completamente elogiável. Acho que seria benéfico a realização de uma avaliação da Directiva, no sentido de agora, já com seis anos de existência, questionar-se quem principalmente lida com esse tipo de situações, se é possível ou não simplificá-la.

### **8- Quer sugerir algumas boas práticas para serem aplicadas por parte do efectivo da PSP nestas áreas?**

Começaria por dizer que a primeira coisa que eu acho que deveria ser adoptada era precisamente a PSP tentar, de uma forma mais sistematizada, ter um repositório de boas práticas da actividade policial, nomeadamente, no contexto das ZUS. Nós sabemos que aqui e ali existem boas iniciativas, as quais acabamos por considerar: ‘Ok, foi uma boa prática, naquela zona, em determinado período, sob alçada de determinada pessoa’ e depois essa experiência muitas vezes perde-se no tempo e nós deveríamos encontrar aqui uma forma de começar a ter um repositório das mesmas. Não apenas algo que nos diga ‘o que é que foi feito’, mas se calhar ir mais longe, ‘foi feito porque o contexto era este’ e submete-lo a uma avaliação, ‘e constitui uma boa prática porque deu resultados neste e neste aspecto’. Seguidamente, fazer uma espécie de prescrição, ‘este tipo de iniciativa resulta mas se estiverem reunidos estes pressupostos’.

Por outro lado, apesar da directiva estratégica já mencionar um conjunto de indicadores, poder-se-ia avançar para uma forma padronizada de avaliação composta por

vários indicadores possíveis de serem medidos, operacionalizando-a, por exemplo através de uma aplicação informática que pudesse ser constantemente actualizada e constituir assim um *warning system* em que nós pudéssemos de antemão identificar sinais de alertas de uma possível situação de aumento de tensão que pudesse resultar, posteriormente, em situações de alteração da ordem pública, por exemplo.

Com esse repositório, iríamos depois começar a verificar as boas práticas e tendo um rol histórico, poderíamos identificar um conjunto delas como sendo aquelas mais relevantes e que pudessem ser aplicadas em diversos contextos, ou seja, cujos pressupostos não fossem específicos para um determinado contexto e ir aprimorando essas mesmas situações.

#### **9 - Quer acrescentar algo ao que foi dito?**

Não

## **Anexo 24 — Síntese das entrevistas efectuadas aos especialistas em investigação criminal e informações**

	<b>Subintendente Dário Prates (Investigação Criminal)</b>	<b>Comissário João Pestana (Informações)</b>	<b>Comissário João Carvalho (Informações)</b>
<b>Maiores problemas das ZUS</b>	Exclusão social, o desemprego e a falta de referências dos jovens que vivem nessas zonas	A delinquência juvenil e a falta de infraestruturas de apoio às comunidades no interior dos bairros	Instrumentalização das populações das ZUS, por parte de movimentos extremistas; Organizações criminosas; Aproveitamento do próprio espaço como base logística (ex:armas); Instabilidade que está inerente a essas áreas.
<b>Informações das “vítimas indirectas”</b>	Se houver confiança na polícia e esta conseguir motivar o cidadão para colaborar na acção de prevenção, podemos encontrar condições para a troca de informações vantajosas; deve existir uma abordagem honesta, justa e amigável, a polícia poderá ganhar o cidadão	Consegue-se através dos programas de proximidade, pois é preciso ganhar primeiro a confiança das pessoas	Tem que existir uma aproximação às populações, fazendo-as sentir que, a Polícia se encontra ali para providenciar segurança e fazê-las ver que elas também têm um papel essencial na sua própria segurança, e na segurança da comunidade.
<b>Articulação entre valências/ Opinião sobre a Directiva estratégica 16/2006</b>	Existe uma boa articulação	Existe uma boa articulação. Podia ser melhor, pois a área de informações na PSP tem tido uma carência de formação muito grande. Poderíamos ser mais rigorosos em termos de análise da informação A Directiva apresenta um modelo, porque regula a actuação em determinados bairros Poderia haver o género de um campo de observações que integrasse a subjectividade do comandante local na fórmula de classificação das ZUS	O assumir do modelo integral de policiamento irá cada vez mais contribuir para uma boa articulação entre prevenção, informações, investigação criminal e ordem pública; O curso de gestão de ocorrências tem promovido essa boa articulação; Na Directiva Estratégica 16/2006, a sistematização de procedimentos que poderia, ser simplificada. Está muito compartimentada e esmiuçada, com muitas variantes, o que acaba por não tornar a sua leitura fácil.

*Intervenção Policial em Zonas Urbanas Sensíveis Vermelhas*  
*Estudo Exploratório em Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova*

<p><b>Boas Práticas</b></p>	<p>Se a polícia aparecer somente para reagir às ocorrências dificilmente haverá resultados positivos na área da prevenção criminal;  A cooperação e colaboração devem ser entendidas como uma necessidade ou obrigatoriedade;  Estas zonas não devem ser consideradas zonas interditas à polícia;  Abordagem selectiva e amigável, tratando os cidadãos com respeito e a explicar as decisões ao cidadão;  Avaliar permanentemente o risco da nossa actividade</p>	<p>Sistematização e uniformização dos relatórios elaborados por parte de quem tem por função a prevenção criminal;  Poderia criar-se um género de uma rede ao nível de comandantes de divisão tendo em vista a partilha de experiências e de boas práticas nas zonas urbanas sensíveis;  Poderiam ser convidados especialistas estrangeiros, com experiência de actuação em ZUS, para estarem cá algum tempo, com vista a partilharem “boas práticas”</p>	<p>Deveria existir um <i>repositório de boas práticas</i>. Desse modo, poderíamos identificar um conjunto delas como sendo aquelas mais relevantes e que pudessem ser aplicadas em diversos contextos, ou seja, cujos pressupostos não fossem específicos para um determinado contexto e ir aprimorando essas mesmas situações;  Poder-se-ia avançar para uma forma padronizada de operacionalizar a forma de fazer a avaliação que consta da directiva estratégica, por exemplo através de uma aplicação informática que pudesse ser constantemente actualizada.</p>
-----------------------------	--	---	---

## **Anexo 25 - Entrevista ao senhor Subcomissário Arvelos<sup>203</sup>**

*Data do envio da entrevista: 12 de Dezembro de 2011, 22h59m*

*Data da resposta à entrevista: 09 de Janeiro de 2012, 16h23m*

### **1 - Quais os factores que tiveram influência na criação do Bairro de Santa Filomena?**

Não possuo dados concretos para responder correctamente à questão mas certamente que os factores foram comuns à criação de inúmeros bairros na periferia da Grande Lisboa. Vagas de imigração no pós 25 de Abril que tornaram a situação incontrolável em muitos concelhos, principalmente na década de 80.

### **2 - Qual é o problema deste bairro que mais o preocupa?**

Não existe apenas um problema preocupante. Por um lado temos a questão social. As crianças que ali vivem, em casas sem condições de habitabilidade, com fracos recursos, que necessitam da ajuda dos diversos parceiros sociais. Por outro lado, tenho a preocupação em termos de policiamento. Trata-se de um bairro com construções desordenadas, com barracas, passagens estreitas em que só se consegue circular a pé, becos, terra batida, o que dificulta a actuação da Polícia.

Mas o problema que mais me preocupa como comandante de Esquadra são as pessoas como é óbvio. Como poderemos ajudar as pessoas que ali vivem e que ali se deslocam. Muitas vezes a ajuda nem depende de nós mas temos que conviver com aqueles problemas.

### **3 - Na sua opinião, qual o motivo para que a população do bairro de Santa Filomena tenha uma aversão tão grande à Polícia?**

Não concordo com essa pergunta/afirmação. A população não tem uma aversão à Polícia. O Bairro de Santa Filomena tem centenas de habitantes, imagine o que seria se essas centenas de pessoas tivessem uma aversão grande à Polícia. Existem é alguns

---

<sup>203</sup> Comandante da 60ª Esquadra (responsável pelo policiamento no bairro de Santa Filomena). A entrevista foi enviada por correio electrónico por preferência do entrevistado.



grupos de pessoas, principalmente jovens, que causam alguns problemas, e que reagem contra a Polícia, de forma pouco correcta, porque se sentem incomodados com as nossas intervenções. Mas isso é um problema que existe noutros bairros idênticos bem como noutros locais. É um problema da sociedade.

Temos uma patrulha que efectua policiamento no Bairro e que tem feito um excelente trabalho no que toca a contacto com instituições, crianças e idosos.

**4 - Pensa que a PSP pode utilizar a população residente nas zonas urbanas sensíveis (nomeadamente as “vítimas indirectas” das desordens registadas nestes locais) com vista a angariar informações proveitosas? De que forma?**

Eu costumo dizer que a grande arma das polícias são as informações. E qualquer fonte de informação é proveitosa, quer sejam vítimas directas, indirectas e mesmo sem serem vítimas. Aliás, é esse um dos grandes objectivos do policiamento de proximidade, a recolha de informação.

**5 - Qual considera ser a forma adequada de policiar este tipo de bairros:**

**Através da presença constante com policiamento apeado aleatório? Através da presença constante com policiamento apeado planeado? Apenas respondendo a ocorrências através do policiamento automóvel? Ou de outra forma?**

Na minha opinião será sempre com a presença constante da Polícia através de policiamento apeado. Em termos de policiamento automóvel torna-se difícil porque não é possível circular em muitas artérias. Apenas utilizamos o automóvel para responder a alguma ocorrência.

Esse policiamento será sempre planeado, tendo em conta a hora do dia, as ocorrências recentes, ou outra qualquer informação que seja pertinente. Por ex., após a realização de buscas domiciliárias naquele local, ou da detenção de algum indivíduo, alguma ocorrência mais quente, não convém nas horas seguintes manter policiamento apeado no local, porque aqueles jovens que reagem contra a presença da polícia vão descarregar toda a sua agressividade nos elementos que lá estão.

**6 - Que balanço faz da prevenção da criminalidade que é efectuada pela PSP nas ZUS?**

Apenas posso pronunciar-me pelas áreas que conheço mas penso que ainda há muito trabalho a fazer.

**7 - Qual considera dever ser a prioridade da PSP ao nível da prevenção nestes locais:**

**A prevenção primária? (causas dos crimes)**

**A prevenção secundária? (identificação de grupos de risco)**

**A prevenção terciária? (readaptação social)**

Penso que o trabalho da PSP deve ser prioritário ao nível da prevenção primária e secundária.

**8 - Considera que existe uma boa articulação entre prevenção, investigação criminal e ordem pública na Divisão da Amadora?**

Penso que essa “boa” articulação não existe em nenhuma Divisão. Existe a articulação possível.

**9 - Julga que a directiva estratégica 16/2006 (modelo integrado de prevenção e intervenção policial nas zonas com maior hostilidade para as forças de segurança) está bem conseguida?**

Não.

**10 - Essa directiva é aplicada na prática?**

É aplicada na prática, poderá não ser é aplicada na íntegra.

**11 - Na sua opinião o PIPP deve ser aplicado em zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado?**

Sem dúvida. Por vezes é através desses agentes que conseguimos falar com as pessoas, que conseguimos obter informação, visibilidade, policiamento sem ostensividade, identificação dos grupos de risco, entre outras.

**12 - Existe algum tipo de preocupação adicional por parte dos *Agentes de Proximidade* que desempenham funções na sua Esquadra relativamente às imediações do Bairro de Santa Filomena?**

Sim, existe. É nas imediações que ocorrem a maioria dos roubos, consequentemente os Agentes de Proximidade têm uma atenção especial sobre essas áreas.

**13 - Julga que os agentes de proximidade devem intervir nas operações levadas a cabo no bairro?**

Penso que não devem intervir nas operações planeadas, operações mais musculadas. Mas devem intervir na sua qualidade de agentes de autoridade e reagir sempre que for necessário, sempre apoiados por outras valências, outros meios, outros reforços se necessário.

**14 - Após desordens ocorridas no bairro qual deve ser a prioridade da polícia ao nível do policiamento? Prevenção, reacção a incidentes, operações planeadas, “ocupação” do bairro? ...**

Depende muito do tipo de desordens, do nº de pessoas envolvidas, das consequências, das causas, etc. Podem ser utilizados todos esses cenários como pode ser utilizado apenas um durante algum tempo. Depende da evolução da situação e daquilo com que estamos a lidar. A prevenção é das missões mais importantes que a PSP tem, como tal, tem que estar sempre presente.

**15 - Quais as “boas práticas” que devem ser adoptadas pelo efectivo da PSP com vista a dar resposta aos problemas registados nas zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado?**

Não podemos deixar de patrulhar esses locais. Manter um patrulhamento constante. Se não formos lá, irá ser ocupado por outros para actividades ilícitas.

Não permitir que sejam os delinquentes que decidem quando é que a Polícia entra nas ZUS e quando é que sai. Temos que ser firmes quando necessário de forma a manter a autoridade do Estado em qualquer artéria qualquer lugar do país.

Devemos ser educados mas firmes. Não estigmatizar os bairros. Não utilizar violência desnecessária porque apenas vamos gerar mais violência.

**16 - Quer acrescentar algo ao que foi dito nesta entrevista?**

Gostaria de referir que nas ZUS e mais propriamente nos bairros degradados nem todos as pessoas são iguais e há muita gente que gosta da Polícia e acabam por ser vítimas das próprias actividades ilícitas, das incivilidades que os jovens desses bairros praticam.

---

**Anexo 26 - Entrevista ao senhor Subcomissário Fernandes<sup>204</sup>**

*Data do envio da entrevista: 20 de Dezembro de 2011, 17h44m*

*Data da resposta à entrevista: 19 de Janeiro de 2012, 11h27m*

**1 - Quais os factores que tiveram influência na criação do Bairro da Pasteleira Nova?**

O Bairro da Pasteleira Nova, à semelhança doutros bairros, foi criado no âmbito das políticas de irradicação de habitações degradadas e realojamento, seguidas pela Câmara Municipal do Porto. Muitos dos moradores eram do Bairro S. João de Deus, que entretanto foi demolido.

**3 - Qual é o problema deste bairro que mais o preocupa?**

O tráfico de droga e a violência doméstica. São fenómenos que podem interferir com a ordem, segurança e tranquilidade públicas e por isso merecem a atenção e preocupação policial.

**3 - Existe uma grande aversão por parte dos moradores deste Bairro relativamente à Polícia?**

Que eu me aperceba, não. É natural que os moradores que vivem a margem da lei não vejam com bons olhos a presença policial. Contudo, esses não constituem a generalidade dos moradores.

**4 - Pensa que a PSP pode utilizar a população residente nas zonas urbanas sensíveis (nomeadamente as “vítimas indirectas” das desordens registadas nestes locais) com vista a angariar informações proveitosas? De que forma?**

Penso que pode e deve. Em geral, deve fazê-lo de forma a explorar adequadamente todas as fontes de informação, uma vez que as informações são cruciais

---

<sup>204</sup> Comandante da 15ª Esquadra da 2ª Divisão do Comando Metropolitano do Porto (Responsável pelo policiamento do bairro da Pasteleira Nova. A entrevista foi enviada por correio electrónico após conversa que ocorreu na 15ª Esquadra, na tarde de 20 de Dezembro.

para o serviço policial. No caso em concreto, penso que o meio mais adequado será a Equipa de Proximidade, por ter um relacionamento mais estreito e de maior confiança com os moradores. Evitam-se assim eventuais represálias e conflitos entre os moradores.

**5 - Qual considera ser a forma adequada de policiar este tipo de bairros:**

**Através da presença constante com policiamento apeado aleatório? Através da presença constante com policiamento apeado planeado? Apenas respondendo a ocorrências através do policiamento automóvel? Ou de outra forma?**

Considero que a forma ideal de policiamento seria através de uma Equipa de Proximidade fixa, a Equipa do Bairro. Obviamente que a existência desta equipa não dispensava a resposta por parte do Carro Patrulha ou até das EIR e outros meios em ocorrências de maior gravidade que necessitassem destes meios para repor a ordem e tranquilidade públicas.

**6 - Que balanço faz da prevenção da criminalidade que é efectuada pela PSP nas ZUS?**

Penso que não é suficiente. O policiamento é mais reativo do que preventivo.

**7 - Qual considera dever ser a prioridade da PSP ao nível da prevenção nestes locais:**

**A prevenção primária?**

**A prevenção secundária? ou**

**A prevenção terciária?**

A natureza da PSP é essencialmente de prevenção. É pena que muitas vezes se dê prioridade a outras valências. No campo da prevenção, penso que deve haver uma complementaridade. Se for possível prevenir a criminalidade resolvendo as suas causas melhor. Mas, como sabemos isso é um problema social que extravasa o âmbito policial e tem de ser controlado duma forma integrada.

**8 - Considera que existe uma boa articulação entre prevenção, investigação criminal e ordem pública na 2ª Divisão do Porto?**

Ao nível de Esquadra, a minha percepção é de que essa articulação não é a melhor, principalmente no campo da investigação criminal. Reconheço contudo que possa existir a nível de comando, hierarquicamente.

**9 - Julga que a directiva estratégica 16/2006 (modelo integrado de prevenção e intervenção policial nas zonas com maior hostilidade para as forças de segurança) está bem conseguida?**

Penso que foi um passo em frente. Como é sabido nas ZUS uma ocorrência de rotina pode transformar-se facilmente numa ocorrência grave, sendo importante a definição e disposição de meios de resposta proporcionais e eficazes.

**10 - Essa directiva é aplicada na prática?**

Em grande parte, sim. Designadamente no acionamento automático das EIR, sempre que existam ocorrências de risco.

**11 - Na sua opinião o PIPP deve ser aplicado em zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado?**

Penso que sim. A proximidade policial deve existir em qualquer contexto. É o primeiro passo para alterar a classificação da zona.

**12 - Julga que os agentes de proximidade devem intervir nas operações levadas a cabo no bairro?**

Em operações repressivas não. Contudo podem-no ser em operações de sensibilização.

**13 - Após desordens ocorridas no bairro qual deve ser a prioridade da polícia ao nível do policiamento? Prevenção, Reacção a Incidentes, Operações planeadas, “Ocupação” do bairro? ...**

Após uma desordem deve ser reposta a ordem. Para tal devem ser utilizados os meios e as estratégias mais adequadas a atingir esse objetivo. Normalmente passa por uma presença policial permanente temporariamente, passando progressivamente a um policiamento preventivo.

**14 - Quais as “boas práticas” que devem ser adoptadas pelo efectivo da PSP com vista a dar resposta aos problemas registados nas zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado?**

Diagnóstico das causas. Intervenção junto da população em parceria com outras entidades que visem resolver os problemas existentes. Observância dos princípios que presidem à nossa atuação na resposta a ocorrências.

**15 - Quer acrescentar algo ao que foi dito nesta entrevista?**

A estigmatização dos bairros não pode ser fomentada pela polícia. Devemos sim, fazer os possíveis para que se esbata.



---

**Anexo 27 - Entrevista à senhora Subcomissário Sara Ferreira<sup>205</sup>**

*Data: 21 de Novembro de 2011*

*Hora da entrevista: 14h27m*

*Duração da entrevista: 09 minutos e 46 segundos*

**1-Quais os factores que tiveram influência na construção do Bairro da Bela Vista?**

O factor que mais influenciou a construção do bairro foi o aumento populacional que levou a Câmara Municipal a criar habitações sociais para alojar a população.

**2- Qual é o problema deste bairro que mais a preocupa?**

Haver um grande número de pessoas desempregadas que leva a que durante o dia cometam uma grande quantidade de ilícitos, nomeadamente roubos e furtos, não só a residências como a viaturas policiais. A maioria das pessoas é de uma faixa etária jovem e essa situação de haver muita criminalidade relacionada com o facto de eles estarem desempregados ou então com o rendimento mínimo. Grande parte da população é também de etnia cigana.

**3- Quais os factores que levam a que uma minoria dessa população ter uma aversão muito grande à polícia?**

Muitas vezes é o facto da nossa actuação também que, se um indivíduo comete um ilícito, nós temos uma forma de actuar, se o interceptarmos, por um furto em residência ou por um furto de viatura, se o apanharmos em flagrante ele é detido e muitas vezes o facto de nós conseguirmos actuar rapidamente leva a que as pessoas se sintam não só lesadas, são os familiares, são as pessoas próximas que estão neste caso a serem castigadas pela polícia.

**4- A maioria da população acaba por não ser problemática para a polícia. Conseguimos angariar informações dessas pessoas?**

---

<sup>205</sup> Comandante da Esquadra da Bela Vista.

A maioria é problemática para a polícia. Há uma minoria que não é problemática para a polícia. Provavelmente as pessoas mais velhas ou que possam ter mais confiança com um ou outro polícia às vezes podem dar alguma informação, mas nestes sítios é muito difícil as pessoas falarem ou responderem a alguma pergunta, porque têm medo das represálias.

**5- Considera que existe um sentimento de insegurança generalizado na população e nas populações circundantes a este bairro?**

Acho que neste momento essa situação está mais ou menos controlada e o sentimento de insegurança é um sentimento generalizado, não só aqui na bela vista como em todos os lados, não há só insegurança por causa dos ilícitos, porque os ilícitos ocorrem em qualquer sítio. Aqui há um sentimento de insegurança fruto, muitas vezes, da estrutura arquitectónica dos edifícios, porque muitas das pessoas têm casas sem janelas, as portas completamente danificadas, e é isso que causa um sentimento de insegurança nesse sentido. Mas a nossa presença leva a que as pessoas, a pouco e pouco, passem a ter mais confiança.

**6- E os polícias que prestam serviço aqui, sentem-se seguros?**

Sim, as pessoas estão aqui porque, em grande parte, querem. A esquadra é uma esquadra jovem, grande parte das pessoas tem entre os 20 e os 30 anos. A única situação muitas das vezes são os meios, mas isso é uma situação que a nível da PSP todos nos debatemos, muitas vezes não temos viaturas em condições para fazer face aos problemas com que nos deparamos.

**7- Ao nível da prevenção da criminalidade, que mais pode ser feito?**

Uma postura proactiva, que é isso que os meus elementos se debatem. Identificar, abordar viaturas, saber que anda no bairro. Se houver uma viatura que nós não conhecemos a matrícula, devemos abordar, saber, conhecer, identificar. Geralmente, é a postura pró-activa que nós nos debatemos todos os dias.

**8- Na sua opinião devia haver um agente adstrito ao bairro com funções predominantemente de proximidade?**

Existe o policiamento de proximidade que é feito também no bairro. Há certos sítios que não é possível fazer policiamento apeado, mas de carro esse policiamento é feito. Contudo um só elemento não, deveriam ser só dois elementos, porque um sozinho é muito complicado.

**9 - Existe algum tipo de preocupação adicional por parte dos Agentes de Proximidade que desempenham funções na sua Esquadra relativamente às imediações do Bairro da Bela Vista?**

Não existe nenhuma preocupação adicional. A proximidade, a cooperação, a presença na área, as parcerias são, esses sim, os alicerces de todo o policiamento.

**10- Quando existirem operações mais reactivas, julga que esses agentes devem participar nelas?**

Se for um agente adstrito aqui ao bairro na minha opinião não deve participar porque se está a fazer uma intervenção de proximidade consegue saber algumas informações proveitosas. Se participar em acções mais reactivas, poderá fazer com que futuramente as pessoas não colaborem tanto. Por isso acho que não, como temos alguns elementos, não temos o efectivo ideal, mas temos alguns elementos, tentávamos pautar-nos por essa situação, não colocar o homem que está adstrito ao bairro a fazer uma operação.

**11- Considera que aqui em Setúbal existe uma boa articulação entre a prevenção, a investigação criminal e a ordem pública?**

Sim, existe. Temos é poucos meios para podermos fazer face à situação. Mas sim, dentro das nossas possibilidades, tentamos articular. Há pessoas aqui não só na investigação criminal, mas também na esquadra de intervenção e fiscalização policial, nas esquadras genéricas, com muitos anos de polícia e que já passaram por muitas situações aqui no bairro e aqui na zona envolvente, são sempre uma mais valia não só para nós que somos oficiais novos, como para os elementos. Quando acontece qualquer coisa essas pessoas conseguem dar sempre a sua opinião para tentarmos agendar um policiamento de forma a que a ameaça cesse.

**12- Após desordens ocorridas no bairro, qual deve ser a prioridade da polícia? Continuar a apostar na prevenção, ocupar o terreno, qual é a sua opinião?**

Devemos fazer as duas coisas, ocupar o terreno e investir sempre na proximidade e na pro-actividade porque, para mim, a pro-actividade é também uma forma de ocuparmos o nosso terreno e marcarmos a nossa posição, marcarmos a nossa postura. Não estou a dizer que deve ser uma atitude de repressão mas uma atitude de pro-actividade, abordar, identificar, fiscalizar.

**13- Quer sugerir algumas boas práticas ao efectivo da PSP que podem ser adoptadas neste tipo de bairros?**

Devemos investir na pro-actividade, muito mesmo. São necessários mais elementos para nós podermos ter um carro patrulha para as ocorrências e ter um carro só para fazer esse tipo de serviço, só para andar a abordar, a fiscalizar, o ideal era mesmo isso. Geralmente eu consigo ter mas, muitas vezes, por situações de formação, de baixa e dispensas, tenho dificuldade em fazer dois carros patrulha, mas geralmente consigo.

**14- Quer acrescentar alguma coisa ao que foi dito?**

Acho que devemos estar no bairro, é uma esquadra de bairro que deverá sempre existir, porque é uma forma de estarmos próximos do bairro, da população e dos residentes, contudo acho que o local onde ela está inserida é que não é o mais correcto. Como vê, estamos aqui um bocadinho expostos, mas é o que temos, e perante aquilo que nós temos vamos tentar fazer sempre o nosso melhor.

## Anexo 28 — Síntese das entrevistas efectuadas aos comandantes de Esquadra

	Subcomissário Arvelos (Santa Filomena)	Subcomissário Sara (Bela Vista)	Subcomissário Fernandes (Pasteleira Nova)
<b>Aversão às autoridades por parte dos moradores</b>	A população não tem uma aversão à Polícia, existem é alguns grupos de pessoas, principalmente jovens, que causam alguns problemas, e que reagem contra a Polícia	Devido à Polícia actuar quando constata actividades ilícitas. A maioria da população é problemática para a Polícia.	É natural que os moradores que vivem a margem da lei não vejam com bons olhos a presença policial. Contudo, esses não constituem a generalidade dos moradores
<b>Informações das “vítimas indirectas”</b>	A grande arma das polícias são as informações, qualquer fonte de informação é proveitosa.	É muito difícil as pessoas falarem ou responderem a alguma pergunta, porque têm medo das represálias.	Através da Equipa de Proximidade, por ter um relacionamento de maior confiança com os moradores. Evitam-se assim eventuais represálias e conflitos entre os moradores.
<b>Articulação entre valências na Divisão</b>	Essa “boa” articulação não existe em nenhuma Divisão. Existe a articulação possível.	Existe. Temos é poucos meios para podermos fazer face à situação	Não é a melhor, principalmente no campo da investigação criminal. Reconheço contudo que possa existir a nível de comando
<b>Opinião sobre Directiva Estratégica 16/2006</b>	Não está bem conseguida	Está bem conseguida. Com base na Directiva Estratégica conseguimos definir os bairros/Hot Spots e classificá-los e definir assim estratégias de intervenção.	Foi um passo em frente. Como é sabido nas ZUS uma ocorrência de rotina pode transformar-se facilmente numa ocorrência grave, sendo importante a definição e disposição de meios de resposta proporcionais e eficazes
<b>Os agentes de proximidade devem intervir nas operações mais reactivas?</b>	Não devem intervir nas operações planeadas, operações mais musculadas	Não devem participar porque se eles estão a fazer uma intervenção de proximidade conseguem saber algumas informações	Em operações repressivas não.
<b>Boas Práticas</b>	Não podemos deixar de patrulhar esses locais; Devemos manter um patrulhamento constante; Se não formos lá, irá ser ocupado por outros para actividades ilícitas; Não permitir que sejam os delinquentes que decidem quando é que a Polícia entra nas ZUS e quando é que sai; Devemos ser educados mas firmes. Não estigmatizar os bairros; Não utilizar violência desnecessária, porque apenas vamos gerar mais violência.	Devemos investir na proactividade. Era ideal que se tivesse um carro patrulha para as ocorrências e um carro só para andar a abordar e a fiscalizar.	Diagnóstico das causas; Intervenção junto da população em parceria com outras entidades; Observância dos princípios que presidem à nossa actuação na resposta a ocorrências A estigmatização dos bairros não pode ser fomentada pela Polícia

## **Anexo 29 - Entrevista ao senhor Chefe Martins<sup>206</sup>**

*Data: 21 de Novembro de 2011*

*Hora da entrevista: 11h22m*

*Duração da entrevista: 17 minutos e 29 segundos*

### **1- Quais os factores que tiveram influência na construção deste bairro?**

Como falamos há pouco, este bairro nasceu praticamente no *pós revolução* e com a vinda de pessoas das ex. colónias. Essa vinda originou um grande êxodo de pessoas para o litoral, e fixaram-se nas grandes cidades. Era preciso dar uma resposta a essa vinda muito intensa de pessoas e criou-se o bairro da Bela Vista. Foi criado para receber essas pessoas, que depois se juntaram com as de etnia cigana.

### **2- Qual é o problema deste bairro que mais o preocupa?**

Estou convencido que quando o Bairro foi criado era para que as pessoas estivessem mais próximas, embora talvez não tenha sido construído da melhor forma. E depois com as barreiras arquitectónicas criadas pelas pessoas que lá vivem tornou o bairro menos seguro. Menos seguro para a intervenção policial e para as próprias pessoas porque criou alguns focos de problemas, o que torna a nossa intervenção mais difícil. Mas também não é aquele bairro em que há problemas todos os dias, tem problemas iguais aos outros bairros, mas tem as características específicas que tornam os problemas existentes mais complexos para a actividade policial.

### **3- Na sua opinião, qual o motivo para a população deste bairro ter uma aversão tão grande à polícia?**

Eu falo pela minha experiência: a população que nos pode dar mais problemas é a de origem africana, mas aí há uma crise, não necessariamente em relação à origem, que são os avós e pais, mas em relação às gerações que vieram depois. Os miúdos são o foco do problema aqui no bairr, porque eles não se sentem como sendo cidadãos de Portugal, eles sentem-se sempre estrangeiros. E depois há aquele estigma entre os

---

<sup>206</sup> Responsável pelo PIPP no bairro da Bela Vista.

jovens e a polícia, porque se formos a ver, esse estigma existe em todos os países, é quase como uma moda que veio dos Estados Unidos.

#### **4- Como acabou de dizer, nem toda a gente aqui é criminosa...**

Sem dúvida, aliás é um mínimo, é uma percentagem muito residual. A maior parte das pessoas, são pessoas de bem, não nos criam grandes problemas.

#### **5- A Polícia costuma utilizar essas pessoas com vista a angariar informações proveitosas para a actividade policial?**

Também. Mas acho que o objectivo deve ser muito mais. É importante a recolha de informações, mas deve haver um equilíbrio entre o que é a nossa missão e a parte de que também estamos cá para os ajudar. Se tivermos de intervir, intervirmos, mas também temos que criar elos de confiança.

#### **6- Considera que existe um sentimento de insegurança generalizado entre os habitantes do bairro?**

Se calhar só na mente, porque tem muito a ver com a forma como eles vêm a Polícia e aquela situação que tivemos com aquela cigana<sup>207</sup>, denota isso muito. Eles têm a noção que a polícia, quando intervém com eles está-lhes a fazer mal, eles não vêm que efectivamente estão a agir incorrectamente. Se a polícia intervém é porque estão a agir mal. Há aquela sensação que a polícia, quando eles dizem “eu nunca fui a um tribunal, eu nunca entrei numa esquadra”, como se um tribunal e uma esquadra fossem locais que só entram criminosos ou pessoas que podem dar problemas. Penso que é essa a forma como eles nos vêem.

#### **7- E os polícias que trabalham aqui sentem-se inseguros?**

Eu não diria inseguros mas atendendo ao historial do bairro, à própria estigmatização que foi feita ao bairro, agimos com cautela. Porque o ter medo não significa que não intervenhamos, temos é que ser inteligentes no tipo de intervenção, não podemos intervir à toa.

---

<sup>207</sup> Antes da realização da entrevista percorremos as ruas do bairro. A situação descrita pelo Chefe consistiu numa senhora de etnia cigana abordar-nos, onde afirmou ser uma “pessoa de bem”.

**8- Ao nível de prevenção da criminalidade, o que considera que deve ser feito aqui no bairro?**

É a partilha de informação e criar aquele elo de confiança de que é necessário quando estamos neste tipo de bairro. É a população ver que a Polícia está lá também para os ajudar. Se eles captarem que efectivamente é importante a Polícia no bairro, isso cria essa dita confiança e mais facilmente conseguimos recolher as informações que podem dar azo a problemas. Mas não é fácil recolher informações porque alguns habitantes são muito desconfiados, quando eles nos viram hoje estranharam andar um polícia a pé no bairro, e uma pessoa que não anda fardada ainda mais estranham. Eles estranham sempre uma pessoa estranha ao bairro.

**9- Na sua opinião deve de existir um agente de proximidade adstrito exclusivamente aqui ao bairro ou não?**

Eu acho que não há essa necessidade, porque a esquadra está cá há quase 20 anos e a proximidade existe com o espaço que a esquadra tem, uma vez que o carro de patrulha anda sempre na zona. Agora se vamos falar em polícia apeado não há, não temos esse tipo de intervenção. Mas se houver necessidade temos.

**10- Esses agentes de proximidade devem intervir nas operações levadas a cabo?**

Sem dúvida que não, não faz sentido nenhum nós estarmos na proximidade e depois intervirmos em repressão.

**11- Eu perguntei isto porque há autores que defendem que esses agentes devem servir como interlocutores entre a Polícia e a comunidade...**

Sim mas quando eles nos vêm...falamos do caso concreto de intervenção no mercado, a intervenção com as identidades ASAE, IGAE. Mesmo que a nossa missão seja interlocução, eles vêm-nos como mais um agente que lá vai. Eu falo pelo meu caso concreto, porque eu já lá estive, eu já fiz intervenções com eles, já lhes apreendi calças, DVDs. Mas eu tentei criar aquele elo, e fazer-lhes entender que se eu tenho que intervir, intervenho mas também estou lá se houver necessidade de eles precisarem de mim. Portanto, tive casos concretos em que tive de intervir mesmo.



Tive um caso concreto em que fui ao mercado, estava de gratificado e havia necessidade de interceptar um indivíduo que era filho de um cigano Nazareno, só que ele apercebeu-se e fugiu. No outro sábado a mesma coisa, ele tinha quatro anos e meio a cumprir por ter feito uns roubos a umas bombas e a EIC tinha alguma dificuldade, eles sabem quando têm um mandado de que estão prestes a ser agarrados e nesse sábado eu fui outra vez de remunerado, eu e outro colega, e vejo o filho do Nazareno e ele olhou para mim e disse-me: “eu não fiz nada”, às sete da manhã, o gratificado acaba à uma da tarde, são seis horas. É claro, ele passou por mim e eu falei com o pai, pois já havia um elo de confiança com o Nazareno pai.

Eu tinha de cumprir o mandado, pois ele estava ali à minha frente, só que eu só cumpri o mandado às onze e meia. Diz-me o pai assim: “oh chefe, desde as sete da manhã que está aqui e só agora é que você cumpre”. Também tive que zelar pela minha segurança, porque depois tive uma hora e meia com, passo a expressão, as caçadeiras apontadas.

No entanto, o Nazareno pai já várias vezes veio ter comigo quando precisa de alguma coisa. Não deixamos de cumprir o mandado só porque era um cigano e estávamos num sítio em que estávamos em desvantagem porque estava lá a família toda, mas também quando ele precisa de mim eu dou-lhe o meu peito todo, quando eu o posso ajudar eu ajudo-o e é esse equilíbrio que é preciso ter, eles terem a noção de que temos que intervir quando é para intervir e estamos lá para ajudar também quando é preciso.

Como disse o Sr. Subcomissário, se temos algum receio, eles começam a subir e é a diferença que há entre a mentalidade do cigano e a do gang, isto sem discriminações, é essa mesma. O cigano tem a noção que quando começa a gritar pensa que nós o conseguimos ouvir melhor e é preciso equilibrar as coisas, e esse equilíbrio é nessa relação de confiança. Mas é tudo um jogo de interesses de nós em relação a eles, porque é tudo um interesse, isto é tudo um jogo.

**12- Qual considera ser a forma mais adequada de policiar o bairro? Através da presença constante ou apenas respondendo a ocorrências?**

Depende muito da situação. Se o bairro está calmo a passagem chega. Muitas das situações que acontecem conseguem ser resolvidas entre eles. Se eles puderem evitar, não chamam a polícia. Mais de 90% das intervenções que nós temos, que somos chamados, não são com ciganos nem com negros. Porque se forem entre ciganos, eles raramente chamam, eles resolvem as coisas entre eles. A não ser que haja um tiroteio,

onde não há hipótese, pois nós ouvimos. Mas aqueles desacatos de pequenas desordens, eles resolvem entre eles porque eles não querem a presença da polícia.

**13- Qual o motivo para a situação se verificar?**

Eu acho que é por eles quererem aquela distância, porque vêm a polícia como um repressor. É a minha visão das situações em relação aos ciganos. Em relação aos negros, se forem os mais velhotes, eles chamam a polícia, mas se for uma briga entre jovens já não chamam. Porque há aquele estigma que eles têm em relação a nós, que nós vamos lá ainda é para piorar a situação.

**14- Considera que existe articulação entre prevenção, investigação criminal e ordem pública, aqui em Setúbal?**

Existe mas muito informal, como falámos à bocado. É tudo muito “boca”, porque se vamos a escrever perde-se muito tempo. Portanto a ligação que há, é mesmo isso. Por exemplo, se houver uma situação de um agente, ele passa ao Chefe Coelho ou ao Chefe Rego de boca, e o Chefe Rego ou o Chefe Coelho a um agente que pertence à EIC. É na base do “encontra-me este puto”. Trabalhamos muito assim, às vezes em cima do joelho para não se perderem as oportunidades. Porque, como nós andamos muito na rua, não vamos ler, a ver se há mandados. Portanto isto funciona muito assim, quase todos os indivíduos são conhecidos ou pelo apelido ou onde eles podem parar e às vezes até ao próprio rádio se encontrar em fulano tal, eu tenho uma coisa para ele, e é assim que funciona a articulação. Pelo menos é a visão que eu tenho, aqui em relação a nós.

**15- Essa articulação poderia ser mais sistematizada?**

Sim, eu acho que sim. E não só em relação ao PIPP, em relação mesmo às esquadras, porque se houvesse essa articulação conseguem-se muito melhores resultados.

**16- Após desordens ocorridas no bairro, qual deve ser a prioridade a nível de intervenção por parte da polícia? Apenas a reacção a incidentes, operações planeadas, a “ocupação do bairro”...?**

As intervenções planeadas existem mas só se, por exemplo, quando foi a situação da CREL, relativava ao carjacking, e se houver referências que os indivíduos possam sair

daqui, aí há um planeamento. Mas em termos globais não, vamos às ocorrências quando elas acontecem e fazemos o normal.

**17- Quer sugerir algumas boas práticas que a polícia poderia adoptar para melhorar aqui o policiamento?**

Eu agora estou no outro lado, agora estou no lado do policiamento de proximidade<sup>208</sup>. Andarmos no bairro apeados seria importante, como fizemos agora, é importante porque as pessoas vêm ter connosco. Mas também a população não está habituada a isso e se nós começássemos a fazer isso, se calhar estranhavam e nós também estranhávamos. A esquadra como é centralizada no Bairro faz com que o patrulhamento fique praticamente feito.

**18- Quer acrescentar alguma coisa ao que foi dito?**

Boa sorte.

**Obrigado Chefe.**

---

<sup>208</sup> O senhor Chefe Martins Há 25 anos que é Polícia. Está no Comando Distrital de Setúbal desde 1991. Prestou serviços em Equipas de Intervenção Rápida antes de ser o Coordenador do PIPP na Esquadra da Bela Vista

## **Anexo 30 - Entrevista ao senhor Agente Mendes<sup>209</sup>**

*Data do envio da entrevista: 12 de Dezembro de 2011, 22h53m*

*Data da resposta à entrevista: 20 de Dezembro de 2011, 08h27m*

### **1-Quais os factores que tiveram influência na criação deste Bairro?**

Começando de uma forma mais formal, Cabo Verde sempre teve uma forte tradição de emigração e está profundamente enraizada na sociedade cabo-verdiana a ideia de emigrar, como estratégia de alcançar sucesso pessoal, familiar, social e consequentemente económico.

Em 1950/1970 assistiu-se a uma autêntica explosão demográfica na região da Amadora, que atingiu nos anos 50, a mais elevada taxa de crescimento de toda a região de Lisboa. No início da década de 70 a população residente na Amadora, baseava-se sobretudo na imigração proveniente de Lisboa, Alentejo, Beiras, zona centro do país e Cabo Verde. A maioria destes emigrantes de origem Africana, eram e continuam a ser ilegais, o que depois da sua chegada, fixarem-se em barracas na região de Lisboa ou nas suas periferias, dada a facilidade com que se podia construir uma barraca em qualquer lugar, começando a desenvolver-se bairros clandestinos, incluindo o Bairro Santa Filomena, que constituíram o sub-mercado ilegal a que a população menos favorecida economicamente tinha acesso, embora as condições de alojamento não fossem as melhores. O que mais me abisma, isto pela informação dada pelos moradores contíguos ao próprio bairro, é a indiferença mostrada pelas Câmaras Municipais perante o rápido crescimento destes bairros de barracas clandestinas, mantendo a minha ideia de que a situação nestes bairros degradados foi-se tornando incontrolável, em grande parte, por culpa das autarquias locais, mostrando sempre uma política populista perante tal facto.

Anteriormente á formação do bairro Santa Filomena, a zona da Mina era de toda a região mais desejável para se viver, devido ao facilitismo que a população tinha na via ferroviária, no elevado número de escolas que essa região apresentava, na acessibilidade que tinham a nível mercantil, pela disposição de serviço a nível da saúde e educação. etc...!! Na zona que presentemente é designada bairro de Santa Filomena, existiam pessoas de algum nível social, que por sua vez tiveram que se afastar, com a chegada repentina de emigrantes Africanos.

---

<sup>209</sup> Agente de Proximidade no bairro de Santa Filomena há 3 anos. A entrevista foi enviada por e-mail por preferência do entrevistado.

## **2-Qual é o problema do bairro de Santa Filomena que mais o preocupa?**

Pessoalmente, não é de todo o bairro em si que me preocupa nesse momento, mas sim a faixa etária juvenil criminal que lá vive, como também a população que, em sua maioria é de baixo poder aquisitivo e encontra-se em grande parte inserida no mercado informal ou desempregador, o que facilita a expansão da criminalidade e inserção de uma parcela da população na economia do narcotráfico que dentro do bairro representa uma actividade bastante rentável digamos assim, para o sustento pessoal e/ou familiar. Desse modo, o bairro Santa Filomena, convive com um espaço segregado que se torna cada vez mais controlado pela criminalidade onde o crime se apresenta como oportunidade, daí entender porque o bairro de Santa Filomena é hoje considerado um dos mais violento e mais controlado pelo tráfico de drogas a nível nacional. Outro dos aspectos que me preocupa, é a realidade de famílias desestruturadas, ausência de apoios sociais, de cooperação, educativos adequados, desenraizamento cultural, dificuldades de acesso à cidadania e a mentalidade do estereótipos criado pelas pessoas, em relação a essa Sociedade Societária. Mesmo com os acontecimentos surgidos nos últimos tempos, com difícil aceitação, temos que todos juntos alertar, encaminhar, ajudar e tentar fazer com que eles possam ser úteis numa Sociedade Urbana, Educacional e do Desenvolvimento.

## **3-Na sua opinião, qual o motivo para que a população do bairro de Santa Filomena tenha uma aversão tão grande à Polícia?**

Primeiramente queria referir que, mesmo antes de ter ingressado como Agente Autoridade da Policia de Segurança Pública, esta Entidade era como ainda é actualmente, um órgão de soberania, psico-social e educacional, da qual tinha um considerável respeito.

De acordo com a pirâmide de Maslow, que reflecte as necessidades humanas, para a procura da sua identidade pessoal, social e de um sujeito ético, e quando um desses aspectos falha, tornarmo-nos vulneráveis ao mundo fácil da aceitação/dependência. A PSP tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei, e como disse anteriormente, 60% da população do bairro está implícita na base da criminalidade e da ilegalidade, e como vivem através dessa dependência criminal, criam a tal aversão a Policia de Segurança Publica, de diversas maneiras, porque quem está cómodo não gosta de ser incomodado.

Pode ser também, uma falta de formação Policial na intervenção, a efectuar nestes bairros. Intervir com um individuo de um bairro não será a mesma, se interpelarmos um individuo que não seja desse mesmo bairro, a reacção será divergente na compreensão de tal abordagem, podem sentir racismo, perseguição, diferença, logo a nossa acção será espontaneamente adequável, muita vez exagerada e é esse comportamento (falta de formação e de compreensão), que leva a essa população, ter tal aversão ao "comportamento" Policial, e como é obvio também eles criam o estereotipo em relação á policia.

**4-Pensa que a PSP pode utilizar a população residente nas zonas urbanas sensíveis (nomeadamente as “vítimas indirectas” das desordens registadas nestes locais) com vista a angariar informações proveitosas? De que forma?**

Temos de ter em mente que a primeira informação que obtemos juntos dessas pessoas, pode não ser credível, devido ao facto de a pessoa que informa, comunicar só para beneficio próprio, para melhorar a sua situação, ( junto da sua residência, para se sentir mais segura etc...), logo haver a possibilidade de tendencialmente exagerar na transmissão dessa informação. Cabe a nós sim, como OPC, obter o máximo de informação possível, para podermos através dessa informação, analisar, discutir e tirar os aspectos que levarão à resolução ou ao menos tentar resolver a situação.

Temos de forma astuciosa, saber quem nos pode dar a informação mais correcta, tendo a perspicácia exacta de inquirir a pessoa, para que possamos obter a veracidade da informação, e fazer com que essa mesma pessoa coopere com a Policia o que por vezes é infrutífero por medo de represálias, retaliações etc.

**5-Qual considera ser a forma adequada de policiar o bairro de Santa Filomena:**

**Através da presença constante com policiamento apeado aleatório?**

**Através da presença constante com policiamento apeado planeado?**

**Apenas respondendo a ocorrências através do policiamento automóvel?**

**Ou de outra forma?**

Acho que a primeira opção, adequa-se mais á forma como se deve patrulhar um bairro problemático, havendo policiamento de proximidade, tudo se torna mais fácil no desempenho do trabalho Policial nesses bairros, na resolução de ocorrências, na realização de eventos, etc. Contudo, não posso aceitar que um Agente Policial tenha de estar com a arma em punho, sempre que entra num bairro, isso cria desconforto para

toda a população, mesmo os que estão mais confraternizados com a Polícia, e o policiamento de proximidade não pode ser assim, senão o polícia é visto como um inimigo nesses locais, em que precisamos de manter o respeito e a interligação.

Por vezes sinto a desconfiança e a incredulidade dessas pessoas quando entro no bairro de Santa Filomena, sabendo que no dia anterior, a Polícia executou um mau trabalho, ou por sua vez recuou, isso é inadmissível. Todos nós sabemos que violência gera violência duplamente, e não podemos andar todos os dias nessa guerra. Temos de ser profissionais, isso está de todo certo, mas também temos de ser profissionais na comunicação, no entendimento na compreensão, e é isso que por vezes não existe em alguns Agentes da Autoridade "COMPREENSÃO". O não desistir é por vezes a melhor forma de conseguir!

#### **6-O que deve ser feito ao nível da prevenção da criminalidade no bairro de Santa Filomena?**

Como disse e bem, preferencialmente através da prevenção, da repressão, e através do Policiamento de Proximidade.

Estas preferências pelas medidas preventivas e repressivas tem de ter um efeito a longo prazo, está baseada, não só no trabalho da Polícia, como também, no reconhecimento das medidas estritamente repressivas e implementadas exclusivamente pelas instituições de combate ao crime - Polícia e Justiça, tem se demonstrado pouco eficazes para inibir o crescimento da criminalidade. Estas predilecções têm prevalência significativa, na conjuntura Penal ou Judicial.

Combater o crime é combater antes de tudo os factores criminógenos existentes na sociedade, minimizando-os antes que produzam efeitos destrutivos, na sociedade jovem.

Tudo está dependente de tudo, por isso não podemos dizer que o trabalho tem de ser forçosamente só da Polícia, as Instituições de carácter educativo e social, dos tribunais, dos pais, a própria sociedade, tem de estar sensibilizadas com esse factor que toca a todos nós.

Acredito fielmente se, a justiça mudar e os valores Policiais forem mais valorizados, tudo se tornará mais fácil, no combate ao crime.

#### **7- Considera que existe uma boa articulação entre prevenção, investigação criminal e ordem pública na Divisão da Amadora?**

Como a maioria dos OPC sabem, investigação criminal dedica-se ao estudo antecipado do comportamento criminoso, e assenta na especialização, vocacionada para a recolha da prova em crimes mais graves e de mais difícil investigação, em relativa concorrência com outros serviços policiais, de competências mais generalizadas, disseminados pelo território e responsáveis pela investigação das chamadas acções penais e do combate a toda uma imensa poeira criminal, contudo tem de haver uma ligação mega profissional e confidencial com a Polícia e a Investigação Criminal. Com o tempo que tenho de Polícia, ainda não disponho de sabedoria suficiente para poder responder de forma profunda a esta questão.

Sei que, pelas operações realizadas na nossa área tem havido sim, uma forte cooperação e partilha de informação de ambas, no combate ao crime, sem sombra de dúvida.

**8-Na sua opinião o PIPP deve ser aplicado em zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado?**

Sim sem sombra de duvida, são essas as zonas que mais necessitam Policiamento de Proximidade em que, devemos estar em colaboração directa com a comunidade, porque são esses os causadores de desconforto e do sentimento de menor segurança da população.

**9-(Se respondeu que sim). Julga que os agentes de proximidade devem intervir nas operações levadas a cabo no bairro?**

Não, de maneira alguma, seria um atraso na realização do trabalho dos Polícias que efectuam o Policiamento de Proximidade nas zonas sensíveis.

Como sabe, o PIPP, congrega os projectos que foram implementados de uma forma algo espartilhada, numa estratégia global, através do estabelecimento de objectivos estratégicos e operacionais, e implementando mecanismos de coordenação, de avaliação e de formação, conferindo um maior enfoque na componente de proximidade/prevenção da criminalidade e na melhoria da sua articulação com as componentes de ordem pública, investigação criminal, informações Policiais e na interacção da Polícia com a população, contudo intervir nesse tipo de operação seria ilógico a continuidade dos PIPP.



**10-Após desordens ocorridas no bairro qual deve ser a prioridade da polícia ao nível do policiamento?**

Antes de mais, devemos ter em conta a origem do problema, e a reacção Policial proporcional a esse enigma. Mas como referi anteriormente, temos de focar a nossa intervenção, somente em quem cometeu o ilícito, não abrangendo toda a população, consequentemente será sempre mais difícil voltar a ter a confiança, das pessoas do bairro.

O policiamento após uma eventual desordem, deve de ser feito pelos elementos dos PIPP, uma vez que são os elementos mais próximos digamos assim, para fazer compreender às pessoas, que a intervenção tinha de ser feita, isso criará uma certa emancipação no relacionamento, desses mesmos Policias com a população, por isso digo que quem tem como função trabalhar nos PIPP, tem ter um universo de capacidade intelectual e emocional para labutar com essa população. Claro que essas pessoas, mesmo que a intervenção Policial seja de baixa intensidade, para eles será sempre um exagero.

**11-Quais as “boas práticas” que devem ser adoptadas pelo efectivo da PSP com vista a dar resposta aos problemas registados no bairro de Santa Filomena?**

Disciplina; compreensão; atenção; preocupação; censo comum; inquietação na resolução dos problemas relacionados com delinquência; conhecimento científico e social da cultura africana; profissionalismo adequado; sociabilidade; comunicação. Acho que são esses os principais elementos chave, para a realização de um trabalho digno e meritório por parte dos Agentes da Autoridade.

**12-Quer acrescentar algo ao que foi dito nesta entrevista?**

Queria dessa forma agradecer, a sua preocupação com o mundo da pobreza, e na aceleração na resolução dos seus problemas. Foi de bom agrado, e espero ter ajudado no esclarecimento do seu questionário.

Ao responder aprendi muito e queria agradecer-lhe por isso. Abraço para si e boa sorte para a sua vida, como um Profissional de Policia.

## **Anexo 31 - Entrevista ao senhor Agente Ferreira<sup>210</sup>**

*Data do envio da entrevista: 20 de Dezembro de 2011, 17h46m*

*Data da resposta à entrevista: 28 de Dezembro de 2011, 17h22m*

### **1-Quais os factores que tiveram influência na criação do bairro da Pasteleira Nova?**

Alojamento de famílias carenciadas, e realojamento de pessoas oriundas de bairros camarários demolidos, bairro São João de Deus (Tarrafal).

### **2-Qual é o problema deste bairro que mais o preocupa?**

A criminalidade, nomeadamente o tráfico de estupefacientes e todo o crime inerente, como a prostituição, furtos e roubos. Também é preocupante que as entidades que constroem este tipo de infraestruturas não se preocupem com a topografia dos acessos e das construções, de modo a ser mais fácil prevenir o crime e combatê-lo.

### **3-Existe uma grande aversão por parte dos moradores deste bairro relativamente à Polícia?**

É uma questão mais abrangente e de educação...As crianças crescem a temer a Polícia, caso não comam a sopa. Num bairro social, onde a maioria da população ou familiares próximos, participa em intervenções policiais, onde são penalizados por infracções, sejam por questões de trânsito, por tráfico de estupefacientes ou mesmo por pequenos delitos, é natural haver uma aversão aos elementos da Polícia, no entanto, de ressaltar que uma parte dos residentes, tem gosto e mostra agrado ao ver o seu bairro a ser patrulhado.

### **4-Pensa que a PSP pode utilizar a população residente nas zonas urbanas sensíveis (nomeadamente as “vítimas indirectas” das desordens registadas nestes locais) com vista a angariar informações proveitosas? De que forma?**

---

<sup>210</sup> Agente de Proximidade na 15ª Esquadra da 2ª Divisão do Comando Metropolitano do Porto há 4 anos A entrevista foi enviada por correio electrónico após conversa que ocorreu na 15ª Esquadra, na tarde de 20 de Dezembro.

Aos poucos, o programa vai sendo aceite no seio da população, e como o objectivo é ganhar a confiança das pessoas e as pessoas tendo confiança, falam dos seus medos e receios, isso já se verifica, pelo que é frequente as pessoas informarem com precisão quem vende estupefacientes, e com o tempo recolhem a informação necessária (ex. matriculas de viaturas características dos suspeitos etc).

**5- Qual considera ser a forma adequada de policiar este tipo de bairros:**

**Através da presença constante com policiamento apeado aleatório?**

**Através da presença constante com policiamento apeado planeado?**

**Apenas respondendo a ocorrências através do policiamento automóvel? Ou de outra forma?**

Se a resposta fosse taxativa, não haveriam problemas nos bairros sociais. Já foi efectuado um policiamento no bairro do Aleixo, policiamento 24H sob 24H e não diminuiu o tráfico de estupefacientes, nem se acabaram com os problemas do bairro. Sem dúvida que minimizou, mas os meios utilizados no meu ponto de vista, não justificavam. No bairro novo da Pasteleira, no meu ponto de vista, apesar da polémica que daí poderia advir, sugeria um circuito de videovigilância, com sanções severas para as infracções graves. Melhorias significativas na iluminação pública e rusgas policiais esporádicas.

**6- Que balanço faz da prevenção da criminalidade que é efectuada pela PSP nas ZUS?**

Desconheço o valor estatístico. Não sei comentar.

**7- Qual considera dever ser a prioridade da PSP ao nível da prevenção nestes locais:**

**A prevenção primária? (causas dos crimes)**

**A prevenção secundária? (identificação de grupos de risco)**

**A prevenção terciária? (readaptação social)**

Imagino que, sem descurar a prevenção aos outros níveis, a prevenção terciária mais prioritária.

**8- Considera que existe uma boa articulação entre prevenção, investigação criminal e ordem pública na 2ª Divisão do Porto?**

Acho que se perde pela falta de partilha de informações. É mais fácil trocar informações “off record”, a conversar informalmente do que seguindo os padrões institucionalizados.

**9- Julga que a directiva estratégica 16/2006 (modelo integrado de prevenção e intervenção policial nas zonas com maior hostilidade para as forças de segurança) está bem conseguida?**

Penso que desta medida... o que se verifica na prática foi o melhoramento do armamento. Todas as outras medidas não se verificam (ou não me apercebi).

**10- Essa directiva é aplicada na prática?**

Não. Sendo excepção o patrulhamento efectuado pelas EIR, nunca vi nos bairros por mim policiados serem patrulhados pelo CI ou por outra força mais musculada.

**11- Na sua opinião o PIPP deve ser aplicado em zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado?**

Deve, mas tenho a noção que se os mesmos locais não fossem patrulhados por elementos das EIR, e pelos CP, de forma mais punitiva e severa, não conseguia efectuar o meu serviço...

**12- Julga que os agentes de proximidade devem intervir nas operações levadas a cabo no bairro?**

Na medida que conhecem as características do bairro, sem dúvida, o contra desta medida e que posteriormente se torna mais difícil entrar e levar o programa avante, por sermos considerados elementos hostis.

**13- Após desordens ocorridas no bairro qual deve ser a prioridade da polícia ao nível do policiamento? Prevenção, Reacção a Incidentes, Operações planeadas, “Ocupação” do bairro? ...**

No bairro do Aleixo, como se constatou, ocorreu a demolição da torre e posteriormente, por retaliação, chegaram fogo as máquinas que estava a fazer a limpeza

da torre. A meu ver, a única maneira seria acompanhar efectuando policiamento constante... ate arrefecerem os ânimos e voltar a normalidade.

**14- Quais as “boas práticas” que devem ser adoptadas pelo efectivo da PSP com vista a dar resposta aos problemas registados nas zonas urbanas sensíveis com grau de risco muito elevado?**

Penso que se deveria seguir o modelo americano, em que o polícia é sempre cordial e educado. Mas havendo desobediência, são utilizados os meios necessários, e eles possuem-nos, para cumprir a lei e estabelecer a ordem.

**15- Quer acrescentar algo ao que foi dito nesta entrevista?**

De momento não me surge nada.

## Anexo 32 – Síntese das entrevistas efectuadas a elementos adstritos ao PIPP

	<b>Chefe Martins (Bela Vista)</b>	<b>Agente Mendes (Santa Filomena)</b>	<b>Agente Ferreira (Pasteleira Nova)</b>
<b>Maiores problemas do bairro</b>	Barreiras arquitectónicas	Delinquência juvenil; Desemprego; Tráfico de droga; Famílias desestruturadas.	Tráfico de estupefacientes e todo o crime inerente, como a prostituição, furtos e roubos Topografia dos acessos e das construções
<b>Informações das vítimas indirectas</b>	Sim. Se tivermos de intervir, intervirmos, mas também temos que criar elos de confiança	Pode não ser credível. Temos de ser astutos, para sabermos quais as informação verdadeiras	É frequente as pessoas informarem quem vende estupefacientes, e informação necessária (ex. matriculas de viaturas características dos suspeitos )
<b>Articulação entre valências na sua Divisão</b>	Existe mas muito informal.	Forte cooperação e partilha de informação.	Falta de partilha de informações. É mais fácil trocar informações “off record”
<b>Os agentes de proximidade devem intervir em Operações reactivas?</b>	Sem dúvida que não.	Não, de maneira alguma	Na medida que conhecem as características do bairro, sem dúvida. Inconveniente de passarem a ser considerados elementos hostis
<b>Boas práticas</b>	Articulação entre valências mais sistematizada.  Patrulhamento apeado no bairro.	Disciplina; compreensão; atenção; preocupação; censo comum; inquietação na resolução dos problemas relacionados com delinquência; conhecimento científico e social da cultura africana; profissionalismo adequado; sociabilidade; comunicação.	Deveria-se seguir o modelo americano, em que o polícia é sempre cordial e educado. Mas havendo desobediência, são utilizados os meios necessários, e eles possuem-nos, para cumprir a lei e estabelecer a ordem.

### **Anexo 33 - Entrevista à Doutora Carla Tavares<sup>211</sup>**

*Data: 17 de Janeiro de 2012*

*Hora da entrevista: 15h55m*

*Duração da entrevista: 28m44s*

#### **1-Quais os factores que levaram à construção do bairro de Santa Filomena?**

O bairro de Santo Filomena, tanto quanto conheço enquanto Amadorenses, é daquelas zonas em termos de fragilidade habitacional que faz parte da nossa cidade, e daquilo que nós conhecemos no trabalho que é desenvolvido no bairro, alberga essencialmente populações oriundas dos PALOP's, que nos anos 60 e 70 se fixaram na área metropolitana em diversos municípios, dos quais a Amadora não foi excepção. Ocuparam terrenos que estavam desocupados e foram construindo as suas habitações.

#### **2-Na sua opinião quais são os principais problemas sociais deste bairro?**

Desde logo as condições de habitabilidade que são muito más, associadas à exclusão que advém de taxas de desemprego, que se têm mantido normalmente elevadas nestas zonas de fragilidade social ao longo dos anos. O facto de serem agregados que têm poucos rendimentos torna os problemas sociais muito mais evidentes.

#### **3-Qual a relação existente entre esses problemas sociais e a criminalidade registada no bairro de Santa Filomena?**

Se as pessoas têm menos recursos ou não têm capacidade ou vontade para ter recursos financeiros por via do trabalho, obviamente que isso gera fragilidades e aproxima as pessoas da criminalidade. Penso, no entanto, que Santa Filomena tem vivido do terminar de um conjunto de outros bairros na área metropolitana. O município da Amadora foi o último a assinar o acordo de adesão ao Programa Especial de Realojamento (PER), que foi criado em 1993 com o objectivo da erradicação das barracas das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. O município da Amadora apenas o assinou em finais de 1995, ou seja, quando Oeiras ou Cascais já estavam a trabalhar nos

---

<sup>211</sup> Vereadora para a área da habitação da Câmara Municipal da Amadora.

processos de realojamento destes agregados, a Amadora ainda estava no processo de adesão ao programa. No fundo é o assumir entre a Administração Local e a Administração Central de um compromisso em como a Administração Local erradicaria as Barracas até 2009 (o que no nosso caso não foi possível de concretizar, por termos começado muito tarde). Esse projecto seria financiado pela Administração Central.

Desde 2004/2005 tem-se verificado grandes dificuldades, quer de financiamento, quer de acesso ao crédito. Este tipo de fragilidade habitacional é gerador de criminalidade, e, tanto quanto sabemos, o bairro de Santa Filomena acaba por atrair um conjunto de pessoas que estão direccionadas para práticas menos positivas.

Também é verdade que estes bairros degradados são espaços de acolhimento de pessoas oriundas de outros países, especialmente dos PALOP's, em que ainda têm piores condições de vida do que aqui. Ou seja, verifica-se uma grande mobilidade, quer de pessoas oriundas de outros bairros da área metropolitana de Lisboa, quer de pessoas oriundas dos PALOP's.

Isto é uma bola de neve: as pessoas chegam, não conseguem trabalho, não conseguem integração e isto vai-se avolumando no espaço físico do bairro, tornando-o mais frágil sob o ponto de vista social e mais propenso naturalmente a que possam existir práticas menos correctas. Ainda assim, é importante referir que, no caso da Amadora em concreto, em 1993 tínhamos cerca de 25000 indivíduos a viver em barracas, o que é de facto muito. Também convém referir que nestes bairros também vive gente de bem, que procura emprego, que trabalha e que se levanta muito antes do nascer do sol para garantir o sustento da família. Também achamos que não é correcto de alguma forma “carimbar” sempre estes bairros como se ali só existisse gente má. Atendendo a que a Amadora tem cerca de 180 000 habitantes, se todos estes bairros com os quais convivemos diariamente apenas albergassem “gente má”, a Amadora já não existia com certeza.

#### **4-O que é feito ao nível da prevenção da criminalidade neste bairro por parte da Câmara Municipal?**

Procuramos trabalhar com as associações que existem no bairro. A escola naturalmente é um lugar por excelência para prevenir comportamentos e daí também o investimento que tem sido feito neste tipo de instalações. Existe também uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) no bairro que tem um trabalho fundamental com aquela comunidade; trabalhamos com as equipas do Rendimento Social de Reinserção (RSI); tivemos a oportunidade de ter há cerca de dois anos um contrato de desenvolvimento social, que é um financiamento que permite um conjunto de acções,



sendo a Câmara a entidade que gere o projecto em termos de território, ainda que no “terreno” quem tenha intervenção são as equipas da Santa Casa da Misericórdia.

Apostamos essencialmente em respostas educativas de proximidade que facilitem a que escola seja um espaço de acolhimento, onde as crianças possam ficar o maior tempo possível, com ofertas educativas e extra-curriculares que permitam que elas estejam ocupadas no espaço escolar e não permaneçam no bairro de uma forma “não enquadrada”.

**5 - Há pouco falou no Programa Especial de Realojamento, datado de 1993. Além desse projecto existe mais algum que esteja a ser implantado ao nível do realojamento?**

Existe. O PER é o “chapéu” de todas as intervenções que qualquer autarquia do país pode fazer no âmbito dos bairros degradados. Debaixo do Programa Especial de Realojamento, existem mais três programas: o PER – famílias, que é financiado pelo Estado, pois o PER veio recensear todos os agregados que viviam nas barracas. Este processo decorreu em 1993, sendo que os recenseados no âmbito deste processo podem adquirir uma habitação com o financiamento da administração central e da câmara (40% da Administração Central; 20% da Câmara) ao preço da portaria que regulamenta os preços do T0, T1, T2 e T3<sup>212</sup>. Este programa existiu para todos os municípios que tinham bairros de barracas.

Depois existem mais dois programas criados pelo município da Amadora que não têm o financiamento do Estado: o *Programa de Apoio ao Auto-Realojamento*, para pessoas que estejam recenseadas no PER, em que as pessoas podem procurar uma habitação desde que não sejam proprietárias de uma habitação (facto que têm de comprovar). A Câmara financia em 20% do valor da tipologia a que as pessoas teriam direito caso fossem realojadas.

Finalmente, criámos o *Programa Retorno*, que permite também financiar em 20% do valor da tipologia a que as pessoas teriam direito caso fossem realojadas, sendo este programa essencialmente direccionado às pessoas que pretendem regressar aos seus países. As pessoas que mais procuram este apoio são aquelas que fizeram o seu percurso activo em Portugal e que querem regressar essencialmente a Cabo Verde. Estes 20% normalmente servem para as pessoas procederem a obras na habitação em cabo Verde e puderem regressar no fim da sua vida activa em Portugal.

---

<sup>212</sup> Portaria 683/2008 de 28 de Julho que depende do Decreto-Lei 271/2003 de 28 de Outubro.

**6-Está previsto, para um futuro próximo, demolir grande parte das barracas existentes?**

Está. Posteriormente não vamos fazer construção, vamos sim adquirir fogos no mercado. Vamos começar neste ano um processo de realojamento de Santa Filomena em fogos que ficarão vagos no município pelos mais diversos motivos: ou porque as pessoas os abandonaram, ou porque têm acções de despejo por falta do pagamento da renda.

**7-Considera que existe uma boa articulação com a PSP?**

Sim. Antes de começarmos todo este processo de realojamento teremos uma articulação grande com a Polícia. Independentemente destas questões de articulação, nós sentimos que a Polícia tem feito um trabalho extraordinário, especialmente de prevenção com a população idosa e com os mais novos nas escolas através de um conjunto de acções que vão sendo realizadas ao longo do ano. Pensamos que estes miúdos terão uma relação completamente diferente com as forças policíacas, comparativamente com aquela que os seus familiares mais velhos tiveram. Este trabalho será certamente uma mais-valia no futuro, apesar de não ter resultados visíveis no curto-prazo.

**8-Sente que a população tem confiança na PSP?**

Existem duas opiniões diferentes: aqueles agregados estabilizados, ou seja, aquelas pessoas que trabalham, penso que sim. Por outro lado, a “bandidagem”, por via das suas actividades ilícitas, não. Os moradores dos prédios envolventes ao bairro possivelmente também não, pois gostariam de ter o local cercado todos os dias pela Polícia. As pessoas tendem sempre a valorizar pouco as acções preventivas, o que aliás é inato do povo português. Uma das necessidades que o cidadão comum tem é sentir-se seguro, vendo polícias na rua, não valorizando as acções preventivas que se fazem, apesar de a Polícia ter, nos últimos anos, muito essa abertura.

**9-Quer deixar algum conselho útil à PSP para melhorar a sua actuação neste bairro?**

Vamos todos ter um grande desafio que é começar um processo de realojamento, que vai ter de ser feito por fases. Para ter uma noção, o orçamento da câmara são 93

000 000 € (noventa e três milhões de euros). Para realojar Santa Filomena nós precisávamos de cerca de 50 000 000 € (cinquenta milhões de euros), o que é impossível. Portanto, este processo terá de decorrer por fases, pois não teremos o apoio do Estado. Este processo terá mais sucesso quanto melhor nos conseguirmos articular com a PSP. Dentro de uma ou duas semanas começaremos as reuniões com a PSP. Acho que a vigilância ao bairro tem sido a possível, pois sabemos que é um bairro complicado. Penso também que não se podem direccionar todos os efectivos para Santa Filomena, pois este bairro apenas representa uma parte daquilo que são os problemas da cidade. A minha opinião é que a Polícia tem estado atenta, interventiva e muito direccionada para acções de prevenção, o que faz com que o trabalho desenvolvido seja positivo. Não conheço em profundidade a tipologia da criminalidade em que os moradores de Santa Filomena estão envolvidos, mas penso que a actuação tem sido a possível com os recursos e com a realidade de território actuais.

**10-Quer acrescentar algo ao que foi dito?**

Não.

## **Anexo 34 – Entrevista à Doutora Vanda Narciso<sup>213</sup>**

*Data do envio da entrevista: 18 de Janeiro de 2012, 23h29*

*Data da resposta à entrevista: 12 de Abril de 2012, 17h25*

### **1- Quais foram os factores que levaram à construção do bairro da Bela Vista?**

Um dos fatores está relacionado com a independência das colónias (1974-75), quando vagas contínuas de refugiados e imigrantes africanos começaram a chegar.

### **2- Na sua opinião, quais são os principais problemas sociais do bairro da Bela Vista?**

Pobreza, desemprego, emprego precário, baixos salários, baixo nível de escolarização, abandono escolar precoce, insucesso escolar, problemas de saúde.

### **3- Qual a relação entre esses problemas sociais e a criminalidade registada no bairro da Bela Vista?**

Não tenho dados que me permitam responder à questão.

### **4- O que é feito ao nível da prevenção no bairro da Bela Vista?**

Ações a nível da prevenção primária que atenuem as desigualdades sociais e promovam a inclusão.

### **5- Quais são os projectos que estão programados para este bairro ao nível do alojamento e inclusão social?**

São desenvolvidos diferentes projectos, em estreita colaboração com as entidades com intervenção nos diferentes bairros e com os diversos serviços da Autarquia: + Ambiente, Observatório Social da Bela Vista, Viver em Comunidade, Segurança Participada e Educação para a Saúde.

---

<sup>213</sup> Exerce funções no Gabinete de Inclusão Social da Bela Vista.

**6- Existe boa articulação com a polícia?**

Considera-se que existe uma boa parceria entre a Autarquia e a P.S.P., uma vez que todo o trabalho desenvolvido a nível dos projetos desenvolvidos em conjunto, como a Prevenção Rodoviária e o Idoso em Segurança é uma mais-valia para a população.

**7- Sente que a população tem confiança na Polícia?**

Segundo um estudo que houve em 2007, intitulado “ Modos de vida da População dos bairros da Bela Vista” ficou provado que existe uma boa relação entre a população e a P.S.P. e os agentes.

**8- Quer deixar algum conselho útil à PSP para que melhore a sua actuação neste local?**

Era importante haver uma maior aproximação dos agentes à população.

**9- Quer acrescentar algo ao que foi dito ao longo desta entrevista?**

Não.

## **Anexo 35 – Síntese das entrevistas efectuadas aos representantes das Câmaras Municipais**

	<b>Doutora Carla Tavares (Amadora)</b>	<b>Doutora Vanda Narciso (Setúbal)</b>
<b>Principais problemas sociais do bairro</b>	Condições de habitabilidade muito más, associadas à exclusão que advém de taxas de desemprego.	Pobreza, desemprego, emprego precário, baixos salários, baixo nível de escolarização, abandono escolar precoce, insucesso escolar, problemas de saúde.
<b>O que é feito ao nível da prevenção</b>	Trabalho com as associações que existem no bairro; Investimento na escola, através de respostas educativas de proximidade; Contrato de desenvolvimento social; Programa Especial de realojamento.	Ações a nível da prevenção primária que atenuem as desigualdades sociais e promovam a inclusão.
<b>Articulação com a polícia</b>	Sim. Antes de se começar todo o processo de realojamento ter-se-á uma articulação grande com a Polícia.	Considera-se que existe uma boa parceria entre a Autarquia e a P.S.P., uma vez que todo o trabalho desenvolvido a nível dos projetos desenvolvidos em conjunto, como a Prevenção Rodoviária e o Idoso em Segurança é uma mais-valia para a população.
<b>Concelhos à PSP para que melhore a sua actuação no local</b>	Não se podem direccionar todos os efectivos para Santa Filomena, pois este bairro apenas representa uma parte daquilo que são os problemas da cidade; Não se deve de alguma forma “carimbar” estes bairros como se ali só existisse gente má	Era importante haver uma maior aproximação dos agentes à população.

## **Anexo 36 - Resumo do conteúdo das entrevistas efectuadas**

### **1 - Maiores problemas das zonas urbanas sensíveis?**

**(corpus: entrevistas a 16 elementos da PSP e 2 representantes das Câmaras Municipais)**

<b>Problemas referidos</b>	<b>Frequência</b>
Integração social / exclusão social / falta de emprego	6
Problemas familiares / falta de acompanhamento dos jovens	6
Tráfico de droga	5
Aversão à Polícia / Estado	5
Condições de habitabilidade prejudiciais às famílias / condições arquitectónicas que dificultam a acção policial	4
Delinquência juvenil	3
Criminalidade violenta ou organizada / residentes com antecedentes criminais	3

### **2 - O PIPP deve ser aplicado nas ZUS vermelhas?**

**(corpus: entrevistas a 16 elementos da PSP)**

<b>Resposta</b>	<b>Frequência</b>
Sim	16
Não	0

### **3 - Os agentes de proximidade devem participar nas operações levadas a cabo nas ZUS vermelhas?**

**(corpus: entrevistas a 13 elementos da PSP)**

<b>Resposta</b>	<b>Frequência</b>
Sim	2
Não	9
Depende das operações	2

**4 - A articulação entre valências na sua Divisão é boa?**

**(corpus: entrevistas a 6 elementos da PSP)**

<b>Resposta</b>	<b>Frequência</b>
Sim	2
Carece de sistematização	3
É a possível	1

**5 - Justificação para a articulação entre valências na PSP não ser a melhor**

**(corpus: entrevistas a 13 elementos da PSP)**

<b>Motivos</b>	<b>Frequência</b>
Existe falta de recursos para a articulação ser melhor	1
Existe uma carência de investimento na prevenção / informações	2
Falta de formação / desconhecimento da Directiva Estratégica 16/2006	2
Deveria existir mais sistematização da informação no SEI	1
Não existe partilha entre valências	1
A sistematização de procedimentos estipulada na Directiva Estratégica 16/2006 poderia ser simplificada	2
A Directiva Estratégica 16/2006 não está bem conseguida	1

**6 - Informações por parte de vítimas indirectas / modo de o conseguir**

**(corpus: entrevistas a 13 elementos da PSP)**

<b>Resposta</b>	<b>Frequência</b>
Captar a confiança /através do PIPP	7
Temos que saber explorar os momentos em que a vítima está disposta a colaborar	1
Depende da comunidade (na comunidade cigana é muito complicado)	1
Informações podem não ser credíveis, temos de ser astutos	1
É difícil porque muitas pessoas têm medo de represálias	1
É útil (sem propor procedimentos)	2



## **7 - Boas práticas**

**(corpus: entrevistas a 16 elementos da PSP e 2 representantes das Câmaras Municipais)**

<b>Temática referida</b>	<b>Frequência</b>
Prevenção / EPAV	10
Articulação entre valências	6
Segurança dos elementos policiais	2

### **7.1 - Prevenção / EPAV**

1 - Locação de um polícia em permanência ao mesmo local; aproximação dos polícias às pessoas; o agente de proximidade deve conhecer o bairro ao pormenor; nem todos os polícias podem desempenhar funções de proximidade.
2 - Contratos locais de segurança (ex: Loures); Interação com outras entidades (ex: Cova da Moura); diagnóstico das áreas.
3 - Mais importante prevenir o crime do que apanhar o criminoso.
4 - Polícia não pode aparecer somente para reagir a ocorrências; a cooperação e a colaboração devem ser entendidas como uma necessidade ou obrigatoriedade.
5 - Uniformização dos relatórios por parte de quem tem por função a prevenção criminal; convidar especialistas estrangeiros com experiência na temática.
6 - Não podemos deixar de policiar esses locais.
7 - Investir na proactividade.
8 - Diagnóstico das causas; interação junto da população em parceria com outras entidades.
9 - Patrulhamento apeado no bairro.
10 - Conhecimento científico e social da comunidade africana.

### **7.2 - Articulação entre valências**

1 - Comandante deve estabelecer rotinas diárias.
2 - Impossível que apenas se utilize um CP para resposta a ocorrências; informação do agente de proximidade deve passar até à investigação criminal.
3 - Articulação entre esquadras genéricas, EIFP e EIC; relatórios sobre indivíduos suspeitos devem ser partilhados; o reforço do CI (embora não deva servir para substituir o patrulheiro que está de férias).
4 - Rede de boas práticas entre comandantes de divisão.
5 - Repositório de boas práticas; operacionalizar a avaliação das ZUS com um campo onde seja relevante a opinião do comandante.
6 - Articulação entre valências deve ser mais sistematizada.

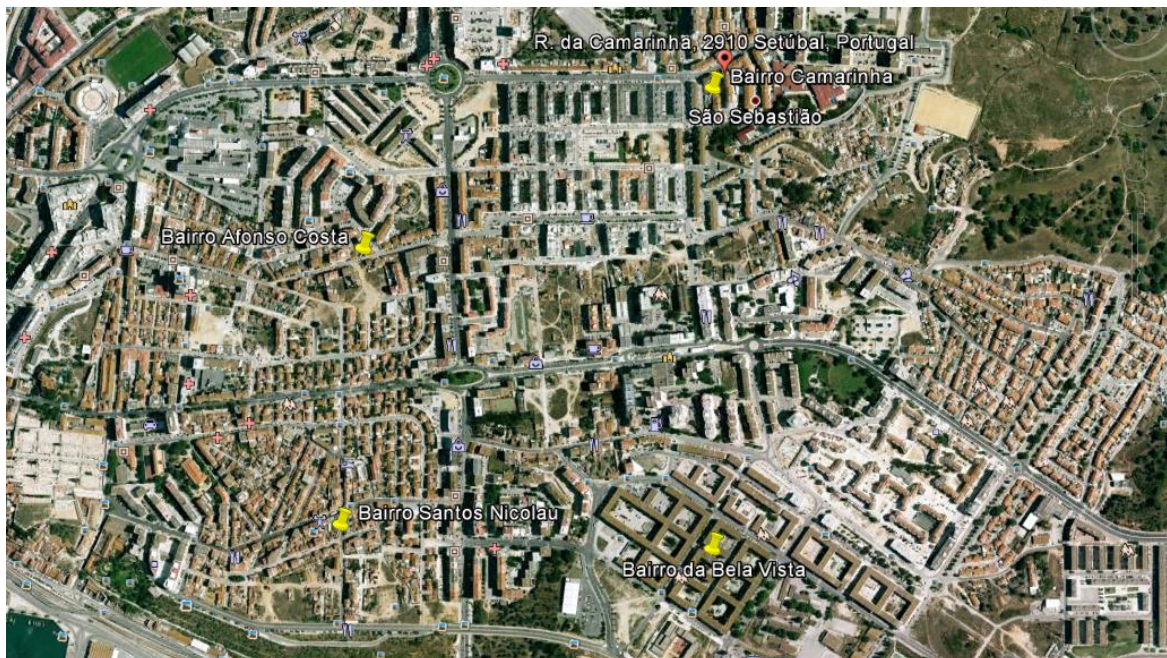
### **7.3 - Segurança dos elementos policiais**

1 - Garantir que os elementos têm condições de segurança.
2 - Avaliar permanentemente o risco da actividade policial.

## **Anexo 37 – Fotografias dos bairros em estudo**

### **1- O bairro da Bela Vista<sup>214</sup>**

**Ilustração 1 - Localização do bairro**



**Ilustração 2 - Presença policial no Bairro**



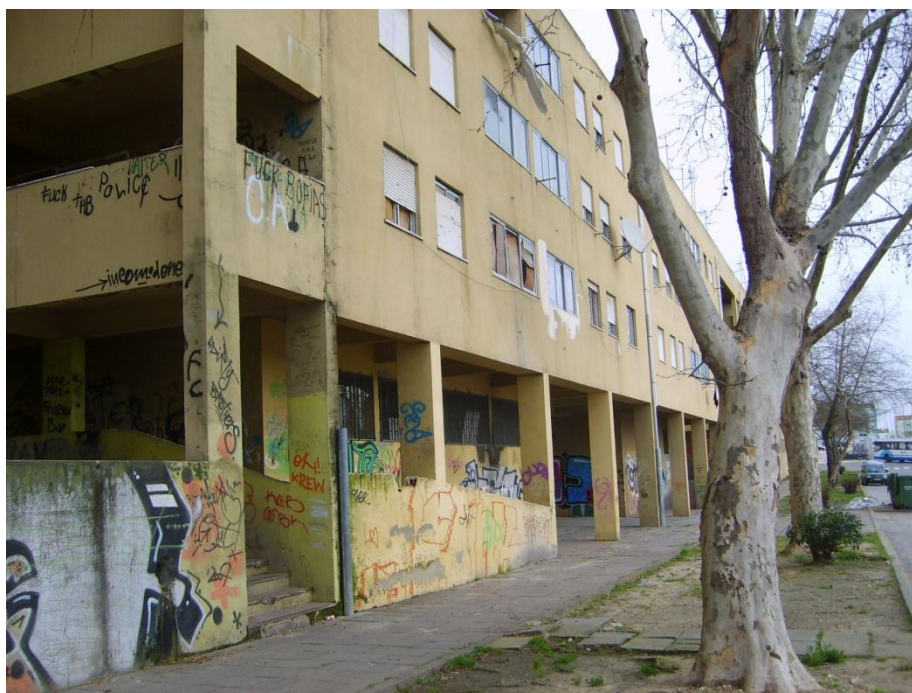
<sup>214</sup> A Ilustração 1 obteve-se por edição própria, através do programa informático *google earth*. As ilustrações 2 a 8 foram cedidas pela senhora Subcomissário Daniela Fernandes. De referir que as ilustrações 5 a 8 são da autoria do senhor Arquitecto José Monteiro. Vide Fernandes, Daniela, (2010), *Urbanismo e Segurança – Contributos da Concepção, Manutenção e Utilização do Espaço para a prevenção criminal – Uma abordagem ao bairro da Bela Vista, em Setúbal* (Tese de Mestrado: edição policopiada), Lisboa ISCP SI.

**Ilustração 3 - Esquadra da Bela Vista, sediada no interior do Bairro**



(Na imagem estão destacadas as marcas de projectéis disparados por residentes no bairro contra a Esquadra).

**Ilustração 4 - Exemplo da degradação do espaço**





**Ilustração 5 - Vista aérea do bairro da Bela Vista**



**Ilustração 6 - Vista aérea do Bairro Amarelo**



**Ilustração 7 - Exemplo dos corredores de acesso comum existentes no Bairro**



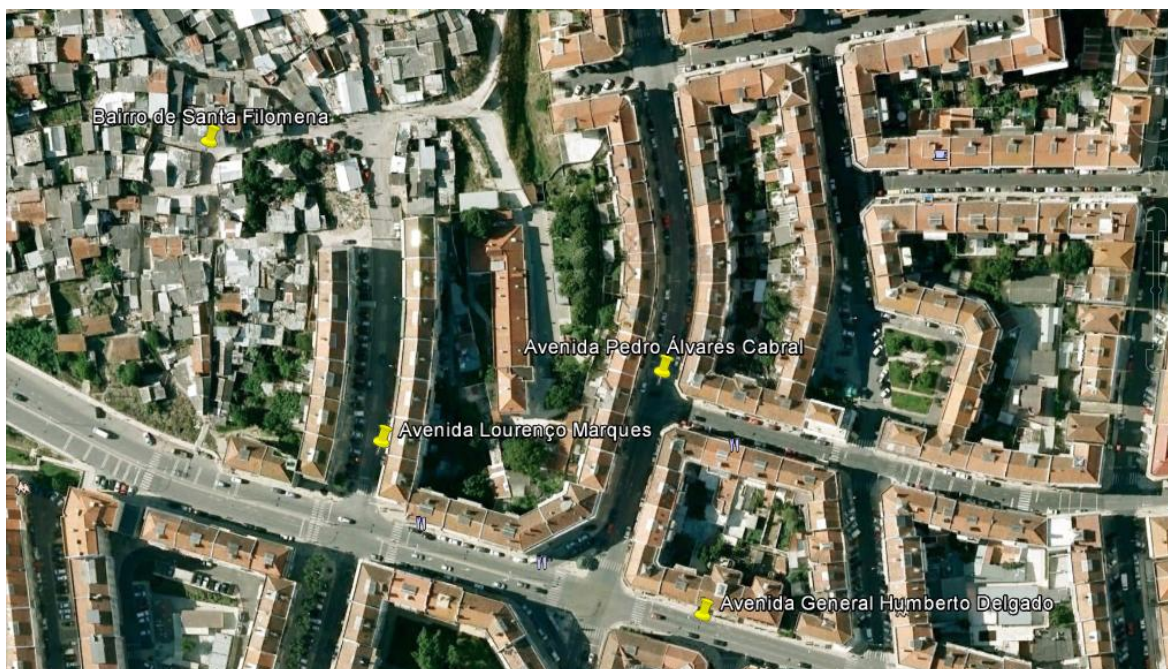
**Ilustração 8 - Uma das Praças existentes no Bairro, logo após a sua construção**





## **2 – O bairro de Santa Filomena<sup>215</sup>**

**Ilustração 9 - Localização do bairro**



**Ilustração 10 - Uma das "barracas" existentes no Bairro**



<sup>215</sup> A Ilustração 9 obteve-se por edição própria, através do programa informático *google earth*. As ilustrações 10 a 14 foram cedidas pela Câmara Municipal da Amadora.

**Ilustração 11 - Exemplo da precariedade das residências**



**Ilustração 12 - As ruas são bastante estreitas, o que dificulta a progressão da Polícia**



**Ilustração 13 - Largo da Igreja, um dos pontos referenciados como sendo habitual o Tráfico de Estupefacientes**



**Ilustração 14 - Mais um exemplo da degradação do espaço**



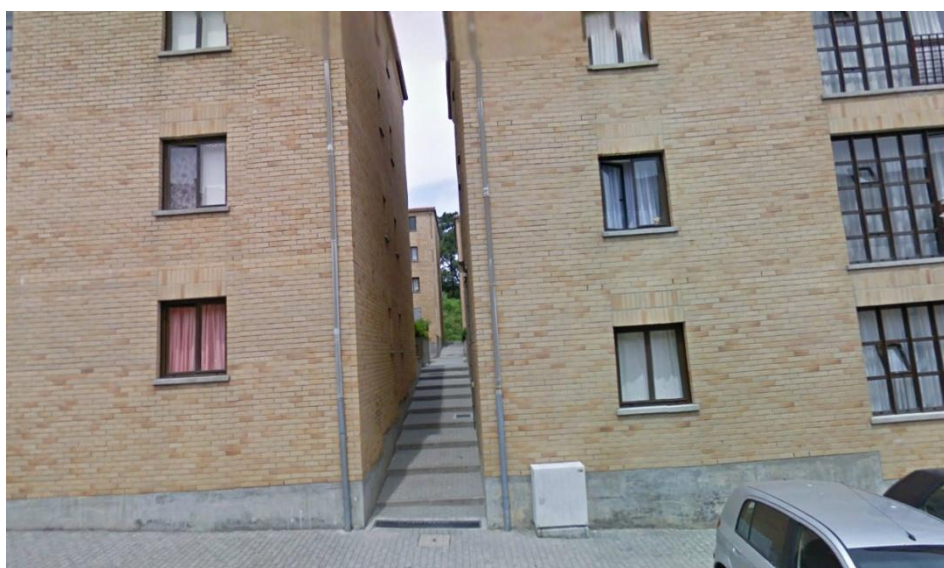


### 3 – O bairro da Pasteleira Nova<sup>216</sup>

**Ilustração 15 - Localização do bairro**  
**Ilustração 16 – Exemplo das ruas estreitas existentes**



**Ilustração 16 – Exemplo das ruas estreitas existentes**



---

<sup>216</sup> A Ilustração 15 foi-nos cedida pelo Comando Metropolitano do Porto. As ilustrações 16 a 20 são de edição própria.

**Ilustração 17 – Uma das praças do Bairro**



**Ilustração 18 – As ruas do Bairro não têm saída**





**Ilustração 19 – Existem alguns espaços verdes a circundar o local**



**Ilustração 20 – Imagem aérea do local (via google earth)**



## **Anexo 38 – Estatísticas criminais dos bairros em estudo**

### **1 – O bairro de Santa Filomena<sup>217</sup>**

<b>CRIME</b>	<b>ANO</b>	
	<b>2010</b>	<b>2011</b>
1039 - Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	6	9
1050 - Outros crimes relacionados com a imigração ilegal	1	1
1064 - Outros crimes de violência doméstica		2
121 - Ofensa à integridade física voluntária grave	1	
122 - Ofensa à integridade física voluntária simples	13	14
126 - Maus tratos ou sobrecarga de menores	1	
133 - Ameaça e coacção	4	5
141 - Violação	1	
151 - Difamação, calúnia e injúria	2	2
202 - Roubo por esticção	2	3
203 - Furto de veículo motorizado		1
205 - Furto em veículo motorizado	3	3
206 - Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	7	3
207 - Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	1	2
210 - Furto por carteirista	1	
219 - Outros furtos	4	
221 - Roubo na via pública ( excepto por esticção )	4	4
226 - Roubo a residência	1	
227 - Roubo de viatura	1	
229 - Outros roubos		1
239 - Outros danos	3	5
259 - Outras burlas	1	
431 - Incêndio / fogo posto em edifício, construção ou meio de transporte	2	1
451 - Detenção ou tráfico de armas proibidas	1	
476 - Condução de veículo com taxa de álcool igual / superior a 1,2 gl/		1
531 - Resistência e coacção sobre funcionário	1	2
533 - Desobediência	1	
549 - Outros crimes contra a autoridade pública		1
601 - Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	1	6
631 - Crimes contra os direitos de autor		2
910 - Condução sem habilitação legal	1	3
999 - Outros crimes	2	
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>71</b>

<sup>217</sup> Dados fornecidos pela Divisão da Amadora.

### 1.1 – Mediações do bairro de Santa Filomena

CRIME	ANO	
	2010	2011
1025 - Exploração ilícita de jogo	2	4
1039 - Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	13	12
1050 - Outros crimes relacionados com a imigração ilegal	4	1
1064 - Outros crimes de violência doméstica	2	1
121 - Ofensa à integridade física voluntária grave		1
122 - Ofensa à integridade física voluntária simples	30	17
124 - Ofensa à integrid física por negligência em acid viação	1	4
131 - Rapto, sequestro e tomada de reféns		1
133 - Ameaça e coacção	8	6
141 - Violação		1
149 - Outros crimes contra a liberdade e a autodetermin sexual	1	
151 - Difamação, calúnia e injúria	4	2
169 - Outros crimes contra a reserva da vida privada	1	
202 - Roubo por esticção	31	24
203 - Furto de veículo motorizado	10	25
205 - Furto em veículo motorizado	23	21
206 - Furto em residência com arrombamento, escalam (...)	2	15
207 - Furto em edifício comercial ou industrial com arromb (...)	2	7
208 - Furto em estabelecimento de ensino com arromb (...)		1
209 - Furto em outros edifícios com arrombamento, escalam (...)		1
210 - Furto por carteirista	8	4
219 - Outros furtos	15	13
221 - Roubo na via pública ( excepto por esticção )	50	33
225 - Roubo a motorista de transporte público	1	
226 - Roubo a residência		1
227 - Roubo de viatura	2	1
229 - Outros roubos	1	1
239 - Outros danos	13	18
241 - Abuso de confiança		1
242 - Roubo a outros edifícios comerciais ou industriais	2	
254 - Burla com fraude bancária		1
259 - Outras burlas	6	3
411 - Contrafacção ou falsificação de moeda e passagem (...)		1
413 - Falsificação de documentos, cunhos, marcas (...)	1	
431 - Incêndio/fogo posto em edif, constr ou meio transporte		1
451 - Detenção ou tráfico de armas proibidas	5	4
476 - Cond de veíc com taxa de álcool igual/superior a 1,2 gl/	21	5
479 - Outros crimes contra a segurança das comunicações		1
531 - Resistência e coacção sobre funcionário	5	2
533 - Desobediência	3	2
601 - Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	5	9
631 - Crimes contra os direitos de autor	1	1
910 - Condução sem habilitação legal	33	14
999 - Outros crimes	3	2
<b>TOTAL</b>	<b>309</b>	<b>262</b>

CRIME	ANO	
	2010	2011
Avenida Cottinelli Telmo	8	7
Avenida General Humberto Delgado	115	96
Avenida Laura Ayres		2
Avenida Lourenço Marques	36	37
Avenida Luís Sá	5	4
Avenida Pedro Álvares Cabral	69	47
Avenida Ultramar	16	12
Avenida Yasser Arafat	4	6
Estrada Militar	27	24
Praça Pedro Álvares Cabral	5	5
Praceta Cidade de Maputo	2	1
Rua Bissau	5	7
Rua Cidade da Praia	6	7
Rua Cidade de Luanda	5	4
Rua Dili	6	3
<b>TOTAL</b>	<b>309</b>	<b>262</b>

*Intervenção Policial em Zonas Urbanas Sensíveis Vermelhas  
Estudo Exploratório em Santa Filomena, Bela Vista e Pasteleira Nova*

---

	202 - Roubo por esticção	221 - Roubo na via pública (excepto por esticção)	225 - Roubo a motorista de transporte público	229 - Outros roubos	203 - Furto de veículo motorizado	205 - Furto em veículo motorizado	206 - Furto em residência com arrombamento, escalamento (...)	207 - Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento (...)	208 - Furto em estabelecimento de ensino com arrombamento (...)
Avenida Cottinelli Telmo						3	1		
Avenida General Humberto Delgado	7	12		1	5	3	2	4	
Avenida Lourenço Marques	5	3			5	4			
Avenida Pedro Álvares Cabral	10	11			2	3	3		1
Avenida Ultramar		4			1	2		1	
Avenida Yasser Arafat					4	1			
Estrada Militar	2				4	1	6	2	
Praceta Cidade de Maputo					1				
Rua Bissau		1			1	2	1		
Rua Cidade da Praia		1			1	2			
Rua Cidade de Luanda		1			1		1		
Rua Dili							1		

## 2 – O bairro da Bela Vista<sup>218</sup>

Bairro da Bela Vista e limítrofes (2008)

	Furto												Total	Roubo												Total
	J a n	F e v	M a r	A b r	M a i	J u n	J u l	A g o	S e t	O t	N o v	D e z		J a n	F e v	M a r	A b r	M a i	J u n	J u l	A g o	S e t	O t	N o v	D e z	
Afonso Costa	3	3	8	9	13	3	9	10	10	4	1	1	74	2	2	3	5	4	2	4	4	1	3	3	1	34
Bela Vista	5	7	14	18	11	4	11	10	10	12	7	12	121	1	3	3	9	7	1	5	4	4	5	1	5	48
Camarinha	3	9	6	6	9	4	3	6	7	6	5	4	68	2	4	5	2	3	2	1	7	3				29
Santos Nicolau	6	8	13	16	8	5	19	17	9	12	8	4	125			4	3	4	1	4	4	1		1		22

	Tráfico												Total	V. Doméstica												Total
	J a n	F e v	M a r	A b r	M a i	J u n	J u l	A g o	S e t	O t	N o v	D e z		J a n	F e v	M a r	A b r	M a i	J u n	J u l	A g o	S e t	O t	N o v	D e z	
Afonso Costa														1	1	1		1		2		1	1		1	9
Bela Vista	1		1	1		2	2		1	4			12	1	2		1	1	3		1	2		1	1	13
Camarinha														2	1	1	1			2						7
Santos Nicolau					2						1		3								1					1

<sup>218</sup> Dados fornecidos pelo Comando Distrital de Setúbal. Não foi possível obter a estatística criminal dos anos mais recentes.



---

**3 - O bairro da Pasteleira Nova<sup>219</sup>**

<b>Artéria/Tipo de Crime</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Rua Domingos Alvão</b>	<b>16</b>	<b>24</b>	<b>31</b>
Crimes contra a vida em sociedade	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
Crimes contra as pessoas	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>12</b>
Crimes contra o Estado	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Crimes contra o património	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>8</b>
Crimes prev em legislação avulsa	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>7</b>
<b>Rua Vieira da Silva</b>	<b>25</b>	<b>16</b>	<b>45</b>
Crimes contra a vida em sociedade	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Crimes contra as pessoas	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>22</b>
Crimes contra o Estado	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
Crimes contra o património	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
Crimes prev em legislação avulsa	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>16</b>
<b>Total das artérias</b>	<b>41</b>	<b>40</b>	<b>76</b>

---

<sup>219</sup> Dados fornecidos pelo Comando Metropolitano do Porto.

## **Anexo 39 – Exemplo de pedido de Saltos**

Serve a presente informação para solicitar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a utilização de patrulhas à civil por parte desta Esquadra. Do nosso ponto de vista este tipo de policiamento traz as seguintes vantagens:

1) Aumento da recolha de informações, proporcionando, desde o início, um alto grau de fiabilidade, atendendo a que são recolhidas através do contacto directo com os cidadãos. Este facto que também conduzirá ao aumento do sentimento de segurança dos residentes nas ruas em que esta medida for aplicada;

2) Maior possibilidade da existência de detenções em flagrante delito, uma vez que se tratam de acções que envolvem uma presença discreta e mais reservada de elementos policiais, em especial nas artérias em que se constate uma maior reincidência do índice de um determinado tipo de criminalidade (roubo, furtos de estabelecimentos, furtos de residências, furtos de veículos ou furto no interior de veículos).

Neste momento, os locais em que pretendemos utilizar os Saltos são os seguintes:

**Rua X e Rua Y, nos turnos de serviço XXXX/ XXXX.**

O motivo desta solicitação prende-se com a análise da criminalidade ocorrida na área desta Esquadra durante o último mês. Os crimes ocorridos nos locais e turnos em que pretende a utilização de patrulhas descaracterizadas encontram-se sublinhados.

<b>NUIPC</b>	<b>NPP</b>	<b>Crime</b>	<b>Local</b>	<b>Turno</b>	<b>Observações</b>
XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX
XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	Rua X	XXXXXXX	XXXXXXX
XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	Rua X	XXXXXXX	XXXXXXX
XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX
XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX
XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	Rua X	XXXXXX	XXXXXXX
XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	Rua Y	XXXXXXX	XXXXXXX
XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	Rua Y	XXXXXXX	XXXXXXX
XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	Rua Y	XXXXXX	XXXXXXX
XXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX
XXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX	Rua Y	XXXXXX	XXXXXXX

Saliente-se que este patrulhamento em nada prejudica a investigação criminal, visto que os *Salto*s não fazem diligências processuais nem qualquer tipo de investigação, incidido o seu trabalho na prevenção e repressão criminal. Pretende-se que se mantenha um relacionamento estreito entre os elementos adstritos ao patrulhamento à civil pertencentes ao efectivo desta Esquadra e a **XX** Esquadra de Investigação Criminal, com vista à troca de informações relevantes e ao não perturbar de investigações mais complexas.

De referir que, se necessário, o presente pedido será renovado mensalmente, conforme a tipologia criminal existente.

Pede deferimento.

Com os melhores cumprimentos

O comandante da **XX** Esquadra

---